

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Anuário do Instituto Rio Branco

1988

ANUÁRIO DO INSTITUTO RIO BRANCO 1988

58)"1988"



Gráficos desde 1808

1396/99



L0000001429



INSTITUTO RIO BRANCO

1396/99

Anuário do Instituto Rio Branco. v.1 (1951-)
Brasília, Instituto Rio Branco, 1951-.

Anual

ISSN 0101-4811

1. Instituto Rio Branco — Relatório. I. Instituto
Rio Branco.

CDD 341.3122

INSTITUTO RIO BRANCO

Diretora

Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella

Coordenador de Ensino

Conselheiro Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

Chefe da Secretaria

Secretário José Maria de Carvalho Coelho

Assessor da Diretora

Secretário José Marcos Nogueira Viana

Assistente da Diretora

Secretária Cecília de Biase Bidart

Coordenação de Ensino

Vera Lúcia Rodrigues de Farias

Duse Abreu Moura

Mary Orlanita Barros Cruz

Sigmund Sievers (a partir de 11-2-88)

Secretaria

Sebastiana Maria de Azevedo

Lucy Fortes da Silva Freitas

Myrian Salles de Rezende Campos

Angela Ribeiro dos Santos

Carlos Alberto de Souza Freitas

Luiza Antonia Louzada Borges (de 25-2 a 11-7-88)

Yedda Pessoa dos Santos Mouta

Maria Teresa dos Santos Mouta

Alécia dos Santos Rocha Almeida Gomes (a partir de 13-10-88)

Contabilidade

Jureni Figueira de Azevedo

Aladir Corrêa Martins

Dilson Rodrigues da Cunha (a partir de 8-1-88)

Agentes de Portaria

Luiz Paixão de Souza Costa

Antonio Henrique Carvalho Pires

Lauro da Silva Filho

SUMÁRIO

INSTITUTO RIO BRANCO

Histórico	9
Organização	15
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata	17
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	19
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos	23
Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria	27

ATIVIDADE DO INSTITUTO RIO BRANCO EM 1988

Aula Inaugural	31
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — 1988	47
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	73
Plano de Estudos — 1988	82
Programas — 1º Ano CPCD e 2º Ano CPCD	85
XVI Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos	161
XVII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos	171
Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria	193
Formandos de 1988	229
Seminário Regional sobre Análise e Formulação de Política Exterior	231

Formatura da Turma de 1987	235
Discurso do Presidente da República	239
Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores	245
Discurso do Paraninfo dos Formandos	249
Discurso do Orador dos Formandos	255
 <i>CURRÍCULO DOS PROFESSORES DO INSTITUTO</i> RIO BRANCO EM 1988	 261
<i>RELAÇÃO DOS ALUNOS DO INSTITUTO RIO BRAN-</i> CO DE 1946 A 1986	 301
<i>RELAÇÃO DOS PROFESSORES DO INSTITUTO RIO</i> BRANCO DE 1946 A 1988	 331
<i>LEGISLAÇÃO</i>	351

INSTITUTO RIO BRANCO

HISTÓRICO

O Instituto Rio Branco — única escola autorizada ao recrutamento, formação e aperfeiçoamento de funcionários diplomáticos no Brasil — foi criado pelo Decreto-Lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, por ocasião das comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco, Patrono da diplomacia brasileira, a partir de idéia lançada pelo Embaixador Jorge Latour, quando ainda Secretário, e por ele mesmo dinamizada mais tarde.

A regulamentação e o início da realização das metas, fixadas pelo decreto-lei de sua criação, ocorreram durante o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, no âmbito do Decreto-Lei nº 9.032, de 6 de março de 1946.

Os diplomas legais que criaram o Instituto Rio Branco e regularam seu funcionamento mantiveram o sistema de seleção por Concurso de Provas — que vinha sendo aplicado desde 1918 a intervalos irregulares e, a partir de 1938, em caráter regular — e criaram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) de dois anos, a fim de atender à necessidade de prover os futuros diplomatas com treinamento profissional adequado. Assim, o Concurso de Provas, no caso chamado Exame Vestibular, passou a dar acesso ao CPCD e esse à Carreira de Diplomata e só excepcionalmente é organizado pelo Instituto Rio Branco Concurso de Provas para acesso direto à Carreira.

Por despacho de 5 de junho de 1975, o Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura homologou o Parecer nº 1.842/75, do Conselho Federal de Educação, que reconhece o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata como curso de graduação de nível superior, atribuindo ao Instituto Rio Branco a designação de «estabelecimento de nível superior». Nos termos do Relatório que informou o citado Parecer, o reconhecimento em questão

«permite aos diplomados pelo CPCD gozar das prerrogativas que a lei confere aos formados por curso superior».

Durante seus 43 anos de funcionamento, o Instituto sofreu uma série de reorganizações destinadas a melhorar sua eficácia e a adaptar seus currículos às necessidades cambiantes da diplomacia brasileira. A última reforma data de 1976 e coincidiu com a transferência do IRBr para Brasília, onde o Ministério das Relações Exteriores já se encontrava há alguns anos.

Inovação importante introduzida pela reforma de 1976 foi a aceitação no CPCD de estudantes estrangeiros, oriundos de países em desenvolvimento que solicitam a assistência brasileira na preparação de seus funcionários diplomáticos. O Governo brasileiro concede a tais estudantes uma bolsa de manutenção e facilidade de moradia idênticas àquelas concedidas aos estudantes brasileiros; por sua parte, os Governos que solicitam essa assistência comprometem-se a incluir os seus alunos no seu serviço diplomático, tão logo terminem o CPCD.

Os estudantes estrangeiros devem preencher os mesmos requisitos de idade e de formação acadêmica exigidos dos candidatos brasileiros, além de serem fluentes em Inglês e Francês. A fim de habilitar aqueles que não falam Português a seguir o CPCD, o IRBr organiza para eles um curso especial de seis meses, prévio ao início do ano acadêmico, destinado ao aprendizado intensivo da língua.

Desde o início do programa até 1988, concluíram o CPCD 75 bolsistas estrangeiros, oriundos de Barbados (1), Bolívia (6), Cabo Verde (11), Colômbia (1), Costa do Marfim (5), Costa Rica (3), El Salvador (1), Equador (4), Gabão (5), Gâna (3), Guatemala (1), Guiana (1), Guiné-Bissau (6), Haiti (5), Honduras (4), Mali (2), Panamá (1), Quênia (2), República Dominicana (1), São Tomé e Príncipe (2), Suriname (5), Tanzânia (1), Togo (2), Venezuela (1), Zâmbia (1) e Zimbábue (1).

Em 1988 7 alunos concluíram o 1º ano e para 1989 estão inscritos 5 novos bolsistas.

Como consequência da reforma de 1976, salientam-se ainda a expansão da carga de matérias profissionalizantes e a realização de estágios práticos em departamentos do MRE. Em 1982, o treinamento profissional foi ampliado, sendo dividido em duas partes: a primeira, na Secretaria de Estado, e a segunda, de 45 dias, em postos no exterior (América Latina e Caribe) antes de os novos Terceiros-Secretários serem lotados nas unidades da SERE.

Os quadros a seguir apresentam os números de diplomatas formados pelo IRBr e de candidatos aprovados nos Exames Vestibulares:

QUADRO I

DIPLOMATAS RECRUTADOS PELO IRBr DESDE SUA CRIAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 1988

Formandos do CPCD	949	89,53%
Exame Direto	111	10,47%
Total	1060	100%

QUADRO II

NÚMERO DE INSCRIÇÕES E DE APROVAÇÕES NOS EXAMES VESTIBULARES DO INSTITUTO RIO BRANCO DE 1946 A 1988:

Ano	Inscritos	Aprovados
1946	300	35
1947	116	15
1948	119	20
1949	83	12
1950	159	12
1951	84	8
1952	110	26
1953	96	18
1954	112	17
1954*	178	11
1955	128	19
1955*	92	20
1956	162	27

Ano	Inscritos	Aprovados
1957	181	19
1958	186	14
1959	344	15
1960	304	19
1961	315	22
1962	277	20
1962*	229	11
1963	249	13
1964	375	19
1965	393	28
1966	414	27
1967	330	33
1967*	170	31
1968	266	22
1969	297	57
1970	175	15
1971	260	19
1972	270	20
1973	196	23
1974	238	12
1975	240	34
1975*	293	26
1976	490	20
1977*	181	13

Ano	Inscritos	Aprovados
1977	665	32
1978*	204	10
1978	797	52
1979	974	33
1980	918	36
1981	1.194	37
1982	1.426	35
1983	797	34
1984	914	44
1985	893	20
1986	661	15
1987	554	11
1988	779	13

* Exames diretos para a Carreira de Diplomata.

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Suas atividades e estrutura estão regulamentadas no Capítulo X do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e por seu Regulamento próprio, aprovado pela Portaria nº 558, de 5-3-85, com as alterações introduzidas pelas Portarias nºs 17, de 30-12-85, e 567, de 23-4-86.

Segundo o artigo 214 do citado Regimento Interno do MRE, «compete ao Instituto Rio Branco incumbir-se:

- I — do recrutamento, seleção, formação e aperfeiçoamento do pessoal da Carreira de Diplomata;
- II — do recrutamento, seleção e atualização do pessoal da categoria funcional de Oficial de Chancelaria;
- III — do recrutamento e seleção, mediante delegação dos órgãos competentes, dos funcionários de categorias profissionais exclusivas do Ministério das Relações Exteriores;
- IV — do treinamento e aperfeiçoamento, em matérias específicas que relevem da função diplomática, dos servidores do Ministério das Relações Exteriores;
- V — do processamento dos pedidos de autorização para que os alunos estrangeiros possam frequentar o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, bem como da concessão das respectivas bolsas de estudo e expedição de documentação comprobatória de conclusão do Curso;

- VI — da organização e realização de cursos de extensão, seminários e estágios, mediante convênios com universidades e outras entidades, destinados a pessoas com interesse ou atuação na área de política externa; e
- VII — da organização e realização, no exterior, de cursos de extensão, seminários e estágios, eventualmente como forma de cooperação técnica junto a órgãos governamentais estrangeiros que venham a solicitá-la.»

O Instituto, sob chefia do Diretor, compreende a Secretaria e a Coordenação de Ensino. O Diretor é nomeado pelo Ministro de Estado, entre os Ministros de Primeira e Segunda Classes. O Chefe da Secretaria e o Coordenador de Ensino são nomeados pelo Ministro de Estado entre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe, e Conselheiro (Coordenador de Ensino) e Conselheiro e Primeiro-Secretário (Chefe da Secretaria).

Para preencher suas finalidades, o Instituto mantém os seguintes cursos:

1. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD);
2. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD);
3. Curso de Altos Estudos (CAE); e
4. Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

O Instituto poderá organizar cursos e financiar programas de estudos (e.g. o Programa de Incentivo a Estudos no exterior), no interesse do Ministério das Relações Exteriores.

O Instituto organiza concurso de provas para o ingresso direto na Carreira de Diplomata, sempre que as necessidades de recrutamento o exijam.

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA E CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO DIRETO NA CARREIRA DE DIPLOMATA

O Exame Vestibular ao CPCD realiza-se todos os anos, com um número limitado de vagas, fixado em Edital, segundo a necessidade de pessoal diplomático do Ministério das Relações Exteriores.

As condições para inscrição são as seguintes: a) ser brasileiro nato (artigo 145, parágrafo único, da Constituição Federal); b) contar, no mínimo, 20 anos e, no máximo, 32 anos; c) estar em dia com o serviço militar; d) possuir título de eleitor, em dia; e) ter bons antecedentes; e f) apresentar diploma ou certificado de conclusão de curso superior, ou, na falta deste, certificado que comprove já ter terminado o terceiro ano ou o sexto semestre de curso de graduação de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação; caso se trate de documento expedido por universidade estrangeira, é indispensável comprovar a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente e só será matriculado após obtida a devida autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

A admissão ao CPCD faz-se mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em diversas fases:

1.ª fase — Provas Vestibulares Iniciais: Português, Francês e Inglês. Realizam-se, concomitantemente, na sede do Instituto Rio Branco e nas Capitais dos Estados onde o IRBr mantém centros regionais de inscrição.

A prova de Português é eliminatória, exigindo-se a nota mínima de 60 pontos. Nas provas de Francês e de Inglês exige-se

dos candidatos a nota mínima de 50 pontos numa delas. Será aprovado o candidato que perfizer o mínimo de 150 pontos nas três línguas.

As provas seguintes realizam-se todas na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília. Aos candidatos residentes em outras cidades, habilitados para a segunda fase, o IRBr provê transporte e hospedagem em Brasília até a última fase, ou, em caso de eliminação, até a data da divulgação do resultado da prova em que o candidato for eliminado. Nas provas eliminatórias é exigido o mínimo de 50 pontos em cada uma. São considerados aprovados os candidatos com média global igual ou superior a 60 pontos no total das provas.

2ª fase — Consiste nas seguintes provas orais: Questões Internacionais Contemporâneas (eliminatória), Francês e Inglês (classificatórias).

3ª fase — As provas vestibulares da 3ª fase são escritas e eliminatórias: História do Brasil, História Mundial e Geografia do Brasil.

4ª fase — As provas vestibulares da 4ª fase são escritas e classificatórias: Geografia Geral, Noções Básicas de Direito, Noções Básicas de Economia. Os candidatos aprovados nesta fase são submetidos, ainda em Brasília, a exames de sanidade e capacidade física e psíquica a cargo de entidade oficial ou oficializada ou junta especializada, à escolha do Diretor do Instituto Rio Branco.

Os candidatos aprovados ficam habilitados à matrícula no 1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, segundo sua classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo Edital de abertura das inscrições. O Exame Vestibular só é válido para matrícula no CPCD no ano letivo imediato.

Quanto ao Concurso de Provas para o ingresso direto na Carreira de Diplomata, as exigências são mais rigorosas. As provas procuram cobrir, além do exigido no Exame Vestibular, parte do programa do CPCD. O concurso direto é realizado apenas quando há urgência em preencher cargos vagos na classe inicial da carreira, a de Terceiro-Secretário. O último concurso direto foi realizado em 1978.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

Organização do Curso

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a um planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em seções.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudo obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada seção.

Seção de Línguas

As línguas estrangeiras fundamentais são o Espanhol, o Francês e o Inglês. Ao longo dos dois anos de curso, os objetivos principais do estudo dessas línguas são desenvolver a expressão oral dos que têm expressão apenas escrita, consolidar o conhecimento básico dos idiomas, procurando, dentro do possível, homogeneizar as turmas, e ensinar, principalmente no segundo ano, a utilização profissional das três línguas.

As línguas estrangeiras complementares (Alemão, Árabe, Italiano, Japonês, Russo, etc.) têm objetivo didático mais modesto: dar ao aluno que o desejar conhecimento básico estrutural, que possa servir para posterior desenvolvimento.

Seção Básica

Tem como finalidade dar ao aluno o conteúdo acadêmico básico necessário para sua atividade profissional. Inclui cadeiras de Direito, Ciência Política, Economia, Estudos Brasileiros, Relações Internacionais e Relações Diplomáticas do Brasil, distribuídas pelos quatro semestres do Curso. (*)

Seção Profissionalizante

Inclui cursos ministrados na forma de conferências ou de seminários, diretamente relacionados às atividades diplomáticas, e que visam dar ao aluno conhecimento essencialmente prático da profissão que futuramente irá exercer.

Atividades Extracurriculares

Com a reforma, em 1976, do programa do Instituto Rio Branco para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, passaram a fazer parte do Curso viagens de estudos em que os alunos têm oportunidade de visitar diversas regiões do País, e cujo objetivo é inteirá-los dos problemas nacionais e de tudo o que se refere ao País nos diversos campos de interesse. São também um treinamento em viagens de caráter oficial, semelhantes às que terão de fazer durante a Carreira.

Os alunos fazem estágios profissionalizantes nos diversos Departamentos do Itamaraty, em três períodos distribuídos pelo ano letivo. Tais estágios são parte essencial do CPCD e se destinam a dar ao aluno oportunidade de contato direto com a realidade e a sistemática de trabalho do Ministério das Relações Exteriores.

Regime Didático

Na execução dos programas, procura-se acentuar os aspectos profissionais e interdisciplinares do treinamento objetivados pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Em consequência, a fim de racionalizar os encargos escolares dos alunos, permitindo-lhes melhor aproveitamento nos estudos e visão mais integrada dos cursos ministrados, promove-se a preparação de trabalhos que impliquem, sempre que possível, tratamento interdisciplinar de temas profissionais.

(*) O plano de estudos do CPCD encontra-se à página 73.

Sistema de Aprovação

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada disciplina e 60 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem que aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido média mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do CPCD é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Corpo Docente

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos entre professores universitários e funcionários da Carreira de Diplomata.

Bolsas

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata é concedida bolsa de estudo, cujo montante é fixado pelo Diretor do Instituto.

Prêmios

Prêmio Rio Branco

No fim do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, são conferidas, respectivamente, medalha de ouro (vermel) e medalha de prata ao 1.º e 2.º colocados no CPCD, classificados de acordo com a média obtida nos termos do artigo 13 do Regulamento do Instituto Rio Branco.

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva

Ao 1.º e 2.º colocados no Exame Vestibular ao CPCD são conferidas, respectivamente, medalha de prata e de bronze.

O prêmio foi estendido aos candidatos aprovados em 1º e 2º lugares no Concurso de Provas para Ingresso Direto à Carreira de Diplomata, e, com efeito retroativo, também aos diplomatas ingressados por Concurso de Provas anteriores que obtiveram, no respectivo Concurso, aquelas classificações, de acordo com a Portaria nº 476, de 31-5-78.

Prêmio de Viagem

Para cada turma que conclui o CPCD, são concedidos três prêmios de viagem de estudos ao exterior. Para o prêmio, são consideradas as melhores médias para o conjunto dos dois anos de CPCD, excluídas as notas do Exame Vestibular.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS E CURSO DE ALTOS ESTUDOS

O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o curso de Altos Estudos (CAE) constituem um sistema de treinamento e qualificação funcional, na forma prevista pelo artigo 6º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabelece:

«A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e de qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo.»

O CAD tem por finalidade treinar os Segundos-Secretários em matérias de nível intermediário, preparando-os para o acesso aos escalões de Primeiro-Secretário e de Conselheiro. Por sua vez, os funcionários desta última categoria terão no CAE uma etapa de preparação aos estágios superiores da Carreira: Ministro de Segunda Classe e de Primeira Classe.

O CAE foi criado formalmente em 1961, pela Lei nº 3.917. Quanto ao CAD, foi instituído pelo Decreto nº 71.323, de 1972. A implantação de ambos os Cursos foi feita pelo Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e eles passaram a constituir exigência para progressão funcional cinco anos após a sua implantação.

O CAD, que desde sua criação era feito por correspondência (mala diplomática), sem o afastamento dos diplomatas inscritos de suas tarefas habituais ou de seus postos de lotação, em 1988 ganhou nova feição: os que nele se inscrevem pela primeira vez passaram a ser chamados a Brasília por um período de quatro semanas, sendo as provas antecedidas de palestras e mesas-redondas.

No que diz respeito ao CAE, sua atividade básica consiste no preparo de trabalho sobre tema de relevância funcional, aprovado previamente pelo Instituto Rio Branco. O trabalho, apresentado por escrito, será julgado por Banca Examinadora designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Em época prevista pelo Edital de regulamentação do CAE em que está inscrito, será convocado para a defesa oral do trabalho, perante a mesma Banca Examinadora. Completa-se o ciclo do CAE com estágio de curta duração em Brasília constando de visitas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, etc., propiciando atualização nos principais setores da vida nacional.

A escolha do tema para o trabalho é aspecto importante deste processo. A sugestão inicial deve partir do aluno, no momento em que se candidate à matrícula, podendo refletir assunto ou área geográfica de sua maior experiência na Carreira. A determinação definitiva do tema, contudo, exigirá aprovação do Instituto, com vistas a assegurar que o trabalho, definido precisamente, tenha relevância funcional e contribua para o acervo de documentação do Itamaraty. Em outras palavras, o trabalho deverá constituir subsídio útil para a formulação e execução da política externa do País.

Tanto para o CAD como para o CAE não há publicação de notas ou classificação dos alunos. A aprovação é por conceito, podendo os alunos reprovados matricular-se em qualquer Curso posterior.

A implantação dos dois Cursos na forma estabelecida pelo Decreto nº 79.556 e pelas Portarias nº 450 e 451, em que se baseia o Edital, é feita na consciência de que os modelos adotados deverão ser adaptados na prática às peculiaridades da Carreira, e também a certas limitações objetivas, como a de recursos financeiros e humanos. Por isso, as normas estabelecidas pelas Portarias — e mais ainda as do Decreto — são propositadamente genéricas, assegurando ampla margem para a realização dos ajustes que se revelem necessários. O importante é que, com a instituição do CAD e do CAE, deu-se forma concreta ao processo de aperfeiçoamento e valorização do Diplomata brasileiro.

QUADRO III
DIPLOMATAS APROVADOS NO CAD

1977	I CAD	11
1978	II CAD	7
1979	III CAD	12
1980	IV CAD	25
1981	V CAD	40
1982	VI CAD	41
1983	VII CAD	29
1984	VIII CAD	11
1984	IX CAD	6
1985	X CAD	8
1985	XI CAD	12
1986	XII CAD	6
1986	XIII CAD	7
1987	XIV CAD	4
1987	XV CAD	9
1988	XVI CAD	5
1988	XVII CAD	10
Total		243

QUADRO IV
DIPLOMATAS APROVADOS NO CAE

1977	I CAE	11
1978	II CAE	2
1979	III CAE	6
1980	IV CAE	11
1981	V CAE	19
1982	VI CAE (I)	14
1983	VI CAE (II)	11
1983	VII CAE	18
1984	VIII CAE	9
1984	IX CAE	8
1985	X CAE	8
1985	XI CAE	4
1986	XII CAE	5
1986	XIII CAE	5
1987	XIV CAE	4
1987	XV CAE	3
1988	XVI CAE	5
1988	XVII CAE	5
Total		148

CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE OFICIAIS DE CHANCELARIA

O Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria constitui para a categoria funcional de Oficial de Chancelaria de nível superior um sistema de qualificação e treinamento profissional previsto na Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Em seu artigo 63, a referida Lei estabelece que:

«Poderão ser promovidos, por merecimento, os Oficiais de Chancelaria que satisfizerem aos seguintes requisitos:

- I —
- II — à classe C, haver o funcionário concluído o Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria a ser instituído pelo Instituto Rio Branco, em coordenação com o órgão de pessoal do Ministério das Relações Exteriores.»

A categoria funcional de Oficial de Chancelaria, de nível superior, é constituída pelas Classes «Especial», «C», «B» e «A», em ordem hierárquica funcional decrescente.

O ingresso nesta categoria funcional é feito na classe inicial, mediante concurso público de provas realizado pelo Instituto Rio Branco.

**ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO BRANCO
EM 1988**

AULA INAUGURAL

A Aula Inaugural do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1988 foi pronunciada pelo então Presidente Eleito do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Doutor Enrique Iglesias, no dia 15 de março.

A seguir, as palavras de apresentação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Doutor Roberto Costa de Abreu Sodré, e o texto da palestra do Doutor Enrique Iglesias:

«O nome de Enrique Iglesias está inscrito com todos os méritos na história de luta e afirmação da América Latina. Com todo seu dinamismo e criatividade, com todo o brilho e competência de seu trabalho, ele se entregou à defesa dos interesses mais caros e das legítimas aspirações de nossos povos.

Trata-se, na verdade, de um patrimônio da inteligência latino-americana, homem público uruguaio que conquistou o respeito de amplos segmentos da comunidade internacional.

Toda a América Latina tem-se beneficiado de seus serviços, reconhecimento que lhe é devido, entre outros fatores, pelo significado de sua contribuição para os propósitos da vivificação e do aprimoramento da cooperação internacional para o desenvolvimento.

É, pois, motivo de grande satisfação e orgulho tanto para mim, pessoalmente, quanto para toda esta Casa acolher mais uma vez entre nós, desta feita já na condição de Presidente eleito do Banco Interamericano de Desenvolvimento, meu prezado amigo Ministro Enrique Iglesias. Vossa Excelência, Senhor Ministro, muito nos honra com sua presença no Itamaraty, atendendo ao convite que lhe fiz para proferir a Aula Inaugural do Instituto Rio Branco.

Durante os dois últimos anos, período em que me encontro à frente da diplomacia brasileira, vinha tendo o privilégio de manter freqüente diálogo e sucessivos contactos com o Ministro Iglesias. Sempre apreciei — e o digo com grande admiração — suas qualidades intelectuais, seu preparo, seu tino político-diplomático, sua imensa capacidade de trabalho. Foi efetivamente uma oportunidade muito grata e honrosa para mim ter podido compartilhar com ele momentos de particular relevância para a diplomacia de nossos dois países e da América Latina.

Na minha longa vida de parlamentar, aprendi a apreciar os políticos que sabem construir consenso. Que imprimem às práticas negociadoras os ingredientes da racionalidade e da conciliação. São os verdadeiros estadistas, os que permitem que os processos sociais avancem democraticamente. Conheci, em Iglesias, um diplomata com essas virtudes.

O Ministro Iglesias galgou, em sua vida pública, as posições mais destacadas. Seu currículo é exemplar. Com sólida formação acadêmica nas áreas de Economia e Administração, participou em 1968, ao lado do Professor Raul Prebisch, da preparação do memorável estudo sobre a situação da América Latina, encomendado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Trabalhou em importantes entidades de planejamento e execução econômica de seu país, como Diretor Técnico da «Oficina Nacional de Planejamento» e, posteriormente, como Presidente do Banco Central do Uruguai. Atuou em organismos de desenvolvimento econômico do Continente, tendo ocupado o cargo de Secretário-Executivo da Comissão das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe — Cepal. Toda essa vasta experiência, inclusive em âmbito internacional, habilitou-o plenamente a assumir as funções de Ministro das Relações Exteriores de seu país.

Não exagero em afirmar que Enrique Iglesias, por força de sua formação, constituiu-se em um dos principais arquitetos do processo de integração que, juntamente com a Argentina, estão corajosamente promovendo o Brasil e o Uruguai, de maneira a permitir a reafirmação político-econômica do Continente latino-americano no cenário internacional.

Sua atuação incansável em prol dos interesses de seu país e dos ideais latino-americanos mereceu-lhe, no momento da apresentação de sua candidatura à Presidência do BID, a unanimidade com que o consagramos para aquela função. Esse consenso continental foi a homenagem que prestamos à carreira de Enri-

que Iglesias, bem como o sinal de nossa confiança no êxito da gestão que irá empreender à frente do Banco.

Se o Governo e o povo uruguaios abrem mão de um grande estadista, ganhamos todos nós, latino-americanos, porque um autêntico e combativo representante dos interesses da região assume as rédeas dessa instituição-chave para o processo de desenvolvimento econômico e social da América Latina.

Ao ressaltar as qualidades do Ministro Iglesias, desejo fazer sentir aos alunos do Instituto Rio Branco, que hoje iniciam suas atividades no Curso de Preparação à Carreira Diplomática, a importância, para o exercício de suas futuras funções, de uma aprimorada capacitação profissional, alicerçada no apego entusiástico às causas da paz, do desenvolvimento, da cooperação entre os povos.

Nesse espírito, convido o Ministro Iglesias a dirigir-se aos alunos do Instituto Rio Branco. Estou certo de que suas palavras, fruto de uma rica vivência dos temas internacionais, servirão como perfeita introdução ao mundo complexo e de desafios permanentes, que é o mundo da diplomacia.

Muito obrigado.»

Señor Ministro,

Embajador Paulo Tarso,

Señores Embajadores y

Alumnos de esta Academia Diplomática

Antes de empezar mis comentarios quiero agradecer, en nombre de mi país y en el mío propio, por este recuerdo que acaba de hacer el Ministro Sodr  de esta gran figura ca da que fue Wilson Ferreira Aldunate. No sólamente su figura de coraje, de energía, de idealismo, de lucha política, sentida profundamente desde los tempranos años de su juventud, fueron incuestionablemente una fuerza motriz en la vida nacional a través de muchas décadas, sino que este hombre que hoy desapareció fue, junto con el Presidente Sanguinetti, uno de los grandes arquitectos de la reconstrucción democrática del Uruguay. Desde la oposición asumió la actitud de grandeza de darle al Gobierno el apoyo que éste requería para devolverle al país su estilo de vida, su moderación, su tolerancia y la comprensión de la necesidad de que en los momentos históricos que hemos vivido en estos años, la oposición tenía que compartir con el Gobierno las grandes responsabilida-

des de la reconstrucción democrática. El país le debe mucho a este hombre. Creo que está en la Historia como uno de los grandes caudillos que ayudaron a hacer nuestro país, a darle su personalidad propia, pero fundamentalmente que contribuyeron con una abnegación ejemplar a reconstruir democráticamente nuestro Uruguay. Le agradezco mucho sus palabras y las siento profundamente como uruguayos y en lo personal como un gran amigo de este compatriota tristemente desaparecido.

También agradezco las palabras muy generosas que Usted acaba de pronunciar, que son antes que nada el producto de una profunda y muy agradable amistad que hemos construido a lo largo de estos últimos años, y muy agradecido también por esta invitación suya para participar en este acto donde se inauguran los cursos de esta Institución, en una sala que está llena de recuerdos para ustedes, por el nombre que lleva el Instituto que está lleno de recuerdos también para la diplomacia brasileira, que fue este ilustre personaje de vuestra historia, el Barón de Rio Branco, pero que en alguna manera lo compartimos también, desde que su figura es igualmente honrada en mi país por lo que significó, como contribución a las relaciones diplomáticas y a las relaciones humanas entre el Uruguay y el Brasil.

Me siento un poco acomplejado de hablarles a Ustedes en esta Institución que es un modelo de sabiduría diplomática. Siento cierta cortedad en hablar ante quienes, en muchos aspectos, son maestros de la diplomacia latinoamericana y mundial y por tanto, permitanme que mis palabras sean mucho más que una clase, que no tendría condiciones de darles; una serie de reflexiones; reflexiones que están muy cesgadas por mi visión económica de los hechos; yo no puedo olvidarme que toda mi vida estuve trabajando desde la plataforma económica, pero en los últimos años estuve expuesto al ángulo político de la vida de América Latina, visto desde una administración nacional. Esto a mi me ha enriquecido; a mi me ha enriquecido porque he visto funcionar, desde un Gobierno, a la América Latina en un período tan fascinante de su historia como fue y como es el de la reconstrucción democrática en la mayoría de nuestros países y ver dentro de este contexto político el elemento económico y la coyuntura internacional. Usted decía, Ministro, de que mis reflexiones iban a ser sobre los desafíos que hoy experimenta la diplomacia latinoamericana y,

O Doutor Iglesias falou sem texto escrito. E não reviu a presente transcrição da gravação feita na ocasião.

vuelvo a repetir, no pretendo dar clases, porque no sería ello acorde con mi experiencia, pero sí, reflexionar en torno a eso. No hay duda alguna de que esta diplomacia hoy se encuentra desafiada por grandes mutaciones que están teniendo lugar en el escenario internacional, grandes mutaciones que están teniendo lugar en América Latina y grandes desafíos que tienen lugar en cada uno de nuestros países. No hay una diplomacia en el vacío, esto pudo haber sido parte de ilusiones pretéritas. La diplomacia es en última instancia un instrumento fundamental de la acción de los estados para insertarse en el medio internacional, en los medios regionales y para servir al propósito de fortalecer la imagen del país y al mismo tiempo darle a este país la consistencia de las relaciones que implican los resultados en el plano bilateral. Por tanto, cuando uno piensa en la diplomacia hoy en América Latina, yo creo que lo primero es reflexionar y tener una idea bien clara del acontecer mundial, de lo que está pasando hoy en el mundo y cuando uno se sumerge en las perspectivas del acontecer mundial tiene que reconocer que estamos en uno de los períodos más turbulentos de la historia del siglo. Es posible que todo observador tenga una deformación subjetiva del momento que le toca vivir. Es posible que esta misma frase haya sido dicha en los 40 o en los años 30, tengo la impresión, la percepción, sin embargo, de que quizás esta cercanía hacia fines del siglo, que siempre provoca en la humanidad una suerte de milenarismo; los fines del siglo tienen un contenido casi místico, pues suelen conmover mucha cosa. Algo aconteció, según cuentan, a fines del siglo pasado y algo parece estar aconteciendo cuando nos acercamos al final del segundo milenio de la era pos cristiana.

Evidentemente que se está diseñando un nuevo mapa político en el mundo. Los acontecimientos recientes en las relaciones entre las grandes superpotencias anuncian una suerte de acomodación de la cual todos nos felicitamos, pero del cual resultará un mapa político que todavía es difícil visualizar. Es cierto también que se está diseñando un nuevo mapa económico; no solamente porque está surgiendo un oriente con una fuerza extraordinaria, que para muchos marcará, en una forma definitiva, el gran peso económico del siglo que vendrá, sino incluso por algunos hechos totalmente desconocidos, como el caso de Estados Unidos, potencia máxima que se convierte al mismo tiempo en el deudor máximo, marcando una contradicción con todos los imperios preexistentes, porque nunca ha habido una potencia de esta magnitud que al mismo tiempo se convirtiera en uno de los grandes deudo-

res. Obviamente las potencias eran, por el contrario, grandes acreedores del mundo. Así como también aparecen hechos nuevos en ese nuevo mapa económico, derivados del surgimiento de las nuevas potencias industriales — ustedes son una de ellas — que marca una dispersión del poder económico que también supone un desafío de aprender y de comprender hacia donde se orienta esa economía. Quizás lo más importante que habría que reconocer es que estamos en el camino de una economía global. Es decir, una economía signada por una inestimable e inevitable interdependencia de todos con respecto a todos. El caso de la interdependencia de los Estados Unidos, hoy, por los mercados financieros mundiales, es una demostración de hasta que punto la interdependencia es un factor irresistible en la construcción de este nuevo orden mundial. Pero también debo incluir que nos vamos acercando a una universalización de las relaciones diplomáticas. Los cambios recientes en países como la Unión Soviética ó como China parecen anunciar las perspectivas hacia fines del siglo de una economía global en donde los socios de este mundo socialista pareciera acercarse cada vez más a una suerte de integración mayor con la economía internacional. Es decir el acontecer mundial está cambiándonos el mapa político y el mapa económico. Yo diría que también es posible que se altere el mapa militar, pero sobre eso tengo poco que decir; pero intuyo que también allí están dando cambios importantes que habrá que recoger en ese nuevo diseño hacia el cual nos va llevando el siglo que termina.

Si miramos el problema del punto de vista del sistema económico, nos encontramos con una de las cosas que a mi más me ha impactado en los últimos años, a través de mi experiencia en la Cepal, y luego rondando por América Latina durante más de dos décadas, he visto un hecho que gana cada vez más fuerte la incapacidad de prever o anticipar los hechos económicos, pero al mismo tiempo una inimaginable capacidad de vencer y absorber las crisis. A mí me tocaron por lo menos tres crisis finales del sistema. El sistema iba a explotar con el petróleo, iba a explotar con el asunto de las monedas, iba a explotar con la crisis de la deuda. Daría la impresión que se ha ido generando una suerte de acomodación en las relaciones internacionales, que hace que sin que nadie pueda anticipar la catástrofe, tampoco pueda asegurar la catástrofe. Es decir, eso que los americanos llaman la «resilience» del sistema, creo que es un hecho que nos acompaña en esa transformación, en donde pareciera ser que la capacidad de evitar el abismo del fenómeno está también incorporada y que quizás sea producto de la propia construcción de la sociedad

multilateral que de alguna manera ha creado elementos de defensa para evitar las grandes crisis en el plano económico y en el plano político.

La América Latina está en medio de esa realidad, sufre por una parte *shocks* que provienen de las mutaciones que están teniendo lugar a nivel mundial. Ciertamente la interdependencia es una de ellas. América Latina no puede escapar a la interdependencia, no puede escapar a vincularse con ese mundo donde tiene muy poca capacidad de influir, aún cuando la unidad le asegure una mayor potencialidad para poder tener influencia, pero es una realidad que América Latina vive y se sumerge en ese mundo de creciente interdependencia. Es una región que siente el *shock* tecnológico. Nosotros no hemos tenido la capacidad de apreender en toda su dimensión hasta que punto las actuales transformaciones tecnológicas están generando, en América Latina, cambios de una extraordinaria importancia en lo que fueron las ventajas comparativas tradicionales, en lo que ha sido la dependencia de la región de la producción y la exportación de materias primas, en lo que significa la necesidad de abarcar nuevas transformaciones en las estructuras productivas, como producto del ritmo y la profundidad de las transformaciones tecnológicas. Y tenemos que reconocer también que, junto con el *shock* de la interdependencia y de la tecnología, tenemos el *shock* neo-liberal en la economía. Eso es un fenómeno que se ha extendido en el campo capitalista como se ha extendido en su versión especial en el campo socialista y que marca una nueva concepción del mundo, mucho menos signada como fue otrora por lazos de solidaridad. Nos encontramos con relaciones mucho más signadas por el *good pro quo*, por las relaciones de poder, por las relaciones de ventajas y beneficios recíprocos. Es decir, aquel concepto de solidaridad que nos sirvió para trabajar durante 20 ó 30 años la concepción del nuevo orden económico mundial, hoy se ve reemplazada por un concepto mucho más estrecho de asistencialismo a los países más empobrecidos y en cambio pasamos a una etapa donde la crisis del sistema conmueve las bases mismas del multilateralismo en el que creíamos y fuimos convencidamente trabajando durante más de tres décadas. Esa es la relación de los *shocks* que se experimenta en América Latina cuando se la examina a la luz del acontecer internacional.

Algo similar nos está pasando dentro de nuestros países; nuestros países heredan, en primer término, grandes ambivalencias, comenzando por las ambivalencias del pasado; grandes de-

sequilibrios de tipo económico, con sus economías profundamente inestables en la mayor parte de los casos; grandes ambivalencias de tipo social — una tercera parte de América Latina, a pesar de los grandes logros que se han hecho en materia económica, sigue — sumergida en el desempleo, en la miseria, en la marginación — y junto con esos desequilibrios que nos vienen tradicionalmente del pasado apareció este fenómeno del desarrollo prestado de los años 70 que nos dejó una pesada herencia de 420 mil millones de dólares que forma el síndrome del endeudamiento externo, que sigue estando con nosotros, que ya hemos tratado de administrarlo en distintas maneras y que hemos ido mejorando los términos de su administración, pero que la propia solución del problema marca hasta que punto la prevalencia de relaciones de interdependencia hace difícil resolver el tema con soluciones integrales. Simplemente porque no hay capacidad para generar soluciones fuera de ese mecanismo que nos vincula a todos y dentro del cual no tenemos más remedio que movernos. Muchas veces se nos reclamó, en el pasado, por qué América Latina no emprendía el camino de los clubes de deudores, de las soluciones de carácter global. Todo eso queda como un objetivo muy deseable pero en la práctica la experiencia nos demostró a todos y sigue demostrando que la interdependencia genera reglas del juego que es muy difícil para cualquier país de cualquier dimensión superar o *bypasear*; simplemente estamos todos sometidos a un funcionamiento en donde los pesos y contrapesos hacen imposible a veces buscar soluciones ideales a la mayoría de nuestros problemas. Todos los países se encuentran enfrentados hoy en América Latina frente a tareas que son en primer lugar administrar la crisis, que es básicamente un problema de administrar el endeudamiento externo, un problema de modernizar nuestras economías y un problema de consolidar las instituciones democráticas.

Son los tres frentes sobre los cuales, de una manera u otra, todos nuestros países se encuentran hoy trabajando.

Administrar la crisis es un tema, como he dicho, fundamentalmente de superar el síndrome de la deuda externa. En los años 70, América Latina ahorrraba 20% y recibía 3 ó 4 puntos de ingresos de capital de el exterior y por tanto era capaz de invertir 24%. Hoy por hoy, ahorramos 20% y remitimos 4%; es decir, invertimos 16%. Ese es el gran tema de la crisis actual; es mucho más que una crisis financiera, de administración o de balance de pagos. Es una crisis de incapacidad de inversión. La crisis del corto plazo de América Latina es la crisis de una región que pasó

de invertir el 24% al 16% y con esos porcentajes no es posible impulsar el desarrollo económico en forma dinámica. Ese es el primer tema en el que estamos sumergidos.

El segundo tema es el de la modernidad. Palabra confusa, complicada y sujeta a más de una lectura. Pero no tengo la menor duda de que América Latina tendrá que hacer, en la década de los 90, el gran esfuerzo de la modernización, a todos los niveles; desde las estructuras institucionales hasta las aproximaciones intelectuales a nuestros problemas, hasta las estructuras del Estado y de la empresa privada. El ritmo de la transformación que experimenta el mundo es de tal magnitud que si América Latina no considera en profundidad los desafíos que tiene por delante en la década que vendrá, corre el riesgo de perder el tren de la Historia — por lo menos muchos de nuestros países — y quedar marginada de la transformación que experimentan, a todos niveles, el mundo capitalista y el mundo socialista. Yo no sé como definir esa modernidad o como entenderla en este país. Sé como entenderla en mi país. Yo creo que en mi país, fundamentalmente, ese esfuerzo de modernización, pasa por un esfuerzo de eficiencia económica, pasa por un esfuerzo de eficiencia social, pasa por un esfuerzo de apertura externa, pasa por un esfuerzo de creación de la sociedad tecnológica contemporánea, pasa por una revisión en profundidad del Estado y de la empresa privada. Yo conozco los ingredientes del *cocktail* de la modernidad, pero no me atrevería a definirlo para nadie excepto para mi país, porque lo conozco en profundidad. Esa tarea de modernización, creo que es, hoy por hoy, el gran desafío que experimentan nuestras sociedades y como digo, no solamente es una modernización de las estructuras productivas. Es una modernización de las estructuras mentales que comienzan por el reconocimiento de los cambios que se están dando en el mundo y que de alguna manera afectan en forma vigorosa nuestra capacidad de sumarnos al proceso de cambio o simplemente correr detrás de él.

Y esa es una de las grandes lecciones que nos ha dejado la historia contemporánea. Yo digo que estos tres grandes paquetes o mensajes que nos vienen de un mundo internacional cambiante y en profunda mutación, de una América Latina que está colectivamente desafiada por *shocks* tecnológicos, interdependientes y de este nuevo clima neo-liberal que se ha fijado en el mundo; de una realidad nacional en donde el tema central es administrar esa crisis que es en buena medida una crisis de deuda externa y de incapacidad de inversión y de modernizarnos para terminar

considerando instituciones democráticas. Ese es el gran paquete que tiene que analizar, a mi juicio, la diplomacia contemporánea.

Yo quisiera dejar con ustedes algunas reflexiones sobre los desafíos que nos generan estos frentes, a nuestra diplomacia, por lo menos en lo que mi modesta apreciación me ha enseñado en estos últimos tres años de compartir con mi Gobierno la responsabilidad de la Cancillería.

Primero, tenemos las experiencias derivadas de las realidades políticas internacionales. El desafío a la diplomacia latinoamericana derivado de las nuevas realidades políticas del Occidente, al cual pertenecemos y del Tercer Mundo, al cual también pertenecemos. Yo creo que esto implica solicitarle a la diplomacia latinoamericana tener alguna expresión política propia. Lo que se ha venido haciendo en el Grupo de los Ocho, de ir generando una capacidad de opinión autónoma, independiente y respetada en América Latina, es un requisito del desafío de la nueva realidad política internacional. Yo creo que es positivo que la América Latina opine y se exprese colectivamente en un grupo que tendrá que ir creciendo con el tiempo, que se exprese colectivamente y con autoridad, respecto a la coyuntura internacional. La región tiene madurez suficiente como para poder ya incidir con su opinión en el proceso de transformación política internacional y en ese contexto creo que tenemos que proponernos, como una realidad fundamental de la diplomacia latinoamericana, el refuerzo y la reformulación del multilateralismo, en una realidad política internacional signada por los acuerdos de las dos grandes super potencias.

Parecería fundamental enfatizar la unidad de la América Latina y al mismo tiempo el refuerzo del multilateralismo. Yo creo que hay una ocasión única para ello. La actitud de la Unión Soviética, por ejemplo, con respecto a ese tema es un hecho que tenemos que analizar con cuidado. Pero me parece que en última instancia el hecho de expresarnos con autoridad propia debe ser acompañado por un esfuerzo muy vigoroso de hacernos presentes en la reformulación y en el replanteo de la acción multilateral en el mundo contemporáneo. Es una forma de balancear la nueva estructura del poder internacional que parece estarse diseñando en esta reacomodación política que hoy vive la comunidad internacional. En ese contexto, un desafío que nos tenemos resuelto, es restablecer un diálogo correcto con los demás países del Tercer Mundo. Tengo la impresión que se nos va a ser cada vez más difícil ese diálogo si no lo premeditamos y pensamos seriamente.

Las tradicionales relaciones que fueron prevaleciendo en el mundo en los años 60, en los años 70, con la construcción de la UNCTAD, todo ese edificio está siendo hoy jaqueado y es penoso observarlo. Como se ha ido, de alguna manera, erosionando la llamada solidaridad de los países en vía de desarrollo, como consecuencia, y de eso somos un poco responsables nosotros, de nos haber meditado en profundidad de los cambios que se están produciendo dentro de ese complejo de países y la necesidad de redefinir las relaciones para que no se nos conviertan ya no en activos si no en pasivos. Algunos de los hechos que yo he podido vivir en los últimos años, las relaciones con Africa, por ejemplo, me demuestran la necesidad que tenemos de replantearnos como región el esquema de relaciones que corresponde con los nuevos cambios que tienen lugar en los países en vías de desarrollo y es una responsabilidad donde América Latina, como parte de una de las regiones más avanzadas del Tercer Mundo, tiene necesidad de replantearse y reformularse para que esas relaciones con ese grupo de países no se nos convierta en pasivos en lugar de activos.

En segundo lugar, tenemos que la diplomacia latinoamericana es desafiada por las nuevas relaciones económicas internacionales. Yo mencionaba, al principio de mis palabras, el tema de la interdependencia. Aquí nos encontramos nosotros con dos factores que se han instalado en esa interdependencia. Por un lado el modelo económico que promueven las instituciones del Bretton Woods, que es un auténtico modelo de desarrollo que nos ha sido propuesto a los países del Tercer Mundo y por otra parte el nuevo orden comercial que se está instalando a partir de la Ronda Uruguay y la recomposición de las nuevas relaciones comerciales que ello significa. Son dos de los puntales en los cuales el mundo se ha ido organizando en esas relaciones económicas internacionales. Yo diría que a la diplomacia la desafían en doble sentido. Por una parte, traducir esos fenómenos hacia adentro y entender que uno de los grandes elementos que nos desafían es reconocer las realidades derivadas de esa política en la cual se ha embarcado hoy la comunidad internacional, especialmente la financiera, y ver como logramos flexibilidad suficiente para manejar nuestros propios modelos de desarrollo, en ese esquema que se ha hoy instalado en la realidad internacional. Y en lo que tiene que ver con el GATT, yo creo que sería ocioso reiterar aquí que pienso que estamos frente a uno de los desafíos más significativos del orden económico que vendrá en el próximo siglo. Yo no podría enfatizar suficientemente la importancia que tiene el se-

guimiento puntual, orgánico y de conciliación de posiciones entre nosotros mismos y otros países para hacer de esa ronda Uruguay un ejercicio que nos permita realmente ganar el espacio que necesitamos para el desarrollo de nuestros países.

Son dos de los puntuales que hoy desafían seriamente a nuestros países. Por una parte el nuevo modelo de desarrollo que están impulsando las discusiones del Bretton Woods y por otra parte el nuevo modelo comercial que está impulsando el GATT a partir de este orden económico que hoy prevalece o que va a prevalecer en los años que vendrán.

El tercer desafío es el desafío de carácter regional. Yo diría que América Latina ha dado muestras en los últimos años de una mucha mayor madurez y pragmatismo que dió en el pasado. Es curioso, pero en los años 60 — en los años 70, en que yo empecé a trabajar en Cepal — siempre el mensaje era que los latinoamericanos éramos unos románticos, ideólogos, que nos faltaba pragmatismo. Hoy en día yo creo que es exactamente el contrario. Nosotros somos los pragmáticos, los ideólogos están del otro lado. Curiosa esa contradicción que se ha dado en el mundo contemporáneo, pero hay algo de verdad en esa afirmación, por lo menos en mi experiencia personal. Yo creo que hay un alto grado de madurez en América Latina o está creciendo esa madurez; y creo que hay, además, una mucha mayor conciencia crítica, que comenzó abandonando algo que nos acompañó muchos años y que nos hizo mucho mal y es de creer que todos los males viene de afuera. Es un elemento que nos acompañó sistemáticamente y que en el inconciente fuimos aceptando sin entrar a razonarlo claramente. Es cierto que muchos de los problemas vienen del exterior pero no todos, y eso lo hemos ido aceptando y asimilando pacíficamente. Hoy por hoy, todos entendemos de que hay una conciencia crítica dentro de América Latina. Implica analizarnos y analizar sobre las posibilidades de hacer cosas a pesar de la coyuntura internacional, porque otros lo están haciendo. Y esto lo hemos ido descargando de nuestras conciencias y generando un punto de apoyo a esa madurez a que hacía referencia. Creo que esto implica en esa realidad nacional, desafía a esta diplomacia latinoamericana. Primero en los mecanismos de consulta, yo creo que las experiencias de los últimos años, la creación de Contadora y el Grupo de Apoyo, implicó una nueva diplomacia mediadora que tiene un alto contenido político y ético. Cualquiera sean los resultados, ahí se realizó un esfuerzo de una enorme importancia, más que nada para evitar que se produjeran cosas, y yo creo que esto es muy importante. Diría que Cartagena fue otro ejemplo de madurez. Pues en Cartagena — lo he dicho en todos

los foros posibles — no solamente hemos manejado el tema de la deuda con un gran sentido, con una gran visión global del problema, sino con una enorme responsabilidad. La Historia va a recordar este esfuerzo como un esfuerzo de una enorme capacidad responsable de América Latina en el manejo de un tema tan delicado y tan explosivo como es el tema de la deuda. Algunos nos critican que hemos sido demasiado moderados, yo creo que no. Creo que la Historia va a decir que en el fondo, de alguna manera, los costos de otras actitudes hubieran sido mucho mayores y los riesgos mucho más grandes de haberlo resumido en otra forma.

Diría que hay otros temas globales que están reclamando esa labor de consulta. El narcotráfico sin duda alguna es un flagelo que América Latina no puede desconocer y que implica de alguna manera una acción política responsable sobre la cual habrá que coordinar posiciones.

Junto con esa respuesta a la diplomacia regional, yo diría los esfuerzos de integración. Y aquí yo no voy a insistir en algo con lo cual me siento tan identificado. Simplemente diría lo siguiente: yo viví todas las etapas de la integración, conocí las etapas románticas de la integración, las etapas idealistas, donde los objetivos iban mucho más allá de las posibilidades. Hoy vivimos una etapa mucho más concreta y pragmática. La integración implica fundamentalmente reconocer que hay que tener impulso político. El caso del impulso político que están poniendo los tres Presidentes de Argentina, Uruguay y Brasil es un hecho de una invaluable contribución a nuestros tres países. Pero hay que tener también ideas concretas y que hagan sentido como tal. No hay integración donde prevalezca solamente la preocupación romántica y no aparezca la otra parte de la preocupación pragmática a los beneficios mutuos. Yo creo que eso es la gran lección de los últimos años y pienso que este esquema integrador va a continuar en la medida en que sepamos conciliar las fuerzas, el impulso político de parte de la cima de nuestras estructuras políticas, pero también la necesidad de ir modelando ideas que hagan sentir de alguna manera nuestra lucha de hacer de la integración un ejercicio con beneficios mutuos. No un ejercicio de aritmética, que fue otro de los grandes elementos que nos trabó durante años; aquí no se trata de que todos tengamos que recibir beneficios aritméticamente compensados. De lo que se trata es que al final estemos todos mejor. Porque en la medida en que caigamos en las compensaciones aritméticas caemos también en una de las

grandes trabas de los años 60 y 70 que fueron poniéndole coto e incapacidades y resistencias al proceso de avance de la integración.

Por último yo diría, o casi por último, anteúltimo, el tema de las realidades interamericanas, yo creo que ahí hay otro de los desafíos donde también yo he sentido profundamente en los últimos años la necesidad del repensamiento.

Las relaciones interamericanas son fundamentales para nosotros. Formamos parte de toda una región y en este mundo convulsionado, en donde se van generando relaciones especiales, yo creo que nosotros no podemos desconocer que tenemos una relación muy particular dentro del sistema interamericano. Siempre hemos estado sometidos a tensiones y a incomprensiones. Han sido muchos más los momentos de confrontación que los momentos de cooperación. Yo creo que esto hay que repensarlo, porque no es concebible que América Latina esté en estas relaciones interamericanas pasando por períodos de apatía, a períodos de focalismo en puntos críticos o a pensar que todas las relaciones interamericanas hoy en día pueden ser el caso de Nicaragua o el caso de Panamá o como fue el caso de Cuba. Yo creo que es absolutamente imprescindible llegar a fin de siglo con un sistema interamericano que tenga sentido de relación madura y que pase por mecanismos auténticos de cooperación, lo cual significa un auténtico latinoamericanismo. Yo no creo que haya un interamericanismo sano si no se pasa por un latinoamericanismo. No hay contraposición. A veces, en los Estados Unidos, se nos ha entendido mal y todos los esfuerzos de latinoamericanismo se entendieron como que eran elementos aglutinantes «en contra de», cuando en definitiva de lo que se trata es entender que, en una relación con la primera potencia del mundo, la formación de un estado de conciencia y de un estado de unidad latinoamericana es una precondition para una negociación positiva y de auténtica cooperación. Bueno, eso tenemos que plantear. Yo creo que nosotros no podemos llegar a fin del siglo sin tener realmente una redefinición importante, y aquí voy a pasar un mensaje para mis nuevas funciones. La definición de la OEA, jugando un papel positivo en esa etapa, y del Banco Interamericano deben ser mirados en ese sentido. Porque necesitamos pilares entre el sistema interamericano, de las Américas como un todo — en el caso nosotros, del Banco Interamericano — con otros países del mundo industrial, para convertirlos en efectivos puentes de comunicación. Estos organismos son contribuciones no solamente económicas, son también políticas. El Banco Interamericano es un organismo

que constituye una pieza fundamental al diálogo político entre nuestros países. Porque debe ser, en los años 90, uno de los grandes instrumentos de la modernización de América Latina. Debe sumarse a ese esfuerzo modernizador a que nuestros países deben disfrutar de parte importante. Yo creo que, en ese contexto, este desafío de redefinición de las relaciones interamericanas, a partir del auténtico latinoamericanismo, compromete a nuestras diplomacias, especialmente en lo que tiene que ver con una redefinición del papel de la OEA y una definición del papel del Banco Interamericano en ese esquema de relaciones.

Por último yo diría, el desafío a nuestras diplomacias a partir de las realidades nacionales. Pocas veces como hasta ahora nosotros hemos sentido, yo digo como uruguayo, que las relaciones internacionales se convertían en un elemento de apuntalamiento de nuestras democracias. Esa percepción de que el relacionamiento externo ayudaba a la consolidación democrática es un hecho que yo viví profundamente. No podemos ignorar, por ejemplo, que en la historia independiente de nuestros tres países, sacando una anécdota de triste memoria del pasado, nunca se habían juntado nuestros presidentes. Nunca se habían juntado nuestros presidentes durante cuatro décadas. Esto es un hecho de un enorme simbolismo. Pero no solamente orientado hacia la construcción de las relaciones económicas. Son señales de una enorme importancia que están indicando que esta reconstrucción democrática se está, de alguna forma, apoyando mutuamente. Es decir, que la relación exterior, la diplomacia — esa es una impresión personal — es un instrumento que coadyuva al fortalecimiento de la consolidación democrática de nuestros países y que ha hecho así una contribución y seguirá siendo de una enorme importancia para la consolidación de esta etapa donde todos queremos trabajar y seguir viviendo.

Ni que decir que esa diplomacia bilateral mirando hacia otros países tiene que ser también un instrumento de la modernización. Ustedes podían hablar aquí en Itamaraty de diplomacia de resultados. Y evidentemente, no se concibe hoy en día una diplomacia que no tenga como uno de sus grandes objetivos la ampliación de los mercados, la incorporación de los países a la gran red tecnológica del mundo y todo lo que, significa hoy hacer del diplomático un instrumento eficaz de la modernización a partir de la ayuda a nuestros países en la inserción de carácter internacional de cada una de nuestras naciones. Así pues, yo diría que hoy por hoy reconociendo esos profundos cambios que tienen lugar en la

economía, en la política del mundo, reconociendo además los profundos desafíos que tiene hoy la América Latina *shokeada* en esa relación que siempre hemos valorado entre los centros y nosotros que somos parte de la periferia, enfrentados a la enorme tarea de la consolidación democrática y de la modernidad, yo creo que todo eso demarca el campo a partir del cual las diplomacias latinoamericanas deberán reflexionar, replantear y reformular sus objetivos.

Yo celebro mucho que en ese ejercicio estemos trabajando de verdad, yo celebro mucho que este país, que Itamaraty haya asumido en los últimos años una actitud tan activa en el plano latinoamericano. Ha sido el Presidente Sarney que le ha dado ese impulso en los últimos años a las relaciones en cuestión, con los presidentes de Argentina y Uruguay, yo creo que todo eso hace que estos grandes desafíos hoy como nunca en nuestra historia lo podamos asumir en un plano de consulta permanente que será en definitiva una forma de ayudarnos a todos a ir venciendo, paso a paso, cada uno de esos desafíos que todos ustedes, estudiantes y diplomáticos del futuro, tendrán que ir resolviendo.

Nada más. Muchas gracias.

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA -- 1988

As inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estiveram abertas de 22 de fevereiro a 22 de março, em Brasília, nos centros regionais de inscrição de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, e nas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras no exterior.

As provas da primeira fase realizaram-se nas capitais acima relacionadas, nos dias 6, 7 e 8 de maio (Português, Francês e Inglês, respectivamente).

A Banca Examinadora foi formada pelos seguintes professores:

Português:

Ministra Heloisa Vilhena de Araujo
Professora Enilde Leite de Jesus Faulstich
Professora Stella Maris Bortoni

Francês:

Secretária Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa
Professor Christian Marcel Defontaine

Inglês:

Ministro Henrique Rodrigues Valle Junior
Professora Edite Faial-Jacques
Professor Bruce Le Roy Leininger

MOVIMENTO

Inscritos	779
Compareceram	354
Aprovados	13

As provas de segunda fase realizaram-se em julho, de 1º a 3 (Exames Oraís de Questões Internacionais Contemporâneas). Foram aprovados 13 candidatos.

As provas de terceira fase realizaram-se em 6 de julho (História do Brasil), 9 de julho (História Mundial), 13 de julho (Geografia do Brasil). Foram aprovados 13 candidatos.

As provas da quarta fase realizaram-se em 16 de julho (Geografia Geral), 17 de julho (Noções Básicas de Direito), 18 de julho (Noções Básicas de Economia).

Professores:

2ª fase: (Provas orais)

Questões Internacionais Contemporâneas:

Embaixador José Nogueira Filho
Ministro Luiz Augusto Saint-Brisson de Araujo Castro
Conselheiro Antonio José Vallim Guerreiro

Português:

Ministra Heloisa Vilhena de Araujo
Professora Enilde Leite de Jesus Faulstich
Professora Stella Maris Bortoni

Francês:

Secretária Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa
Professor Christian Marcel Defontaine
Professora Marie Hélène Grosselle de Mello Ferreira

Inglês:

Secretário Sarkis Karmirian
Professor Bruce Le Roy Leininger
Professora Edite Faial Jacques

3ª fase:

História do Brasil:

José Flávio Sombra Saraiva

História Mundial:

Professor Amado Luiz Cervo

Geografia do Brasil:

Professora Marcia Regina de Andrade

4ª fase:

Geografia Geral:

Marcia Regina de Andrade

Noções Básicas de Direito:

Professor Walter Ramos da Costa Porto

Noções Básicas de Economia:

Ministro Raphael Valentino Sobrinho

Professora Ana Maria Amorim

Os exames de sanidade e capacidade física e psíquica, realizados entre os dias 20 a 28 de julho e coordenados pelo Doutor Antonio Teixeira de Souza, Chefe do Serviço de Assistência Médica e Social do Itamaraty, estiveram a cargo do Hospital do Comando Naval de Brasília, para os exames físicos, da Doutora Vânia Ribeiro Martins Hummel, para os exames oftalmológicos, do Serviço de Seleção da Marinha, para os exames psíquicos, e do Doutor Aldo Carrilho Neves, para os exames de otorrinolaringologia.

Foram os seguintes os aprovados, em ordem de classificação final:

- 1º Eduardo Paes Saboia
- 2º Fábio Mendes Marzano
- 3º Colbert Soares Pinto Júnior
- 4º Luiz Felipe Silvério Fortuna
- 5º Fábio Vaz Pitaluga
- 6º Davino Ribeiro de Sena
- 7º Ary Norton de Murat Quintella
- 8º Alexandre José Vidal Porto
- 9º Eugenia Barthelmess
- 10º Luiz Cesar Gasser
- 11º Luis Felipe Magioli e Mello
- 12º Arnaldo Clarete Salabert
- 13º Antonio Justino de Souza

Fizeram jus ao prêmio Lafayette de Carvalho e Silva: Eduardo Paes Saboia (1º lugar, medalha de prata) e Fábio Mendes Marzano (2º lugar, medalha de bronze).

CARACTERÍSTICAS DAS PROVAS E PROGRAMAS

I — A prova escrita de Português constou das seguintes partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 450 palavras e máxima de 600 palavras (valor: 60 pontos); e
- b) resumo de um texto (valor: 40 pontos).

A prova procurou avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (ortografia, sintaxe, pontuação, estilo, léxico), mas também a estruturação, a relevância e a adequação das idéias em relação ao tema.

II — As provas escritas de Francês e Inglês constaram de duas partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 400 palavras e máxima de 500 palavras (valor: 60 pontos); e
- b) versão de um texto (valor: 40 pontos).

III — A prova oral e eliminatória de Questões Internacionais Contemporâneas teve por objetivo apurar o domínio do candidato sobre temas internacionais correntes, sua capacidade de abordar a atual problemática mundial, bem como as questões diplomáticas de interesse especial para o Brasil. Conhecimentos estes que pressupõem, da parte do candidato, o hábito de acompanhar os acontecimentos internacionais mediante a leitura atenta de livros, revistas e jornais que dediquem atenção especial a tais assuntos.

Na prova de Questões Internacionais Contemporâneas, o candidato sorteou três temas internacionais correntes e escolheu um para exposição oral perante a Banca, durante 10 (dez) minutos. Antes, porém, foi-lhe concedido um intervalo de aproximadamente dez minutos para preparar sua exposição. Após a mesma, respondeu a perguntas feitas pelos examinadores.

IV — As provas orais de Francês e Inglês foram realizadas simultaneamente, de acordo com tabela de chamada, fixada na Secretaria do Instituto Rio Branco. As provas procuraram avaliar a capacidade de expressão dos candidatos.

V — Nas provas de Francês e Inglês, o candidato teve de ler um texto sorteado na ocasião e responder às questões formuladas pelos examinadores. O candidato dispôs de cerca de quinze

minutos para preparar sua prova nos quais podia recorrer ao auxílio de um dicionário unilíngüe posto à disposição pelo Instituto Rio Branco.

VI — As provas de conhecimento em matérias básicas eram compostas de:

- a) dissertação, no valor de 40 pontos;
- b) três pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.

VII — As provas tiveram a duração de quatro horas e meia.

PROGRAMAS

História do Brasil

1ª Parte:

1. A Independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial — Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
3. O Brasil Imperial — Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial — Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial — Política externa: o reconhecimento da Independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. O advento da República: as crises do fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O Positivismo.

2ª Parte:

7. O Brasil Republicano — Política e Administração:
 - a) A Primeira República (1889-1930) — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
 - b) A Segunda República (a partir de 1930) — o Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.
8. O Brasil Republicano — Economia:
 - a) A Primeira República (1889-1930) — A estrutura econômico-financeira; as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.
 - b) A Segunda República (a partir de 1930) — A industrialização. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira.
9. O Brasil Republicano — Sociedade e Cultura: a população; a expansão demográfica; a imigração e a colonização; as migrações internas; a urbanização. A legislação trabalhista.
10. O Brasil Republicano — Política Externa:
 - a) A Primeira República (1889-1930) — O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
 - b) A Segunda República (a partir de 1930) — A política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial, O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.
11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:
 - a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.
 - b) Os Governos Militares. Sociedade e Política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os Atos Institucionais. A Ideologia da Segurança Nacional.
 - c) O processo de transição política.

História Mundial

1ª Parte:

1. Transformação do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.
2. Da Era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.
3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades no Século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.
4. A expansão da Europa no Século XIX. A política das grandes potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.
5. A política européia do Congresso de Berlim de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O Sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.
6. O pensamento político, social e econômico do Século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2ª Parte:

7. A Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências políticas, sociais e econômicas. Os princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.
8. A Europa entre as duas Guerras. A crise econômica de 1929-1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo.
9. A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
10. A reconstrução da Europa. O Plano Marshall e a política de integração econômica. A Comunidade Européia e o Bloco Soviético. A Comunidade Britânica.
11. A Ásia de 1918 a 1965. A dissolução do Império Otomano. A Liga Árabe e o Estado de Israel. A Índia, a China e o Japão.
12. A Guerra Fria e a formação de blocos. O problema de Berlim. A Guerra da Coreia. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.
13. A emancipação das Nações Africanas.
14. O mundo, de 1945 a nossos dias. As principais questões econômicas, políticas e militares no quadro das relações internacionais.

3ª Parte:

15. Os movimentos de independência na América e a formação de novos Estados.
16. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico e evolução política.
17. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política e econômica. Evolução interna: Argentina, Chile e México.
18. Os Estados Unidos entre as duas Guerras: o isolacionismo, Roosevelt e o *New Deal*. Evolução interna após a Segunda Guerra Mundial.
19. A América Latina após a Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política e econômica. Argentina, Chile e México.
20. As relações interamericanas desde a independência. Doutrina de Monroe e sua aplicação. Os conflitos latinos no Século XIX. Solidariedade continental, pan-americanismo, sistema interamericano. A política dos Estados Unidos para a América Latina, desde Theodore Roosevelt.

Geografia do Brasil

Unidade I: A questão agrária e organização do espaço brasileiro

1. A modernização da agricultura e as novas formas da produção agrícola no Brasil. Atuação do Estado na questão agrária. O problema fundiário.
2. A fronteira agrícola.

Unidade II: Cidades brasileiras

1. Distribuição espacial das cidades.
2. Urbanização, metropolização e periferização no Brasil.
3. Brasília e a organização do espaço brasileiro.

Unidade III: Indústrias e organização do espaço brasileiro

1. A unificação do espaço pela industrialização.
2. A concentração industrial no Sudeste.
3. Os desequilíbrios regionais.

Unidade IV: Problemas ambientais no Brasil

Unidade V: Questões demográficas brasileiras, Migrações Internas

Geografia Geral

Unidade I: O espaço geográfico

1. O significado do espaço geográfico.
2. Impacto tecnológico e transformações no meio ambiente natural.

Unidade II: A organização do espaço mundial

1. Concentração e desconcentração espacial das indústrias: diferenças entre os países centrais (EUA e Europa) e periféricos (América Latina, Ásia e África).
2. O processo de urbanização e suas interligações com o processo de industrialização. Diferenças entre os países centrais (EUA e Europa) e periféricos (Ásia e África).
3. A problemática espacial da urbanização na América Latina; pobreza e terciarização.
4. A modernização da agricultura. A agricultura capitalista e a estruturação do mundo agrário.
5. A questão energética.

Unidade III: Questões demográficas do mundo contemporâneo

Noções Básicas de Direito

1. Fundamentos e fontes do Direito. Significado da noção de fontes. Costume, legislação, jurisprudência e doutrina como fontes do Direito.
2. A elaboração do Direito. A norma jurídica: estrutura, validade, classificação.
3. Norma jurídica: métodos de interpretação. Aplicação do Direito. Princípios gerais do Direito.
4. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica; negócio jurídico.
5. Obrigatoriedade e aplicação da lei. Hierarquia das leis. Erro de direito e erro de fato.
6. Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de direito público e direito privado.

7. Direito subjetivo: conceito, teorias, elementos. Classificação dos direitos subjetivos.
8. Divisões do direito: público e privado, interno e internacional. Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado.
9. Conceito, fontes e evolução do Direito Constitucional. Conceito de Constituição.
10. O Estado brasileiro. Personalidade jurídica e soberania. O território brasileiro. A população brasileira; nacionalidade; condição jurídica do estrangeiro.
11. Regime republicano, forma federativa do Estado; sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. A ordem jurídica; competência da União e dos Estados federados.
12. Os três poderes independentes; formação e estrutura. Sistema de controle recíproco. A constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da administração.
13. O processo legislativo no âmbito federal. Espécies; formas de iniciativa: procedimento ordinário e procedimentos especiais.
14. Condição jurídica dos Estados; direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.
15. Tratados internacionais: relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no processo de sua elaboração.
16. Organizações internacionais: personalidade jurídica. Classificação dos atos das organizações internacionais.

Noções Básicas de Economia

a) Introdução à Teoria Econômica

1. Problemas econômicos e objetivos econômicos. Progresso econômico e problemas econômicos. O papel do Governo — metas econômicas e suas interrelações.
2. A escassez — Escassez e escolha: a curva de possibilidades de produção. A forma da curva de possibilidades de produção: custos de oportunidade crescentes. A curva de possibilidades de produção como fronteira.
3. O crescimento econômico: o deslocamento para fora da curva de possibilidades de produção; a escolha entre

- bens de consumo e bens de capital. Desenvolvimento econômico: o problema da decolagem.
4. Economia positiva e economia normativa. Noções introdutórias à metodologia econômica.
 5. A especialização, as trocas e a moeda. A economia do escambo. O sistema das trocas com dinheiro. O sistema monetário. As vantagens comparativas. As economias de escala.
 6. Demanda e oferta: o mecanismo do mercado. O mercado e o Governo. O mecanismo do mercado. Concorrência perfeita e imperfeita. Concorrência perfeita: a demanda e a oferta. O equilíbrio de oferta e demanda. Deslocamentos na curva da demanda. Deslocadores da demanda. A resposta às mudanças de preferências. Deslocamentos e deslocadores da oferta. Os deslocamentos de curvas e os movimentos ao longo de uma curva: distinções. As perguntas interligadas: o que, como e para quem produzir? O mecanismo de mercado: uma avaliação preliminar. Aspectos positivos do mercado. As limitações e os problemas do mecanismo do mercado. A determinação do preço por curva de demanda e a oferta apenas em mercados competitivos. A demanda e a oferta de trabalho: o problema malthusiano.
 7. A ação econômica do Governo. O crescimento das despesas governamentais. Compras e transferências. O orçamento da União e as receitas do Governo Federal. Os Governos Estaduais e Municipais; a controvérsia sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias. As funções econômicas do Governo. Os impostos: objetivos e características. O uso do Sistema Tributário para alcançar metas sociais no Brasil.
 8. A organização e o financiamento das empresas privadas. Organizações comerciais. O financiamento da expansão das sociedades anônimas. Contabilidade comercial: o balanço e a demonstração de resultados. Mercados financeiros. Os mercados de capitais e seus problemas básicos.
 9. A medida do produto nacional e da renda nacional. O mercado como maneira de medir a produção. Preços em cruzados: o padrão de medida elástica. Construção de um índice de preços. As duas óticas: despesa e renda. Valor adicionado. Produto nacional: a ótica da despesa. Produ-

to Nacional Bruto e Produto Nacional Líquido: a depreciação. Produto Nacional Líquido e renda nacional. Outras medidas de renda: renda pessoal e renda pessoal disponível.

10. Demanda e oferta: o conceito de elasticidade. A elasticidade da demanda. A elasticidade da oferta. Os determinantes da elasticidade. Elasticidade e os problemas especiais da agricultura.
11. Demanda e utilidade. A demanda do mercado como a soma de demandas individuais. Demanda e utilidade marginal. O excedente do consumidor. O equilíbrio do consumidor. A teoria da escolha do consumidor: curvas de indiferença.
12. Custos e oferta. Custos e oferta no curto prazo. Custos e oferta no longo prazo. A definição de custo dos economistas. O excedente do produtor.
13. Desigualdade de renda. As razões das diferenças de rendas. Características da desigualdade de renda. Eliminação da desigualdade por ação do Governo. A distribuição justa da renda.
14. O Marxismo e os sistemas econômicos da União Soviética e da Iugoslávia. As principais teses econômicas de Karl Marx. A economia centralizada da União Soviética. A economia socialista de mercado da Iugoslávia.

b) História Econômica do Brasil

15. As perspectivas econômicas do Brasil em meados do Século XIX: os condicionamentos externos e internos. O Brasil na divisão internacional do trabalho.
16. Capital cafeeiro e capital industrial: a dinâmica da acumulação entre 1886 e 1918. A expansão da cultura cafeeira no final do Século XIX. A dinâmica da acumulação entre 1919 e 1932. O auge da economia de exportação (1919-1928).
17. O Brasil e a hegemonia britânica no mercado mundial de capitais. O Brasil e o início da ascendência americana no mercado mundial de capitais.
18. A crise de 1928 e os mecanismos de defesa. O deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira. A propagação do desequilíbrio externo.

19. O crescimento da renda real durante a Segunda Guerra Mundial: a política agrícola, o comércio exterior e a produção industrial.
20. A aceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira no pós-guerra e o reajustamento do coeficiente de importações. O processo inflacionário entre 1948 e 1952.

PROVAS DO EXAME VESTIBULAR — 1988

Português

A — Redação

Comente o texto abaixo:

«Desde a infância fui alimentado com as letras; e, como convenciam-me de que, por seu intermédio, podia-se adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo que é útil à vida, eu tinha desejo extremo de aprendê-las. Mas, tão logo terminei todo este curso de estudos, ao fim do qual se é recebido, habitualmente, entre os doutos, mudei inteiramente de opinião. Pois encontrei-me embaraçado em tantas dúvidas e erros que me parecia não ter obtido outro resultado, ao tentar instruir-me, a não ser descobrir mais e mais a minha ignorância. (...)

Foi por isso que, tão logo a idade permitiu que eu me libertasse da sujeição de meus preceptores, abandonei inteiramente o estudo das letras. E, resolvendo não mais procurar outra ciência que não aquela que poderia achar em mim mesmo, ou no grande livro do mundo, empreguei o resto de minha juventude a viajar. (...) E continuava a ter um desejo extremo de aprender a distinguir o verdadeiro do falso, para ver claro em minhas ações e para caminhar com segurança nesta vida. É verdade que, enquanto não fazia outra coisa a não ser observar os costumes dos outros homens, nada achava neles de seguro e notava quase tanta diversidade quanto encontrara nas opiniões dos filósofos. (...)

Mas, depois de empregar alguns anos no estudo do livro do mundo e na tentativa de adquirir alguma experiência, tomei, um dia, a resolução de estudar em mim mesmo e de empregar todas as forças de meu espírito a fim de escolher os caminhos que de-

veria seguir. Nisto tive mais sucesso, ao que parece, do que jamais obtive ao afastar-me de meu país e de meus livros.»

René Descartes — «Discurso do Método», 1637.

B — Resumo

Resumir o texto abaixo:

«As cantigas de escárnio e maldizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses têm sido consideradas principalmente de duas perspectivas:

— uma que as deprecia, negando-lhes qualquer valor que não seja o meramente documental — em termos históricos ou filológicos. Trabalhar com elas exige, segundo afirma Rodrigues Lapa no Prefácio à sua inestimável edição crítica, «coragem meritória e abnegado espírito científico». Essa foi, via de regra, a posição dos filólogos do Século XIX e de muitos estudiosos e críticos do Século XX;

— outra que as valoriza como a própria manifestação da marginalidade medieval, como se elas constituíssem uma oposição frontal à literatura oficializada da corte, representada pelas cantigas d'amor e d'amigo. A marginalidade das cantigas de escárnio e maldizer se manifestaria nos temas e na linguagem livre e obscena. «Os poetas malditos do maldizer», chama aos seus compositores, com muita felicidade aliterativa, Augusto de Campos. Além disso, como lembra Antônio José Saraiva, o «jogral e a sua companheira (a soldadeira) tinham um estatuto social de marginais. Eram artistas de boêmia, e por isso mesmo permitiam-se-lhes liberdades de costumes e de fala vedadas no mundo regularmente constituído».

Nessas duas posições podemos identificar três pressupostos principais em ação, que chamaremos para nossa comodidade os «pressupostos da marginalidade»:

- (1) A linguagem obscena é marginal.
- (2) O tema grotesco é marginal.
- (3) O produtor marginal compõe poesia marginal.

O valor que se atribui ao termo marginal nesses três casos varia de acordo com uma atitude condizente com a primeira ou a segunda das perspectivas acima mencionadas.

Os três pressupostos podem ser, pelo menos, discutidos.

Quanto à questão da linguagem obscena, é preciso determinar, antes de mais nada, a distância que separava certos termos, obscenos ou grosseiros para um ouvido moderno, da linguagem considerada culta e refinada da corte. Basta pensar em Fernão Lopes e em Gil Vicente para imaginar que os limites de então não eram os mesmos de hoje. (...) Entretanto, embora nalguns casos específicos se possam encontrar termos mais grosseiros misturados a um registro mais nobre, cremos poder afirmar, baseando-nos também num estudo estilístico, que o fato de eles estarem geralmente ausentes de outro tipo de discurso e presentes com características especiais de distribuição nas cantigas de escárnio e maldizer configura na verdade uma certa delimitação ou concentração do seu uso. Isso não implica, porém, a marginalidade da poesia que admite a linguagem obscena; apenas lhe indica locais mais apropriados de ocorrência.

No que diz respeito à coexistência de temas inferiores ou grotescos, com outros tipos temáticos, de padrão alto, podemos dizer que ela foi relativamente comum na Idade Média, e pode ser documentada, inclusive no Portugal do Século XV, pelas peças de Gil Vicente. O caso típico do «Auto da Mofina Mendes» exemplifica bem essa coexistência, colocando lado a lado um dos mais nobres temas medievais, o nascimento de Cristo, e o tema inferior dos pastores à procura do gado perdido. Ainda aqui importa considerar de que maneira esses temas são tratados, antes de julgá-los, só por causa do seu aparecimento, como marcas de marginalidade.

Por sua vez, a marginalidade dos jograis na sociedade medieval é incontestável. Ela se devia principalmente ao caráter ambulante da vida do jogral e à não integração deste em nenhuma das profissões codificadas da Idade Média. Dentro do modelo estrutural da sociedade da Idade Média, o jogral se relaciona com o termo estigmatizado de algumas oposições originalmente espaciais, mas logo alçadas ao plano ético: fechado/aberto, dentro/fora, imóvel/móvel. Os clérigos vagantes, os jograis e os vagabundos, todos eles vivem no espaço desses termos desprestigiados: o aberto, o fora, o móvel. Os jograis estão assim situados à margem do sistema teocêntrico: por isso são considerados como figurações do demônio. É preciso lembrar, contudo, que a atitude severíssima da Igreja e da cultura oficial para com os jograis tende a mudar no Século XII, quando eles começam a ter um importante papel na divulgação da poesia trovadoresca e passam, inclusive (por causa da sua própria marginalidade), a ser tomados como

modelo pelas ordens mendicantes em expansão. O próprio fato de conviverem os jograis com a nobreza nas cortes e fazerem parte integrante da vida artística da época leva-nos a olhar com um pouco mais de cuidado a sua situação e o significado da sua produção poética. Antônio José Saraiva se dá conta disso, ao esclarecer que «estes marginais fraternizavam com fidalgos, clérigos e até reis no mundo da boêmia; vêmo-los misturados nos mesmos mexericos, usando a mesma linguagem, com grande abundância de termos hoje considerados obscenos».

Parece-nos ainda um argumento de peso, contrário à consideração das cantigas de escárnio e maldizer como marginais, o terem elas sido copiadas nos mesmos cancioneiros que as cantigas d'amor e d'amigo, como é o caso do *Cancioneiro da Vaticana* e do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*. O mesmo se diga de terem elas merecido tratamento equivalente por parte do teórico anônimo da Arte de Trovar que precede o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, o qual reconhece nelas inclusive a influência da retórica de tradição eclesiástica.

Aqueles pressupostos, portanto, não nos parecem base suficiente para deduzir que as cantigas de escárnio e maldizer sejam as representantes da marginalidade medieval portuguesa, quer leiamos marginalidade no sentido eufórico, quer no disfórico.

Não pretendemos dizer com isto, por outro lado, que essa poesia se integre perfeitamente no sistema literário oficial. Em termos de limites temáticos e de registro de fala, ela se recorta aliás com relativa precisão de contornos. Mas preferimos ver nas cantigas de escárnio e maldizer uma manifestação do tipo dominante de pensamento medieval, ou seja, «a tendência para pensar em termos de padrões simétricos, caracteristicamente arranjados com referência a uma hierarquia abstrata».

O grande desafio ao pensamento da Idade Média foi integrar o real dentro de um modelo significativo ternário e hierárquico. Embora o modelo de prestígio se fundamentasse na realidade sócio-econômica feudal, fortemente hierarquizada nos seus três componentes básicos — o guerreiro, o religioso e o lavrador —, a contraparte divina desse modelo humano passou logo a funcionar como centro irradiador de novas estruturas significativas: Assim, porque Deus é ternário, o mundo também passou a sê-lo, impondo a cidade de Deus a marca da sua semelhança à cidade terrena. O principal trabalho intelectual na Idade Média consistiu, pois, em encontrar o lugar de cada coisa dentro desse modelo hierárquico piramidal.

É interessante observar, então, o que acontece quando algo sai fora dos eixos, ou seja, quando um elemento de repente se desloca dentro da hierarquia modelar. O chamado «escândalo das amas e tecedeiras» da poesia trovadoresca galego-portuguesa oferece-nos um exemplo muito claro do mal-estar que se criava quando uma peça subitamente passava a ocupar no tabuleiro uma casa que não lhe pertencia.

Quem iniciou o «ciclo das amas e tecedeiras» foi o fidalgo português Joam Soares Coelho, da linhagem de Egas Moniz, bisneto do famoso Lourenço Veegas, o Espadeiro, homem de confiança de D. Afonso Henriques e que mereceu um papel como personagem no conto de Alexandre Herculano, «A morte do Lيدador». É esse fidalgo quem, rompendo as convenções da *fin'amors*, dirige uma cantiga de amor a uma «ama», isto é, a uma vilã ou criada que amamentava os filhos das fidalgas e se dedicava a outras tarefas domésticas, tais como tecer, cozinhar, criar patos e galinhas, e congêneres. (...) Os principais temas da *fin'amors* aí comparecem: a perfeição absoluta da mulher amada, o seu amor como o bem supremo que Deus pode conceder ao amante, o amor como decorrência da visão da amada pelo amante. A esses temas, porém, acrescenta-se um outro, que é uma versão reduzida e invertida do tema do «desconcerto do mundo» tão comum na poesia trovadoresca: se ela é tão perfeita, tão digna do amor de um trovador, porque é que lhe chamam «ama», isto é, mulher de baixa condição? (...)

Um outro fidalgo, D. Fernam Garcia Esgaravunha, da família mais poderosa de Portugal, não hesitou em apanhar no ar o repto que Joam Soares Coelho lançara. (...) O retrato que da ama faz Fernam Garcia está em outro registro: ele é composto por uma listagem das prendas domésticas da dama, que vão desde habilidades mais nobres, como fiar e tecer, até as mais comestíveis e àquelas consideradas mesmo sujas: fazer chouriços, morcelas, lavar tripas (ou defuntos?). A descrição é elogiosa, mas a enumeração se refere a atividades estigmatizadas, executadas normalmente por gente «não limpa», isto é, gente que precisa de sujar as mãos para trabalhar. Em outros termos: embora elogie a dama, Fernam Garcia estabelece claramente os limites do seu panegírico. Quem quer cantar uma ama, cante-a assim e não como se canta uma fidalga.

O terceiro participante se apresenta então para a disputa. Trata-se agora de Joam Garcia de Guilhade, que foi provavelmente um cavaleiro vilão, ou seja, um vilão pequeno proprietário

morador na vila e eventualmente possuidor de um cavalo. De qualquer forma, não se trata de um fidalgo da mesma linhagem dos outros dois. (...) Parece a Joam Garcia (...) que é preciso repor as coisas no seu lugar. Amas honradas, mamadas ou maladas não caem bem no lugar das fidalgas. Quem apreciava uma ama deve mostrar seu afeto dando-lhe com que viver, e vestindo-a. Mesmo o trovador que não é fidalgo deve fazer ponto de honra em seguir o código da *fin'amors* e escolher como «senhora» uma «bõa dona», isto é, uma fidalga. (...)

O «escândalo das amas e tecedeiras» faz-nos, portanto, repensar o tratamento das camadas desfavorecidas na literatura medieval. Elas não comparecem aqui como forças de oposição às camadas privilegiadas. O problema que elas suscitam é o da identificação do seu lugar no modelo do mundo, e é essa questão que os trovadores vão procurar resolver. Em nenhum momento, porém, nem no próprio impulso iniciador da celeuma, o «escândalo» assume o caráter de uma proposta revolucionária de modificação do modelo, ou, pior ainda, da realidade. Parece-nos que é por causa desse baixo teor de contestação que as cantigas de escárnio e maldizer que tanto ofenderam os ouvidos vitorianos oitocentistas e noventaenistas, puderam conviver na Idade Média lado a lado com as etéreas cantigas d'amor e com as telúricas cantigas d'amigo, tendo sido apreciadas e compostas não só por jograis vilãos e bêbados, mas até mesmo pelo mais sábio dos reis, o autor das «Cantigas de Santa Maria». É que, dentro do sistema, elas são vistas, não como opostas, mas como complementares à literatura oficial, embora hierarquicamente inferiores. (...)

É possível que os mesmos temas e a mesma linguagem que caracterizam as cantigas de escárnio e maldizer tivessem outro valor fora do circuito da poesia cortesã, por exemplo, na literatura carnavalesca de cujas imagens muitas delas derivam. Mas, uma vez dentro desse circuito, a força opositiva da literatura popular teve que se reduzir e se adaptar às regras do jogo da cultura dominante, e isso é tanto mais verdadeiro quanto mais ameaçado de marginalização se sente o poeta. Por isso vemos que os mais ardorosos defensores da hierarquia trovadoresca são os próprios jograis, no seu ímpeto de ascensão. Por sua vez, no topo da pirâmide, os fidalgos fazem por mantê-los no lugar adequado — seja ele dentro do modelo ou na ordem das coisas, mesmo que para isso se torne preciso reescrever as regras de aplicação do modelo: há uma «senhor» para o fidalgo, que é a fidalga; a «senhor» do coteife é a coteifa; a do cocho é a cochõa, e assim «haverá cada um o seu direito».

Yara Frateschi Vieira in «Colóquio-Letras», n.º 76, novembro de 1983, Lisboa, pp. 18-26, *O escândalo das amas e tecedeiras nos cancioneiros galego-portugueses*.

Francês

A — Rédaction

Discutez l'affirmation suivante:

«Pendant que, multipliant les victimes, la famine et les armes continuent de frapper, la science ouvre de nouveaux horizons, fait surgir les miracles technologiques, mais, trop sûr de lui ou désespéré, l'esprit humain ne sait à quelles fins utiliser les prodigieux outils qui lui sont ainsi offerts. Partout, craintes et espoirs.»

Claude Julien in «Le Monde Diplomatique», n.º 408, Mars 1988, *Realisme et Ethique en diplomatie*.

B — Thème

Traduisez en français le texte suivant:

«Com a Abolição houve um deslocamento do poder político. Acelerou-se a decadência da oligarquia tradicional que detivera o poder durante o Império e se identificara com a Monarquia. Abalaram-se os fundamentos sociais do sistema monárquico no Brasil. No ano seguinte era proclamada a República. O poder econômico concentrou-se nas áreas mais dinâmicas. No Oeste paulista o café cultivado nas terras roxas produzia safras nunca vistas. Tinham-se aperfeiçoado os métodos de exploração do café, construído ferrovias que revolucionaram o sistema de transportes e experimentara-se o trabalho livre. Formara-se um novo grupo social, uma nova oligarquia que irá controlar o poder político durante a Primeira República.

Depois da Abolição não se realizaram os vaticínios sombrios daqueles que auguravam uma catástrofe nacional. Apesar da momentânea desorganização do trabalho e da decadência rápida de certas áreas, o ritmo de desenvolvimento econômico do país acelerou-se. Removidos os entraves à entrada de imigrantes, eles afluíram em grande número para as zonas mais novas. Atendiam-se as necessidades da lavoura em expansão e possibilitava-se a organização das fazendas em moldes mais modernos e racionais. Mas as condições de vida do trabalhador rural não mudaram muito. As fazendas de café organizaram-se em grandes unidades exportado-

ras, cujos rendimentos continuaram a depender em grande parte das oscilações de preço no mercado internacional. Muitos dos preconceitos elaborados durante a época da escravidão permaneceram inalterados.

Emília Viotti da Costa in «História Geral da Civilização Brasileira», tomo II, 3º volume, *O escravo na grande lavoura*.

Inglês

A — Composition

Discuss the following assertion:

«No man is an island, entire of itself; every man is a piece of the Continent, a part of the Main.»

John Donne

B — Translation

Translate the following text into English:

«Na Universidade de Cambridge, onde permaneci algum tempo como aluno graduado e também como professor, tive a satisfação de conhecer Piero Sraffa, personalidade fascinante e de extrema discrição. Chegara a Cambridge nos anos 20, e Keynes, que logo percebera a extrema agudeza de sua mente, disse-lhe afetuosamente: Vá ficando por aí, eu lhe asseguro pelo menos dois anos de permanência. «E assim fui ficando, sem saber bem como, pelos últimos 30 anos», dizia-me ele nos anos 50.

Em realidade, nenhum critério racional, desses que entraram em moda nas universidades americanas, justificaria a permanência de Sraffa no velho e prestigioso Trinity College, casa de Newton, por tanta gente ambicionado. Sraffa não gostava de dar aula nem de escrever. Limitava-se a organizar um seminário para pesquisadores onde ele falava pouco. Era nesse seminário que professores de prestígio apresentavam (ou faziam apresentar) suas contribuições teóricas mais recentes. Foi nele que Kaldor apresentou pela primeira vez seu modelo de crescimento, ainda inédito. Nesse dia, pude comprovar a significação daquele seminário, pois lá estavam todas as figuras maiores da economia em Cambridge. Sraffa intervinha pouco, mas a ninguém escapava que seu dedo tocava sempre no essencial.

Se era tão escassa sua atividade de professor, menor ainda era a de pesquisador, se se mede esta pelo número de publicações. Seu primeiro artigo, publicou-o em 1928, logo que chegou a Cambridge, sendo uma reflexão crítica sobre o modelo básico da teoria dos preços então prevalecente. Mas esse artigo sobre as «leis do retorno» modificou o curso do pensamento econômico, pois a revolução que desabrochou na primeira metade dos anos 30 em torno das «formas de mercado» nele estava contida. Passou-se mais de um quarto de século até que Sraffa surgiu com nova publicação: um livrinho delgado intitulado «Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias», trabalho difícil de definir pois trata do sistema de medida e de outros postulados em que se baseia a teoria do valor. O que interessa aqui é assinalar que esse livro abriu um debate candente e prolongado, dando origem a dezenas de teses em muitas universidades e sendo ponto de partida de importantes desenvolvimentos teóricos.

A verdade é que Sraffa contribuiu tanto para o prestígio de Cambridge como qualquer das grandes figuras (exceto Keynes) de sua melhor época. Houvesse uma comissão de sindicância baixado por lá, armada de critérios objetivos, e ele teria recebido o bilhete azul, como o mais notório dos «improdutivos».

Celso Monteiro Furtado in «Folha de São Paulo», 14 de abril de 1988, *Sobre «improdutividade» nas universidades*.

História do Brasil

A — Dissertação

A crise do Sistema Escravista no processo de transformações sociais e econômicas do Império.

B — Pequenas Dissertações

1. O reconhecimento da Independência e a posição da Inglaterra.
2. O Positivismo no nascimento da República.
3. O desenvolvimentismo e o papel da política pan-americana no Governo Kubitschek.

História Mundial

A — Dissertação

A política das grandes potências para a África e a Ásia no Século XIX.

B — Pequenas Dissertações

1. A dissolução do Império otomano.
2. O processo da integração latino-americana, de 1960 a nossos dias.
3. Características da nova ordem internacional engendrada logo após a Segunda Guerra Mundial.

Geografia do Brasil

A — Dissertação

Estabeleça uma correlação entre divisão interna do trabalho e disparidades regionais no Brasil.

B — Pequenas Dissertações

1. Qual o papel das cidades no modelo de industrialização brasileiro nos últimos 20 anos?
2. Estabeleça uma correção entre política agrícola e migrações internas no Brasil.
3. Como caracterizaria a questão do meio ambiente no Brasil, face à expansão da fronteira agrícola?

Geografia Geral

A — Dissertação

Comente: Qual é a importância das cidades para a regulação do mercado de trabalho e que relações guarda, nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, com o processo de urbanização em geral.

B — Pequenas Dissertações

1. A partir de 1993, conforme o «Tratado de Roma», a livre circulação de bens e pessoas entrará em vigor no interior da comunidade econômica européia. Quais as implicações previsíveis que decorrerão desta mudança, no ponto de vista da organização da produção agrícola?
2. Presenciamos nos países em que os recursos naturais se esgotaram a continuidade do processo de desenvolvimento, pautada na acumulação do saber científico e técnico. Quais as relações que estes países mantêm com os países que dispõem quase que basicamente de recursos naturais?

3. Podemos afirmar que o Cone Sul constitui-se em uma verdadeira unidade original na América Latina? Quais são os eventuais pontos de convergência ou divergência entre os países que o compõem?

Noções Básicas de Direito

A — Dissertação

Sistemas Presidencialista e Parlamentarista de Governo.

B — Pequenas Dissertações

1. A constitucionalidade das Leis e a legalidade dos Atos da Administração.
2. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro.
3. A ordem jurídica. Competência da União e dos Estados.

Noções Básicas de Economia

A — Dissertação

Analise, do ponto de vista macroeconômico, as principais consequências do crescimento da ação econômica do Estado, com ênfase na atualidade brasileira.

B — Pequenas Dissertações

1. Conceitue e estabeleça a diferença entre PNB e PIB, explicitando-lhes os respectivos componentes.
2. Faça breve exposição crítica de três aspectos econômicos que lhe pareçam mais relevantes, da tese da convergência entre os Sistemas Capitalista e Socialista.
3. Analise, com respaldo na teoria econômica, os fatores que favoreceram a expansão da cultura cafeeira no Brasil, no final do Século passado.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE
DIPLOMATA

1º ANO

Corpo Docente

Professores

Anna Maria Vilella (Direito Internacional Privado)
Antonio Augusto Cançado Trindade (Direito Internacional
Público II)
Clodoaldo Hugueney Filho (Técnica de Negociações)
Dad Abi Chahine Squarisi (Português para Estrangeiros)
Enilde Leite de Jesus Faulstich (Português: Expressão e
Redação Profissional)
Everton Vieira Vargas (Estudos brasileiros para Estrangei-
ros)
Estevão Chaves de Rezende Martins (História das Idéias Po-
líticas)
Jorge Luiz Fontoura Nogueira (Direito Internacional Público I)
Lucília Helena do Carmo Garcez (Português para Estrangei-
ros)
Luiz Cláudio Etchebert Marinho (Economia)
Luiz Felipe de Seixas Corrêa (História das Relações Diplo-
máticas do Brasil)
Luiz Gilberto Seixas de Andrade (Estudos Brasileiros para
Estrangeiros)
Stella Maris Bortoni (Português: Expressão e Redação Pro-
fissional)

Professores Assistentes

Antonio Otávio Sá Ricarte (Direito Internacional Público II)
 Fernando Jacques de Magalhães Pimenta (História das Relações Diplomáticas do Brasil)
 Caio Marcio Ranieri Colombo (Direito Internacional Público-II)
 Carlos Henrique Fialho Mussi (Economia)

*Professores de Línguas Estrangeiras**Árabe*

Issa Antonio Bonduki

Espanhol

Cecília da Silva Guerra Vicente
 Kori Yaane Bolívia Carrasco Costa

Francês

André Raymond René Souvestre
 Jean François Cleaver
 Patrick Signudi

Inglês

Allan John Hudson
 Clarice Araujo Pereira
 Geraldine Harrison
 Patrick Kevin Redmond

Russo

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

Japonês

Michio Yamaguchi

Corpo Docente

Carlos Leopoldo Gonçalves de Oliveira
 José Ricardo da Costa Aguiar Alves
 Lúcia Rebouças Pires
 Luciano Alchalel de Almeida
 Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa
 Marcio Fagundes do Nascimento
 Miguel Griesbach de Pereira Franco

Paulo Guapindaia Joppert
 Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
 Pompeu Andreucci Neto
 Victor Luiz do Prado

Bolsistas Estrangeiros

Alberto Leonardo Cuvelo (Moçambique)
 Balbina Malheiros Dias da Silva (Angolo)
 Gilberto de Castro Duarte Lopes (Cabo Verde)
 Hércules do Nascimento Cruz (Cabo Verde)
 Homero Jerônimo Salvaterra (São Tomé e Príncipe)
 Ramon Valladares Reina (Honduras)
 Salvador Antônio dos Santos (Guiné Bissau)

*2º ANO**Corpo Docente**Professores*

Afonso José Sena Cardoso (Prática Consular)
 Arthur Vivacqua Corrêa Meyer (Economia Brasileira)
 Carlos Alberto Simas Magalhães (Português: Redação Oficial)
 Dad Abi Chahine Squarisi (Português para Estrangeiros)
 Everton Viveira Vargas (Estudos Brasileiros para Estrangeiros)
 Gastão Felipe Coimbra Bandeira de Melo (Administração do MRE)
 Gelson Fonseca Júnior (Relações Internacionais)
 José Francisco Rezek (Direito dos Tratados)
 Lucília Helena do Carmo Garcez (Português para Estrangeiros)
 Luiz Felipe de Seixas Corrêa (História das Relações Diplomáticas do Brasil)
 Luiz Gilberto Seixas de Andrade (Estudos Brasileiros para Estrangeiros)
 Raphael Valentino Sobrinho (Relações Econômicas Internacionais).

Professores Assistentes

Ana Maria Amorim (Relações Econômicas Internacionais)

Fernando Jacques de Magalhães Pimenta (História das Relações Diplomáticas do Brasil)

Roberto Furian Ardenghy (Administração do MRE)

Professores de Línguas Estrangeiras

Árabe

Issa Antônio Bonduki

Espanhol

Cecília da Silva Guerra Vicente

Kori Yaane Bolívia Carrasco Costa

Francês

Christian Marcel Defontaine

Jean François Cleaver

Marie Hélène Grossele de Mello Ferreira

Patrick Signudi

Inglês

Allan John Hudson

Clarice Araujo Pereira

Geraldine Harrison

Patrick Kevin Redmond

Sarah Burkitt Walker

David Coles

Japonês

Michio Yamaguchi

Russo

Roberto Wanderley de Souza Ferreira

Corpo Discente

Alessandro Warley Candeas

Alexandre Guido Lopes Parola

Breno de Souza Brasil Dias da Costa

George Torquato Firmeza

Humberto Benzaquem da Silva Gomes

Ivanise de Melo Maciel

Leonardo Sotero Caio

Maria Dolores Penna de Almeida Cunha

Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio

Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva

Nedilson Ricardo Jorge

Paulo de Tarso Leite de Moraes Jardim

Paulo Roberto Soares Pacheco

Roberto Teixeira de Avellar

Roland Stille

Bolsistas Estrangeiros

Alcindo Alberto Leite (Cabo Verde)

Arnaldo Delgado (Cabo Verde)

Augusto Alejandro Saá Corriere (Equador)

Elisa Pereira Afonso de Barros Correia (São Tomé e Príncipe)

CLASSIFICAÇÃO FINAL DA TURMA DE 1987/1988:

1º Alessandro Warley Candeas

2º Alexandre Guido Lopes Parola

3º Maria Dolores Penna de Almeida Cunha

4º Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva

5º Paulo Roberto Soares Pacheco

6º Paulo de Tarso Leite de Moraes Jardim

7º Breno de Souza Brasil Dias da Costa

8º Roberto Teixeira de Avellar

9º Nedilson Ricardo Jorge

10º George Torquato Firmeza

11º Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio

12º Leonardo Sotero Caio

13º Ivanise de Melo Maciel

14º Roland Stille

15º Humberto Benzaquem da Silva Gomes

PRÊMIOS

Alessandro Warley Candeas

- Prêmio Rio Branco, Medalha de Vermeil, pela primeira colocação no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD).
- Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Prata, pela primeira colocação no Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.
- Prêmio de Viagem.

Alexandre Guido Lopes Parola

- Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, pela segunda colocação no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.
- Prêmio de Viagem.

Maria Dolores Penna de Almeida Cunha

- Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Bronze, pela segunda colocação no Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.
- Prêmio de Viagem.

ATIVIDADES CURRICULARES E EXTRACURRICULARES

Viagens de Estudo

A viagem pelo Sul e Sudeste, com duração de três semanas, realizada entre 22 de fevereiro e 13 de março, levou os alunos do 2º Ano do CPCD a conhecerem a Academia da Força Aérea Brasileira; a Usina Hidroelétrica de Itaipu; o Consulado-Geral do Brasil em Porto Presidente Stroessner; a Fundação Universidade do Rio Grande (RGS); a Companhia Petroquímica do Sul (Copesul); a cidade de Caxias do Sul; a Vinícola Aurora em Bento Gonçalves; o Museu de Arte de São Paulo (MASP); o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE); a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA); as indústrias Engesa, Avibrás e Embraer; a Comissão Nacional de Energia Nuclear; a Plataforma Garoupa de exploração de petróleo na Bacia de Campos, a Fundação Oswaldo Cruz; o Estaleiro Ishikawajima; a Varig; a Construtora Mendes Jr.; a Fiat-Automóveis; a cidade de Ouro Preto.

Na viagem de estudo às regiões Norte e Nordeste, com duração de 23 dias, realizada entre 19 de novembro e 11 de dezembro, os alunos visitaram o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); o Comando Militar da Amazônia; o Centro de Instrução de Guerra na Selva; a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); o Núcleo do Projeto Rondon na cidade de Parintins; a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); o Centro de Pesquisa dos Trópicos Úmidos da Embrapa; o Museu Goeldi; a Base da Barreira do Inferno de lançamento de foguetes; o Arquipélago de Fernando de Noronha; a Fundação Joaquim Nabuco; a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); projetos de irrigação na cidade de

Petrolina, o Centro Industrial de Aratu; e o Museu de Arte Sacra da Bahia.

Em 1988, pela primeira vez desde a instituição das viagens de estudo, os alunos do IRBr, durante a viagem às regiões Norte e Nordeste, tiveram encontros com candidatos ao Exame Vestibular ao CPCD, a fim de divulgar o concurso e dar uma orientação aos candidatos. As palestras, seguidas de debate, ocorreram nos centros de inscrição do IRBr nas cidades de Manaus, Belém, Recife e Salvador.

O transporte aéreo durante as duas viagens foi cortesia da Força Aérea Brasileira e o trajeto entre Manaus e Belém foi feito em embarcações da Patrulha Fluvial, por cortesia da Marinha de Guerra.

Conferências, Palestras, Mesas-Redondas

No âmbito das atividades curriculares, foram pronunciadas as seguintes palestras para os alunos do 1º e 2º Anos, em 1988:

Conferencista	Tema
Cons. Roberto Soares de Oliveira	«A Segurança das Informações, das Comunicações e da Documentação no MRE»
Sr. Luiz Orlando Carneiro (Diretor do Jornal do Brasil)	«Relações MRE/Imprensa»
Cons. Roberto Soares de Oliveira	«A Segurança das Informações, das Comunicações e da Documentação no MRE»
Sr. Otávio Bonfim de Oliveira (da Empresa Brasileira de Notícias)	«Relações MRE /Imprensa»
Em. Renato Prado Guimarães	«Relações MRE/Imprensa»
Min. Guilherme Luiz Belford Roxo Leite Ribeiro	«Promoção Comercial. Objetivos gerais da Promoção Comercial. Diretrizes Básicas do DPR. Problemas da Promoção Comercial»
Cons. Paulo Alberto Soares	«A Divisão de Operações Comerciais» (DOC)

Conferencista	Tema
Min. Claudio Sotero Caio	«A Divisão de Programas de Promoção Comercial» (DPG)
Min. Cons. Maria Lúcia Pompeu Brasil	«A Informação Comercial»
Sec. Edson Marinho Duarte Monteiro	«A Divisão de Feiras e Turismo» (DFT)
Cons. Sérgio Luiz Pereira Bezerra Cavalcanti	«Introdução à Informática. Informática no MRE»
Profissionais do Centro de Processamento de Dados (CPD)	«Automação de Escritório. Introdução ao WORD»
Profissionais do CPD	«Prática em WORD»
Profissionais do CPD	«Introdução ao FILLING. Introdução ao LOTUS»
Profissionais do CPD	«Prática em FILLING». Prática em LOTUS»
Min. Luiz Antonio Jardim Gagliardi	«Prática em FILLING. Prática em UTEIS»
Sec. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa e Sec. Paulo Cesar de Oliveira Campos	«Cerimonial e Protocolo»
Dr. Walter Franco (Representante — Residente-Adjunto do PNUD)	«O Papel do PNUD no Desenvolvimento Internacional»
Dr. Crodowaldo Pavan (Presidente do CNPq)	«A Política Brasileira de Ciência e Tecnologia»
Min. Luiz Jorge Rangel de Castro	«Impacto do Desenvolvimento Científico e Tecnológico nas Relações Internacionais»
Cons. Francisco Soares Alvim Neto	«A Divisão de Cooperação Intelectual e suas Atividades.»

Conferencista	Tema
Emb. Fred Bild (Vice-Ministro para Assuntos Políticos e de Segurança Internacional do Canadá)	«The Influence of National Concerns in Shaping Diplomatic Careers»
Prof. David Verge Fleisher (da Universidade de Brasília)	«Constituinte e Transição Política»
Emb. Alberto Vasconcellos da Costa e Silva	«Portugal e a Europa»
Prof. Meghat Desai (da London School of Economics)	«A Morte do Monetarismo»
Emb. Ronaldo Costa	«Relações Brasil-Chile»
Dra. Jeanette Hartman (da Universidade de Dar-Es-Salan)	«Policy Making in Developing Countries — Foreign Policy»
Dr. Jacques Burgeois (da Comissão das Comunidades Europeias)	«A Comunidade Européia. Seu Papel nas Relações Internacionais»
Emb. Paulo Tarso Flecha de Lima (Secretário-Geral das Relações Exteriores)	Abertura do «Simpósio sobre Direito Humanitário Internacional»
Prof. Argemiro Procópio (da Universidade de Brasília)	«Projeto Planta e Povo na Amazônia»
Dr. Kleber Farias Pinto (da Companhia Vale do Rio Doce)	«Projeto Carajás»
Min. José Francisco Rezek (do Supremo Tribunal Federal)	«As Relações Internacionais e a Nova Constituição da República Federativa do Brasil» (XVII CAE)
Dep. Bernardo Cabral	«A Nova Constituição» (XVII CAE)
Min. Paulo Afonso Martins de Oliveira (do Tribunal de Contas da União)	«A Nova Constituição da República Federativa do Brasil»

Conferencista	Tema
Emb. Germán Nava Carrillo (Chanceler da Venezuela)	«A Política Exterior Venezuelana, com Ênfase nas Relações com a América Latina e o Brasil»
Emb. Ronaldo Sardenberg	«Relações Leste-Oeste»
Min. Samuel Pinheiro Guimarães	«GATT — Rodada Uruguai»
Emb. Marcos Castrioto de Azambuja	«Questões do Desarmamento»
Sr. Renato de Silos Cardoso (Secretário de Estado da Administração e Presidente da Comissão Nacional de Estudos sobre o Direito do Mar de Cabo Verde)	«O Papel dos 5 Países Africanos de Língua Portuguesa para a Di- nâmica da Paz na África»

PLANO DE ESTUDOS — 1988

	1º ANO	2º ANO
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	Espanhol (1º, 2º) Francês (1º, 2º) Inglês (1º, 2º) Português para Estrangeiros (1º, 2º)	Espanhol (1º, 2º) Francês (1º, 2º) Inglês (1º, 2º) Português para Estrangeiros (1º, 2º)
DISCIPLINAS ACADÊMICAS	História das Idéias Políticas (1º, 2º) Economia (1º, 2º) Direito Internacional Público I (1º) Direito Internacional Público II (1º) Direito Internacional Privado (1º)	Administração do MRE (2º) História das Relações Diplomáticas do Brasil (1º) Relações Internacionais (1º, 2º) Relações Econômicas Internacionais (2º) Direitos dos Tratados (1º) Economia Brasileira (1º) Estudos Brasileiros para Estrangeiros (1º, 2º)

	1º ANO	2º ANO
MATÉRIAS PROFISSION- NALIZANTES	Português: Expressão e Redação Profissional (1º, 2º) Técnicas de Negociações (2º)	Português: Redação Oficial (1º, 2º) Promoção Comercial (2º) Noções de Informática (2º) Cerimonial e Protocolo (2º) Segurança das Informações das Comunicações (2º) Cooperação Científica e Tecnológica (2º) Relações Culturais (2º) Relações com a Imprensa (2º) Dissertação Final (2º)
OUTRAS ATIVIDADES	Curso de Reforço (Francês, Inglês e Espanhol) Línguas Opcionais (Alemão, Árabe, Italiano, Japonês Russo) Visitas Palestras Orientação Profissional	3 Estágios (80 horas cada um) 2 Viagens de Estudo: Sul/Sudeste (fevereiro/ março) Norte e Nordeste (novembro/dezembro) Línguas Opcionais (Alemão, Árabe, Italiano, Japonês, Russo) Visitas Palestras Orientação Profissional

Obs: Os parênteses indicam os semestres durante os quais as matérias foram le-
cionadas.

PROGRAMAS — 1º ANO CPCD E 2º ANO CPCD

1º ANO

Matéria: Português: Expressão e Redação Profissional (1º e 2º semestres)

Professoras: Dra. Stella Maris Bortoni
Dra. Enilde Leite de Jesus Faulstich

1. Objetivo geral

Desenvolver habilidades que levam a um desempenho mais seguro e eficiente na elaboração de textos técnicos e na expressão oral, consideradas as especificidades da linguagem diplomática.

Mediante o objetivo proposto, impõe-se uma pergunta: que é um texto (ou discurso) bom e eficiente?

Neste curso, a avaliação de um texto incluirá três dimensões distintas, porém complementares: conformação aos cânones gramaticais, qualidade estilística e eficiência pragmática.

Com relação às normas gramaticais há que se considerar o hiato entre a língua padrão real (efetivamente usada) e a ortodoxia gramatical, bem como os graus de formalidade nas modalidades oral e escrita e as peculiaridades da linguagem diplomática.

A qualidade estilística é aferida em função da legibilidade do texto. Entre os fatores que contribuem para esta legibilidade merecerão atenção especial os recursos sintáticos que conferem concisão e economia às sentenças e os mecanismos lingüísticos de coesão e coerência textuais.

A coesão se obtém por meio de processos de seqüencialização, que exprimem a interdependência semântica dos elementos lingüísticos, e por meio da reiteração ou substituição de palavras e expressões. Garante-se a coerência, obedecendo-se às condições

cognitivas gerais, referentes à ordenação temporal, relação de antecedência-consequência e outras relações lógicas (todo-parte, geral-particular, classe-elementos, etc.)

A eficiência pragmática decorre da concepção da língua como atividade: a linguagem é vista como ação intencional e estratégica sobre os interlocutores e o ato de fala como ato instrumental. A intenção que o falante tem ao proceder a um ato de fala é identificada como a força pragmática (ou força ilocutória) do ato e o efeito e consequência deste como força perlocutória. Ambas são reguladas por normas e convenções sociais, que advêm da distribuição do poder e controle entre indivíduos e grupos. Na atividade diplomática, estas convenções adquirem especial relevância.

É um dos objetivos do Curso a identificação e o treinamento de estratégias pragmáticas apropriadas à consecução das intenções do autor e dos propósitos do texto. Enquanto a correção gramatical e a qualidade estilística se voltam para o que é possível no sistema lingüístico, considerados os registros de formalidade, a dimensão pragmática se ocupa do que é adequado, levando em conta as condições de produção do discurso.

2. Conteúdo Programático e Objetivos Específicos

O Português no Brasil

Refletir sobre o processo histórico da formação da língua culta e das variedades não-padrão no Brasil; identificar os traços graduais e descontínuos que caracterizam as variedades nas modalidades oral e escrita; caracterizar a linguagem diplomática, comparando-a a outras linguagens cultas profissionais.

A Eficiência Pragmática

Reconhecer e empregar estratégias discursivas e sinais contextuais de acordo com as categorias da teoria dos atos de fala e da sociolingüística interacional.

Pensamento Lógico e Argumentação

Identificar raciocínios válidos e verdadeiros. Identificar raciocínios falaciosos. Distinguir argumentação «psicológica» da argumentação com rigor científico. Distinguir questões de fato, de valor e conceituais. Identificar, na organização argumentativa, a promoção, o envolvimento e o engajamento. Reconhecer implícitos discursivos, idéias subentendidas, lendo e escrevendo «nas entrelinhas».

Exposição Oral

Avaliar e empregar estratégias de comunicação face a face que caracterizam o discurso eficiente e pragmaticamente adequado.

Coesão e Coerência

Identificar e empregar recursos lingüísticos gramaticais e lexicais que conferem coesão e coerência ao texto. Usar corretamente os seqüencializadores e os nexos lógicos. Empregar com precisão o vocabulário, usando os recursos da sinonímia, antonímia, hiponímia e hiperonímia. Redigir períodos e parágrafos atentando para as qualidades básicas de unidade, coerência e ênfase.

Coordenação e Subordinação

Usar com propriedade os processos de coordenação e subordinação visando ao encadeamento e hierarquização de idéias e à ênfase. Identificar falhas de paralelismo sintático e semântico. Usar recursos que dão concisão e economia às sentenças.

Sintaxe de Colocação

Colocar corretamente os pronomes átomos e os demais constituintes da frase, obedecendo à eufonia e à ênfase.

Pontuação

Usar os sinais de pontuação com propriedade, identificando as funções sintáticas.

Normas Ortográficas

Automatizar a grafia de palavras nas quais não há correspondência unívoca entre grafema e fonema. Usar corretamente os sinais de acentuação gráfica e o hífen.

Emprego de Modos e Tempos Verbais

Automatizar formas irregulares. Usar com propriedade os tempos e modos, especialmente o gerúndio.

Emprego de Elementos Dêiticos

Empregar corretamente os dêiticos na sentença e no texto: pronomes pessoais, demonstrativos e possessivos e os advérbios.

Concordância Nominal e Verbal

Identificar a relação sintática entre o termo determinante e o determinado. Automatizar os casos especiais de concordância.

Regência Verbal e Nominal

Empregar corretamente os verbos de dupla regência. Identificar a regência de verbos e nomes. Usar corretamente o acento indicador de crase.

3. Metodologia

A metodologia consistirá essencialmente na recepção e produção (com análise gramatical, estilística e pragmática) de textos contemporâneos-jornalísticos, diplomáticos, oratórios e críticos e de textos representativos da tradição publicista nacional que se consolidou no Século XIX. Dar-se-á ênfase à produção de alguns documentos diplomáticos, especialmente os discursos, relatórios e comunicados. Os demais documentos (internos, utilizados no MRE, e externos, utilizados na comunicação com entidades brasileiras e autoridades estrangeiras) serão usados apenas para a ilustração dos itens gramaticais do programa.

Os alunos produzirão resenhas de leituras e textos de diversas naturezas que serão analisados em aula, e farão exercícios especialmente elaborados para o treinamento de questões referentes à sintaxe do período e à sintaxe supra-sentencial, bem como de outros itens do programa.

4. Avaliação

1º Semestre: dois trabalhos de resenha ou de produção de texto: 150 pontos cada um;
prova final escrita: 200 pontos.

2º Semestre: um trabalho de produção de texto: 150 pontos;
exposição ou debate orais: 150 pontos;
prova final escrita: 100 pontos;
prova final oral: 100 pontos.

Bibliografia

- CARRAHER, David. «Senso crítico». São Paulo: Pioneira, 1983.
CUNHA, C. «A questão da norma culta brasileira». Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. (Coleção Diagrama n° 10).
CUNHA, Celso e Lindley Cintra. «Nova gramática do português contemporâneo». Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.
GARCIA, Othon M. «Comunicação em prosa moderna». Rio de Janeiro: FGV, 1972.
HOUAISS, A. «A crise de nossa língua de cultura». Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982. (Biblioteca Tempo Brasileiro n° 73).

_____. «O Português no Brasil». Rio de Janeiro: Unibrade, 1985. KURY, Adriano da Gama. «1.000 perguntas: português». Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1983.

LESSA, Luis C. «O modernismo brasileiro e a língua portuguesa». Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

MIRA MATEUS, Maria H. *et alii*. «Gramática da língua portuguesa». Coimbra: Livraria Almedina, 1983, pp. 101-182.

NAHES, Anuar. *Linguagem diplomática: uma abordagem irônico-lingüística*. «Revista do Serviço Público», 111(2), 1982, pp. 121-135.

NEY, João L. «Prontuário de redação oficial». Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

OSAKABE, Haquira. «Argumentação e discurso político». São Paulo: Kairós, 1980.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. «Filosofia, Linguagem e Comunicação». São Paulo: Cortes/CNPq, 1984, pp. 11-44.

VANOYE, F. «Usos de linguagem». São Paulo: Martins Fontes, 1981.

VOGT, Carlos. *Estrutura e função da linguagem*. São Paulo, Estado. Secretaria do Estado de Educação, CENP. «Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa». Vol. 1, 1978, pp. 56-76.

Gramáticas normativas; dicionários unilíngües (de regência, vocabulários, etc.)

Matéria: Português para Estrangeiros

Professoras: Dad Abi Chahine Squarisi

Lucília Helena do Carmo Garcez

Programa

1ª Unidade

Revisão:

Verbos *ser*, *estar*, *ter* (e derivados) e *haver* no modo indicativo.

Expressões empregadas com o verbo *ser*: *é verdade*, *é possível*, *é difícil*, *é fácil*, *é necessário*, *é impossível*, *é claro*, *é certo*, *é importante*.

Expressões empregadas com *estar com*.

Expressões empregadas com o verbo *ter*: *ter que*.

Pronomes possessivos.

Artigos definidos e indefinidos: Combinação das preposições *de*, *em* e *por*.

2ª Unidade

Revisão:

Verbos regulares no modo indicativo. As oposições no sistema das três conjugações.

Numerais.

Horas. Dias da semana. Meses.

Pronomes demonstrativos. Combinação com as preposições *de*, *em*.

3ª Unidade

Verbo pôr e seus derivados no modo indicativo.

Expressões usadas com o verbo pôr.

Adjetivo: Grau comparativo

Pronomes indefinidos.

4ª Unidade

Verbos irregulares da 1ª conjugação do modo indicativo.

Pronomes pessoais. Colocação dos pronomes átonos.

Adjetivo: grau superlativo.

5ª Unidade

Verbos irregulares da 2ª conjugação no modo indicativo.

Formas impessoais do verbo fazer.

6ª Unidade

Verbos irregulares da 3ª conjugação.

Plural das palavras terminadas em *vogal*, *ão*, *il*, *ul*, *em*.

7ª Unidade

Presente do subjuntivo dos verbos regulares.

Oração principal cujos verbos exigem o emprego do presente do subjuntivo.

Expressões e conjugações que exigem o emprego do presente do subjuntivo.

8ª Unidade

Presente do subjuntivo dos verbos irregulares.

Diminutivo e aumentativo dos nomes.

9ª Unidade

O imperativo.

Sintaxe do artigo.

10ª Unidade

Imperfeito do subjuntivo.

O emprego do imperfeito do subjuntivo com expressões impessoais.

O emprego do imperfeito do subjuntivo após certos verbos e conjunções.

11ª Unidade

Futuro do subjuntivo.

Sintaxe do pronome possessivo.

O pronome átono com valor possessivo.

O valor afetivo do possessivo.

O emprego do possessivo junto a expressões de tratamento.

Estudo das irregularidades dos verbos *servir*, *dormir*, *acudir* e *agredir*.

Estudo das oposições no emprego dos pronomes *o(s)*, *a(s)* e *lhe(s)*.

Regência dos verbos *esquecer*, *esforçar* e *informar*.

Concordância verbal: o sujeito constituído por pronomes pessoais; o sujeito constituído por séries enfáticas; o sujeito ligado pela preposição *com*; o sujeito ligado por *nem*; o sujeito ligado por *ou*; o sujeito representado por *a maioria de*.

16ª Unidade

Tempos compostos do subjuntivo.

Formação de palavras. Estudo dos sufixos: *-ão*, *-zão* e *-zarrão*: carrão, homenzarrão; *-inho*, *-zinho* e *-ím*: livrinho, pezinho, flautim; *-isco*: chuvisco; *-eco*: livreco; *-ote*: caixote; *-ejo*: lugarejo; *-ucho*: gorducho.

Emprego dos modos e tempos nas orações integrantes e causais.

Estudo dos verbos *ler*, *sair*, *rir*, *perder*, *medir*, *pedir*, *ouvir* e *valer*.

Regência dos verbos *lembrar*, *obedecer* e *pagar*.

Sintaxe dos pronomes indefinidos.

Concordância verbal: sujeito representado por *mais de um*; sujeito constituído por *quais de vós*; sujeito constituído por pronome relativo.

17ª Unidade

Formação de palavras. Estudo dos sufixos: *-vel*: amável; *-oso*: preguiçoso; *-onho*: medonho; *-engo*: mulhereengo; *-douro*:

vindouro; -izar: formalizar; -ecer: anoitecer; -escer: florescer; -mente: otimamente.

Emprego dos modos e tempos nas orações temporais.

Estudo da formação do presente do subjuntivo dos verbos: *poder, fazer, trazer, dizer, ver, vir, pôr, ter, ser, estar, haver, querer, saber, ir, dar*.

Os verbos abundantes. Os verbos com particípio irregular.

Colocação dos pronomes. A próclise e a ênclise junto a uma locução verbal.

Regência dos verbos *perdoar, preferir e prevenir*.

Sintaxe dos pronomes relativos.

Concordância na passiva pronominal.

18ª Unidade

Estudo da formação de palavras. Casos de: *regressão*: a pesca, o grito; *abreviação*: foto; *reduplicação*: reco-reco; *conversão*: um não, dar o sim.

O emprego dos modos e tempos nas orações concessivas e finais.

Verbos que apresentam, excepcionalmente, na 2ª pessoa do plural, a desinência -des, no presente do indicativo e do subjuntivo.

Colocação do pronome átono. A mesóclise.

Regência dos verbos *querer, renunciar e responder*.

Os casos de concordância com o verbo *ser*.

Emprego das principais preposições. Crase.

19ª Unidade

Formação de palavras. A composição:

subst. + subst.: couve-flor;

subst. + adjet.: obra-prima;

adjet. + adjet.: surdo-mudo;

verbo + subst.: lança-chamas;

verbo + adv.: pisa-mansinho.

Emprego dos modos e tempos nas orações condicionais.

Estudo das seguintes irregularidades: verbos que perdem a vogal final na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo; verbos com a 1ª pessoa do singular do presente do indicativo em *ou*;

verbos com a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo em *ão*;

verbos com irregularidade do pretérito imperfeito do indicativo;

verbos com irregularidade no futuro do indicativo;

verbos com hiato na 3ª pessoa do plural: *crêem, dêem, lêem, vêem*.

O contraste entre as formas *tem/têm, contém/contêm*.

A colocação dos pronomes átonos junto ao infinitivo.

Regência dos verbos *socorrer, suceder, visar*.

Emprego dos advérbios.

Concordância com os verbos impessoais.

20ª Unidade

O infinitivo flexionado.

Estudo dos prefixos.

Acentuação gráfica.

Avaliação

Aplicar-se-á uma avaliação oral e uma escrita, com peso 1 cada.

Bibliografia

BECHARA, Ewânildo. «Moderna gramática portuguesa». Rio de Janeiro, FENAME.

BERGO, Vittorio. «Os verbos portugueses ao alcance de todos». São Paulo, Ed. Didática Irradiante S.A.

CUNHA, Celso. «Gramática de língua portuguesa». São Paulo, cia. Editora Nacional.

LIMA, Emma Eberlein O. F. «Falando, lendo, escrevendo português — um curso para estrangeiros». São Paulo, Ed. Pedagógica e Universitária Ltda.

LIMA, Rocha. «Gramática normativa da língua portuguesa». Rio de Janeiro, José Olympio.

MAGRO, Haydée. «Português — conversação e gramática». São Paulo, Pioneira.

Matéria: Espanhol

Professoras: Kori Yaane Bolívia Carrasco Costa

Cecília da Silva Guerra Vicente

Programa

En el primer año se dará al alumno un conocimiento básico activo del idioma, que posibilite su posterior desarrollo tanto en el medio social como profesional. El alumno será orientado en el uso de la lengua oral y escrita, lo más correctamente posible, desarrollando la adecuación y ampliación vocabular.

El contenido programático será dado en la medida en que los elementos vayan surgiendo dentro del texto. Los textos dados

pertencen a la lengua viva usada en los diversos países de lengua española.

Se harán dictados, ejercicios gramaticales, traducciones, redacciones y resúmenes además de sesiones de conversación sobre asuntos internacionales.

El uso de la lengua española será prioritario recurriéndose al portugués, sólo cuando sea estrictamente necesario.

Evaluación

Los estudiantes serán evaluados durante todo su aprendizaje. Habrá un examen escrito y otro oral tanto para el primer semestre como para el segundo, además del seminario.

1º Semestre

Examen Final Oral — 100 puntos
Examen Final Oral — 100 puntos
Evaluación Subjetiva — 100 puntos

2º Semestre

Examen Final Oral — 100 puntos
Examen Final Escrito — 100 puntos
Seminario — 100 puntos
Evaluación Subjetiva — 100 puntos

La nota final se obtiene con la suma de las notas parciales y la división entre siete.

Matéria: Francês

Professores: André Raymond René Souvestre
Jean François Cleaver
Patrick Signudi

Le cours sera réparti sur 4 semestres pendant lesquels les étudiants développeront leur culture générale et passeront progressivement à l'étude des techniques d'usage professionnel en langue française.

La thématique et les documents seront choisis en fonction de l'actualité internationale, seule la progression et l'étude des techniques étant prévue.

Des exercices «à la carte» seront proposés pour répondre aux besoins particuliers des étudiants en grammaire et en phonétique.

Sur les 4 semestres on donnera également un cours de traduction du Portugais vers le Français en respectant une progression dans les difficultés de manière à assurer une meilleure maîtrise de la langue.

Le cours est donc divisé en 2 modules (A, B) pour chacun des 4 semestres (1, 2, 3, 4).

* LE MODULES «A» concernent plus particulièrement les études générales avec une progression qui s'oriente de plus en plus vers les besoins spécifiques à la carrière.

* LE MODULES «B» concernent exclusivement les techniques propres à la langue française (grammaire, traduction et etc.)

Repartition et progression

1^{er} Semestre (1^{ère} Année)

Module «A» — Partie Orale

= Exposés — débats

Il s'agit dans un premier temps de libérer la parole des étudiants, sur des sujets variés, en langue française et de favoriser une intégration fructueuse des étudiants venus d'horizons différents.

= Études d'articles de presse.

Module «B» — Partie Écrite

Rédaction épistolaire (niveau simple)

Prise de notes et rapports

Grammaire à la carte

2^{ème} Semestre (1^{ère} Année)

Module «A₂» — Partie Orale

De l'allocation préparée à l'allocation improvisée.

Etude et préparation d'allocutions, plan style lecture.

Module «B₂» — Partie Écrite

— Articles d'opinion

— Notes verbales

— Thème sur des textes diplomatiques

3^{ème} Semestre (2^{ème} Année)

Module «A₃» — Etude de documents; littérature et civilisation

— francophone

Module «B₃» — Correspondance d'Ambassade

— Grammaire et Traduction

1^{ème} Semestre (2^{ème} Année)

Module «A₄» — Etude comparée de textes d'actualité internationale

Module «B₄» — Simulations professionnelles

— Interprétariat (traduction consécutive) et résumé oral

Evaluation et controles

1^{er} Semestre — 1^{ère} Année

Fin du semestre

— 1 Test écrit	— 100 points
— 1 Test Oral	— 100 points
— 1 Note de contrôle continu	— 100 points

Total — 300 points

2^{ème} Semestre — 1^{ère} Année

Idém 1^{er} Semestre

Total — 300 points

Total de l'année = 600 points

Matéria: Inglês

Professores: Allan John Hudson

Geraldine Harrison

Patrick Kevin Redmond

The First Year English Course

The principal focus of the English Course will be on giving each student the opportunity to develop his/her oral skills to the full. Effective communication for purposes of future negotiations will be developed through listening comprehension, discussions, debates, vocabulary-building and public-speaking exercises, leading to full-scale diplomatic simulations.

Fluency will be given precedence over perfect accuracy within this focus on oral work, but some attention will also be paid to correctness of grammar, register and pronunciation through specific exercises. Short written tasks and translations will also be assigned from time to time, as students will need to maintain

and extend the writing skills already developed in the context of the entrance examination.

The English File

First-year students should keep an English File, which they bring to every class. This file should contain a complete record of the year's work (class exercises, texts, notes made for simulations, homework, etc.) and any extra work done during the year. Extra work may take any appropriate form, such as compositions, creative writing, summaries in English of work done for other courses, grammar revision exercises, etc.

Evaluation

First semester (February-June)

Final Oral Test 100 marks

Final Written Test 100 marks

Subjective evaluation 100 marks

(The Subjective Evaluation mark will include performance in debates and simulations, general level of effort and participation in the course)

Second Semester (August-November)

Final Oral Test 100 marks

Final Written Test 70 marks

Englis File 30 marks

Subjective Evaluation 100 marks

The Final Mark for the year will be obtained by adding all the partial scores and dividing by 6.

Matéria: Direito Internacional Privado

Professora: Dra. Anna Maria Villela

Programa

- 1^a Unidade: Os estudos comparativos e a noção de sistemas jurídicos.
- 2^a Unidade: Os principais sistemas jurídicos do mundo contemporâneo.
- 3^a Unidade: A formação histórica dos principais sistemas jurídicos contemporâneos.
- 4^a Unidade: A expansão geográfica dos principais sistemas jurídicos contemporâneos.

- 5ª Unidade: A diversidade jurídica e os chamados conflitos de leis no espaço.
- 6ª Unidade: O Direito Internacional Privado como auxiliar do juiz na apreciação dos fatos anormais ou interjurisdicionais.
- 7ª Unidade: As fontes internas e internacionais do Direito Internacional Privado.
- 8ª Unidade: O método do Direito Internacional Privado: a indicação dos elementos de conexão.
- 9ª Unidade: Casos de não aplicação do direito indicado pelos elementos de conexão.
- 10ª Unidade: A contestação do método do Direito Internacional Privado e o desenvolvimento de um novo Direito dos Negócios internacionais.
- 11ª Unidade: Domínios de aplicação do Direito Uniforme.
- 12ª Unidade: Tentativas de harmonização dos direitos nacionais.
- 13ª Unidade: A competência internacional dos tribunais brasileiros.
- 14ª Unidade: A homologação das sentenças estrangeiras no Brasil.
- 15ª Unidade: O estatuto jurídico dos estrangeiros no Brasil.

AVALIAÇÃO

- Verificação escrita peso 1
- Prova final escrita peso 1

Matéria: História das Idéias Políticas (1º e 2º Semestres)

Professor: Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins

1. Objetivo

Introduzir à principal temática de reflexão sócio-política que caracteriza o pensamento contemporâneo relativamente à determinação da natureza humana, à sua organização em sociedade, à consolidação desta sob a forma de Estado, às relações possíveis entre estes, aquelas e seus respectivos membros, bem como aos eventuais direitos e deveres de tal circunstância decorrentes.

2. Metodologia

Trinta sessões de trabalho, ao longo do ano letivo de 1988, iniciando-se em 17 de março e findando em 17 de novembro (cronograma adaptável às possíveis exigências durante o ano), compostas de: aulas expositivas, seminários de e sobre textos, verificações de aprendizagem, prova final, cuja respectiva distribuição virá a ser fixada quando do início do curso.

Avaliação: participação e apresentação de seminário (peso 1); elaboração de trabalho escrito (peso 1); verificação intermédia ao fim do primeiro semestre (peso 1); prova final (peso 2). Total dos pesos: 5; notas de zero a dez.

3. Temática

3.1 — Objeto e função da história das idéias políticas.

3.2 — A questão ético-moral e a concepção da natureza humana e da sociedade na Antiguidade Clássica ocidental.

Platão: «A República», «As Leis».

Aristóteles: «Ética a Nicômaco», «A Política».

Cícero: «De republica», «De legibus».

Sêneca: «De beneficiis», «Epistolae morales ad Lucilium».

3.3 — A cristianização do homem e da sociedade. O conflito de autoridade entre pontífice e soberano na Idade Média.

S. Agostinho: «De civitate Dei».

S. Tomás de Aquino: «De regno», «Summa th.2-2».

Guilherme de Ockam: «De potestate imperiali».

3.4 — A ruptura entre a ordem teológica e a autonomia emergente da sociedade intra-humana. A luta pelo poder e a justificação teórica da legitimidade.

Maquiavel: «O Príncipe».

F. Bacon: «Nova Atlantis».

T. Campanella: «Civitas solis».

T. Morus: «Utopia».

T. Hobbes: «De cive», «Leviathan».

J. Locke: «Tratado sobre o governo civil».

H. Grotius: «De jure belli ac pacis».

G. Leibniz: «Juris et aequi elementa», «Méditation sur la notion commune de justice».
 Montesquieu: «O espírito das leis».
 I. Kant: «Idéia de uma história universal desde um ponto de vista cosmopolita», «Sobre a paz perpétua».
 J.J. Rousseau: «O contrato social».
 G. Hegel: «Lições sobre a filosofia do direito».
 K. Marx: «Manifesto do Partido Comunista».

4. Bibliografia de apoio:

BOBBIO, Norberto. «Sociedade e estado na filosofia política moderna». São Paulo, Brasiliense, 1986.
 BOBBIO, Norberto. «Estado, governo e sociedade». Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.
 MOSSÉ, Claude. «Democracia grega». Brasília, EDU, 1983.
 CHATELET, François. «História da Filosofia». Rio de Janeiro, Agir, s.d.
 CHATELET, François. «História des idéologies». Paris: Hachette, 1978.
 CHEVALIER, J. J. «As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias». Rio de Janeiro, s.e., 1980, 3ª ed.
 IMBERT, J. «La pensée politique des origines à nos jours». Paris, 1969.
 MACRIDIS, R.C. «Ideologias políticas contemporâneas». Tr. bras.: Brasília, 1982.
 POBROVSKI, V. S. *et alii*. «História de las ideas políticas». Tr. mex.: México, 1966.
 TATSOS, C. «La philosophie sociale des grecs anciens». Paris, 1971.
 PLICKINGER, H. G. «Hegel e Marx». Porto Alegre: L. P. & M, 1987.
 FITZGERALD, R. «Pensadores políticos contemporâneos». Tr. bras.: Brasília, 1983.

5. Outras referências bibliográficas serão oportunamente fornecidas, à medida da necessidade.

Matéria: Estudos Brasileiros para Estrangeiros
 (1º e 2º Semestres)

Professores: Secretário Everton Vieira Vargas
 Secretário Luiz Gilberto Seixas de Andrade

Programa

1. Visão geral da evolução política do país
 - 1) O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial.
 - 2) A emancipação política.

Bibliografia

MOTTA, C. G. «Brasil em Perspectiva». Difusão Européia do Livro (DIFEL), São Paulo, 1974.
 JAGUARIBE, Hélio *et alii*. «Brasil. Sociedade Democrática». José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1985.
 LAMBERT, Jacques. «Os dois brasis». Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1971.

2. Contesto geográfico e humano

- As Regiões e o regionalismo no Brasil.
- O significado do regionalismo.
- O perfil social e demográfico.

Bibliografia

ROET, Riordan. «Brazil: Politics in a Patrimonial Society». 3rd edition. Praeger Publishers, New York, 1984.
 LAMBERT, Jacques. «Os dois Brasis». 7ª edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1971.

3. Transformações Sócio-Políticas a partir dos anos 60

- 1) Conjuntura que precedeu 64 e as alterações de correntes da mobilização político-militar.
- 2) O período 1965-85: sociedade e política.
- 3) A transição para a democracia. O processo constitucional de 1987/88.

Bibliografia

SKIDMORE, Thomas. «Brasil de Getúlio e Castello». Editora Saga, Rio de Janeiro, 1969.
 JAGUARIBE, Hélio *et alii*. «Brasil. Sociedade Democrática». José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1985.
 STEPAN, Alfred. «Os Militares: da abertura à Nova República». Editora Paz e Terra, São Paulo, 1986.

4. A questão do desenvolvimento

- 1) Perspectiva teórica: a «Ideologia do Desenvolvimento».
- 2) Sociedade dual e mudança social: a herança regional do desenvolvimento brasileiro.

- 3) Características gerais da economia brasileira: a economia arcaica e a economia moderna.
- 4) A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho.
- 5) A participação do Estado na economia brasileira, a delimitação constitucional; a intervenção estatal no período recente; o estado e a empresa nacional; o papel das empresas estatais no desenvolvimento nacional.

Bibliografia

- FURTADO, Celso. «Formação Econômica do Brasil». Companhia Editora Nacional, São Paulo, 11ª edição, 1972.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. «Ideologia do Desenvolvimento — Brasil: JK-JQ». Rio de Janeiro, 2ª edição, 1978.
- CARDOSO, F. H. Faletto, Enzo. «Dependência e Desenvolvimento na América Latina». Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970.
- FERNANDES, Florestan. «A Sociologia numa era de revolução social». Zahar Editores, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1976.
- AGUIAR, Neuma ed. «The Structure of Brazilian Development», Transaction Books, New Brunswick, 1979.

5. O Brasil no mundo.

- 1) O Brasil entre o Ocidente e o Terceiro Mundo.
- 2) A inserção do Brasil na América Latina.
- 3) O desenvolvimento econômico e a posição internacional do Brasil.
- 4) O Brasil e o mundo industrializado.
- 5) O Brasil e o Terceiro Mundo.

Bibliografia

- SARDENBERG, Ronaldo. «A nova configuração do Ocidente». Brasília, mimeografado, 1972.
- SELCHER, Wayne ed. «Brazil in the International System: the Rise of a Middle Power». Westview Press, Boulder, Colorado, 1981.
- LA FER, Celso. «Brasil e a Crise Mundial». Editora Perspectiva, São Paulo, 1984.

A matéria será ministrada através de:

- 1) aulas expositivas do professor;
- 2) conferência;
- 3) seminários realizados pelos alunos;
- 4) leituras recomendadas.

A avaliação terá por base um trabalho de final de curso, de livre escolha por parte do aluno, de acordo com o programa de curso e sujeito à aprovação do professor.

O trabalho deverá ser dissertativo, original e individual com extensão máxima de 10 laudas datilografadas em espaço 2, admitida outra lauda com notas.

Também será contada para avaliação a participação nos seminários.

O curso compreenderá também conferências sobre temas brasileiros a serem proferidas por palestrantes convidados pelo Instituto Rio Branco. As conferências versarão majoritariamente sobre assuntos não cobertos pelo programa do curso.

Matéria: Direito Internacional Público I

Professor: Dr. Jorge Luiz Fontoura Nogueira

Programa

1ª Unidade

Noções introdutórias ao estudo do Direito Internacional Público.

- a) Conceito e definições atuais e antigas; O Direito Internacional Público e a Diplomacia.
- b) O uso da expressão «Direito Internacional» e a sua terminologia.
- c) Realidade e fundamentos de sua existência.
- d) Fontes.
- e) A evolução histórica do Direito Internacional Público.
- f) As relações entre o Direito Internacional Público e o Direito interno: monismo e dualismo.
- g) Direito Internacional Público e Direito Constitucional; relação com os demais ramos do Direito interno.

2ª Unidade

As pessoas do Direito Internacional Público

- a) Origem, características e estrutura da sociedade internacional;
- b) A personalidade internacional.
- c) Os Estados.
- d) As organizações internacionais.

- e) Os novos partícipes das relações jurídicas do Direito Internacional Público.

3ª Unidade

Os Estados no Direito Internacional Público

- a) Nascimento e reconhecimento.
- b) Classificação.
- c) Transformações e extinção.
- d) Sucessão.
- e) Direitos dos Estados.
- f) Deveres dos Estados.
- g) Restrições ao direito dos Estados: servidões internacionais e imunidade de jurisdição do Estado.

4ª Unidade

Relações pacíficas entre os Estados

- a) Os órgãos das relações entre os Estados.
- b) Os Chefes de Estado e os Ministros das Relações Exteriores.
- c) Os agentes diplomáticos.
- d) Os funcionários consulares.
- e) Privilégios e imunidades diplomáticas: a Convenção de Viena sobre relações diplomáticas.

5ª Unidade

Domínio do Estado: a delimitação territorial da sua autoridade

- a) O domínio terrestre.
- b) A irradiação da soberania territorial sobre o mar e outros espaços.
- c) O regime jurídico do espaço aéreo.
- d) O regime jurídico do espaço ultraterrestre.

6ª Unidade

Direito do Mar

- a) O Mar Territorial.
- b) A Plataforma Continental.
- c) A Zona Contígua.
- d) O Alto-mar

- e) As concepções atuais de *Zona de Pesca e Conservação dos Recursos naturais* e do *Mar Patrimonial*.

- f) Os fundos marinhos.

7ª Unidade

A cooperação internacional entre os Estados

- a) Em sentido lato.
- b) No terreno específico da repressão aos delitos.
- c) Princípios que regem a extradição no mundo contemporâneo.
- d) O sistema brasileiro de extradição.
- e) Direito de Asilo.

Avaliação

1ª prova parcial escrita.

2ª prova parcial escrita.

Um trabalho escrito de pesquisa, feito sobre tema do programa, indicado pelo professor e entregue na data por este designada.

O peso de cada uma das provas é 1 (hum) e a *média final* será a média aritmética das 2 (duas) provas acima indicadas e do trabalho escrito.

Bibliografia

- ACCIOLLY, Hildebrando. «Tratado de Direito Internacional Público». Rio de Janeiro, 1956, 3 v.
- ALBUQUERQUE Mello, Celso. «Curso de Direito Internacional Público». 7ª ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos; 1982.
- AKEHURST, Michael. «A Modern Introduction to International Law». 4ª ed., Londres, George Allen and Unwin, 1982.
- CANÇADO Trindade, Antônio Augusto. «Princípios de Direito Internacional Contemporâneo». Brasília, Universidade de Brasília, 1981.
- DREYFUS, Simone. «Droit des Relations Internationales». 2ª ed.; Paris, Cojas; 19.
- GIULIANO, Mario Scovazzi, Tulio *et alii*. «La Società Internazionale e il diritto». Milano; Giuffrè, 1983.
- JIMÉNEZ de Aréchaga, Eduardo. «El Derecho Internacional Contemporáneo». Madri, Tecnos, 1980.
- ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. «Direito Internacional Público». 5ª ed., Rio de Janeiro, Forense; 1987.
- MONACO, Ricardo. «Diritto Internazionale Público». Torin, UTET, 1971.

NASCIMENTO e Silva, Geraldo Eulálio. «A Missão Diplomática». Rio de Janeiro. Companhia Editora Americana, 1971.

REZEK, Francisco. «Direito dos Tratados». Rio de Janeiro, Forense, 1984.

RANGEL, Vicente Marotta. «Direito e Relações Internacionais». Textos fundamentais, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1971.

ROUSSEAU, Charles. «Droit International Public». Paris, Sirey, 1970.

RUSSOMANO, Gilda M. C. M. «A Extradicação no Direito Internacional e no Direito Brasileiro», 3ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1961.

SILVA, Soares-Guido Fernando. «Das Imunidades de Jurisdição e de Execução». Rio de Janeiro, Forense, 1984.

Textos obrigatórios

- Constituição Federal do Brasil.
- Textos legais internos referentes à matéria do programa. (*)
- Tratados Internacionais referentes à matéria do programa. (*)

Matéria: Direito Internacional Público II

Professores: Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade

Assistentes: Sec. Antonio Otávio Sá Ricarte
Sec. Caio Márcio Ranieri Colombo

Programa

Sumário:

- Unidade I: Reavaliação das fontes do Direito Internacional Público Contemporâneo.
- Unidade II: Relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno.
- Unidade III: Responsabilidade internacional dos Estados: fundamentos.
- Unidade IV: Responsabilidade internacional dos Estados: implementação; novos desenvolvimentos.
- Unidade V: A condição dos particulares no Direito Internacional Público.
- Unidade VI: Organizações Internacionais: personalidade e interpretação de poderes.
- Unidade VII: Organizações internacionais: Estrutura e delimitação de competências.
- Unidade VIII: Solução pacífica de controvérsias internacionais.

(*) Textos a serem indicados no decorrer das aulas.

Unidade IX: Regulamentação do uso da força no plano internacional.

Unidade X: Codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional Público.

Unidade I

Reavaliação das fontes do Direito Internacional Público Contemporâneo.

- I — O Costume internacional e a sistematização da prática dos Estados.
- II — Os Tratados Internacionais.
- III — Os princípios gerais do Direito.
- IV — Valor da jurisprudência internacional (decisões judiciais e arbitrais).
- V — Valor da doutrina.
- VI — O elemento de equidade.
- VII — A questão dos atos jurídicos unilaterais.
- VIII — A questão das resoluções das organizações internacionais.
- IX — Reavaliação da enumeração das fontes no artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça e relação das distintas categorias entre si.

Unidade II

Relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno.

- I — Reavaliação das Teses Monista e Dualista.
- II — Relação entre as obrigações dos Estados e o Direito Interno.
- III — Interação entre o Direito Internacional e o Direito Interno.
- IV — O Direito Internacional através da prática dos Estados.
- V — Direito Internacional e Direito Interno em relação às fontes do Direito Internacional.

Unidade III

Responsabilidade internacional dos Estados:
fundamentos.

- I — Noção de responsabilidade internacional.
- II — Origem da responsabilidade internacional dos Estados.
- III — Elementos essenciais da responsabilidade.
 - 1. Ato ou omissão em violação de uma obrigação internacional.
 - 2. Imputabilidade ao Estado como pessoa jurídica.
 - 3. Dano resultante do ato ou omissão internacional ilícito.
- IV — A determinação do surgimento da responsabilidade internacional (no tempo).
- V — Configuração da responsabilidade internacional do Estado.
 - 1. Por atos ou omissões de seus órgãos (executivos, legislativos e judiciários).
 - 2. Por atos de particulares.
- VI — A reparação de danos.
 - 1. Jurisprudência internacional.
 - 2. Natureza e extensão.
 - 3. Formas de reparação.

Unidade IV

Responsabilidade internacional dos Estados:
implementação; novos desenvolvimentos.

- I — Implementação da responsabilidade internacional, ou exercício da proteção diplomática: condições.
 - 1. A regra do prévio esgotamento dos recursos de Direito Interno.
 - 2. A regra da nacionalidade das reclamações.
 - 3. O requisito de *clean hands*.
 - 4. A cláusula Calvo de renúncia prévia ao exercício da proteção diplomática.

5. A noção de denegação de justiça.

a) Teoria e prática européias.

b) Teoria e prática latino-americanas.

- II — Responsabilidade internacional dos Estados pelas consequências danosas de Atos *não* proibidos pelo Direito Internacional.
 - 1. O novo contexto da responsabilidade.
 - 2. Primeiros e recentes esforços de sistematização.
- III — Os princípios da responsabilidade internacional e as organizações internacionais.

Unidade V

A condição dos particulares no Direito
Internacional Público.

- I — Condição dos particulares no Direito Internacional consuetudinário.
- II — Capacidade processual dos particulares no plano internacional.
- III — Experimentos internacionais outorgando *status* processual aos particulares.
 - 1. Anteriores à Primeira Guerra Mundial.
 - 2. No período de entreguerras.
 - 3. Posteriores à Segunda Guerra Mundial.
 - a) No plano global.
 - b) No âmbito regional.
- IV — Uma situação específica: a condição dos funcionários de organizações internacionais.

Unidade VI

Organizações internacionais: personalidade e interpretação de Poderes.

- I — Enfoques distintos da matéria; projetos de sistematização pelas próprias organizações internacionais.
- II — Criação e evolução histórica das organizações internacionais.
 - 1. Antecedentes históricos (concerto da Europa; Sistema de Haia; União Pública Internacional).

2. A Liga das Nações (e seus órgãos).
 3. A Organização das Nações Unidas (e seus órgãos) e as agências especializadas.
 4. As organizações regionais.
 - a) Políticas.
 - b) De integração e cooperação econômicas.
 - c) De defesa coletiva.
- III — Personalidade jurídica das Organizações Internacionais.
1. O debate acadêmico.
 2. A jurisprudência internacional.
- IV — Interpretação dos poderes atribuídos às Organizações Internacionais.
1. Métodos de interpretação.
 2. A jurisprudência internacional.
- V — Especificidade do Direito Interno ou Próprio das Organizações Internacionais (relação interna entre os órgãos da organização).

Unidade VII

Organizações Internacionais: estrutura e delimitação de competências.

- I — Estrutura e funcionamento das Organizações Internacionais.
 1. Composição: admissão, suspensão e expulsão de membros; órgãos componentes.
 2. Privilégios e imunidades.
 3. Orçamento e finanças.
- II — Mecanismos internos de controle nas Organizações Internacionais.
 1. Relatórios periódicos.
 2. Procedimentos para interpretação de acordos internacionais.
 3. Reclamações: modalidades; jurisprudência dos tribunais administrativos internacionais.

- III — Processo decisório das Organizações Internacionais.
1. A regra da unanimidade.
 2. As maiorias simples e especial.
 3. O veto.
 4. O voto proporcional.
 5. A técnica do consenso e suas aplicações.
- IV — Capacidade das Organizações Internacionais de concluir Acordos.
1. *Treaty-making power* explícito e implícito.
 2. Relação entre a personalidade internacional e o *treaty-making power*.
 3. Extensão funcional do *treaty-making power*.
- V — Delimitação de competências, nas relações entre Organizações Internacionais e Estados-Membros.
1. As jurisdições internacionais.
 2. O domínio reservado dos Estados.
 - a) Na prática dos órgãos políticos das Organizações Internacionais.
 - b) Na prática dos órgãos judiciais das Organizações Internacionais.
- VI — Atos das Organizações Internacionais.
1. Natureza jurídica.
 2. Conteúdo e classificação das resoluções.
 3. Efeitos das resoluções.
 4. Observações quanto às relações entre Organizações Internacionais e Estados não-membros.

Unidade VIII

Solução pacífica de Controvérsias Internacionais.

- I — O Problema básico da jurisdição compulsória.
- II — A questão da eficácia dos meios de solução pacífica.
- III — Interação ou complementariedade dos meios de solução pacífica.
- IV — Observações quanto à distinção entre conflitos «políticos» e «jurídicos».

V — Meios políticos de solução pacífica.

1. Negociação direta.
2. Sistema consultivo: congressos e conferências.
3. Conciliação.
4. Investigação; *fact-findig* e comissões de inquérito.
5. Bons ofícios.
6. Mediação.

VI — A solução arbitral.

1. Origem e evolução histórica.
2. O processo arbitral.
3. Sentença arbitral: natureza jurídica, efeitos, nulidades; avaliação.

VII — A solução judicial.

1. Evolução histórica.
2. Estrutura e funcionamento da Corte Internacional (Corte Permanente de Justiça Internacional e Corte Internacional de Justiça).
 - a) Problemas de competência.
 - b) Processo: iniciação, fases escrita e oral; demais questões processuais.
 - c) Julgamentos: natureza jurídica, efeitos, implementação.
 - d) Pareceres.
3. Visão panorâmica da jurisprudência da Corte Internacional (CPJI e CIJ); avaliação.

VIII — Perspectivas da solução pacífica: os trabalhos correntes do Comitê Especial da Carta das Nações Unidas e do fortalecimento do papel da Organização.

Unidade IX

Regulamentação do uso da força no Plano Internacional.

- I — Evolução Histórica (Congresso de Viena; Conferência de Paz de Versalhes; Pacto Briand-Kellogg; Conferência de San Francisco).

II — Empregos da Força Excepcionalmente Permitidos pela Carta e Prática da Organização das Nações Unidas.

1. Cláusulas relativas aos antigos Estados inimigos.
2. Legítima defesa.
3. Aplicação do direito de autodeterminação dos povos.
4. Medidas coercitivas recomendadas pelos órgãos competente.

III — O Estatuto Internacional de Agressão (definição da ONU de 1974).

1. *Travaux préparatoires*.
2. Conteúdo da Definição.
3. Implicações.

IV — Referência à Doutrina Drago e outras Manifestações relativas ao princípio do dever de não-intervenção.

V — A renúncia ao uso da força nas relações internacionais.

1. Os trabalhos correntes do Comitê Especial da ONU sobre o fortalecimento da eficácia do princípio do não-uso da força nas relações internacionais.
2. O projeto corrente da ONU de Tratado Mundial sobre o Não-Uso da Força nas Relações Internacionais.

Unidade X

Codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional Público.

I — Os primeiros esforços de codificação, até a Conferência de Haia de 1930.

1. Temas tratados.
2. Resultados.

II — A obra da Comissão de Direito Internacional da ONU.

III — A obra da Comissão Jurídica Interamericana da OEA.

IV — A obra de Associações Científicas.

1. Institut de Droit International.

2. International Law Association.

V — Demais esforços de sistematização do Direito Internacional.

1. Repertórios nacionais da prática dos Estados.

2. Repertórios da prática das Organizações Internacionais.

VI — Perspectivas.

Avaliação

1 prova (meio do semestre) — peso 1

1 trabalho, texto a ser entregue ao final do semestre e defendido oralmente. — peso 2

Bibliografia

Unidades I e II

CANÇADO, Trindade A. A. «Princípios do Direito Internacional Contemporâneo». Brasília, Universidade de Brasília, 1981.

PARRY, Clive. «The Sources and Evidences of International Law». Manchester, University Press/Oceana, 1965.

SORENSEN, Max. «Les Sources du Droit International». Copenhagen, E. Munksgaard, 1946.

SUPÚLVEDA, César. «Las Fuentes del Derecho Internacional Americano». México, Ed. Porrúa, 1975.

SUY, Eric. «Les Actes Juridiques Unilatéraux en Droit International Public». Paris, LGDJ, 1962.

NINCIC, D. «The Problem of Sovereignty in the Charter and in the Practice of the United Nations». The Hague, M. Nijhoff, 1979.

CANÇADO, Trindade A. A. C. «O Estado e as Relações Internacionais: O Domínio Reservado dos Estados na Prática das Nações Unidas e Organizações Regionais». Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979.

COLLIARD, C. A. «Institutions internationales». Paris, Dalloz, 1956.

SERENI, A. P. «Diritto Internazionale: Organizzazione Internazionale». vol. 2, partes 1-2, Milano, Giuffrè, 1958 e 1960.

REUTER, P. «Institutions Internationales». 6ª ed., Paris; P.U.F., 1969 (também há edições em inglês e espanhol).

KHAN, Rahmatullah. «Implied Powers of the United Nations». New Delhi Vikas Publ., 1970.

KASME, Badr. «La capacité de l'Organisation des Nations Unies de conclure des traités». Paris, LGDJ, 1960.

HIGGINS, Rosalyn. «The Development of International Law through the Political Organs of the United Nations». Oxford, University Press 1963.

CANÇADO, Trindade A. A. C. «Delimitação de Competências entre a Organização das Nações Unidas e os Estados Membros». «Perspectivas del Derecho Internacional Contemporáneo». Vol. II, Santiago, Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile, 1981, pp. 32-78.

JENKS, C. W. «Some Constitutional Problems of International Organizations», 22 «British Year Book of International Law» (1945) pp. 11-72.

JENKS, C. W. «Unanimity, the Veto, Weighted Voting, Special and Simple Majorities and Consensus as Modes of Decision in International Organizations», «Cambridge Essays in International Law», London, Stenvens/Oceana, 1965, pp. 48-63.

RAMA-MONTALDO, M. «International Legal Personality and Implied Powers of International Organizations», 44 «British Yearbook of International Law» (1970) pp. 111-155.

Unidade III

EAGLETON, C. «The Responsibility of States in International Law». New York, University Press, 1929.

VISSCHER, Charles de. «La Responsabilité des États», 2 «Biblioteca Visseriana» (1924) pp. 89-157.

FREEMAN, A. V. «The International Responsibility of States for Denial of Justice». London, Longmans, 1938.

AMADOR, F. V. García. «Reports on State Responsibility», «Year-Book of the International Law Commission» (1956-1961).

AGO, Roberto. «Reports on State Responsibility», «Year-Book of the International Law Commission» (1969-1980).

RIPHAGEN, Wilhelm. «Reports on International Responsibility», «Year-Book of the International Law Commission» (1980-1984).

Unidade IV

CANÇADO, Trindade A. A. «The Application of the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law». Cambridge, Cambridge University Press (Série Cambridge Studies in International and Comparative Law), 1983, pp. 1-443.

BORCHARD, E. M. «The Diplomatic Protection of Citizens Abroad». New York, Banks Law Publ. Co., 1916.

QUENTIN-BAXTER, R. Q. «Reports on International Liability», «Yearbook of the International Law Commission» (1980-1981).

CANÇADO, Trindade A. A. C. «O Esgotamento de Recursos Internos no Direito Internacional». Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1984, pp. 1-245.

Unidade V

NORGAARD, C. A. «The Position of the Individual in International Law», Copenhagen, Munksgaard, 1962.

- SPERDUTI, G. «L'Individuo nel Diritto Internazionale». Milano, Giuffrè, 1950.
- CANÇADO, Trindade A. A. *Exhaustion of Local Remedies in International Law Experiments Granting Procedural Status to Individuals in the First Half of the Twentieth Century*, 24 «Netherlands International Law Review» (1977) pp. 373-392.
- CANÇADO, Trindade A. A. *A Implementação Internacional dos Direitos Humanos ao Final da Década de Setenta*, 28 «Revista da Faculdade de Direito da UFMG» (1979) pp. 331-384.
- CANÇADO, Trindade A. A. *A Evolução do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: Avaliação Crítica*, 73 «Revista de Informação Legislativa do Senado Federal» (1982) pp. 107-120.
- DURANTE, F. «Ricorsi Individuali ad Organi Internazionali». Milano, Giuffrè, 1958.

Unidades VI e VII

- ASAMOAH, O. Y. «The Legal Significance of the Declarations of the General Assembly of the United Nations». The Hague, M. Nijhoff, 1966.
- BOWETT, D. W. «The Law of International Institutions». 2ª ed., London, Stevens, 1970.
- CASTAÑEDA, J. «Legal Effects of United Nations Resolutions». N. Y., Columbia University Press, 1969.
- CHARPENTIER, J. «Institutions internationales». 3ª ed., Paris, Dalloz, 1970.
- NORTHEDGE, F. S. & DONELAN, M. D. «International Disputes: the Political Aspects». London, Europa Publ., 1971.
- ZOUREK, J. «L'interdiction de l'emploi de la force en droit international». Leyden/Genève, Sijthoff/Inst. H.-Dunant, 1974.
- BROWNLIE, Ian. «International Law and the Use of Force by States». Oxford, Clarendon Press, 1963.
- VISSCHER, Charles de. «De l'équité dans le règlement arbitral ou judiciaire des litiges de droit international public». Paris, Pédone, 1972.
- BAR-YAACOV, N. «The Handling of International Disputes by Means of Inquiry». Oxford, University Press, 1974.
- HAMBRO, E. e ROVINE, A. W. «La jurisprudence de la Cour internationale/The Case-Law of the International Court». Leyden, Sijthoff, 1974.

Unidades VIII e IX

- CANÇADO, Trindade A. A. C. *Os Métodos de Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais: Tendências Recentes*, 17 «Estudos Jurídicos» (1984), pp. 89-126.
- STUDY Group of the David Davies Memorial Institute of International Studies, «International Disputes», the Legal Aspects. London, Europa Publ., 1972.
- MCNAIR, Lord (Arnold Duncan). «The Law of Treaties», Oxford, Clarendon Press, 1961.
- BROWNLIE, Ian. «Principles of Public International Law». 2ª ed., Oxford, Clarendon Press, 1973.

Unidade X

- UN/ONU. «Yearbook of the International Law Commission/Annuaire de la Commission du Droit International».
- ONU. «La Commission du Droit International et son oeuvre». Ed. Rev., New York Ed. ONU, 1973 (também em inglês, ed. 1972).
- CASTILLA, J. J. Caicedo. «La Obra del Comité Jurídico Interamericano». Rio, ed. C.J.I., 1966.
- COMITÉ Jurídico Interamericano. «Recomendaciones e Informes». Volumes 1-15, 1945-1983.
- CANÇADO, Trindade A. A. *The Inter-American Juridical Committee: An Overview*, «The World Today». Chatham House, Londres (nov. 1982) pp. 437-442.
- VALLADÃO, H. «Codificação e Desenvolvimento Progressivo do Direito Internacional na OEA e na ONU». Rio de Janeiro, 1977 (exposição à Comissão de Direito Internacional da ONU, 1977).

Bibliografia Geral

(Comum às Unidades I a X)

Cursos Gerais

- ACCIOLY, Hildebrando. «Tratado de Direito Internacional Público». 3 vols., Rio, ed. Ministério das Relações Exteriores, 1956 (1º vol.) — 1957 (2º e 3º vols.)
- LAUTERPACHT, H. «International Law, Being the Collected Papers of Hersch Lauterpacht» (ed. E. Lauterpacht). 4 vols., Cambridge, University Press, 1970 (1º vol.) — 1975 (2º vol.) — 1977 (3º vol.) — 1978 (4º vol.)
- GUGGENHEIM, Paul. «Traité de droit international public». 2 vol., Genève, Libr. Univ. Georg & Cie., 1967 (1º vol., 2ª ed.) e 1954 (2º vol.)
- VERDROSS, Alfred. «Derecho Internacional Publico». 5ª Ed. Madrid, Aguilar, 1967.
- ROUSSEAU, Ch. «Droit international public». 3 vols., Paris, Sirey, 1971 (1º vol.)-1974 (2º vol.)-1977 (3º vol.)
- O'CONNELL, D. P. «International Law». 2ª ed., 2 vols., London, Stevens, 1970.
- SERENI, A. P. «Diritto Internazionale». 3 vols., Milano, Giuffrè, 1956 (1º vol.)-1958 (2º vol.)-1960 (3º vol.)
- PINTO, A. Pereira. «Apontamentos para o Direito Internacional». 4 vols., Brasília, ed. Ministério da Justiça, 1980.
- CANÇADO Trindade A. A. «Princípios do Direito Internacional Contemporâneo». Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

Prática dos Estados

- CANÇADO Trindade A. A. «Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público». (Volume I: Período 1961-1981; Volume II: Período 1941-1960; Volume III: Período 1919-1940), Brasília, Ministério das Relações Exteriores/FUNAG, 1984.

- SOCIETÀ Italiana per l'Organizzazione Internazionale. «La Prassi Italiana di Diritto Internazionale». 2 vols., N.Y., Oceana, 1970.
- KISS, A. Ch. «Répertoire de la pratique française en matière de droit international public». 6 vols., Paris, ed. C.N.R.S., 1962-1969.
- PARRY, C. (ed.). «British Digest of International Law». 8 vols., London, Stevens, 1965.
- MCNAIR, Lord. «International Law Opinions». 3 vols., Cambridge, University Press, 1956.
- GUGGENHEIM, P. & Caflisch, L. (ed.). «Répertoire suisse de droit international public». 5 vols., Bâle, Helbing & Lichtenhahan, 1975.
- WHITEMAN, M. M. «Digest of International Law». 8 vols., U. S. Department of State, 1965.
- ODA, S. e OWADA, H. «The Practice of Japan in International Law 1961-1970». Tokyo, University of Tokio Press, 1982.
- PARRY, Clive. *The Practice of States*, 44 «Transactions of the Grotius Society». (1958-1959) pp. 145-186.

Estudos de Casos

- COUR Internationale de Justice/International Court of Justice. «Recueil des Arrêts, Avis Consultatifs et Ordonnances/Reports of Judgments, Advisory Opinions and Orders».
- MAREK, K. (ed.). «Répertoire des décisions et des documents de la procédure écrite et orale de la Cour Permanente de Justice Internationale et de la Cour Internationale de Justice». 1º vol., Genève Droz, 1961.
- UNITED Nations. «Repertory of Practice of United Nations Organs». Vols. I a IV e Suplementos;
- UNITED Nations. «Reports of International Arbitral Awards». 16 vols.
- LAUTERPACHT, H. e E. (ed.). «International Law Reports». 50 vols.
- GREEN, L. C. «International Law Through the Cases». 3ª ed., London/N.Y., Stevens/Oceana, 1970.
- LAUTERPACHT, H. «The Development of International Law by the International Court». London, Stevens, 1958.
- JENKS, C. W. «The Prospects of International Adjudication». London/N.Y. Stevens/Oceana, 1964.
- ROSENNE, S. «The Law and Practice of the International Court». Vols., I e II, Leyden, Sijthoff, 1965.

Matéria: Economia

Professores: Dr. Luiz Claudio Etchebert Marinho e
Dr. Carlos Henrique Fialho Mussi (assistente)

I — Introdução

- O objeto e o método da ciência econômica.
- História da ciência econômica.
- Evolução histórica da atividade econômica.

II — Princípios Gerais de Análise da Atividade Econômica

- Agentes, planos e decisões.
- Sistemas e tipos de organização.
- Análise econômica e noção de estrutura.
- Técnicas de contabilidade social.

III — A produção.

- A formação do produto social:
 - o trabalho;
 - o capital.
- Unidades de produção e a combinação de fatores.

IV — A circulação

- As formas de mercado.
- A fixação dos preços.
- Formação de preços.

V — A distribuição

- O processo de repartição da renda:
 - aspectos gerais.
 - o salário
 - o juro
 - o lucro
- A repartição da renda a longo prazo — a noção de excedente.

VI — O funcionamento da economia a curto prazo

- O princípio da demanda global.
- As relações entre consumo, investimento e renda.
- A política monetária.
- Relações entre fluxos reais e financeiros — a inflação.
- Relações econômicas internacionais.

VII — O funcionamento das economias a longo prazo — o desenvolvimento

- O crescimento econômico.
- A mecânica do desenvolvimento.
- O desenvolvimento no contexto histórico.
- A formação das estruturas subdesenvolvidas.

- O subdesenvolvimento como fenômeno histórico específico.

VIII — O pensamento econômico latino-americano

- Introdução — os precursores.
- A teoria do subdesenvolvimento da Cepal.
- O enfoque da dependência.
- Outros enfoques recentes.
- Estado atual da discussão.

IX — Os grandes desafios das economias latino-americanas

- A distribuição da renda.
- Agricultura × Indústria.
- Novas tecnologias.
- Setor externo e os problemas da dívida.
- A condução econômica — mercado ou plano.
- A viabilidade política das grandes transformações.

Avaliação

1.º Semestre

- Uma prova escrita — peso 3.

2.º Semestre

- Um trabalho escrito — peso 4;
- uma prova escrita final — peso 3.

Bibliografia

- BARRE, R. «Economía Política». Editora Difel, Rio de Janeiro, 1978 — 4 volumes.
- BROOMAN, F. S. «Macroeconomia». Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1966.
- CARDOSO, F. H. «El desarrollo en el banquillo». Mimeo, ILET, México, 1979.
- CASTRO, A. e LESSA C. — «Introdução á Economia». Editora Forense, Rio de Janeiro, 1967.
- DILLARD, D. «A teoria econômica de J. M. Keynes». Pioneira Editora, São Paulo, 1976.
- FURTADO, C. «Teoria e política do desenvolvimento econômico». Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1967.
- KALECKI, M. «La diferencia entre los problemas económicos cruciales de las economías desarrolladas y las economías subdesarrolladas no-socialistas». Santiago de Chile, Revista de Administración y Economía.

- LANGE, O. «Moderna economía política». Editora de Cultura, Rio de Janeiro, 1963.
- MARINHO, L. C. «Consideraciones sobre la teoría keynesiana del ingreso». IL-PES, Santiago de Chile, mimeo, 1972.
- MARINHO, L. C. «Las empresas transnacionales y la modalidad actual de crecimiento de América Latina». *Revista de la Cepal*, n. 14, Santiago de Chile, 1981.
- MARINHO, L. C. «La CEPAL y las concepciones del desarrollo en América Latina». Brasília, 1987, mimeo.
- NAPOLEONI, C. «Pensamento econômico do século XX». Editorial Presença, Lisboa.
- NAPOLEONI, C. «Curso de Economía Política». Editora Oikos, Barcelona, 1973.
- PINTO, A., FREDES C. e MARINHO L. C. «Curso de Economía». Entrelivros Cultural, Rio de Janeiro, 1979.
- REZENDE, F. «Finanças Públicas». Editora Atlas, São Paulo, 1987.
- ROBINSON, J. e EATWELL J. «An introduction to modern economics». McGraw-Hill, London, 1973.
- ROBINSON, J. «Desenvolvimento e subdesenvolvimento». Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.
- ROBINSON, J. «Herejias económicas». Editora Ariel, Barcelona, 1976.
- RODRIGUEZ, O. «La teoría del subdesarrollo de la Cepal». Editora Siglo Veintiuno, México, 1980.
- SCHUMPETER, J. A. «História da Análise Econômica». Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1954.
- TAVARES, M. da C. «Da substituição de importações ao capitalismo financeiro». Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.
- TAYLOR, O. «História do Pensamento Econômico». Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1965.
- VARSAVSKY, O. «Largo plazo: un solo estilo?». *El Trimestre Económico*, n. 152, México, 1972.
- VUSKOVIC, P. «Opciones actuales del desarrollo latinoamericano», em «Economía de América Latina». México, 1980.
- WONNACOTT, P. e WONNACOTT R. «Economia». McGraw-Hill, São Paulo, 1982.

Matéria: Técnica de Negociações

(Estudos de Caso de Negociações Internacionais)

Professor: Ministro Clodoaldo Hugueneu Filho

I — Negociações bilaterais

- A independência do Zimbábue e a Conferência de Lancaster House.
- Negociações de acordos restritivos de exportação:
 - i) o Acordo Multifibras e a negociação do acordo têxtil com os EUA;

ii) negociação do acordo de aço com os EUA.

II — Negociações multilaterais

- Serviços: do programa de trabalho de 82 à Rodada Uruguai.
- Negociações Norte-Sul: a VII UNCTAD.
- Negociações Sul-Sul:
 - i) Declaração de Brasília sobre o SGPC;
 - ii) Declaração de Havana do G-77;
 - iii) Declaração do México do Grula/Cepal.

Bibliografia

HUGUENEY Filho, Clodoaldo. «Da Rodésia ao Zimbábue: A Conferência de Lancaster House» (Tese para o CAE).

Acordo Multifibras.

Acordo Têxtil Brasil-EUA com *side-letter*.

Acordo de Aço Brasil-EUA.

Serviços: Programa de Trabalho da Ministerial de 1982.

———. Decisões subseqüentes.

———. Declaração de Punta del Este.

———. Programa de ação do GNS.

Resoluções da VII UNCTAD.

Declaração de Brasília.

Declaração de Havana.

Declaração do México.

Avaliação

- 1 (um) trabalho escrito (peso 1).
- Haverá, ao final do semestre, uma simulação de debate internacional, com base na qual será dada nota (peso 2)

Matéria: História das Relações Diplomáticas do Brasil
(1º e 2º Semestres)

Professores: Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa e
Secretário Fernando Jacques de Magalhães Pimenta
(assistente)

Programa

Conteúdo do Curso

I — A diplomacia do Brasil independente:

- a herança colonial;
- características gerais.

II — A política territorial:

- princípios e tratados fundamentais.

III — Visão geral da diplomacia do Império.

IV — A diplomacia da República Velha.

V — O Brasil e o multilateralismo nascente:

- as Conferências pan-americanas;
- a Conferência da Haia;
- o Brasil e a Liga das Nações.

VI — A diplomacia do Primeiro Governo Vargas:

- aspectos políticos:

1. O Brasil e os blocos do poder na década de 30;
 2. O Brasil e as questões de limites na América Latina.
- a crise da dívida externa e a moratória de 1937.

VII — A diplomacia do Governo Dutra.

VIII — A diplomacia do Segundo Governo Vargas.

IX — Desenvolvimento e diplomacia: o Governo Juscelino Kubitschek.

X — A Política Externa Independente:

- quadro geral;
- a etapa janista;
- a etapa janguista.

XI — A política externa do Governo Castello Branco.

XII — A Diplomacia da Prosperidade do Governo Costa e Silva.

XIII — A política externa do Governo Médici.

XIV — A política externa do Governo Geisel.

XV — A política externa do Governo Figueiredo.

XVI — Conclusões e Avaliações.

Desenvolvimento do Curso

1. Aulas expositivas dos professores.
2. Conferências.

3. Leituras obrigatórias: ao longo do curso, serão distribuídos textos relacionados aos diferentes tópicos do programa.
4. Exposições breves dos alunos e debates.

Avaliação

- Prova Escrita.
- Exercícios de classe.
- Trabalho de aproveitamento, ao final do curso, com tema a ser escolhido pelo aluno de acordo com o programa do curso e seus interesses e sujeito à aprovação dos professores. Os temas poderão ser genéricos ou específicos, devendo guardar vínculos expressivos com a matéria exposta no curso. O trabalho deverá ser dissertativo, original, individual e com *extensão máxima de 10 (dez) laudas datilografadas em espaço 2, admitida outra lauda com notas*. Não serão aceitos trabalhos que ultrapassem esses limites. Os alunos deverão procurar a tempo orientação para o trabalho. Os professores encontram-se à disposição para discutir temas, formato e metodologia; não indicarão, contudo, temas ou assuntos. Os critérios de correção são rigorosos e levarão em conta, principalmente: originalidade, senso crítico e analítico, domínio do tema, articulação e correção das idéias e interpretações, correção formal, plano e desenvolvimento, recurso a fontes primárias e esforço de pesquisa e relevância para a História das Relações Diplomáticas do Brasil. A repetição de temas entre alunos de classe não é obstáculo; a liberdade de escolha dos temas dentro do universo do curso (ver mais acima, Conteúdo do Curso) é total. Os alunos são aconselhados a iniciar o quanto antes os esboços de seus trabalhos, a fim de que possam a eles dedicar-se com tranquilidade. A data de entrega será fixada de acordo com a Direção do IRBr e levará em conta prazos razoáveis para uma correção acurada.

Bibliografia

I — Obras Gerais

- «História Geral da Civilização Brasileira» (vols. I a XI). Sérgio Buarque de Hollanda; Pedro Moacir Campos e Bóris Fausto (editores). Difel.

Obs.: São particularmente relevantes os seguintes capítulos:

Volume I

Livro 4º

- Cap. 2: *O Brasil no Período dos Felipes — 1580/1640*. Almeida Wright e Astrogildo Rodrigues de Mello.

Livro 5º

- Cap. 1: *A Ocupação Portuguesa do Vale Amazônico*. Arthur C. Ferreira Reis.
- Cap. 2: *As Bandeiras na Expansão geográfica do Brasil*. Myriam Ellis.
- Cap. 5: *A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul*. Sérgio Buarque de Hollanda.
- Cap. 6: *Os Tratados de Limites*. Arthur C. Ferreira Reis.

Volume II

Livro 1º

- Cap. 1.4: *A Colônia do Sacramento*. Pedro Octávio Carneiro da Cunha.
- Cap. 1.5: *A Defesa do Amazonas*. Pedro Octávio Carneiro da Cunha.
- Cap. 1.12: *O Sul*. Pedro Octávio Carneiro da Cunha.
- Cap. 7: *O Comércio Colonial e as Companhias Privilegiadas*. Arthur C. Ferreira Reis.

Volume III

Livro 1º

- Cap. 3: *A Presença Inglesa*. Olga Pantaleão.
- Cap. 4: *Política Financeira — O Primeiro Banco do Brasil*. Dorival Teixeira Vieira.

Livro 2º

- Cap. 1.1: *A Fundação de um Império Liberal: As Origens*. Pedro Octávio Carneiro da Cunha.

Livro 3º

- Cap. 2: *A Ocupação de Caiena*. Arthur César Ferreira Reis.
- Cap. 3: *O Brasil e o Prata até 1828*. J. A. Soares de Souza.

Livro 4º

Cap. 1: *O Reconhecimento do Império*. Pedro Moacyr de Campos e Olga Pantaleão.

Volume IV

Livro 3º

Cap. 2: *A Bahia 1808-1856*. Wanderley Pinho.

Volume V

Livro 1º

Cap. 1.1: *A Volta do Partido Conservador*. Francisco Iglésias.

Cap. 1.4: *A Liga e a Renovação dos Partidos*. Francisco Iglésias.

Cap. 2: *O Brasil e o Rio da Prata, de 1828 à Queda de Rosas*. J. A. Soares de Souza.

Livro 2º

Cap. 2: *O Encaminhamento Político do Problema da Escravidão no Império*. Paulo Beiguelman.

Volume VI

Livro 1º

Cap. 2: *As tentativas de industrialização no Brasil*. Nícia Villela Luz.

Livro 2º

Relações Internacionais. Guilherme Deveza, Richard Graham, Antônio F. de Almeida Wright, Joel Serrão e Pedro Moacyr Campos.

Livro 3º

Cap. 4: *A Guerra do Paraguai*. Antônio de Souza Júnior.

Volume VII

Livro 1º

Cap. 4: *Política e Guerra*. Sérgio Buarque de Holanda.

Livro 2º

Cap. 2: *A Democracia Improvisada*. Sérgio Buarque de Holanda.

Cap. 3: *Fim do Segundo Quinquênio Liberal*. Sérgio Buarque de Holanda.

Livro 3º

Cap. 3: *Fartura e Crise*. Sérgio Buarque de Holanda.

Livro 4º

Cap. 2: *A Lei Saraiva*. Sérgio Buarque de Holanda.

Livro 5º

Cap. 4: *O Fim do Regime*. Sérgio Buarque de Holanda.

Volume VIII

Livro 2º

Cap. 2: *A Industrialização durante a República Velha*. Warren Dean.

Cap. 5: *O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional — 1889/1930*. Paul Singer.

Volume IX

Livro 3º

Cap. 2: *As Relações Internacionais do Brasil durante a 1ª República*. E. Bradford Burns.

Volume XI

Livro 1º

Cap. 1: *O Brasil e a economia mundial 1929/1945*. Marcelo de Paiva Abreu.

Cap. 2: *Relações Econômicas Internacionais do Brasil — 1945/1964*. Pedro S. Malan.

- «História Diplomática do Brasil». Delgado de Carvalho. Cia. Editora Nacional.
- «História Diplomática do Brasil». Hélio Vianna. Edições Melhoramentos.
- «História das Fronteiras do Brasil». Hélio Vianna. Biblioteca Militar.
- «A Política Externa Brasileira». Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. Editora Ática.
- «A History of Brazil». E. Bradford Burns. Columbia University Press (EUA).
- «Presença dos EUA no Brasil». Moniz Bandeira. Civilização Brasileira.
- «Brasil em Perspectiva». Carlos Guilherme Mota (org.) Difel.

Obs.: ver os seguintes capítulos:

- *Expansão Européia e Descobrimento do Brasil*. Manuel Nunes Dias.
- *O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial*. Fernando A. Novais.
- *O Brasil Monárquico em face das Repúblicas Americanas*. José Ribeiro Júnior.
- *O Brasil nas Relações Internacionais: 1930/1945*. Jaime Pinsky.
- *O Brasil nas Relações Internacionais: 1945/1964*.
- «Cinco Tratados Históricos (1494/1865): textos completos para o estudo da História Diplomática do Brasil». Sérgio Bath. Instituto Rio Branco.
- «Relações Internacionais e Política Externa Brasileira — debate intelectual e produção acadêmica». Maria Regina Soares de Lima. MRE/IUPERJ.
- *Studies on International Relations in Brazil: Recent Times (1950/80)*. Gelson Fonseca Jr. in *Millenium: «Journal of International Studies»*. Vol. 16 nº 2.
- «Repertório da Prática Brasileira de Direito Internacional Público». (4 volumes + índice). Antônio A. Cança-do Trindade. Fundação Alexandre de Gusmão.

II — Período Colonial

- «História Diplomática de Portugal». Pedro Soares Martinez. Editorial Verbo (Portugal).
- «The Portuguese Seaborne Empire (1415-1825)». C. R. Boxer. Alfred A. Knopf (EUA).
- «História da Política Exterior do Brasil (Do Período Colonial ao Reconhecimento do Império)». Renato de Mendonça. Instituto Pan-americano de Geografia e História (México).

III — Período Monárquico

- «O Império Brasileiro (1822/1889)». Oliveira Lima. Editora Universidade de Brasília.

Obs.: ver especialmente o cap. X, *O Império e a Política Exterior*.

- «Britain and the onset of Modernization of Brazil». Richard Graham Cambridge University Press. UK.

- «Honório Hermeto no Rio da Prata (Missão Especial de 1851/2)». J. A. Soares de Souza. Cia. Editora Nacional.
- «Marquês de Paraná: Um Varão do Império» Maurílio de Gouveia. Biblioteca do Exército — Editora.
- «Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865)». Teixeira Soares. Editora Brand Ltda.
- «O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826/1889)». Amado Luiz Cervo. Universidade de Brasília.
- «Joaquim Nabuco e a Política Exterior do Brasil». João Frank da Costa. Gráfica Record Editora.
- «História da Guerra Cisplatina». David Carneiro. Cia. Editora Nacional.
- «Preminência Inglesa no Brasil». Alan K. Manchester. Editora Brasiliense.

IV — Período Republicano

- «A Vida do Barão do Rio Branco». Luiz Viana Filho. Livraria Martins Editora.
- «Rio Branco». Álvaro Lins. Cia. Editora Nacional.
- «The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian American Relations». E. Bradford Burns. Columbia University Press — EUA.
- «Introdução às Obras do Barão do Rio Branco». A. G. de Araújo Jorge. Ministério das Relações Exteriores.
- «Rio Branco e o arbitramento com a Argentina». Hélio Lobo. José Olympio Editora.
- «Ensaio de História e Crítica». A. G. de Araújo Jorge. Ministério das Relações Exteriores — Instituto Rio Branco.
- «Ensaio de História Diplomática do Brasil no Regime Republicano (1889/1902)». A. G. de Araújo Jorge. Imprensa Nacional.
- «Rio Branco e a Política Exterior do Brasil (1902/1912)». Dunshee de Abranches. Ed. Jornal do Brasil.
- *A Diplomacia da República Velha: Uma Perspectiva Sérgio França Danese*. in «Revista Brasileira de Política Internacional», nºs 105-108 (1984).

- «A Diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada». Sérgio Corrêa da Costa. Editora Tempo Brasileiro.
- «San Thiago Dantas». Marcílio Marques Moreira (Seleção e Introdução). Perfis Parlamentares (21) — Câmara dos Deputados.
- «Unequal Alliance: The Inter-American Military System, 1938/1978». John Child. Westview Press — EUA.
- «The Brazilian-American Alliance: 1937/1945». Frank D. McCann, Jr. Princeton University Press — EUA.
- «The Brazilian Communist Party». Ronald H. Chilcote. Oxford University Press — EUA.
- «O Brasil e a Crise Internacional (1930/1945)». Stanley E. Hilton. Civilização Brasileira.
- «Araújo Castro». Rodrigo Amado (organização e notas). Universidade de Brasília.
- «O Brasil e as Grandes Potências». Stanley E. Hilton. Civilização Brasileira.
- «O Ditador e o Embaixador (Getúlio Vargas e Adof Berle Jr. e a Queda do Estado Novo)». Stanley Hilton. Ed. Record.
- «Autonomia na Dependência: a política exterior brasileira de 1935 a 1942». Gerson Moura. Editora Nova Fronteira.
- «Interesse Nacional e Política Externa». José Honório Rodrigues. Editora Civilização Brasileira.
- «Política Externa Independente». F. C. de San Thiago Dantas. Editora Civilização Brasileira.
- «O Governo Castello Branco». Luiz Viana Filho. Livraria José Olympio Editora.
- «Presidente Castello Branco — Brazilian Reformer». John W. F. Dulles. Texas A&M University Press — EUA.
- «Argentina e Brasil no Sistema das Relações Internacionais». Celso Lafer/Felix Peña. Livraria Duas Cidades.
- «Conciliação e Reforma no Brasil». José Honório Rodrigues. Editora Nova Fronteira.

- «Paradoxos e Possibilidades». Celso Lafer. Ed. Nova Fronteira.
Obs.: ver especialmente: Parte IV — Política exterior brasileira: um balanço da década dos 70 — Brasil-EUA: História e Perspectivas de um Relacionamento Diplomático.
- «Politics in Brazil». Thomas E. Skidmore. Oxford University Press — EUA.
- «Brazil in the Sixties». Riordan Roett (ed.). Vanderbilt University Press — EUA.
Obs.: Ver especialmente o capítulo 3 — Brazilian-American Relations. Peter D. Bell.
- «Brazil in the Seventies». Riordan Roett (ed.). American Enterprise Institute for Public Policy Research — EUA.
Obs.: Ver especialmente: Cap 1 — Brazil's changing role in the International System: Implications for US Policy — Tomas E. Skidmore. Cap. 3 — Brazil's emerging international economic role — William R. Cline.
- «Brazil: Politics in a Patrimonial Society». Riordan Roett. Praeger — EUA.
Obs.: Ver especialmente: Cap. 8 — Brazilian Foreign Policy.
- «Brazil in the International System». Wayne A. Selcher (ed.). Westview Press — EUA.
- «Brazil's Multilateral Relations». Wayne A. Selcher. Westview Press, 1978.
- «The Afro-Asian Dimension of Brazilian Foreign Policy (1956/1972)». Wayne A. Selcher. University of Florida (EUA).
- «Brazil and the US: toward a maturing relationships». Roger W. Fontaine. American Enterprise Institute (EUA).
- «United States Penetration of Brazil». Jan Knipers Black. University of Pennsylvania (EUA).
- «1964 visto e comentado pela Casa Branca. Marcos Sá Corrêa. Labor Editora.

- «Política Externa: Segurança e Desenvolvimento». J. O. Meira Penna. Editora Agir, 1967.
- «Contemporary Brazilian Foreign Policy; The International Strategy of an Emerging Power». William Perry. Ed. Sage (EUA).
- *The United States and Brazil: The Case of the Missing Relationship*. Albert Fishlow. In «Foreign Affairs», vol. 60 n° 4, 1982.
- *Brazil's Experiment with an Independent Foreign Policy*. Victor Wallis. in «Contemporary Inter-American Relations — A Reader in Theory and Issues». Prentice-Hall (EUA).
- «A Evolução da Política Externa Brasileira na década 64/74». Carlos Estevam Martins. Estudos Cebrap.
- *A Política Externa do Brasil nas duas Últimas Décadas*. Ronaldo M. Sardenberg. in «Revista do Serviço Público» v. 109 n° 4, 1981.
- *Brazil-Estados Unidos — De la Diferencia al Conflicto*. Mónica Hirst. Flacso — Série de Documentos e Informes de Investigación». (Buenos Aires).
- «Relações Internacionais do Brasil — Perspectivas para o Fim do Século». Hélio Jaguaribe. Center of Brazilian Studies, John Hopkins University (EUA).
- «O Brasil e o Mundo no Séc. XXI». Rubens Ricupero. Conf. no Instituto Brasileiro de Altos Estudos (São Paulo, 1986). Fundação Armando Álvares Penteado.
- «Novo Cenário Internacional». Hélio Jaguaribe. Editora Guanabara.

V — Memórias

- «Memórias (Estas Minhas Reminiscências)». Oliveira Lima. Fundação Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.
- «Reminiscência Sérias e Frívolas». Maurício Nabuco. Editora Pongetti.
- «O Meu Velho Itamaraty (1905/1913)». Luis Gurgel do Amaral.
- «Cousas Idas e Vividas (Lembranças íntimas e da Carreira Diplomática)». Luis Gurgel do Amaral. Livraria São José.

- «Minha Vida Diplomática» (vols. I e II). Heitor Lyra. Editora Universidade de Brasília.
- «Um Embaixador em Tempos de Crise». Carlos Alves de Souza. Francisco Alves, 1979.

VI — Documentação.

- São de particular interesse, como fontes primárias de História diplomática, as publicações do Itamaraty contendo discursos, textos de acordos, comunicados conjuntos e outros documentos relevantes. Estas publicações começaram a ser editadas sistematicamente, a partir de 1967, sob o título «Documentos de Política Externa». De 1974 em diante, assumiram o título de «Resenha de Política Exterior».
- A par de tais publicações de natureza abrangente e periódica, o Itamaraty tem editado ocasionalmente volumes contendo conferências do Ministro de Estado, discursos ou coletâneas de textos sobre temas ou iniciativas específicas de política exterior. Existem igualmente diversas publicações englobando discursos e atos assinados por ocasião de encontros presidenciais.
- São especialmente úteis para o acompanhamento da evolução das ênfases e prioridades de política externa as conferências realizadas anualmente na Escola Superior de Guerra pelo Ministro de Estado e, bem assim, o discurso de abertura do debate-geral da Assembléia-Geral da

2º ANO

Matéria: Administração do Ministério das Relações Exteriores

Professor: Conselheiro Gastão F. C. Bandeira de Mello

Professor Assistente: Secretário Roberto Furiam Ardenghy

Programa

- 1 — O Ministério das Relações Exteriores no quadro da Administração Pública Federal. A Constituição. A Reforma Administrativa.
- 2 — Estrutura e organização do Ministério das Relações Exteriores — Evolução histórica.
- 3 — A organização geral do Ministério das Relações Exteriores na atualidade. O Regimento Interno. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Os órgãos com sede no exterior.

- 4 — A carreira de Diplomata. Regime jurídico. O Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União. O Plano de Classificação de Cargos.
- 5 — A hierarquia funcional. A evolução numérica dos quadros. A estrutura piramidal da carreira.
- 6 — Legislação específica da Carreira de Diplomata. Recrutamento. Progressão funcional. Remoção. Agregação. Casamento. Quadro Especial.
- 7 — Análise comparativa com a estrutura de outros principais serviços exteriores e seus respectivos quadros diplomáticos.
- 8 — Os Oficiais de Chancelaria e demais funcionários administrativos.
- 9 — O orçamento do Ministério das Relações Exteriores. Os critérios administrativo e político para a distribuição de recursos. Dotações orçamentárias. O Escritório do Conselheiro Financeiro em Nova York.

Avaliação

Será realizado, ao término do curso, exercício prático com atribuição de nota, que constituirá a avaliação final.

Bibliografia

- AZEREDO DA SILVEIRA, Antonio Francisco. «Organização do Ministério das Relações Exteriores (Lições de uma Experiência)». Seção de Publicações, MRE, 1966.
- BARROSO, Gustavo. «História do Palácio do Itamaraty». Seção de Publicações, MRE, 1968.
- OLIVEIRA AZEVEDO, Lygia de e GAMA E SILVA, José Saldanha da. «Evolução do Ministério das Relações Exteriores». Fundação Getúlio Vargas — 1964.
- ROMERO, Marcos. «História da Organização Administrativa da Secretaria de Estado Desde 1808 a 1951». Serviços de Publicações, MRE, 1951.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — CAD (Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas) Administração Pública Federal e Sistema Federal de Orçamento.
- CHAZELLE, Jacques. «La Diplomatie». Presses Universitaires de France, Paris — 1962.
- DUNCAN, Sirval. «Report of The Review Committee on Overseas Representation 1968-1969». Her Majesty's Stationery Office-July, 1969.
- TRASK, David F. «A Short History of The U.S. Department Of State, 1781-1981». Examination for Foreign Service Officer Careers — US Department of State — US International Communications Agency.

OLIVEIRA CASTRO, Flavio Mendes de. «História da Organização do Ministério das Relações Exteriores». Editora Universidade de Brasília, 1983.

Matéria: Português: Redação Oficial

Professor: Conselheiro Carlos Alberto Simas Magalhães

Programa

- 1 — Introdução à redação oficial: a correspondência diplomática brasileira, suas formas e características.
- 2 — A Secretaria de Estado e a Missão Diplomática: os diversos tipos de informação (área econômica, política e cultural).
- 3 — O expediente e sua prática na SERE.
- 4 — Formas especiais de redação.

Avaliação:

Duas vezes por semestre, mediante a apresentação de trabalho coletivo, cada um com peso 100. A nota final será a média das notas parciais.

Matéria: Português Para Estrangeiros

Professoras: Dad Abi Chahine Squarisi e
Lucilia Helena do Carmo Garcez

Programa de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira

- 1ª Unidade: Introdução ao estudo da Literatura Brasileira. A periodização e a fixação das épocas literárias no Brasil.
- 2ª Unidade: Manifestações literárias do período colonial.
 1. Século XVI: A literatura informativa dos cronistas portugueses e dos jesuítas. Posição de José de Anchieta.
 2. Século XVII: Ecos do Barroco no Brasil. O Grupo Baiano. Posição de Gregório de Matos.
 3. Século XVIII: O Arcadismo. A Escola Mineira e as manifestações líricas, épicas e satíricas. Análise de Tomás Antônio Gonzaga.

3ª Unidade: O Romantismo

1. O Pré-Romantismo: A literatura de transição clássica-romântica.
2. O Romantismo brasileiro e a afirmação nacional.
3. As gerações românticas na poesia. Principais prosadores. Análise de Gonçalves Dias e Castro Alves. José de Alencar.

4ª Unidade: Parnasianismo/Realismo/Naturalismo. Principais representantes na poesia e na prosa. Análise de Olavo Bilac e Machado de Assis.

5ª Unidade: O Simbolismo. Análise de Cruz e Sousa.

6ª Unidade: O Pré-Modernismo: A literatura de transição e o surto regionalista. Importância e significação de «Os Sertões» e «Canaã».

7ª Unidade: O Modernismo e as tendências contemporâneas.

1. A Semana de Arte Moderna e as gerações modernistas. Análise de Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e Ferreira Gullar.
2. O regionalismo no romance contemporâneo. Análise de José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Guimarães Rosa.
3. O romance intimista. Análise de Clarice Lispector.

Observação: Ao longo do ano letivo, far-se-á, através dos textos estudados, ampla revisão da gramática da língua portuguesa.

Matéria: Inglês

Professores: Sara Burkitt Walker e
Patrick Kevin Redmond

The two 90-minute classes on the 1988 timetable will be roughly divided so as to give equal emphasis to oral and written skills. Oral work will include reading and discussion of texts on current affairs, as well as debates, short talks and simulations. Written tasks will include drafting and writing texts for a number of professional contexts, using diplomatic models. Translation exercises will also be set regularly.

It is hoped that two special projects or simulations can be run in each semester and that one or more of these projects may involve French and/or Spanish in addition to English.

Evaluation

In each semester:	Final Oral Test	100 marks
	Final Written Test	100 marks
	Subjective evaluation	100 marks

(The subjective evaluation will cover level of effort made in class, performance in debates and simulations and the correction of all assignments set as homework for the writing skills and translation courses.)

Matéria: Francês

Professores: Christian Marcel Defontaine e
Marie Hélène Grossela de Melo Ferreira

Le cours sera réparti sur 4 semestres pendant lesquels les étudiants développeront leur culture générale et passeront progressivement à l'étude des techniques d'usage professionnel en langue française.

La thématique et les documents seront choisis en fonction de l'actualité internationale, seule la progression et l'étude des techniques étant prévue.

Des exercices «à la carte» seront proposés pour répondre aux besoins particuliers des étudiants en grammaire et en phonétique.

Sur les 4 semestres on donnera également un cours de traduction du Portugais vers le Français en respectant une progression dans les difficultés de manière à assurer une meilleure maîtrise de

Le cours est donc divisé en 2 modules (A, B) pour chacun des 4 semestres (1, 2, 3, 4).

* Les Modules «A» concernent plus particulièrement les études générales avec une progression qui s'oriente de plus en plus vers les besoins spécifiques à la carrière.

* Les Modules «B» concernent exclusivement les techniques propres à la langue française (grammaire, traduction et etc.)

3^{ème} Semestre (2^{ème} Année)

Module «A₃» — Etude de documents; littérature et civilisation

— francophone

Module «B₃» — Correspondance d'Ambassade

— Grammaire et Traduction

4^{ème} Semestre (2^{ème} Année)

Module «A₄» — Etude comparée de textes d'actualité internationale

Module «B₄» — Simulations professionnelles.

— Interprétariat (traduction consécutive) et résumé oral.

Evaluation et contrôles

1^{er} Semestre — 2^{ème} Année

Fin du semestre	— 1 Test écrit	— 100 points
	— 1 Test Oral	— 100 points
	— 1 Note de contrôle continu	— 100 points
	Total	— 300 points

2^{ème} Semestre — 2^{ème} Année

Idem 1 ^{ère} Année	Total	— 300 points
Total de l'année		= 600 points

Matéria: Espanhol

Professoras: Cecília da Silva Guerra Vicente e
Kori Yaane Bolívia Carrasco Costa

En el segundo año el alumno deberá desarrollar los conocimientos adquiridos en el transcurso del primero, orientados hacia los problemas y necesidades de la vida social y profesional, por medio de:

1. Refuerzo de la capacidad lingüística transformativa, con la introducción de conocimientos sobre composición y derivación del lenguaje en el campo semántico, y prácticas de traducción oral y escrita del portugués y otros idiomas al español.

2. Desarrollo de la precisión y ampliación vocabular, con el estudio de correspondencia diplomática y protocolar.
3. Proporcionar una visión de la cultura y sociedad de los países iberoamericanos, para mejorar la capacidad de observación, reflexión, crítica y comunicación para con estos países.
4. Refuerzo de la capacidad de comprensión auditiva de las diferencias dialectales y captación de sus dificultades, durante charlas sobre temas diversos realizadas por diplomáticos de los diversos países de lengua española acreditados en Brasilia.
5. El uso de la lengua española será prioritario, recurriéndose al portugués, solo cuando sea estrictamente necesario.
6. El contenido gramatical será dado en la medida en que surjan los elementos dentro del texto.
7. Se harán dictados, ejercicios gramaticales, traducciones y versiones, y se redactarán cartas y resúmenes además de sesiones de conversación y debate sobre asuntos de la actualidad internacional, bien como simulación de negociaciones diplomáticas.
8. Se hará la complementación con películas sobre países hispanoamericanos y audición de cintas sobre teatro y poesía de iberoamerica desarrollando al mismo tiempo la capacidad de realizar trabajos orales y/o escritos sobre los temas abordados.

Evaluación

Los estudiantes serán evaluados durante todo su aprendizaje. Habrá un examen escrito y otro oral tanto para el primer semestre como para el segundo, además de la simulación y el seminario.

1^{er} semestre

Examen Final Oral	100 puntos
Examen Final Escrito	100 puntos
Evaluación subjetiva	100 puntos

2^º semestre

Examen Final Oral	100 puntos
Examen Final Escrito	100 puntos
Seminario	100 puntos
Evaluación subjetiva	100 puntos

Matéria: Relações Internacionais

Professor: Ministro Gelson Fonseca Júnior

A — Atividades do Curso:

O curso desenvolverá três atividades:

- (i) — aulas expositivas, seguidas de debates, que terão por base um texto de leitura obrigatória;
- (ii) — debates sobre uma série de livros com temas de relações internacionais;
- (iii) — seminários preparados pelos alunos.

B — Avaliação:

A avaliação estará baseada em um trabalho escrito feito a partir da apresentação do seminário, em uma ou duas provas sobre a matéria dada em aula.

C — Aulas Expositivas:

O objetivo desta primeira parte do programa é familiarizar o aluno com os temas básicos da disciplina. Para tanto, todos os alunos devem ler o texto de leitura obrigatória, que é o seguinte:

- Merle, M., Sociologia das Relações Internacionais (Editora da UnB).

Os temas das aulas expositivas obedecem a seqüência dos capítulos do livro de Merle. O texto deve estar lido antes da aula própria, pois, em aula, será objeto mais de comentários e debate do que de exposição.

D — Leitura e Comentários de Alguns Textos Significativos:

O objetivo desta segunda parte é duplo:

- (i) — dar oportunidade a que os alunos conheçam alguns textos contemporâneos sobre relações internacionais;
- (ii) — nos pontos específicos levantados por estes textos, aprofundar a discussão iniciada na primeira parte do curso. Como método para a leitura, grupos de dois a três alunos serão formados e escolherão um dos livros da lista a seguir. Terão, como obrigação, fazer um resumo crítico do texto escolhido, resumo que será apresentado oralmente em classe e desenvolvido em um texto curto (3 a 6 páginas). Esses

textos serão distribuídos para todos os alunos. Os livros serão fornecidos pelo Instituto e devem ser devolvidos ao final do curso. Os livros são os seguintes:

a — Temas Teóricos

a.1 — Os clássicos:

- Hinsley, F., «Power and the Pursuit of Peace». Cambridge Univ. Press, 1963.

a.2 — Perspectiva realista:

- Morgenthau, H., «Politics among Nations», Knopf, 1967.

a.3 — Interdependência:

- Keohane e Nye, «Power and Interdependence», Little Brown, 1977.

a.4 — Dependência e Marxismo:

- Kubalkova e Cruichansk, «Marxism-Leninism and the Theory of International Relations», Londres, RKP, 1979.
- Cardoso, F. H., «Dependência e Desenvolvimento», Zahar.

a.5 — Percepção e Relações Internacionais:

- Jervis, R., «Perception and Misperception in International Politics», Princeton Univ. Press, 1976.

b — Temas Diplomáticos: Decisão

- Alison, G., «The Essence of Decision», Little Brown, 1971.

c — Temas Específicos:

c.1 — Estratégia:

- Gaddis, J. L. «Strategies of Containment», Oxford Univ. Press, 1982.

c.2 — Problemática da Paz:

- Varas, A., «Paz, Desarme y Desarrollo en America Latina», Buenos Aires, GEL, 1987.
- Vayrinem, R., «The Quest for Peace», SAGE, 1987.

c.3 — Terceiro Mundo:

- Mortiner, R., «The Third World Coalition», Westview, 1983.
- Harris, N., «The End of the Third World», Pelican, 1986.

c.4 — Relações entre Economia e Política:

- Gilpin, R., «The Political Economy of International Relations», Princeton Univ. Press, 1987.
- Rosecrance, R., «The Rise of the Trading State», N. York, Basic Books, 1986.

c.5 — Os contextos da ação diplomática: África e América Latina:

- Muñoz e Tulchin, «Latin American Nations in World Politics», Westview, 1983.
- Ojo, Olatunde *et alii*, «African International Relations», Longman, 1985.

c.6 — Ética e poder:

- Beitz, C., «Political Theory and International Relations», Princeton Univ. Press, 1979.

E — Seminários:

Nesta terceira etapa, os alunos, com os instrumentos analíticos aprendidos ao longo do curso, devem discutir um tema da conjuntura contemporânea.

- Os seminários serão apresentados em duas etapas, uma oral e outra, escrita. A apresentação oral deve ser breve, de uma hora, de modo a permitir debate do tema pela turma. Sugere-se a distribuição de um roteiro e da bibliografia utilizada antes da apresentação. Os alunos, além da apresentação oral, devem entregar trabalhos escritos individualizados sobre os aspectos do tema que abordaram.
- Os trabalhos escritos devem ser sucintos: no máximo 8 (oito) páginas; devem ser precisos, claros, sem retórica, etc.; devem ter formato acadêmico (apresentação, desenvolvimento, conclusão, notas de pé de página, bibliografia); devem ser pessoais, i.e., incorporar reflexão crítica do autor.
- Sempre que possível, é interessante ver o tema do ponto de vista da diplomacia brasileira contemporânea.

Sugestões de Temas:

- Leste-Oeste: o significado da «Guerra das Estrelas»; a disputa EUA-URSS e o Terceiro Mundo, etc.;
- América Latina: a questão da América Central; a guerra das Malvinas, etc.;
- Oriente Médio: a conflagração no Líbano, a persistência da guerra Irã-Iraque, etc.;
- Crise do multilateralismo;
- Questões africanas;
- Política externa brasileira: as teses de Maria Regina Soares de Lima; as obras de Celso Lafer e Jaguaribe;
- O não-alinhamento como movimento e como atitude;
- Etc.

Matéria: Estudos Brasileiros para Estrangeiros

Professores: Secretário Luiz Gilberto Seixas de Andrade
Secretário Everton Vieira Vargas

Programa

I — Visão Geral da Evolução Política do País

1. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial;
2. A emancipação política.

Bibliografias:

- MOTTA, C. G. «Brasil em Perspectiva», Difusão Européia do Livro (DIFEL), São Paulo, 1974;
- JAGUARIBE, Hélio *et alii*. «Brasil, Sociedade Democrática», José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1985;
- LAMBERT, Jacques. «Os dois Brasis», Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1971.

II — Contexto Geográfico e Humano

- As Regiões e o regionalismo no Brasil;
- O significado do regionalismo;
- O perfil social e demográfico.

Bibliografias:

- ROET, Riordan. «Brazil: Politics in a Patrimonial Society», 3rd edition, Praeger Publishers, New York, 1984.

LAMBERT, Jacques. «Os dois Brasis», 7ª edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1971.

III — Transformações Sócio-Políticas a partir dos Anos 60

1. Conjuntura que precedeu 64 e as alterações de correntes da mobilização político-militar;
2. O período 1965-85: sociedade e política;
3. A transição para a democracia. O processo constitucional de 1987/88.

Bibliografias:

SKIDMORE, Thomas. «Brasil de Getúlio e Castello», Editora Saga, Rio de Janeiro, 1969;

JAGUARIBE, Hélio *et alii*. «Brasil, Sociedade Democrática», José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1985;

STEPAN, Alfred. «Os Militares: da abertura à Nova República». Editora Paz e Terra, São Paulo, 1986.

IV — A Questão do Desenvolvimento

1. Perspectiva teórica: a ideologia do Desenvolvimento;
2. Sociedade dual e mudança social: a herança regional do desenvolvimento brasileiro;
3. Características gerais da economia brasileira: a economia arcaica e a economia moderna;
4. A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho;
5. A participação do Estado na economia brasileira, a delimitação constitucional; a intervenção estatal no período recente; o Estado e a empresa nacional; o papel das empresas estatais no desenvolvimento nacional.

Bibliografias:

FURTADO, Celso. «Formação Econômica do Brasil», Companhia Editora Nacional, São Paulo, 11ª edição, 1972;

CARDOSO, Miriam Limoeiro. «Ideologia do Desenvolvimento — Brasil: JK-JQ», Rio de Janeiro, 2ª edição, 1978;

CARDOSO, F. H. Faletto, Enzo. «Dependência e Desenvolvimento na América Latina», Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970;

FERNANDES, Florestan. «A sociologia numa era de revolução social», Zahar Editores, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1976;

AGUIAR, Neuma ed. «The Structure of Brazilian Development», Transaction Books, New Brunswick, 1979.

V — O Brasil no Mundo

1. O Brasil entre o Ocidente e o Terceiro Mundo;
2. A inserção do Brasil na América Latina;
3. O desenvolvimento econômico e a posição internacional do Brasil;
4. O Brasil e o mundo industrializado;
5. O Brasil e o Terceiro Mundo.

Bibliografias:

SARDENBERG, Ronaldo. «A Nova Configuração do Ocidente», Brasília, mimeografado, 1972;

SELCHER, Wayne ed. «Brazil in the International System: the Rise of a Middle Power», Westview Press, Boulder, Colorado, 1981;

LA FER, Celso. «O Brasil e a Crise Mundial», Editora Perspectiva, São Paulo, 1984.

A matéria será ministrada através de:

1. Aulas expositivas do professor;
2. Conferência;
3. Seminários realizados pelos alunos;
4. Leituras recomendadas.

A avaliação terá por base um trabalho de final de curso, de livre escolha por parte do aluno, de acordo com o programa de curso e sujeito à aprovação do professor.

O trabalho deverá ser dissertativo, original e individual com extensão máxima de 10 laudas datilografadas em espaço 2, admitida outra lauda com notas.

Também será contada para avaliação a participação nos seminários.

O curso compreenderá também conferências sobre temas brasileiros a serem proferidas por palestrantes convidados pelo Instituto Rio Branco. As conferências versarão majoritariamente sobre assuntos não cobertos pelo programa do curso.

Matéria: Direito dos Tratados

Professor: Ministro José Francisco Rezek

Programa

I — Compreensão do tratado internacional.

1. Conceito de tratado.

Formalidade do acordo e realidade do resultado.
Sujeitos de direito internacional público. Efeitos jurídicos. Regência do direito internacional. Terminologia. Base instrumental.

2. Classificação dos tratados.

Critérios formais: o número de partes e a extensão do procedimento. Critérios materiais: a natureza das normas, a execução no espaço e no tempo, a estrutura da execução. Categorias especiais: os tratados institucionais e as convenções internacionais do trabalho.

II — Gênese do tratado internacional.

1. Processo de produção do texto convencional.

A) Negociação bilateral.

Roteiro e circunstâncias: iniciativa, lugar, idioma, procedimento, adoção do texto. Competência negociadora: chefes de Estado e de Governo, plenipotenciários, delegações nacionais, representação das organizações internacionais.

B) Negociação coletiva comum.

Roteiro e circunstâncias.

C) Negociação coletiva no interior das organizações internacionais.

Tratados negociados *stricto sensu*. Tratados produzidos por método extranegocial.

D) Estrutura do tratado.

Preâmbulo. Dispositivo. Anexos.

2. Expressão do consentimento.

A) Assinatura e troca de instrumentos constitutivos do tratado.

B) Ratificação.

Conceito. Fundamentos políticos. Competência. Discrecionabilidade. Formas. Depósito.

C) Pressupostos constitucionais do consentimento.

Sistema de partilha do poder convencional. O poder convencional no Brasil republicano.

D) Reservas.

Espécies. Previsão tópica. Formulação: competência. Objeção: efeitos. Retirada.

E) Vício do consentimento.

Agravo ao direito público interno. Erro, dolo, corrupção e coação sobre o negociador. Coação sobre o Estado.

3. Entrada em vigor.

A) Sistemas e situações especiais.

Vigência contemporânea do consentimento.

Vigência diferida. Problema das cláusulas finais.

Vigência provisória.

B) Registro e publicidade.

O sistema da Sociedade das Nações. O sistema das Nações Unidas. Registros regionais e especializados.

C) Incorporação do tratado ao direito nacional.

Noções preliminares. Promulgação e publicação de tratados no Brasil.

III — Vigência e extinção do tratado internacional.

1. O tratado em vigor.

Efeitos sobre as partes e sobre terceiros. Duração. Ingresso por adesão.

Emendas. Violação. Interpretação: Sistemas e métodos. Conflitos.

2. Extinção dos tratados.

A vontade comum (ab-rogação). A vontade unilateral (denúncia). Guerra

Mudanças circunstanciais. O *jus cogens* da Convenção de Viena.

Avaliação

Prova escrita final.

Bibliografia

ACCIOLY, Hildebrando. Tratado de direito internacional público (vol. I); Rio de Janeiro, MRE, 1956.

ARAÚJO, J. H. Pereira de. A processualística dos atos internacionais; Rio de Janeiro, MRE, 1958.

LA GUARDIA, Ernesto. & DELPECH, Marcelo. El derecho de los tratados y la Convención de Viena; Buenos Aires, La Ley, 1970.

McNAIR, Arnold Duncan. The Law of treaties; Oxford, Clarendon Press, 1961.

MEDEIROS, A. P. Cachapuz de. O Poder Legislativo e os tratados internacionais; Porto Alegre, L. & P. M., 1983.

REUTER, Paul. Introduction au droit des traités; Paris, Armand Colin, 1972.

REZEK, José Francisco. Direito dos tratados; Rio de Janeiro, Forense, 1984.

RODAS, João Grandino. A publicidade dos tratados internacionais; S. Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1981.

ROUSSEAU, Charles. Droit international public (Tomo I); Paris, Sirey, 1970.

Matéria: Economia Brasileira

Professor: Secretário Arthur Vivacqua Corrêa Meyer

1. Objetivo: O curso de Economia Brasileira visa a complementar e enriquecer as noções técnicas sobre a ciência econômica, ministradas nos demais cursos do IRBr, com o estudo de tópicos e assuntos de interesse especial para o Brasil. A presente situação da economia brasileira é complexa, em decorrência dos fatos de estar o País atravessando uma fase de rápidas mudanças na sua estrutura produtiva e demográfica e de ser o seu ordenamento institucional, no campo econômico, variado e pouco convencional. Situações muito diversas, em termos de estrutura produtiva, distribuição de renda, níveis de desenvolvimento regional e graus de progresso tecnológico, coexistem na economia do Brasil. Os problemas de desemprego, inflação, crescimento da renda nacional, desequilíbrio no balanço de pagamentos e distribuição de renda, bem como suas inter-relações, assumem especial relevância no caso do Brasil, justificando a existência de um curso específico sobre a matéria, como suplemento aos cursos de teoria econômica.

2. Organização do curso: o curso terá duração de dois semestres letivos, com uma aula semanal, de 90 minutos. A avaliação do rendimento dos alunos será feita da seguinte forma:

- a) uma prova escrita individual no meio de cada semestre;
- b) uma prova escrita individual no fim de cada semestre.

As provas terão igual peso para o cômputo da nota final.

3. Programa do curso:

I — A economia brasileira na década de 1960. A crise do processo de substituição de importações. As transformações institucionais e econômicas pós-1964.

II — A fase do «milagre brasileiro» (1968-1973). Características gerais do período. Acertos e desacertos observados.

III — O impacto do primeiro «choque do petróleo». A política de ajustamento do Governo Geisel. O comportamento do setor externo da economia.

IV — O segundo «choque do petróleo» e seus efeitos. A política econômica do Governo Figueiredo. O agravamento das questões da inflação e da dívida externa.

V — A política econômica da Nova República. O novo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A implantação do Plano Cruzado.

VI — Perspectivas da economia brasileira. Situação da agricultura. Investimentos industriais e poupança interna. O setor terciário da economia.

VII — Distribuição de renda, inflação e crescimento. Evolução histórica dos índices de Gini. Causas e efeitos da taxa de inflação. Problemática da dívida externa.

4. Bibliografia

BACHA, Edmar. «Introdução à Macroeconomia: uma perspectiva brasileira», Editora Campus; Rio de Janeiro, 1982.

BAER, Werner. «A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil», 6ª edição, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.

CARVALHO, Joaquim e GOLDEMBERG, José. «Economia e Política da Energia», Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1980.

CAMPOS, Roberto e SIMONSEN, Mário Henrique. «A Nova Economia Brasileira», Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1974.

CASTRO, Paulo Rabello de. «Barões e bóias-frias: repensando a questão agrária no Brasil», CEDES/APEC, São Paulo, 1982.

FURTADO, Celso. «O mito do desenvolvimento econômico», 6ª edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

SILVA, Adroaldo Moura da, et alii. «FMI × Brasil: a armadilha da recessão», Gazeta Mercantil Editora, São Paulo, 1983.

SIMONSEN, Mário Henrique. «Brasil 2002», APEC, Rio de Janeiro, 1975.

As obras relacionadas acima não esgotam o conteúdo do curso e são apresentadas a título indicativo. Outras referências bibliográficas poderão ser indicadas no decorrer do curso, para o qual é também de grande utilidade a leitura da revista mensal «Conjuntura Econômica», publicada pela Fundação Getúlio Vargas.

Matéria: Relações Econômicas Internacionais

Professor: Ministro Raphael Valentino Sobrinho

Assistente: Ana Maria Amorim

I — Introdução e Definição do Campo de Análise

1. As grandes transformações da economia internacional contemporânea. Os conflitos internacionais de interesses e o desenvolvimento econômico. A diplomacia econômica: tendências e estratégias básicas.
2. O comércio, as finanças e o desenvolvimento internacional na década de 80. As transformações econômico-institucionais das relações internacionais nos anos 80: avaliação e perspectiva.

II — Comércio Internacional

1. Comércio internacional e comércio inter-regional: estrutura e conceitos básicos.
2. A teoria pura do comércio internacional — a oferta: a lei das vantagens comparativas, as curvas de possibilidades da produção, custos constantes, custos de oportunidade crescentes, proporções de fatores, equalização dos preços dos fatores, rendimentos crescentes.
3. A teoria pura do comércio internacional — a demanda: a lei da demanda recíproca. Curvas de oferta e curvas de indiferença. Relações de troca. Os benefícios do comércio internacional. Os modelos de Ricardo e de Heckscher — Ohlin.
4. Estática comparativa do comércio internacional: mudanças de preferências, dotação de fatores e tecnologia.

III — Teoria do Balanço de Pagamentos

1. Conceito e estrutura contábil.
2. Déficit na balança comercial.
3. Déficit nas transações correntes e seu financiamento.
4. Movimentos de capitais.
5. Déficit no balanço de pagamentos e reservas.

IV — Política Comercial Internacional

1. O equilíbrio entre o princípio de base do liberalismo e as suas exceções. A Carta de Havana e o GATT: antecedentes e problemas básicos. O GATT e a redução dos direitos alfandegários: consolidação das concessões tarifárias, a técnica linear e a negociação produto

por produto, os obstáculos paratarifários e não-tarifários. As carências do GATT.

2. Comércio e desenvolvimento — a crítica da CEPAL e seus críticos.
3. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. O sistema geral de preferências: princípios e mecanismos. Preferências generalizadas, preferências especiais e preferências inversas.
4. Os acordos internacionais sobre produtos de base: principais tipos, os diversos acordos e arranjos institucionais.
5. As novas práticas comerciais internacionais: o *countertrade*.

V — O «Sistema Financeiro Internacional»

1. O sentido da expressão «Sistema Financeiro Internacional». A ordem do padrão-ouro e do *gold exchange standard*. As premissas históricas e político-econômicas da Conferência de Bretton Woods. O Plano Keynes e o Plano White.
2. O Fundo Monetário Internacional: estrutura financeira institucional. Funções do Fundo Monetário Internacional. A evolução e as carências do sistema de Bretton Woods. Os planos de reforma do Fundo Monetário Internacional. O Fundo Monetário Internacional e a anomia do «Sistema Bancário Internacional». As propostas de uma nova ordem bancária internacional.
3. O mercado de divisas e o mecanismo de câmbio. Características e formação do mercado de câmbio. Funções do mercado de câmbio. Determinação da taxa de câmbio; sistema de taxas fixas e de taxas flexíveis. A taxa efetiva de câmbio. Os tipos de intervenção. A taxa de câmbio e o balanço de pagamentos. A manutenção de reservas internacionais em divisas.
4. Ajustamento do balanço de pagamentos: o papel da taxa de câmbio, as variações da renda, a moeda no processo de ajustamento. Equilíbrio parcial versus equilíbrio geral. Os movimentos internacionais de capitais e o equilíbrio.

5. Crescimento e balanço de pagamentos. As deficiências da teoria tradicional.
6. Dívida externa — as origens do problema: demanda de crédito e oferta de crédito. O euromercado. A dinâmica da dívida: empréstimo involuntário, reescalonamento e incentivos à moratória. O problema da adequação das instituições bancárias e os projetos de reforma. As perspectivas atuais do endividamento externo dos países menos desenvolvidos. Incertezas econômicas e crescimento do protecionismo. A economia política da moratória.

VI — Os Espaços Econômicos Institucionais e a Economia Internacional

1. As modalidades de integração: zona de livre comércio, união aduaneira e união econômica e suas diferentes gradações.
2. A teoria econômica e a integração: análise dos efeitos-desvio e dos efeitos-criação. As posições de Viner e de Meade (efeito terciário) e o teorema de Lirsey e Lancaster. A integração das economias dos países em desenvolvimento. A integração européia: A Comunidade Econômica Européia, a Associação Européia de Livre Comércio. A Associação Latino-Americana de Livre Comércio: o Tratado de Montevideu, de 18 de fevereiro de 1960. A evolução e os problemas do processo de integração latino-americana. A transformação da ALALC em ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) pelo novo Tratado de Montevideu, de 12 de agosto de 1980.
3. O Bloco Socialista e suas técnicas de comércio exterior. O comércio Leste Europeu-Occidente. Sistema de preços, conversibilidade e moeda-convênio, operações de arbitragem, *report* e *deport*. O Comecon.

VII — Conclusões

1. A lógica do desenvolvimento e sua condicionalidade internacional. As resistências externas ao desenvolvimento. As tentativas de justificação econômica do não-desenvolvimento. Poder e desenvolvimento. Conclusões operacionais, com ênfase ao caso brasileiro.

Bibliografia

Texto básico

CHARLES P. Kindleberger. «International Economics» (Homewood Illinois, Richard D. Irwin Inc., Fifth Edition, 1970). Tradução brasileira: Charles P. Kindleberger, «Economia Internacional» (São Paulo, Editora Mestre Jon, 3ª edição, 1974).

Outros textos básicos.

CAVES; R. e JONES, R. «World Trade and Payments» (Boston, Little Brown and Company, 1973).

DYÉ, Maurice. «Relations Économiques Internationales» (Paris, Dalloz, 3ª edição, 1971).

CARNEIRO. O. A. Dias. «Dois Ensaio sobre Economia Internacional» (Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1961).

DORNBUSCH, R. e FISCHER, R. «Macroeconomia» (São Paulo, McGraw-Hill, 2ª edição, 1982).

ELLEWORTH, P. I. «Economia Internacional» (São Paulo, Editora Atlas, 4ª edição, 1978).

GRUBEL, Herbert G. «International Economics» (Homewood, Illinois, Richard D. Irwin, Inc., 1981).

KINDLEBERGER, C. P. «Foreign Trade and the National Economy» (Yale, Yale University Press, 1962).

KINDLEBERGER, C. P. *Group Behaviour and International Trade*. «Jornal of Political Economy» LIX fevereiro de 1951, pp. 30-46.

KINDLEBERGER, C. P. «Power and Money, The Politics of International Economics and the Economic of International Politics». (New York, Basic Books 1970).

KREINN, Mordichai. «International Economics — A Policy Approach». (New York, Barcoudent Brece Joavanovich Inc., 2ª ed. 1975).

McKINNOU, Ronald I. «Money in International Exchange. The Convertible Currency System. N. York, Oxford University Press, 1979.

MEERHAEGHE, M. A. G. von «Economia Internacional». São Paulo, Editora Atlas, 1976.

MUNDELL, Robert A. «International Economics». New York, The Macmillan Company, 1968.

SHONFIELD, Andrew *et alii* «International Economic Relations of the Western World». 2 vls. Londres, publicado para o Royal Institute of International Affairs, pela Oxford University Press.

SIMONSEN, Mário Henrique. «Macroeconomia». 2 vls. Rio de Janeiro, APEC, 1974.

WILLIAMSON, J. «The Open Economy and the World Economy». New York, Basic Books, 1983.

Bibliografia Específica

I — Introdução e Definição do Campo de Análise

DRUCKER, Peter F. «The Canged World Economy, Foreign Affairs. Spring, 1986. pp. 768-791.

- FURTADO, Celso. «Transformação e Crise na Economia Mundial». Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GILPIN, Robert. «The Political Economy of International Relations». Princeton. Princeton University Press, 1987.
- KINDLEBERGER, Charles P. «Power and Money». New York, Basic Books, 1970.
- LEWIS, W. Arthur. «The Evolution of the International Economic Order». Princeton, Princeton University Press, 1978.
- RUSSETT, Bruce M. (ed.) «Economic Theories of International Politics». Chicago: Markham, 1968.

II — Comércio Internacional

- BHAGWATI, J. «The Pure Theory of International Trade». *Economic Journal*, março de 1964, pp. 1-84.
- BRUNO, M. «Raw materials, profits and the productivity slowdown». *Quarterly Journal of Economics*, 99:1. Fevereiro de 1984, pp. 1-32.
- BROWN, C. P. «Primary Commodities Control». Londres, Oxford University Press, 1975.
- HABERLER, G. «The Theory of International Trade». Londres, Hodge, 1936.
- HOLLAND, Stuart. «The Global Economy — From Meso to Macroeconomics». Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1987.
- JOHNSON, Harry G. «International Trade and Economic Growth Studies in Pure Theory» (Cambridge, Harvard University Press, 1958).
- KINDLEBERGER, C. P. «The Terms of Trade». Londres, Chapman, 1956.
- KOJIMA, K. «Japan and a New World Economic Order». Londres, Crown Helm, 1977.
- MEADE, J. E. «A Geometry of International Trade». Londres, Allen, 1952.
- MEADE, J. E. «The Theory of International Economic Policy» vol. 2: *Trade and Welfare*. Oxford, Oxford University Press, 1955.
- OHMAE, K. «Triad Power The Coming Shaps of Global Competition». London, Collier Macmillan e Nova Iorque, The Free Press, 1985.
- OHLIN, B. «International and Inter — Regional Trade». Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1933.

III — Teoria do Balanço de Pagamentos

- FUNDO Monetário Internacional. «Balance of Payments Manual». 4ª edição, 1987.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. «Balanço de Pagamentos» (Brasília, UnB/Depto. de Economia, 1977, mimeo.).
- MUNHOZ, Dércio Garcia. *Balanço de Pagamentos — 1947 a 1971* — «Conjuntura Econômica» (Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol. 26, nº 11, novembro de 1972), pp. 82/87.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. *Desequilíbrios Externos Desde o Pós-Guerra. Origens e Fontes de Financiamento*. «Conjuntura Econômica» (Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol. 31 (11), novembro de 1977) pp. 169/175.

IV — Política Comercial Internacional

- BERGSMAN, Joel. «Brazil, Industrialization and Trade Policies». (Oxford, Oxford University Press, 1970).
- BHAGWATI J. (ed.) et alii. «Trade. Balance of Payments and Growth». (Amsterdam, North Holland Publishing Co., 1971).
- BLACKHURST, R., MARIAN N. e TUMTER, J. «Trade Liberalization, Protectionism and Interdependence» (Genebra, Commercial Agreement on Tariffs and Trade, Studies in International Trade, nº 5, 1977).
- CABLE, Vincent. *British Foreign Policy to 1985 — Britain The New Protectionism and Trade with the Newly Industrialising Countries*. «International affairs» (janeiro-1979).
- KRAVIS, I. B. *Trade as a handmaiden of growth: Similarities between the nineteenth and twentieth centuries*. «Economic Journal», 80, nº 320 (dezembro de 1970), pp. 850-872).
- KRUEGER, A. «Trade Policies in Developing Countries» in Jones, R. e Kenem, P., *Handbook of International Economics*, vol. 1. Amsterdam, North-Holland, 1984.
- LINDER, Stephen B. «Trade and Trade Policy for Development». (Nova Iorque, Frederick A. Praeger Inc., 1967).
- MEIER, Gerald M. «International Trade and Economic Development». Nova Iorque, harper & Row, 1967.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. «A política Comercial Brasileira — Em busca de Definições. *Conjuntura Econômica* (Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol. 36(2), fevereiro de 1982, pp. 64-68).
- OCDE. «The Impact of the Newly Industrializing Countries on Production and Trade in Manufactures». Paris, 1979.
- SINGER, Hans e ANSARI, Javed. «Rich and Poor Countries». Londres, George Allen & Unwin Ltd., 1977.
- STERN, R. M. (ed.) «US Trade Policies in a Changing World Economy». Cambridge, MIT Press, 1987.
- UNITED Nations Conference on Trade Development. «Towards a New Trade Policy for Development. A Report by the Secretary General of the Conference». Nova Iorque, Nações Unidas, 1964.

V — O Sistema Financeiro Internacional

- COMMONWALTH Secretariat. «Towards a New Bretton Woods — Challenges for the World and Trading System». Londres, Commonwealth Secretariat, 1983.
- CROCKETT, Andrew. «International Money — Issues and Analysis». Middlesex, Inglaterra, Nelson, 1977.
- FISHLOW, Albert, et alii «Rich and Poor Nations in the World Economy». (Nova Iorque, McGraw Hill Book Company, 1978).
- HIRSCHAMAN, Albert O. «Toward a New Strategy for Development». Nova Iorque, Pergamon Press, 1979.
- MOSSE, Robert. «Les Problemes Monétaires Internationaux». Paris, Payot, 1969.

- POSNER, Michael (ed.). «Problems of International Money 1972-1985». Washington, International Monetary Fund, 1986.
- SACHS, Jeffry D. «Trade and Exchange Rate Policies in Growth — Oriented Adjustment Policies». Washington, D. C., World Bank — International Monetary Fund, 1987.
- TRIFFIN, Robert. «Gold and the Dollar Crisis». New Haven, Conn. Yale University Press, 1960.
- TRIFFIN, Robert. «Our International Monetary System». Nova Iorque, Random House, Inc. 1968.
- DE VRIES, Margaret. «Payments problems 1945-1986» *IME Survey (International)* 6, n° 16:244, 31 de agosto de 1987.
- WICKHAM, Peter. «The role of exchange rate and other pricing policies in the adjustment process». Washington, D. C., International Monetary Fund, 1986.
- WILLIAMSON, John. «The Failure of World Monetary System 1971-1978». Middlesex, Inglaterra, Nelson, 1977.

VI — Dívida externa

- FISHLOW, Albert. «A Dívida Externa Latino-Americana: um Caso de Desenvolvimento com Incerteza». *Pesquisa e Planejamento Econômico*. 11(2) agosto 1981, pp. 283-322.
- ARIDA, Pérsio (org.) et alii. «Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural. O Brasil diante da Crise». Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga e COUTINHO, Renato. «Desenvolvimento Capitalista no Brasil — Ensaio sobre a Crise». São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- BATISTA Jr., Paulo Nogueira. «Mito e Realidade da Dívida Externa Brasileira». Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- CAMDESSUS, Michel. «New Strategy for Poorest», *IME Survey (International)*, 16, n° 13:193, 29 de junho de 1987.
- CASTRO, Antônio Barros de. SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. «A Economia Brasileira em Marcha Forçada». Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- CLINE, William R. «International Debt and the Strategy of the World Economy. Policy Analysis in International Economics». Washington, D. C., Institute for International Economics, 1983.
- DORNBUSCH, R. «O Problema da Dívida e as Opções para a sua Resolução», *Revista de Economia Política*. vol. 5, n° 1, janeiro/março de 1985.
- DORNBUSCH, R. «Real interest rates, home goods, and petimal external borrowing», *Journal of Political Economy*, 91, n° 1, fevereiro de 1983, pp. 141-153.
- LAROSIERE, J. de. «The Debt Problem and the Challenges facing the World Economy», *IME Survey (International)*, 25 de novembro de 1985.
- LAROSIERE, J. de. «How is the Fund Helping the Industrial Countries». *IME Survey (International)*, 19 de março de 1986.
- LEVER, Harold e. HUHNE, Christopher. *Debt and Danger, The World Financial Crisis* (Harmondsworth, Inglaterra, Penguin Books, 1985).
- LAE, Deepak. «When is foreign borrowing desirable». *Bulletin for the Oxford University Institute of Statistics* (agosto de 1971).

- TAVARES, Maria da Conceição e DAVID, Maurício Dias (orgs.). «A Economia Política da Crise. Problemas e Impasses da Política Econômica Brasileira». Rio de Janeiro, Vozes-Achiame, 1982.

VII — Os Espaços Econômicos-Institucionais e a Economia Internacional.

- BALASSA, Bela. «Regional Integration and Trade Liberalization in Latin America», *Journal of Common Market Studies*, setembro de 1971.
- BALASSA, Bela: «The Theory of Economic Integration» (Homewood, R. D. Irwin, 1961.
- BAUMAN, R. e Lerda, J. C. (eds). «Brasil-Argentina-Uruguai, A Integração em Debate». Brasília, Marco Zero/UnB, 1987.
- FRANK, Isaiah. «The European Common Market: an analysis of Commercial Policy» Nova Iorque, F. A. Praeger, 1961.
- MEAD, J. «Problems of Economic Unions». Chicago, University of Chicago Press, Londres, Allen & Urwin, 1953.
- NÊME, Jacques et NÊME, Colette. «Economie European». Paris, Presses Universitaires de France, 1970.
- SWANN, Denis. «The Economics of the Common Market». Harmondsworth, Penguin Books, 4ª edição, 1978.
- SCITOVSKY, Tibor. «Economic Theory and Western European Integration». Stanford, Stanford University Press, 1958.
- URQUIDI, V. L. «Trajetória del Mercado Comum Latinoamericano». México, D.F., Centro de Estudios Monetário Latinoamericano, 1960.
- URQUIDI, V. L. e THORP, Rosemary. «Latino America in the International Economy». Londres, The International Economic Association, 1973.
- VALENTINO Sobrinho, Raphael. «Função Empresa na Integração Latino-Americana». Rio de Janeiro, APEC Editora S.A., 1975.

VIII — Conclusões

- (Livros indicados para análise crítica em questão optativa das provas).
- ATTALI, Jacques. «Les trois mondes, pour une théorie de l'après-crise». Paris, Fayard, 1981.
- BATRA, Ravi. «The Great Repression of 1990».
- CASTRO, Antonio Barros de e SOUZA, Francisco E. Pires de. «A Economia Brasileira em Marcha Forçada». Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- GILPIN, Robert. «The Political Economy of International Relations». Princeton, Princeton University Press, 1987.
- GALBRAITH, J. K. «The Great Crash 1929». Harmondsworth, Inglaterra, Penguin Books, reedição de 1975.
- EMMANUEL, Arghiri. «L'Echange Inégal». Paris, Maspero, 1969. Tradução inglesa por Brian Pearce. «Unequal Exchange a study in the imperialism of trade». Londres, New Left Books, 1972.
- FURTADO, Celso. «Transformação e Crise na Economia Mundial». Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

- LAL, Deepack and WOLF, Martin. «Stagflation, Savings and the State Perspectives on the Global Economy». Oxford, Oxford University Press, 1986.
- LEVER, Harold & HUHNE, Christopher. «Debt and Danger, The World Financial Crisis». Harmondsworth, Inglaterra, Penguin Books, 1985.
- LINDHECK, Assar (ed.). «The Political Economy of the New Left—An Outsider's View». Nova Iorque, harper & Row, 1977.
- MADDISON, Angus. «Two Crises: Latin America and Ásia 1929-1988 and 1973-1983». Paris, OECD, 1985.
- MONTBRIAL, Thierry de. «Le Desordre Economique Mondial». Paris Calmann-Lévy, 1974.
- MYRDAL, Gunnar. «The Challenge of World Poverty». Londres. Allen Lane, The Penguin Press, 1970.
- OWEN, Roger e SUTELIFFE, Bob. «Studies in the Theory of Imperialism». Londres, Longman, 1972.
- ROBBINS, Lionel. «The Great Depression» Nova Iorque, Macmillan, 1934.
- STOCKMAN, D. «The Triumph of Politics». Nova Iorque, Harper and Row, 1986.
- SWEETZ, Paul M. «The Theory of Capitalist Development». Londres e Nova Iorque, Modern Reader Paperbacks, Monthly Review Press, reedição de 1970.

Matéria: Prática Consular

Professor: Secretário Afonso José Sena Cardoso

Programa

- I — Palestra do Senhor Chefe do DCJ: «A atividade consular como atividade permanente do Ministério e sua modernização; os Grupos de Cooperação Consular».
- II — Designação e reconhecimento de funcionários consulares de carreira e honorários.
- III — Privilégios, imunidades e prerrogativas nos termos da Convenção de Viena sobre Relações consulares e da prática brasileira.
- IV — Nacionalidade, dupla nacionalidade e assistência consular.
- V — Assistência e repatriação.
- VI — Documentos de viagem.
- VII — Vistos.
- VIII — Legalização de bagagem.
- IX — Atos notariais.
- X — Serviço militar.
- XI — O potencial político do problema consular.
- XII — Os Grupos de Cooperação Consular.

Avaliação

Haverá um trabalho escrito no meio do semestre e outro no final do semestre, ambos com o mesmo peso. A nota final será a média entre as duas notas dadas.

Datas das avaliações:

- 26-4-88 — Primeira avaliação — Trabalho escrito
- 14-6-88 — Segunda avaliação — Trabalho escrito.

Orientação

Matéria profissionalizante, o curso será desenvolvido pelo estudo de casos, cujos exames e solução deverão ser apresentados sob forma de correspondência oficial.

Matéria: Dissertação Final

Professor: Secretário Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

No âmbito do programa de «matérias profissionalizantes», cada aluno redigirá dissertação semestral sobre tema de relações internacionais.

2. Sobre o referido trabalho será dada nota que se substituirá à nota que não será atribuída pelo conjunto das conferências sobre as demais «matérias profissionalizantes».

3. Os temas serão escolhidos pelos alunos de lista elaborada pelas Divisões políticas e multilaterais da SGAP e da SGAM.

4. Os alunos estrangeiros deverão escolher seu tema dentre os propostos sobre assunto relativo a seus países de origem.

5. Os trabalhos deverão ter a dimensão de vinte a vinte e cinco páginas, precedidas de breve súmula e seguidas de indicação das fontes — orais ou escritas — utilizadas.

6. A avaliação dos trabalhos levará em conta a capacidade demonstrada pelos alunos de (1) coletar e consolidar a melhor informação sobre determinado assunto; (2) analisar material coligido; (3) concluir ou sugerir ação futura; (4) expressar-se com clareza e pertinência.

7. A nota final será dada conjuntamente pelo Coordenador de Ensino e pelo Chefe da Divisão relacionada com o tema ou por funcionário diplomático por ele indicado.

XVI CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS E CURSO DE ALTOS ESTUDOS

As provas do XVI Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cujas inscrições haviam sido efetuadas em 1987, realizaram-se em março, nos dias 21 (Relações Internacionais e Organismos Internacionais) 22 (Relações Econômicas e Organismos Econômicos Internacionais) 23 (Prática Diplomática) e 24 (Prática Consular), em Brasília.

De acordo com o novo formato do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, foram proferidas as seguintes palestras, sob a coordenação do Secretário Marcos Bezerra Abbott Galvão:

- Apresentação no IRBr. Palestra da Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, Diretora do Instituto, com informações sobre a organização do Curso. Distribuição de material de leitura.
- Palestra do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário-Geral.

Tema: Administração.

- Palestra do Embaixador Marco Cesar Meira Naslauskys, Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações, seguida de palestras dos Ministros Sérgio Barbosa Serra, Chefe do Departamento do Serviço Exterior, e Carlos Moreira Garcia, Chefe do Departamento de Administração.
- Palestra do Ministro Luís Antônio Jardim Gagliardi, Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação.

Tema: Práticas Consular e Diplomática.

- Prática Consular: Primeiro-Secretário Afonso José Sena Cardoso, Chefe da Divisão Consular. Prática Diplomática:

Ministra Heloísa Vilhena de Araújo, Chefe da Divisão da Ásia e Oceânia-II.

Tema: Economia Brasileira.

- Palestra do Ministro Raphael Valentino Sobrinho, Professor de Economia do Instituto Rio Branco.

Tema: Comércio Exterior Brasileiro.

- Palestra do Embaixador Luiz Villarinho Pedroso, Chefe do Departamento de Promoção Comercial.

Tema: Dívida Externa.

- Palestra do Conselheiro Sérgio Silva do Amaral, Secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

Tema: Foros econômicos e internacionais, desenvolvimentos recentes.

- Palestra do Ministro Clodoaldo Hugueney Filho, Secretário para Assuntos Internacionais da Secretaria do Planejamento da Presidência da República.

Tema: Os Estados Unidos da América. Cenário Internacional e relacionamento com o Brasil.

- Palestra do Conselheiro Antonio Marques Porto e Santos, Assistente do Chefe do Departamento das Américas.
- Palestra do Primeiro-Secretário Regis Percy Arslanian, Chefe substituto da Divisão de Política Comercial, Assuntos Bilaterais.

Tema: O Brasil e a América Latina. A situação na América Central.

- Palestra do Embaixador Gilberto Coutinho Paranhos Velloso, Chefe do Departamento das Américas.

Tema: Ações de integração na América Latina.

- Palestra do Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Chefe do Departamento Econômico.

Tema: O Sistema das Nações Unidas.

- Palestra do Conselheiro Luiz Tupy Caldas de Moura, Chefe da Divisão das Nações Unidas.

Tema: A Europa Ocidental. O Leste Europeu. Relacionamento do Brasil com os países da Europa.

- Palestra do Embaixador José Nogueira Filho, Chefe do Departamento da Europa.

Tema: A situação no Oriente Médio. Relações do Brasil com os países da área.

- Palestra do Embaixador Antonio Amaral de Sampaio, Chefe do Departamento do Oriente Próximo.

Tema: Japão, China, Índia. O Brasil e a Ásia.

- Palestra do Ministro Carlos José Prazeres Campelo, Chefe do Departamento da Ásia e Oceânia, seguida de palestras da Ministra Heloísa Vilhena de Araújo, Chefe da DAOC-II, e da Conselheira Dinah Flüsser, Chefe da DAOC-I.

Tema: Situação na África Austral. O Brasil e a África.

- Palestra do Embaixador Carlos Coutinho Perez, Chefe do Departamento da África.

Foram aprovados os seguintes Secretários

Ellen Osthoff Ferreira de Barros

Moirá Pinto Coelho

Paulo Roberto Caminha de Castilhos França

Edgard Antonio Casciano

Susan Kleebank

Relações Internacionais e Organismos Internacionais

I — Questão obrigatória:

- *Situação hipotética* — Numa reunião interna restrita a funcionários diplomáticos brasileiros, estão em exame, críticas veiculadas com certa insistência pela imprensa nacional sobre o corte supostamente «terceiro-mundista» de nossa política externa. Entre os argumentos mais comuns, estão os seguintes:
- A dimensão da economia brasileira, assim como a natureza de nosso aparelho produtivo, não são compatíveis com a inclusão do País no rol dos integrantes do Terceiro Mundo.
- As posturas «terceiro-mundistas» do Brasil prejudicam o relacionamento do País com as nações desenvolvidas, particularmente com os EUA.
- Os interesses do Brasil coincidem não com o discurso do Terceiro Mundo, mas sim com as postulações do Ocidente desenvolvido, ao qual estamos ligados por compromissos filosóficos, ideológicos e estratégicos.

- Ao invés de pretender a posição de menos pobre dos pobres, o Brasil deveria buscar a condição de menos rico dos ricos ou, nas palavras de editorialista do «Estado de S. Paulo» (11-2-88) — «O terceiro-mundismo do Palácio do Planalto e do Palácio dos Arcos, ao invés do recanto seletos dos grandes, prefere a mesa maior em que se sentam todos os despossuídos...»

Pergunta: Dada a absoluta liberdade de expressão ensejada pelo formato da referida reunião, que pontos de vista formularia você sobre o tema da inserção do Brasil no Terceiro Mundo?

(Ao responder ao presente exercício, procure valer-se de informações constantes do material distribuído, assim como do teor de exposições e debates realizados durante a primeira etapa do XVI CAD).

II — Questão obrigatória:

Do ângulo da política externa brasileira, qual terá sido o mais importante e/ou significativo dos grandes acontecimentos internacionais dos últimos dois anos? Justifique.

III — Responda uma das seguintes questões:

- À luz de seu conhecimento da história deste século e das atuais perspectivas de evolução do cenário internacional, comente a seguinte frase:
«Os povos livres não se guerreiam; não haverá guerra entre povos democráticos que decidem de seu próprio destino, sem a submissão a autoritarismos pessoais e fanatismos ideológicos. Guerra e democracia, guerra e liberdade são termos incompatíveis.»
- Entre os autores e analistas que empregam o conceito de «potência média», é comum ver arroladas nessa categoria países como a França, o Reino Unido, a China e a Índia. Tendo presente a realidade internacional do segundo pós-guerra, como vê a idéia de que as «potências médias» dispõem de mais liberdade de manobrar do que as superpotências na condução de suas políticas externas?
- A partir da questão básica de se existe ou não vínculo determinante entre o grau de progresso sócio-econômico e os objetivos da atuação internacional dos Estados, discuta a seguinte afirmação (é válido, e até útil, recorrer a exemplos concretos);

«Os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento têm prioridades de política externa essencialmente diferentes.»

- Valendo-se do exemplo Brasil e de um segundo país, comente a frase a seguir:

«O impacto de pressões internas na formulação e execução da política externa depende basicamente da natureza da questão («issue») tratada.»

(O raciocínio acima enunciado coloca de imediato, pelo menos, duas indagações — 1) se o efeito das pressões internas depende da natureza do tema em si — político, militar, econômico, comercial, etc. — ou da intensidade dessas pressões; 2) se o peso das pressões está relacionado com o tipo de questão).

- Tendo em vista a evolução do comportamento internacional dos Estados Unidos e da União Soviética nos anos oitenta, discuta a seguinte conclusão:

«O poder militar voltou a ser mais importante do que o poder econômico como instrumento de política exterior.»

Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais

1ª Questão:

Tendo presente os textos abaixo, retirados do «National Trade Estimate: 1986 Report on Foreign Trade Barriers» do «Office of the United States Trade Representative» pede-se elaborar minuta de informação ao Senhor Presidente da República sugerindo linha de ação do Governo brasileiro diante das postulações apresentadas pelo Governo americano.

- Deverá constar obrigatoriamente da referida minuta uma análise crítica da Seção 301 do «Trade Act» de 1974 assinalando as eventuais contradições de seu próprio enunciado na frase «policy or practice that violates an international agreement or is unjustifiable, unreasonable or discriminatory and burdens or restricts U.S. commerce.».

3. Ainda deverá estar claramente sugerida na minuta a linha de ação multilateral e/ou bilateral que se considere conveniente adotar e a procedência ou improcedência, à luz do direito interno e internacional, da queixa americana.

«The report covers significant barriers whether they are consistent or inconsistent with international trading rules. Many barriers to U.S. exports are consistent with existing international trade agreements. Tariffs for example, are and accepted method of protection under the General Agreement on Tariffs and Trade (GATT). Even a very high tariff does not violate international rules unless a country has made a specific commitment or «binding» to a lower rate.

On the other hand, where measures are inconsistent with international rules, they are actionable under U.S. trade law and through the GATT. Under Section 301 of the Trade Act of 1974, as amended, the President is authorized to take all appropriate action, including retaliation, to obtain the removal of any foreign government's act, policy or practice that violates an international agreement or is unjustifiable, unreasonable or discriminatory and burdens or restricts U.S. commerce.

In the case of many barriers, there are no applicable international rules. For example, current GATT disciplines do not currently cover barriers to trade in services, impediments to direct foreign investment or shortcomings in intellectual property protection referred to in this report. Launching the Uruguay Round should help build an international commitment to cover major sectors not now under GATT discipline. Those negotiations will not, however, preclude our using other trade remedies to address unfair trade practices in these «new» areas of interest.

.....

Brazil does not provide either product or process patent protection for metal alloys, chemical compounds, food and chemical-pharmaceutical substances. In addition, there is no patent protection for biotechnologies. Method of use claims in patent applications are also generally not allowed.

Brazil requires a patent owner to work all patent claims in Brazil. A third party may request a compulsory license if a patent owner has failed to work the patent within three years of patent issuance or, if exploitation has been discontinued, for more than one year.

Even when such claims are permitted, there is no concept of contributory infringement or inducement to infringe in Brazilian law that could enable a patent owner to take effective action against an infringer. Brazilian patent examiners frequently require including such unneeded process parameters as the temperature or pressure at which a chemical reaction occurs. This practice makes it even easier to «invent around» a process patent. (...)

The United States continues to press for increased intellectual property right protection in Brazil through multilateral and bilateral consultations. (...).

2ª Questão:

Responda duas dentre as quatro questões abaixo:

1. «A crise financeira do sistema das Nações Unidas é fruto da política de poder dos Estados Unidos da América». Comente.
2. O Brasil tem sido objeto de críticas por buscar assistência técnica e financeira de órgãos assistenciais da ONU, como o PNUD, que deveriam concentrar seus recursos em países de menor desenvolvimento relativo. Apresente sugestões sobre a política que o Brasil deveria seguir a curto prazo sobre a matéria.
3. Em reunião internacional, delegado de país desenvolvido advoga tese segundo a qual o Brasil, o México, a Argentina, Cingapura e outros deveriam ser excluídos de todos os sistemas de preferências tarifárias concedidas pelos países desenvolvidos. Apresente, de forma sumária, roteiro de resposta de intervenção do delegado brasileiro contrária à iniciativa acima descrita.
4. Suponha que você seja convidado a fazer uma breve exposição sobre a política brasileira com relação à entrada de capitais estrangeiros no País. Que pontos você consideraria importante assinalar?

Prática Diplomática

Você está lotado na Embaixada do Brasil em Lima. Analise, em telegrama para a SERE, as possíveis consequências políticas a curto prazo, interna e externamente, do fato mencionado no item C, abaixo, tanto à luz do antecedente imediato (item A), quanto àquela da perspectiva de eleições municipais em novembro (item B). Para tanto, indique, num primeiro momento, os

possíveis efeitos da medida, mencionada no item C, na economia nacional, bem como na participação peruana no Grupo Andino. Utilize, seletivamente, de acordo com seu critério, a documentação anexa, para elaborar sua análise e para ter um quadro da situação econômica e política do país e da economia mundial, em meados de 1980.

* * *

A — Ao tomar posse como Presidente da República do Peru, no dia 28 de julho de 1980, o Presidente Fernando Belaúnde Terry leu Mensagem à Nação. No item da referida Mensagem que tratava da «Criação e Distribuição da Riqueza», o Presidente declarou que, na indústria, o lema do Governo seria «trabalhar e deixar trabalhar», ao mesmo tempo em que promoveria as pequenas e médias indústrias e estimularia a abertura de centros industriais em novas regiões do país. A respeito, lembre-se de que Belaúnde havia prometido, durante a campanha eleitoral, a criação de um milhão de novos empregos no primeiro ano de seu Governo.

No que se refere à política externa, a Mensagem assinalava, como prioridade do Governo, o «fortalecimiento de nuestras relaciones con los países hermanos, dentro del ámbito hemisférico donde los Estados Unidos y el Canadá, centros cercanos de adelanto científico y tecnológico y al mismo tiempo vigorosos mercados, desempeñan importante papel». O Presidente reafirmou a necessidade de considerar o desenvolvimento continental de maneira global e integrada, constituindo importante passo nesse sentido a coordenação dos três grandes projetos de integração: Bacia do Prata, Tratado de Cooperação Amazônica e Pacto Andino.

B — Realizar-se-ão, em novembro de 1980, eleições municipais em todo o país. O número de candidaturas para essas eleições diminuiu sensivelmente em relação às eleições presidenciais e o panorama político simplificou-se: com a assinatura, por todos os partidos de esquerda (com exceção do POMR, de tendência trotskista), em 13 de setembro, da aliança eleitoral *Izquierda Unida* (IU), são quatro as forças políticas que concorrem: IU, AP, PPC e PAR.

Deve-se assinalar o aparentemente bem-sucedido esforço de união da Esquerda, que tenta, assim, corrigir os erros que motivaram sua inefetiva atuação nas eleições presidenciais: a extrema fragmentação de suas forças e a adoção de pro-

gramas de Governo de caráter extremado e teórico. A IU apresenta, agora, candidatos únicos às prefeituras do país, pessoas conhecidas localmente e respeitadas na vida das comunidades locais, na sua maior parte independentes e de posição política moderada.

C — O Governo introduziu, nos primeiros dias após a sua posse, uma redução geral das alíquotas da tarifa aduaneira para importações a um nível máximo de 60% *ad valorem*, a partir de 13 de setembro de 1980. Essa medida causou séria oposição nos meios empresariais. O Presidente da Sociedade de Indústrias, Alfredo Ferrand, declarou ao jornal «El Comercio», de 23 de setembro: «los empresarios industriales son partidarios de la libre empresa y de la economía social de mercado, pero esta debe tener sus limitaciones, en cuanto no perjudique lo que constituye el desarrollo del país y esto es la industria. Si tenemos una economía deficiente, debemos defender nuestro mercado, tal como lo hacen los países de la Comunidad Económica Europea y los propios Estados Unidos, poniendo cuotas y limitaciones a los productos industriales, inclusive de los países subdesarrollados». Declarou, ainda, que, caso não houvesse modificação desta decisão do Governo, haveria a necessidade de outras medidas tendentes a garantir a competitividade da indústria nacional.

Prática Consular

Responda a uma das duas questões:

1. Funcionário do Consulado-Geral em N. York, registrado como membro do pessoal administrativo e técnico da repartição, recebeu intimação para depor sobre pedidos de visto formulados ao Consulado e apresentar documentação que os instrua, em processo relacionado com tráfico de drogas, em fase de instrução na Justiça Federal daquele país. Prepare despacho-telegráfico com instruções para o posto.
2. A Embaixada do país XXXX solicitou, por nota verbal, reconhecimento do Senhor YYYY, seu nacional e residente permanente no Brasil, como chefe do Consulado de carreira no Rio de Janeiro. Proponha e justifique, em Memorandum, a resposta a ser dada pelo Ministério.

XVI CAE

Dando prosseguimento ao XVI Curso de Altos Estudos, o Instituto Rio Branco recebeu os trabalhos escritos e procedeu à arguição dos candidatos, inscritos em 1988.

A Banca Examinadora, presidida pelo Embaixador Bernardo Pericás Neto, foi dividida em duas Câmaras: a primeira composta do Ministro José Francisco Rezek, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa e Embaixador Carlos Augusto Rego Santos Neves, e a segunda, do Embaixador Marco César Meira Naslauskys, Ministro Gelson Fonseca Júnior e o Professor Vicente Marotta Rangel.

Foram aprovados os seguintes Conselheiros:

Luiz Brun de Almeida e Souza

Roberto Soares-de-Oliveira

José Antônio de Castello Branco de Macedo Soares

Maria Celina de Azevedo Rodrigues

Carlos Antônio da Rocha Paranhos.

Durante o estágio de atualização, foram proferidas as seguintes conferências: «Relações Este-Oeste», pelo Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg (Embaixador do Brasil em Moscou); «GATT — Rodada Uruguai», Seminário coordenado pelo Ministro Samuel Pinheiro Guimarães (Chefe do Departamento Econômico do MRE) e «Questões de Desarmamento», pelo Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja (Embaixador para Assuntos de Desarmamento e Direitos Humanos).

XVII CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS
E CURSO DE ALTOS ESTUDOS

As provas do XVII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cujas inscrições haviam sido efetuadas em 1987, realizaram-se em agosto/setembro, nos dias 29/8 (Relações Internacionais e Organismos Internacionais) 30 (Relações Econômicas e Organismos Econômicos Internacionais) 31 (Prática Diplomática) e 1 (Prática Consular), em Brasília e nos Postos no exterior segunda a lotação dos candidatos.

No XVII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, sob a Coordenação do Conselheiro Marcos Caramuru de Paiva, foram proferidas as seguintes palestras:

- Apresentação no Instituto Rio Branco. Entrevista com a Diretora do IRBR, Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella.
- Palestra sobre Prática Consular: Secretário Afonso Sena Cardoso, Chefe substituto da Divisão Consular.
- Palestra do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário-Geral das Relações Exteriores: «O Brasil no Cenário Internacional».
- Palestra sobre Prática Diplomática: Conselheiro José Vicente Sá Pimentel, Chefe da Divisão da América Central e Setentrional.
- Palestra do Ministro Luís Antônio Jardim Gagliardi, Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação: «A Informatização do Itamaraty».
- Palestra do Ministro Sérgio Silva do Amaral, Secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda: «A Dívida Externa Brasileira».

- Palestra do Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, Chefe do Departamento Econômico:
«A Integração Econômica Latino-Americana».
- Mesa-redonda com o Coordenador do XVII CAD, Conselheiro Marcos Caramuru de Paiva.
- Palestra do Senhor Roberto Fendt, empresário e ex-Diretor da CACEX:
«Situação e Perspectivas do Comércio Exterior Brasileiro».
- Palestra do Professor Ricardo Santiago, Secretário-Geral do Planejamento.
«Quadro Geral da Economia Brasileira».
- Palestra do Ministro Luís Augusto de Araújo Castro, Chefe do Departamento de Organismos Internacionais:
«O Brasil e as Nações Unidas».
- Palestra do Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, Chefe do DEC.
- Palestra do Ministro Clodoaldo Hugueney Filho, Secretário para Assuntos Internacionais da Secretaria de Planejamento:
«Foros Econômicos Internacionais. Desenvolvimentos Recentes».
- Embaixador Carlos Coutinho Perez, Chefe do Departamento da África, e Doutor Henrique Altemani de Oliveira, da USP:
Debate sobre «As Relações Diplomáticas e Comerciais do Brasil com a África. A Situação na África Austral».
- Palestra do Embaixador José Nogueira Filho, Chefe do Departamento da Europa:
«A Europa Ocidental e o Leste Europeu. Relações com o Brasil».
- Palestra do Conselheiro Antonino Marques Porto e Santos, Assistente do Chefe do Departamento das Américas:
«A Situação na América Central».
- Palestra do Embaixador Gilberto Coutinho Paranhos Velloso, Chefe do Departamento das Américas:
«Os Estados Unidos e a América Latina, com ênfase nas Relações com o Brasil».

- Palestra do Ministro José Francisco Rezek, do Supremo Tribunal Federal:
«A Organização do Estado Brasileiro e as Relações Internacionais na próxima Constituição».
- Mesa-redonda com o Coordenador do XVII CAD, Conselheiro Marcos Caramuru de Paiva.
- Palestra do Primeiro-Secretário Regis Percy Arslanian, Chefe substituto da Divisão de Comércio Internacional:
«O Contencioso Comercial Brasileiro».
- Palestra do Ministro Carlos José Prazeres Campelo, Chefe do Departamento da Ásia e Oceânia:
«O Brasil e a Ásia».
- Palestra do Ministro Gelson Fonseca Júnior sobre a prova de Relações Internacionais e Organismos Internacionais.
- Palestra do Ministro Luís Jorge Rangel de Castro, Chefe do Departamento de Cooperação Científica e Tecnológica: Sr. Zuhair Warwar.
«Ciência e Tecnologia. Cooperação Internacional. A Agência Brasileira de Cooperação»
- Min. Jayro Coelho, Chefe da DOP-I.
- Min. Adriano Benayan do Amaral, Chefe do DOP-II.
- Palestra do Embaixador Antonio Amaral de Sampaio, Chefe do Departamento do Oriente Próximo:
«A Situação no Oriente Médio. As Relações do Brasil com os Países Árabes e com Israel».
- Palestra do Embaixador Marco César Meira Naslausky, Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações, seguida de debate com os Ministros Sérgio Barbosa Serra, Chefe do Departamento do Serviço Exterior, e Carlos Moreira Garcia, Chefe do Departamento de Administração.
- Mesa-redonda com o Coordenador do XVII CAD, Conselheiro Marcos Caramuru de Paiva.
- Painel sobre «A Transição Política no Brasil»
Debatedores:
Professora Maria Hermínia Tavares de Almeida, do Departamento de Ciência Política da USP.
Professor José Murilo de Carvalho, do IUPERJ.

Jornalista Carlos Chagas, Diretor de Jornalismo do Grupo Bloch em Brasília.

Foram aprovados os seguintes Secretários:

Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa
Matias Antonio Senra de Vilhena
Elza Moreira Marcelino de Castro
Maria Teresa Mesquita Pessoa
Sérgio Eugênio de Risios Bath
Paulo de Mello Vidal
Edélcio José Ansarah
José Carlos da Fonseca Júnior
Antônio José Ferreira Simões
João Carlos Parkinson de Castro.

Relações Internacionais e Organismos Internacionais

Questão Obrigatória:

Suponha que, para as próximas eleições presidenciais no Brasil, configure-se um quadro político em que três partidos apresentem candidatos. Os partidos teriam feição ideológica e haveria um de esquerda, um de centro e um de direita. Neste marco, escolha *dois temas relevantes* da política externa brasileira contemporânea e procure apresentá-los da maneira como apareceriam na plataforma dos três partidos. Apresente, portanto, *três percepções diferente* de dois temas da política externa brasileira e, por percepção, entenda-se uma indicação crítica e uma proposta de atuação.

Escolha uma dentre as seguintes questões:

- Na avaliação da política externa de um país, e sobretudo para medir o sucesso de uma determinada ação diplomática, a análise dos *motivos* (éticos, religiosos, etc.).
- Desenvolve-se, há alguns anos, um «contencioso econômico» entre o Brasil e os EUA. As disputas que o compõem podem ser analisadas de um ponto-de-vista técnico, que incluiria uma dimensão jurídica (legalidade das decisões norte-americanas em matéria de informática, p.e.). Análise o que constituiria a dimensão propriamente *política* das controvérsias.
- Uma das críticas pertinentes ao multilateralismo contemporâneo é a de que os organismos de alcance global são

inoperantes em virtude da dificuldade em que se alcancem consensos efetivos em corpos colegiados tão vastos e tão díspares. A modernização do multilateralismo passará pelo caminho da fragmentação. Comente.

OBSERVAÇÃO: Na resposta às questões, os examinados não se devem deixar levar pela preocupação de coonestar as afirmações propostas ou políticas oficiais atuais sobre a matéria mas sim de expor, de maneira crítica, objetiva, clara e fundamentada, sua opinião sobre o assunto.

Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais

Primeira Questão

Tendo presente os textos oficiais em anexo, pede-se:

- responder a que princípios elementares do Direito internacional faz referência o parágrafo terceiro da nota do Presidente Sarney;
- responder a que convenções internacionais faz referência o mesmo parágrafo terceiro;
- desenvolver o parágrafo quinto da nota do Presidente da República e explicar as razões que levam a publicação da lista de produtos possíveis de sanção a *desde já* passar a inibir as exportações para o mercado norte-americano.

Segunda Questão

Comente o terceiro parágrafo da nota publicada pelo portavoz da Casa Branca («Adequate patent protection...»).

Terceira Questão

Em recente visita ao Brasil, alto funcionário da Comunidade Econômica Européia criticou o anteprojeto da nova Constituição brasileira classificando-o de discriminatória em relação ao capital estrangeiro. Tendo presente o artigo 200 e seus parágrafos, e o artigo 201 daquele anteprojeto, discuta a procedência ou não — inclusive à luz do conceito de «tratamento nacional» no GATT — da crítica do referido funcionário.

(Em anexo os artigos do anteprojeto referidos e o texto do GATT relativo a «tratamento nacional»)

OBSERVAÇÕES: é desnecessária a transcrição de textos; quando feita, entretanto, deve sê-lo entre aspas de modo a não caracterizar plágio que penalizaria o candidato.

Nota do Senhor Presidente da República à imprensa

No dia de hoje, o Presidente dos Estados Unidos da América anunciou a intenção de adotar sanções comerciais unilaterais contra o Brasil, mediante a divulgação de uma lista de produtos, da qual seriam selecionadas as exportações brasileiras a sofrerem imposição de pesadas restrições tarifárias, com a virtual inviabilização de seu acesso ao mercado norte-americano.

2. É com preocupação que vejo renovar-se esse procedimento de ameaça despropositado e injusto, tendente a desestabilizar internamente setores de atividades econômicas e a minar as relações econômicas e comerciais bilaterais.
3. Tal medida unilateral, que representa uma violação dos princípios mais elementares do Direito Internacional e do GATT, teve sua origem em uma ação isolada, que atende a interesses especiais mais gerais do relacionamento entre os dois países e dos legítimos objetivos brasileiros de desenvolvimento de sua política industrial, plenamente resguardados pelas convenções internacionais e por uma legislação vigente no Brasil há mais de 40 anos, cuja legitimidade não pode ser posta em questão.
4. É ainda mais injustificada e discriminatória a ação dos Estados Unidos, se considerado que foi tomada sob a alegação de prejuízos à indústria farmacêutica norte-americana, quando 85% do faturamento global do setor industrial farmacêutico brasileiro esteve, em 1987, em mãos de empresas estrangeiras, das quais as norte-americanas, que detêm o primeiro lugar no mercado, controlam a expressiva parcela de 35%.
5. A ameaça econômica que nos é, agora, imposta acarreta despropositado preço econômico para o Brasil, que, mais uma vez, estará confrontado com uma lista de produtos passíveis de sanção, o que desde já passa a inibir suas exportações para o mercado norte-americano, em valor muitas vezes superior ao montante, já em si arbitrário, anunciado pelo Governo dos Estados Unidos da América.
6. Ao reiterar sua permanente disposição de privilegiar o diálogo diplomático — a que aliás não nos furtamos, ao termos aceitado proceder a quatro consultas bilaterais com os Estados Unidos da América sobre o tema — o Governo brasileiro se reserva o direito de recorrer aos mecanismos do GATT para exigir a justa reparação dos danos que vier a sofrer.

7. Com vistas a resguardar os legítimos interesses dos exportadores brasileiros e a minimizar os eventuais danos à balança comercial, estou ademais determinando aos órgãos da Administração que iniciem de imediato os estudos pertinentes.

STATEMENT ON THE PRESIDENTIAL DECISION ON
THE PHARMACEUTICALS 301 CASE

Delivered by Presidential Spokesman Martin Fitzwater

July 22, 1988

President Reagan has found Brazil's refusal to provide adequate patent protection for U.S. pharmaceuticals and fine chemicals to be unfair under Section 301 of the Trade Act of 1974. In response, the President has decided to impose sanctions on certain brazilian imports. The products upon which sanctions are to be imposed will be drawn from a list of potential items that will soon be published in The Federal Register. The import value of the list will be at least 200 million dollars.

With two billion dollars in sales in 1985, Brazil ranks among the top ten pharmaceutical markets in the world. It eliminated product patent protection for pharmaceuticals in 1945, and process patent protection in 1969. After several years of unsuccessful consultations, the Pharmaceutical Manufacturers Association (PMA) filed a petition in june 1987 under Section 301 of the Trade Act of 1974 for an ionvestigation of Brazil's lack of process and product patent protection. The PMA alleged that Brazil's failure to protect intellectual property rights constitutes an unreasonable trade practice that burdens or restricts U.S. commerce. The Office of the U.S. Trade Representative accepted that petition on july 23, 1987.

Adequate patent protection is the cornerstone of a healthy pharmaceutical industry. By denying this basic commercial right, Brazil permits unauthorized copying of pharmaceutical products and processes that were invented by U.S. firms. This not only deprives american companies of sales, it discourages investment in the research and development of new drugs.

The U.S. pharmaceutical industry and the U.S. Government have attempted for several years to persuade Brazil to enact adequate patent protection. Despite These efforts on the part of the U.S., Brazil has yet to provide adequate intellectual property protection for pharmaceutical products.

We regret that it is necessary to impose trade sanctions in this matter but the U.S. cannot tolerate the piracy of its intellectual property. Over the past three years, we have challenged the infringement of U.S. intellectual property rights and denial of rights throughout the world. This policy has resulted in strengthened patent laws in many foreign countries and a multilateral commitment to address intellectual property issues at the Uruguay round of trade talks. This progress stands in stark contrast to Brazil's lack of action in this area. The President calls upon the government of Brazil to join the U.S. and other nations in establishing comprehensive intellectual property protection for pharmaceuticals and other products.

* * *

Art. 200. Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votantes esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno.

§ 1º Será considerada empresa brasileira de capital estrangeiro a pessoa jurídica constituída, com sede e direção no País, que não preencha os requisitos deste artigo.

§ 2º A lei instituirá programas destinados a fortalecer o capital nacional e melhorar suas condições de competitividade interna e internacional mediante:

I — Incentivos e benefícios fiscais e creditícios diferenciados;

II — proteção especial às atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou para o desenvolvimento tecnológico.

§ 3º Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial à empresa nacional.

Art. 201. Os investimentos de capital estrangeiro serão admitidos exclusivamente no interesse nacional e disciplinados na forma da lei.

Parágrafo único. A lei disporá sobre os lucros do capital estrangeiro, favorecendo seu reinvestimento no País e regulando sua remessa para o exterior.

PART II

Article III*

National Treatment on Internal Taxation and Regulation

1. The contracting parties recognize that internal taxes and other internal charges, and laws, regulations and requirements affecting the internal sale, offering for sale, purchase, transportation, distribution or use of products, and internal quantitative regulations requiring the mixture, processing or use of products in specified amounts or proportions, should not be applied to imported or domestic products so as to afford protection to domestic production.*

2. The products of the territory of any contracting party imported into the territory of any other contracting party shall not be subject, directly or indirectly, to internal taxes or other internal charges of any kind in excess of those applied, directly or indirectly, to like domestic products. Moreover, no contracting party shall otherwise apply internal taxes or other internal charges to imported or domestic products in a manner contrary to the principles set forth in paragraph 1.*

3. With respect to any existing internal tax which is inconsistent with the provisions of paragraph 2, but which is specifically authorized under a trade agreement, in force on April 10, 1947, in which the import duty on the taxed product is bound against increase, the contracting party imposing the tax shall be free to postpone the application of the provisions of paragraph 2 to such tax until such time as it can obtain release from the obligations of such trade agreement in order to permit the increase of such duty to the extent necessary to compensate for the elimination of the protective element of the tax.

4. The products of the territory of any contracting party imported into the territory of any other contracting party shall be accorded treatment no less favourable than that accorded to like products of national origin in respect of all laws, regulations and requirements affecting their internal sale, offering for sale, purchase, transportation, distribution or use. The provisions of this paragraph shall not prevent the application of differential inter-

nal transportation charges which are based exclusively on the economic operation of the means of transport and not on the nationality of the product.

5. No contracting party shall establish or maintain any internal quantitative regulation relating to the mixture, processing or use of products in specified amounts or proportions which requires, directly or indirectly, that any specified amount or proportion of any product which is the subject of the regulation must be supplied from domestic sources. Moreover, no contracting party shall otherwise apply internal quantitative regulations in a manner contrary to the principles set forth in paragraph 1.*

6. The provisions of paragraph 5 shall not apply to any internal quantitative regulation in force in the territory of any contracting party on July 1, 1939, April 10, 1947, or March 24, 1948, at the option of that contracting party; *Provided* that any such regulation which is contrary to the provisions of paragraph 5 shall not be modified to the detriment of imports and shall be treated as a customs duty for the purpose of negotiation.

7. No internal quantitative regulation relating to the mixture, processing or use of products in specified amounts or proportions shall be applied in such a manner as to allocate any such amount or proportion among external sources of supply.

8. (a) The provisions of this Article shall not apply to laws, regulations or requirements governing the procurement by governmental agencies of products purchased for governmental purposes and not with a view to commercial resale or with a view to use in the production of goods for commercial sale.

(b) The provisions of this Article not prevent the payment of subsidies exclusively to domestic producers, including payments to domestic producers derived from the proceeds of internal taxes or charges applied consistently with the provisions of this Article and subsidies effected through governmental purchases of domestic products.

9. The contracting parties recognize that internal maximum price control measures, even though conforming to the other provisions of this Article, can have effects prejudicial to the interest of contracting parties supplying imported products. Accordingly, contracting parties applying such measures shall take account of the interests of exporting contracting parties with a view to avoiding to the fullest practicable extent such prejudicial effects.

10. The provisions of this Article not prevent any contracting party from establishing or maintaining internal quantitative regulations relating to exposed cinematograph films and meeting the requirements of Article IV.

Prática Diplomática

Você está na condição de Chefe, substituto, da DCS e recebe telegrama, de caráter secreto, da Embaixada em Manágua, datado de 1 de Agosto de 1988, do teor seguinte:

«Recebi na manhã de hoje a visita, solicitada ontem com grande insistência, do Ministro Herty Sewites, que já iniciou a conversa dizendo que vinha fazer um pedido dramático ao Governo brasileiro, em nome do Presidente Ortega. Resumo o seu relato.

a) Há um grande cansaço no país. É preciso acabar com a guerra. Em dez anos, perderam-se 115 mil homens e houve prejuízos materiais da ordem de US\$ 4 bilhões.

b) Não deve haver vencedores nem vencidos. A solução para o conflito deve ser encontrada dentro de um marco latino-americano.

c) A Revolução sandinista não é totalitária, nem marxista-leninista. Criou-se uma falsa impressão dela, que não corresponde aos fatos: «Estamos recebendo apoio econômico de países comunistas mas não estamos importando modelos políticos».

d) A situação econômica da Nicarágua é gravíssima. Os déficits estão aumentando, a produção está desorganizada, enquanto os preços dos produtos de exportação continuam caindo.

e) Os EUA acham que a deterioração econômica vai conduzir a um levante popular em apoio aos «contras». Isto não ocorrerá. O povo apóia a revolução. Mesmo as classes burguesas.

f) A Nicarágua quer dialogar com os EUA. O Governo norte-americano, porém, recusa-se a conversar. O Secretário de Estado Schultz vai visitar nos próximos dias 4 países da América Central mas não aceita encontrar-se com representantes sandinistas. O Governo dos EUA só está preocupado com as repercussões dos acontecimentos na Nicarágua e no Panamá na campanha eleitoral. Os Republicanos precisam obter algum êxito. Isto é perigoso.

g) É indispensável chegar-se a um acordo de paz com os EUA. A Nicarágua não oferece perigo algum para os EUA. Se o problema é a presença de cubanos e soviéticos, o Governo sandi-

nista pode solicitar a sua partida, desde que os EUA cessem toda a ajuda aos «contras». A Nicarágua quer ter relações amistosas com o Governo norte-americano.

h) Para flexibilizar a sua posição, o Governo sandinista necessita, contudo, e urgentemente, melhorar a sua situação econômico-financeira. E para tanto reivindica cooperação real de seus parceiros.

i) Em vista disso, o Governo Ortega agradece os termos concedidos para a renegociação da dívida nicaragüense, que foram termos «muito latino-americanos». Mas tem absoluta necessidade de obter mais US\$ 150 milhões em «supply-credits» brasileiros para projetos nas áreas de transporte e energia.

Sem a reconstrução desses dois setores, a Nicarágua não poderá produzir e, se não produzir, não poderá assegurar a vigência da democracia.

j) O Governo sandinista faz também um apelo no sentido de que o Brasil faça uma mediação de seus interesses junto ao Governo dos EUA, no sentido de iniciar um processo de negociação entre o Governo da Nicarágua e o Governo norte-americano.

2. Rogo instruções urgentíssimas.»

Cabe-lhe redigir *Memorandum* de até quatro páginas ao Chefe do Departamento pertinente propondo e fundamentando a linha de ação que consubstanciará a resposta ao telegrama de Brasemb Manágua.

A autoridade a quem o *Memorandum* é dirigido conhece a questão em pauta, donde não há necessidade de se demorar em antecedentes. Do mesmo modo, o *Memorandum* anexará o tel. de Brasemb Manágua, donde não há tampouco necessidade de transcrevê-lo à exaustão.

Prática Consular

Responda a uma das duas questões seguintes:

I — Por nota, a Embaixada da República Popular da Hungria transmitiu o interesse de seu Governo em transformar em consulado-geral de carreira o escritório comercial que mantém no Rio de Janeiro. A manutenção dos escritórios comerciais húngaros em São Paulo e no Rio de Janeiro fora acordada por troca de notas entre o Ministério e aquela Missão diplomática, em 29 de janeiro de 1980. Em *memorandum* aprovado pela Alta Chefia da Casa, a área geográfica manifestou-se favoravelmente à transformação pleiteada.

Prepare a(s) minuta(s) do(s) documento(s) em que se formalizará a anuência do Governo brasileiro à alteração proposta.

II — Existem no Brasil mais de 600 repartições consulares de carreira e honorárias e aproximadamente 1.300 funcionários consulares estrangeiros, na definição do item (d) do Artigo primeiro da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, além de seus dependentes e dos demais membros das mencionadas repartições. Com freqüência, as vítimas de acidentes causados por veículos dessas repartições ou dirigidos por seus membros têm seus pedidos de indenização limitados ao recebimento do valor, muito reduzido, do seguro de responsabilidade civil obrigatório no país.

Examine o problema em «memorandum» e proponha uma solução aplicável a todos os casos ou, na sua eventual impossibilidade, procedimentos a serem seguidos em relação a cada tipo de membro da repartição consular estrangeira.

OBSERVAÇÃO: Para qualquer das questões pode ser consultada a Convenção de Viena sobre Relações Consulares; para a primeira pode ser consultado, ademais, o anexo Acordo por Troca de Notas, de 29 de janeiro de 1980, para a manutenção dos escritórios comerciais da República Popular da Hungria no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 29 de janeiro de 1980

DE-II/DAI/02/801.11(F40) (B46)

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro concorda em que sejam mantidos nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo escritórios para fins comerciais da República Popular da Hungria, nas seguintes condições:

- a) cada escritório, designado como Escritório da Seção Comercial da Embaixada da República Popular da Hungria, constitui uma seção dos serviços comerciais da Embaixada da República Popular da Hungria em Brasília;
- b) os escritórios terão função de fomento do intercâmbio comercial entre os dois países e de promoção dos interesses comerciais da República Popular da Hungria;
- c) as instalações dos escritórios, bem como sua correspondência oficial, gozarão de inviolabilidade;

- d) o número de funcionários de cidadania húngara que serão autorizados a trabalhar em cada escritório deverá manter-se dentro de um limite razoável, correspondente às necessidades reais do intercâmbio entre os dois países;
- e) cada escritório poderá empregar, a seu serviço, cidadãos brasileiros, observado o disposto nos artigos 81, inciso XVIII, e 146, inciso II, da Constituição do Brasil, e devendo a Embaixada informar o Ministério das Relações Exteriores do nome, local e data de nascimento, filiação e funções desses empregados;
- f) nas instalações de cada escritório poderá funcionar uma Seção do Serviço Consular da Embaixada da República Popular da Hungria, com jurisdição sobre os territórios dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, e dos Estados de São Paulo e Paraná, respectivamente;
- g) o funcionário consular, em cada um dos escritórios, cuja designação deverá ser comunicada ao Ministério das Relações Exteriores, terá o título de Agente Consular e receberá visto oficial; uma vez aprovada sua designação, deverá exercer com exclusividade funções correspondentes ao Direito Internacional e em conformidade com as leis e regulamentos brasileiros;
- h) o Chefe de cada escritório receberá visto diplomático ou oficial, segundo a categoria de seu passaporte, e gozará dos privilégios e imunidades geralmente concedidos aos cônsules estrangeiros no Brasil;
- i) todos os demais funcionários de cada escritório, de cidadania húngara, terão vistos oficiais e receberão tratamento semelhante ao atribuído aos funcionários administrativos de repartições consulares estrangeiras no Brasil;
- j) poderão figurar na «Lista do Corpo Consular Estrangeiro», além dos endereços dos Escritórios Comerciais, os nomes dos seus Chefes e Agentes Consulares.

2. Fica assegurada, pelo Governo da República Popular da Hungria, reciprocidade de tratamento ao Governo brasileiro, se este vier a instalar Escritório Comercial em alguma cidade húngara.

3. A presente nota e a respectiva resposta de Vossa Excelência, concordando com os termos aqui expostos, constituirão um acordo sobre a matéria entre os Governos do Brasil e da Hungria.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração.

a) Ramiro Saraiva Guerreiro»

«Excellenciás Uram,

Van szerencsém igazolni az 1980 január 29-én kelt DE-II./DAI/02/801.11/F40/ /B46/ számú levelét, mellyel volt szives tudomásomra hozni az alábbiakat:

«Nagykövet Ur,

Van szerencsém Nagyméltósággal közölni, mely szerint a brazil kormány egyetért azzal, hogy a Magyar Népköztársaság kereskedelmi célból irodát tartson fenn Rio de Janeiro és São Paulo városokban az alábbi feltételek alapján.

- a/ Az Irodák a Magyar Népköztársaság Nagykövetsége Kereskedelmi Osztályának Irodája elnevezést viselik, s a Magyar Népköztársaság braziliai Nagykövetsége Kereskedelmi Szolgálatának részét képezik;
- b/ A Kereskedelmi Irodák feladata a két ország közötti forgalom növelése és a Magyar Népköztársaság kereskedelmi érdekeinek védelme;
- c/ A Kereskedelmi Irodák helyiségei, valamint hivatalos levelezése sérthetetlenek;
- d/ A Kereskedelmi Irodákban dolgozó magyar állampolgárságu tisztviselők számának olyan ésszerű határon belül kell maradnia, amely megfelel a két ország közötti kereskedelmi forgalom reális szükségleteinek;
- e/ A Kereskedelmi Irodák Brazília alkotmánya 81. cikkelyének XVIII. bekezdése és 146. cikkelyének II. bekezdése előírásainak betartásával alkalmazhatnak brazil állampolgárokat. A Nagykövetségnek közölnie kell ezen alkalmazottak nevét, születési dátumát és helyét, szülei nevét és beosztását a Külügyminisztériummal;
- f/ A Kereskedelmi Irodákban a Magyar Népköztársaság Nagykövetsége Konzuli Szolgálatának egy Osztálya működhet, amelynek joghatósága Rio de Janeiro és Espírito Santo, illetőleg São Paulo és Parana államokra terjed ki;

g/ A konzuli tisztviselő, akinek kijelölését közölni kell a Külügyminisztériummal, a Konzuli Ugynök címet viselheti és hivatalos vizumot kap; miután kinevezéséhez hozzájárultak, konzuli funkcióit kizárólag a nemzetközi jog normáinak és a brazil törvényeknek, rendeleteknek megfelelően gyakorolhatja;

h/ Mindkét Kereskedelmi Iroda vezetője utlevele típusától függően diplomáciai, vagy hivatalos vizumot kap és élvezi mindazokat a kiváltságokat és mentességeket, amelyek a Braziliában működő külföldi konzulokat általában megilletik;

i/ A Kereskedelmi Irodák egyéb, magyar állampolgárságu tisztviselői hivatalos vizumot kapnak és a Braziliában működő külföldi konzuli hivatalok adminisztratív tisztviselőivel megegyező bánásmódban részesülnek;

j/ A Külföldi Konzuli Testület Listáján a Kereskedelmi Irodák címén kívül szerepelhet ezen Irodák vezetőjének és konzuli ügynökének a neve;

2./ A Magyar Népköztársaság Kormánya azonos bánásmódot biztosít a brazil kormány részére, amennyiben az Kereskedelmi Irodát kíván valamelyik magyar városban felállítani;

3./ E levél és Nagyméltóságod vonatkozó válasza, amelyben egyetértését fejezi ki a fentiekkel kapcsolatban, e tárgyban a brazil és a magyar kormány megegyezését képezi.

Megragadom az alkalmat, hogy kifejezzem Nagyméltóságodnak mély tiszteletemet.»

Van szerencsém közölni Nagyméltóságoddal, hogy a jelen levele hűen tükrözi a kialakult egyetértést és a Magyar Népköztársaság Kormánya az e levélben foglaltakkal teljes mértékben egyetért.

Megragadom az alkalmat, hogy kifejezzem Nagyméltóságodnak mély tiszteletemet.

Brasília, 1980. január 29-én

Egon Forgács.»

Tradução não-oficial
Em 29 de janeiro de 1980

55/2/1980 — L.V.

Excelência,

Tenho a honra de acusar o recebimento da nota nº DE-II/DAI/02/801.11(F40) (B46), de 29 de janeiro de 1980, cujo teor é o seguinte:

«Senhor Embaixador,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro concorda em que sejam mantidos nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo escritórios para fins comerciais da República Popular da Hungria, nas seguintes condições:

- a) cada escritório, designado como Escritório da Seção Comercial da Embaixada da República Popular da Hungria, constitui uma seção dos serviços comerciais da Embaixada da República Popular da Hungria em Brasília.
- b) os escritórios terão função de fomento do intercâmbio comercial entre os dois países e de promoção dos interesses comerciais da República Popular da Hungria;
- c) as instalações dos escritórios, bem como sua correspondência oficial, gozarão de inviolabilidade;
- d) o número de funcionários de cidadania húngara que serão autorizados a trabalhar em cada escritório deverá manter-se dentro de limite razoável, correspondente às necessidades reais do intercâmbio entre os dois países;
- e) cada escritório poderá empregar, a seu serviço, cidadãos brasileiros, observado o disposto nos artigos 81, inciso XVIII e 146, inciso II, da Constituição do Brasil, e devendo a Embaixada informar o Ministério das Relações Exteriores do nome, local e data de nascimento, filiação e funções desses empregados;
- f) nas instalações de cada escritório poderá funcionar uma Seção do Serviço Consular da Embaixada da República Popular da Hungria, com jurisdição sobre os territórios dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, e dos Estados de São Paulo e Paraná, respectivamente;

- g) o funcionário consular, em cada um dos escritórios, cuja designação deverá ser comunicada ao Ministério das Relações Exteriores, terá o título de Agente Consular e receberá visto oficial; uma vez aprovada sua designação, deverá exercer, com exclusividade, funções consulares correspondentes ao Direito Internacional e em conformidade com as leis e regulamentos brasileiros;
- h) o Chefe de cada escritório receberá visto diplomático ou oficial, segundo a categoria de seu passaporte, e gozará dos privilégios e imunidades geralmente concedidos aos cônsules estrangeiros no Brasil;
- i) todos os demais funcionários de cada escritório, de cidadania húngara, terão vistos oficiais e receberão tratamento semelhante ao atribuído aos funcionários administrativos de repartições consulares estrangeiras no Brasil;
- j) poderão figurar na «Lista do Corpo Consular Estrangeiro», além dos endereços dos Escritórios Comerciais, os nomes dos seus Chefes e Agentes Consulares.

2. Fica assegurada, pelo Governo da República Popular da Hungria, reciprocidade de tratamento ao Governo brasileiro, se este vier a instalar Escritório Comercial em alguma cidade húngara.

3. A presente nota e a respectiva resposta de Vossa Excelência, concordando com os termos aqui expostos, constituirão um acordo sobre a matéria entre os Governos do Brasil e da Hungria.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração.»

Tenho a honra de confirmar a Vossa Excelência que a Nota expressa corretamente o entendimento alcançado e que o Governo da República Popular da Hungria concorda plenamente com o exposto.

Aproveito esta oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Egon Forgács

XVII CAD e XIX CAD

Estiveram abertas, de 28 de março a 29 de abril, as inscrições para o XVIII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, cujas provas estão previstas para março de 1989. O XIX CAD recebeu inscrições de 17 de outubro a 18 de novembro de 1988, estando os exames marcados para agosto e setembro de 1989.

XVII CAE

O XVII Curso de Altos Estudos, que recebeu inscrições em 1987, realizou a seleção dos trabalhos escritos e as arguições no segundo semestre de 1988.

A Banca Examinadora foi presidida pelo Embaixador Bernardo Pericás Neto, e esteve dividida em duas Câmaras: a primeira integrada pelo Ministro José Francisco Rezek, Embaixador Jório Dauster Magalhães e Silva e Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa; e a segunda, pelo Embaixador Marco César Meira Naslausky, Ministro Gelson Fonseca Júnior e Professor Vicente Marotta Rangel.

Foram aprovados os seguintes Conselheiros:

Ney do Prado Diegues

Vitória Alice Cleaver

Oswaldo Eurico Balthazar Portella

José Alfredo Graça Lima

Joaquim Augusto Whitaker Salles.

O estágio de atualização compreendeu as seguintes conferências: «As Relações Internacionais e a Nova Constituição da República Federativa do Brasil», pelo Ministro José Francisco Rezek (Ministro do Supremo Tribunal Federal); «A Nova Constituição», pelo Deputado Bernardo Cabral (Relator-Geral da Assembleia Nacional Constituinte) e a «A Nova Constituição da República Federativa do Brasil» pelo Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira (Ministro do Tribunal de Contas da União, ex-Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte).

XVIII CAE e XIX CAE

Estiveram abertas, de 28 de março a 29 de abril, as matrículas para o Décimo Oitavo Curso de Altos Estudos (XVII CAE).

A entrega dos trabalhos escritos está prevista, impreterivelmente, até 3 de março de 1989, e a arguição para o período entre 22 de maio a 2 de junho de 1989. O XIX CAE recebeu as matrículas no período de 17 de outubro a 18 de novembro de 1988, a entrega dos trabalhos escritos prevista impreterivelmente até o dia 7 de agosto de 1989, e arguição para o período de 23 de outubro a 11 de novembro de 1989.

CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE OFICIAIS DE CHANCELARIA (CAOC)

Em 1988 realizaram-se os dois primeiros Cursos de Atualização de Oficiais de Chancelaria, que constituem etapa necessária à promoção por merecimento dos Oficiais de Chancelaria da Classe B para a Classe C, na forma do artigo 63 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

O primeiro CAOC constou de provas de Organização e Métodos de Trabalho do MRE, Prática Consular, Prática de Promoção Comercial e Técnicas de Administração e de Contabilidade, realizadas concomitantemente em 27 postos no exterior, em Belém, no Ererio e em Brasília, no período de 22 a 25 de fevereiro de 1988, e aprovou 52 Oficiais de Chancelaria.

O segundo CAOC teve provas de Organização, Métodos de Trabalho, Administração e Contabilidade do MRE, Técnicas de Promoção Comercial, Prática Consular e de línguas estrangeiras (espanhol, francês ou inglês), que foram realizadas concomitantemente em 28 postos no exterior, no Ererio e em Brasília, no período de 29 de agosto a 1º de setembro de 1988. O II CAOC aprovou 23 Oficiais de Chancelaria.

A seguir o texto das provas do primeiro e do segundo Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria.

I CAOC

Prova de

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MRE

Dia 22 de fevereiro de 1988

Duração: duas horas

Primeira Questão:

- 1 — Disserte sobre a natureza e finalidade do Ministério das Relações Exteriores (entre 15 e 20 linhas).
(Valor: 2,5 pontos).

Segunda Questão:

- 2 — Quais são os cargos na Secretaria de Estado privativos de Ministros de Primeira Classe, nomeados pelo Presidente da República?
- 3 — Quais as duas leis básicas que definem o regime jurídico dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro?
- 4 — Indique dois órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado.
- 5 — Quais os tipos de Repartições Consulares existentes?
- 6 — Indique quatro Divisões do Departamento Econômico (DEC).
- 7 — O Instituto Rio Branco subordina-se:
☐ à Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais;
☐ ao Gabinete do Senhor Ministro de Estado;
☐ à Secretaria-Geral;
☐ à Subsecretaria-Geral de Administração e de Comunicações;
☐ a nenhuma dessas unidades.
- 8 — O Consultor Jurídico vincula-se regimentalmente:
☐ ao Chefe do Gabinete do Ministro de Estado;
☐ ao Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações;
☐ ao Ministro de Estado;
☐ ao Secretário-Geral;
☐ a nenhum dos indicados acima.
- 9 — Onde se situa a sede da Primeira Comissão Demarcadora de Limites e qual a sua jurisdição?
(Valor: 4 pontos, sendo 0,5 por resposta certa).

Terceira Questão:

- 10 — A quem cabe presidir, chefiar, representar o MRE ou o Senhor Ministro de Estado junto:

(correlacionar as duas colunas)

- (a) ao Conselho Nacional do Comércio Exterior ☐ Chefe do DEC
- (b) ao Comitê Nacional para Assuntos Antárticos ☐ Chefe do DOI
- (c) ao Conselho Federal de Entrepentes ☐ Chefe da DMAE
- (d) à Comissão Nacional para os Assuntos da ALADI ☐ SGAC
- (Valor: 1 ponto, sendo 0,25 por resposta certa).

Quarta Questão:

- 11 — Além das proibições capituladas no Estatuto dos Funcionários Cíveis da União, o que mais é proibido ao funcionário do Serviço Exterior Brasileiro, de acordo com a Lei nº 7.501?
- 12 — De acordo com o Regulamento do Pessoal, quais são as disposições a serem observadas nas remoções de Oficiais de Chancelaria?
- 13 — Que tipos de licença podem ser concedidas ao funcionário do Serviço Exterior Brasileiro?
- 14 — Qual é a autoridade competente para remover para posto no exterior os funcionários das seguintes categorias:
 (a) Ministros de Segunda Classe;
 (b) Oficiais de Chancelaria;
 (c) Primeiros-Secretários.
- 15 — Quais são os critérios para a remoção entre Postos no exterior dos Oficiais de Chancelaria?
(Valor: 2,5 pontos, sendo 0,5 pontos por resposta certa).

Prova de

PRÁTICA CONSULAR

Dia 23 de fevereiro de 1988

Duração: duas horas

Primeira Questão:

Assinale «C» toda vez que o conteúdo da questão estiver todo ele correto e «E» sempre que ele contiver uma incorreção ou inverdade:

- 1 — () A Autoridade consular deve exigir do nacional brasileiro que solicita a concessão de um passaporte os documentos seguintes: a) carteira de identidade; b) certidão de nascimento; c) CPF ou CGC/MF; d) título de eleitor; e) carteira de trabalho ou documento equivalente. Aos solicitantes do sexo masculino, deverá também exigir prova de estar em dia com suas obrigações militares, caso sejam maiores de 21 anos e menores de 70 anos.
- 2 — () A Autoridade consular não concederá visto ao estrangeiro: a) menor de 18 anos, desacompanhado do responsável legal ou sem a sua autorização expressa; b) considerado nocivo à ordem pública e aos interesses nacionais; c) anteriormente expulso do país, salvo se a expulsão tiver sido revogada; d) condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira; ou e) que não satisfaça as condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde.
- 3 — () Poderá ser dispensada a exigência de visto de turista ao nacional de país que dispense ao brasileiro idêntico tratamento.
- 4 — () O brasileiro a que outro país também atribua a sua nacionalidade não tem direito a requerer passaporte brasileiro.

Segunda Questão:

Complete as lacunas abaixo:

- 5 — Os passaportes brasileiros são das seguintes categorias:
a) diplomático; b); c); d) para estrangeiros.
- 6 — Além dos passaportes, considera-se igualmente documento brasileiro de viagem o, concedido a estrangeiros titulares de documentos de viagem não reconhecidos pelo Governo brasileiro ou não válidos para o Brasil.
- 7 — Ao estrangeiro que pretenda entrar em território nacional poderá ser concedido visto: a) de trânsito; b) de turista; c); d) permanente; e) de cortesia; f) oficial; g)

- 8 — Ao natural de país limítrofe, domiciliado em cidade contígua ao território nacional, respeitados os interesses da segurança nacional, poder-se-á permitir a entrada nos municípios fronteiriços a seu respectivo país, desde que apresente válida, emitida por autoridade competente do seu país.

Terceira Questão:

Indique qual a Divisão do DCJ que se ocupa dos assuntos ou tipos de expediente abaixo relacionados (sigla ou nome por extenso):

- 9 — Repatriação _____
- 10 — GECON, GENAV, GECEX _____
- 11 — PADIP _____
- 12 — VITUR, VISOF, VIPER, VICOR _____
- 13 — Atos Internacionais _____

Quarta Questão:

Assinale com um «X» as alternativas abaixo que **NÃO** estão de acordo com, ou que contrariam normas do Manual do Serviço Consular:

- 14 — () Você não deve repatriar um aventureiro.
- 15 — () Vistos temporários, item VII (para religiosos) só devem ser concedidos depois de autorizados pela SERE.
- 16 — () A validade do passaporte comum (de capa verde) é de 6 (seis) anos.
- 17 — () Você pode legalizar, para isenção de tributos dos bens, relação de bagagem de estrangeiro beneficiado com VIPER que contenha um veículo automotor.
- 18 — () Você deve sempre consultar a LCC antes de conceder qualquer tipo de visto para o Brasil.
- 19 — () Você deve conceder um «laissez-passer» brasileiro e nele apor o visto autorizado pela DIM na hipótese de o viajante ser portador de um documento de viagem tal como um passaporte de Taiwan, da Coreia do Norte ou de um «bantustan» da África do Sul, ou de um «laissez-passer» emitido pelo Governo israelense para palestinos.

- 20 — () Todo estrangeiro nascido no Brasil, sem exceção, tem a nacionalidade brasileira. Por outro lado, filhos de brasileiros nascidos no exterior não têm direito, em qualquer hipótese, à nacionalidade brasileira.
(Valor total da prova: 10 pontos, sendo 0,5 pontos por resposta certa).

Prova de
TÉCNICAS DE PROMOÇÃO COMERCIAL
Dia 24 de fevereiro de 1988
duração: duas horas

Primeira Questão:

Identifique na coluna à direita o Projeto integrante do Subprograma de Informação Comercial (SPIC) para o qual é relevante cada um dos assuntos mencionados na coluna à esquerda:

- | | |
|--|---|
| (a) Situação Econômica do Brasil | () Exportação de serviços |
| (b) Estatísticas de Importação de soja | () Circulação de publicação |
| (c) Concorrências públicas | () Captação de investimento estrangeiro |
| (d) Joint-ventures | () Levantamento de informação de mercado |

(Valor: 2 pontos, sendo 0,5 pontos por resposta certa).

Segunda Questão:

Associe os fatos relacionados na coluna à esquerda às formas de comunicação adequadas entre o SECOM e a Secretaria de Estado, listadas na coluna à direita:

- | | |
|--|--|
| (a) Consulta do importador estrangeiro sobre exportadores brasileiros de autopeças | () Boletim de Regulamentação de Comércio Exterior (BRE) |
| (b) Levantamento de dados sobre empresa estrangeira | () Boletim de Envio de Notícias (BEN) |
| (c) Mudança na tarifa aduaneira para importação de suco de laranja | () Boletim de Informação Cadastral (BIC) |

- (d) Assinatura de Acordo de Financiamento entre o BIRD e o país-sede do Boletim de Oportunidade Comercial (BOC) do Programa de Promoção Comercial no Exterior (PPCE).
SECOM

(Valor: 2 pontos, sendo 0,5 pontos por resposta certa).

Terceira Questão:

Relacione dois dos projetos compreendidos no Subprograma de Operações de Promoção Comercial (SPOC) do Programa de Promoção Comercial no Exterior (PPCE).

(Valor: 2 pontos, sendo um ponto por resposta certa).

Quarta Questão:

Identifique a Divisão da Secretaria de Estado responsável pelas seguintes atividades:

- 1 — Elaboração do Programa de Promoção Comercial no Exterior (PPCE)
- 2 — Atualização do Registro de Exportadores Brasileiros (REB)
- 3 — Apoio a missões de importadores estrangeiros
- 4 — Organização de Seminários do Brasil
- 5 — Identificação de produtos e mercados prioritários para a promoção comercial
- 6 — Organização do «Estande Brasil»
- 7 — Edição do guia «Como Exportar-Estados Unidos»
- 8 — Aperfeiçoamento dos recursos humanos do Sistema de Promoção Comercial do Itamaraty

(Valor: 4 pontos, sendo 0,5 pontos por resposta certa).

Prova de
TÉCNICAS DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
Dia 25 de fevereiro de 1988
Duração: duas horas

Primeira Questão:

Explique como se processa a administração financeiro-orçamentária de um Posto no exterior, desde a solicitação de re-

cursos e sua liberação até a concretização da despesa. (Valor: 2 pontos).

Segunda Questão:

Defina e indique as diferenças entre a *POP* e o *MAEOR*. (Valor: 2 pontos).

Terceira Questão:

Responda: (a) O que é *Recolhimento*?

(b) Quais são os *tipos* de *Recolhimento*?
(Valor: 1,5 pontos).

Quarta Questão:

O que é *controle patrimonial* de um Posto, quais os formulários que devem ser preenchidos e em que época? (Valor: 1,5 pontos).

Quinta Questão:

Descreva brevemente quais os documentos que compõem uma *prestação de contas*. (Valor: 1,5 pontos).

Sexta Questão:

Qual é a diferença entre *material de consumo* e *material permanente*? Exemplifique. (Valor: 1,5 pontos).

II CAOC

Prova de

ESPANHOL

25 de Agosto de 1988

Duração: 2 horas

Não são permitidas consultas.

Valor de cada questão: 2,5 pontos.

1. Ponga una cruz en ca palabra que contiene un error de acentuación:

- () solo
- () sólo
- () aunque
- () todavía
- () historia

2. Marque con una cruz la frase en la que el pronombre está mal colocado:

- () Espero que no me vengas con cuentos
- () me harías un favor?
- () Has me dado un regalo bonito
- () Cómprame un dulce
- () Están leyéndoselo para que entienda

3. Marque con una cruz la conjunción condicional

- () sí
- () se
- () si
- () sé
- () sin

4. Marque la frase donde se encuentra un error de concordancia:

- () usted tienes buena casa
- () ecuántos años tienes?
- () Es posible que tengas mi tarjeta.
- () tiene seis niños
- () ella tiene un saco

5. Marque el verbo irregular en futuro:

- () marcar
- () querer
- () estar
- () comer
- () nacer

6. Marque la frase que contiene un error:

- () hube de salir
- () hubo cinco sillas idénticas
- () hubiera sido bueno
- () hube libros buenos
- () hubo niños felices

7. Marque la frase errada:

- () lo bueno es tomar helados aquí
- () Todo lo que quieras, dilo ahora
- () lo sueño todos los días
- () lo libro de recuerdos es bueno
- () lo grandioso del momento es el paisaje

8. Marque la frase errada:
- ☐ tendrán que salir temprano
 - ☐ sepa que está mal.
 - ☐ aquí, por doquiera que vaya, se ve alegría
 - ☐ salgan inmediatamente
 - ☐ voy tomar un café
9. Marque la alternativa correcta.
- ☐ cuanto
 - ☐ sequencia
 - ☐ quantía
 - ☐ frecüencia
 - ☐ cuantidad
10. Marque la única serie donde existe un derror en la formación del plural:
- ☐ aldeanos / ciudadanos / hermanos
 - ☐ desvanes / divanes / capitanes
 - ☐ hindúes / ajíes / zulúes
 - ☐ doctores / estudiantinas / porteros
 - ☐ cantones / javalíes / perdizes
11. Marque el único par de palabras escritas correctamente:
- ☐ alumnos / reuento
 - ☐ hirviendo / solendo
 - ☐ água / azúcar
 - ☐ añoranza / campiña
 - ☐ leyéndoselo / quanto
12. Señale la única alternativa correcta para el uso del artículo determinado antes del nombre propio;
- ☐ — María nació en Melilla
 - ☐ — Bogotá es capital de — Colombia
 - ☐ — Juan cayó del árbol por travieso
 - ☐ — España de Franco era otra cosa
 - ☐ — Bolivia está sobre el nivel del mar
13. Señale el ítem en el que una abreviatura de las formas de tratamiento está incorrecta:
- ☐ S.M. (Su majestad)
 - ☐ S. Excia (su excelencia)
 - ☐ Vd. (usted)
 - ☐ uds. (ustedes)
 - ☐ Exmo. Sr. (Excelentísimo señor)

14. En una de las frases siguientes, el infinitivo está mal empleado. Señálela:
- ☐ Estamos aquí para vestirlas.
 - ☐ Estamos aquí para hacernos el viaje.
 - ☐ Estamos aquí para comer.
 - ☐ Estamos aquí para que puedan salir.
 - ☐ Estamos aquí para quedarnos.
15. Señale la frase en la que existe un pronombre interrogativo:
- ☐ Espero que no se asuste.
 - ☐ No me dijeron quién va a salir temprano.
 - ☐ ¿ Es posible que me maquillen ahora?
 - ☐ ¡ Quién pudiera ser rico!
 - ☐ Qué cuentos tan malos.
16. Señale la serie en la que una de las palabras no está en diminutivo:
- ☐ chicuelos / landronzuelos / callejuelas
 - ☐ manitas / gatico / angelín
 - ☐ jardinillo / corazoncillo / pajarillo
 - ☐ jovencita / lunita / reinita
 - ☐ florecilla / mantequilla / chiquilla
17. Señale el par de palabras que fueron formadas por parasíntesis:
- ☐ grandeza / tristeza
 - ☐ blanquecino / amarillento
 - ☐ desprendimiento / embellecimiento
 - ☐ lejanía / cercanía
 - ☐ caridad / libertad
18. Señale la alternativa correcta para la frase:
- ... Aves se despiertan ... alba.
- ☐ las - la
 - ☐ los - el
 - ☐ las - al
 - ☐ los - la
 - ☐ el - el
19. Señale la alternativa correcta para la frase:
- Al rededor de mi casa hay ... alameda muy frondosa.
- ☐ un
 - ☐ una

- ☐ luna
☐ la una
☐ l'un
20. Señale la alternativa correcta para la frase:
 Agua de este río está contaminada
☐ l'
☐ la
☐ las
☐ el
☐ los
21. Señale la alternativa correcta para la frase:
 El puñal es ... arma blanca
☐ un
☐ una
☐ la
☐ le
☐ uno
22. Elija la alternativa correcta para la frase:
 ¿ Cuántos alumnos caben en ... aula?
☐ eso
☐ ese
☐ esto
☐ aquello
☐ esa
23. Elija la forma correcta para la frase:
 agua de esta ciudad proviene del acueducto de Tarragona
☐ todo / el
☐ toda / la
☐ todo / la
☐ toda / el
☐ tuda / el
24. Elija la forma correcta para la frase:
 En.... habitación cabían ... de 30 personas
☐ este / mas
☐ lo / mas
☐ ésta / más

- ☐ esto / más
☐ esta / más
25. Marque con una cruz el significado de cuello en portugués.
☐ cutelo
☐ coelho
☐ pescoço
☐ peito
☐ joelho
26. Marque con una cruz el significado de rodilla en portugués.
☐ cotovelo
☐ coelho
☐ diminutivo de roda
☐ joelho
☐ pescoço
27. Marque con una cruz el significado de muslo en portugués.
☐ orelha
☐ mula
☐ peito
☐ coxa
☐ músculo
28. Señale con una cruz la significación en español del verbo «piscar».
☐ guiñar
☐ tintilear
☐ tintinear
☐ cintilar
☐ serruchar
29. ¿Cuál es el motivo de la siguiente felicitación?
 Felicitamos de manera muy especial al estimado caballero Miguel Selgas Arango con motivo de la dichosa ocasión de un nuevo aniversario de su natalicio y todos porque disfrute de largos años más de venturosa existencia.
☐ El señor celebrar su cumpleaños.
☐ Cumple otro año en la misma compañía.
☐ Es el aniversario de su matrimonio.
☐ Hace un año fue elegido para su puesto actual.
☐ Es el aniversario de su ciudad natal.

30. ¿ Qué se debe hacer para ganar este concurso?

Una corporación venezolana ofrecerá un premio de veinte mil dólares al artista plástico iberoamericano que presente el mejor trabajo sobre la vida y obra de Simón Bolívar. El tema de este concurso es el de reflexionar sobre América Latina a través de ese gran hombre, guerrero y pensador que fue Simón Bolívar

- () Crear una obra de arte que exalte al libertador venezolano.
- () Ejecutar un plan de guerra como lo hizo Bolívar.
- () Escribir un ensayo sobre la vida del ilustre venezolano.
- () Sugerir unos actos de homenaje que se puedan ofrecer.
- () Escribir un libro con los pensamientos de Simón Bolívar.

31. ¿ Cómo logró la señorita este título?

En Londres una joven señorita fue distinguida como la secretaria más eficiente del año. Logró este título por sacar las calificaciones más altas en los exámenes de la Cámara de Industria y Comercio para secretarías privadas. A pesar de su eficiencia comprobada por los exámenes, ella no ha logrado encontrar un adecuado trabajo.

- () Por los reportes de los jefes.
- () Por ser una secretaria privada en la Cámara de Industria.
- () Por medio de una competencia.
- () Por haber logrado eficiencia en su trabajo.

32. Qué noticia es ésta?

Después de permanecer fuera de España por 41 años, el «Guernica» de Pablo Picasso está por fin en Madrid procedente del Museo de Arte Moderno de Nueva York. El célebre cuadro, que representa el bombardeo aéreo nazi a la ciudad de Guernica durante la guerra civil española, será admirado por el público madrileño en el Museo Nacional del Prado.

- () Un famoso cuadro será admirado en el Museo Nacional del Prado de Guernica.
- () Una pintura famosa ha sido transferida al país natal de su pintor.
- () El público madrileño admira el bombardeo nazi.
- () Picasso pasó la guerra civil española en la ciudad de Guernica.

- () El museo de Arte Moderno va a exhibir un cuadro ilustre.

33. Conteste Falso (F) o Verdadero (V) basándose en el siguiente texto:

GOBIERNO ALEMÁN INSISTE EN CONFERENCIA ECONÓMICA ENTRE PAÍSES DEL ESTE-OESTE

La ratificación de esa propuesta fue hecha por el Jefe del Gobierno de Bonn, Helmut Kohl

BONN, diciembre 10 (DPA) — El primer ministro alemán occidental, Helmut Kohl, renovó hoy en Bonn la propuesta dirigida a Moscú para convocar a una conferencia económica entre Este y Oeste.

En su declaración gubernamental ante el pleno del Parlamento (Bundestag) sobre la Cumbre de Washington, dijo Kohl que la realización de esta conferencia será una de las labores principales de la República Federal de Alemania en el ejercicio de la presidencia de la Comunidad Económica Europea, que por turno asumirá a partir de enero próximo.

El jefe del gobierno federal alemán aplaudió el primer tratado norteamericano-soviético sobre la eliminación de cohetes de alcance intermedio y exhortó a ambas superpotencias a seguir con el desarme. Dijo que espera que la cooperación entre Este y Oeste se colocará sobre una base más amplia, señalando que ve, tras el inicio de las reformas económicas en la Unión Soviética y otros países del bloque socialista, «una serie de iniciativas para hallar nuevos caminos de cooperación».

Agregó que la iniciativa que presentó por él a mediados de año de realizar una conferencia económica entre Este y Oeste, ahora está sobre la mesa como propuesta común de los doce países miembros de la CEE. «Aplaudiríamos si lográsemos durante nuestra presidencia de la CEE concluir las negociaciones sobre un tratado entre la CEE y el Consejo de Mutua Ayuda Económica (Comecon)», señaló.

Kohl agradeció al presidente de Estados Unidos, Ronald Reagan, y al secretario general del Partido Comunista de la Unión Soviética (PCUS), Mijail Gorbachov, sus esfuerzos por la realización del primer verdadero tratado de desarme, calificando este hecho también como un éxito de la «diplomacia de cumbre». Subrayó que «se trata de consagrar los encuen-

tros de máximo nivel como una forma normal en las relaciones entre Este y Oeste».

El primer ministro federal alemán informó en su declaración gubernamental que, de acuerdo a sus actuales conocimientos Reagan y Gorbachov han logrado «importantes acercamientos» en las negociaciones sobre una reducción en un 50 por ciento de las existencias de armas estratégicas. Esto, dijo Kohl, se refiere a la fijación de límites máximos para determinados sistemas de armas estratégicas. Agregó que además se logró un acuerdo parcial sobre una perseveración limitada del tratado ABM.

Helmut Kohl subrayó contribución de la República Federal de Alemania a la realización del tratado sobre la reducción de cohetes de alcance intermedio (INF), gracias a la firme posición de Bonn en la cuestión del «rearme» de la OTAN y su posterior insistencia en negociar.

En este contexto, el jefe del gobierno alemán occidental criticó duramente la oposición social-demócrata, que en 1983 estaba dispuesta «a conformarse con la amenaza de los cohetes de alcance intermedio soviéticos».

- ☐ La cumbre del Parlamento asumirá su turno en la CEE en enero.
 - ☐ Se propuso convocar a una conferencia económica entre estados del Este y del Oeste.
 - ☐ Helmut Kohl dijo que la República Federal de Alemania ejercerá la presidencia de la CEE próximamente.
 - ☐ Kohl aplaudió la eliminación de cohetes de alcance intermedio y pidió el desarme.
 - ☐ Anadió Kohl, que su iniciativa de la realización de una conferencia entre Este y Oeste, está en la mesa como propuesta común de los miembros de la CEE.
34. Marque el sustantivo abstracto derivado del adjetivo entre paréntesis, de manera a completar la frase.
- Carece de...
- ☐ desplomarse
 - ☐ añadidura
 - ☐ sucio
 - ☐ fe
 - ☐ dignidad
35. Marque el sustantivo derivado del verbo, o su sinónimo, de manera a formar la frase correcta.

La sequía de estos últimos meses ha sido ... (ocasionar) de la escasa cosecha.

- ☐ la ocasión
- ☐ la canción
- ☐ la causa
- ☐ el caso
- ☐ el ocaso

36. Marque el sustantivo derivado del verbo o su sinónimo, de manera a formar la frase correcta.

Me gustaría hacer... (suscribir) a una revista española

- ☐ subscripción
- ☐ suscribidad
- ☐ suscritura
- ☐ suscriptura
- ☐ suscripción

37. Señale la locución que completa correctamente la frase:

Parecía como si toda su familia se hubiera muerto: ¡... de exagerar!

- ☐ a modo de
- ☐ de todos modos
- ☐ de cierto modo
- ☐ de otro modo
- ☐ qué modo

38. Señale la locución que completa correctamente la frase: No puedo atenderles a todos...! : sólo tengo dos manos.

- ☐ una vez
- ☐ a la vez
- ☐ a su vez
- ☐ las veces
- ☐ una vez que

39. Señale la locución que completa correctamente la frase:

¡...Se ha curado de su manía ese anciano!

- ☐ (el) fin
- ☐ sin fin
- ☐ por fin
- ☐ al fin y al cabo
- ☐ sinfin

40. Señale la locución que completa correctamente la frase:

Estuve esperándote un buen... y al cabo de una hora me marché.

- ☐ a) rato
- ☐ b) a un tiempo
- ☐ c) por momentos
- ☐ d) en um primer momento
- ☐ e) ratón

Prova de
FRANÇES

25 de Agosto de 1988

Duração: 2 horas

Não são permitidas consultas.

Valor de cada questão: 2,5 pontos.

Assinale em cada questão a única forma correta:

I — Partitifs:

1. a) Tu voudrais du café? ☐
- b) Tu voudrais de la café? ☐
- c) Tu voudrais des café? ☐
2. a) Oui, j'adore du café. ☐
- b) Oui, j'adore de la café. ☐
- c) Oui, j'adore le café. ☐
3. a) Vous acceptez des croissants? ☐
- b) Vous acceptez de croissants? ☐
- c) Vous acceptez du croissants? ☐
4. a) Il prend du bière? ☐
- b) Il prend de la bière? ☐
- c) Il prend de bière? ☐
5. a) Oui, il aime bien le bière ☐
- b) Oui, il aime bien la bière ☐
- c) Oui, il aime bien les bière ☐
6. a) Est-ce qu'il y a de la musique chez vous? ☐
- b) Est-ce qu'il y a du musique chez vous? ☐
- c) Est-ce qu'il y a de musique chez vous? ☐
7. a) Oui, j'aime le musique. ☐
- b) Oui, j'aime la musique. ☐
- c) Oui, j'aime de la musique. ☐

II — Forme négative:

1. a) Tu ne veux pas plus du poulet. ☐
- b) Tu ne pas veux encore de poulet ☐
- c) Tu ne veux plus de poulet ☐
2. a) Rio de Janeiro n'est pas plus la capitale du Brésil. ☐
- b) Rio de Janeiro n'est plus pas la capitale du Brésil. ☐
- c) Rio de Janeiro n'est plus la capitale du Brésil. ☐
3. a) Je n'en veux plus. ☐
- b) Je n'en veux pas plus. ☐
- c) Je le n'en veux plus. ☐
4. a) Aucun élève n'est pas venu. ☐
- b) Aucun élève est venu. ☐
- c) Aucun étève n'est venu. ☐
5. a) On a personne pour ce travail. ☐
- b) On n'a pas personne pour ce travail. ☐
- c) On n'a personne. ☐

III — Prépositions:

1. a) Mme. Delort va à le boucher, aujourd'hui. ☐
- b) Mme. Delort va chez le boucher, aujourd'hui. ☐
- c) Mme. Delort va dans le boucher, aujourd'hui. ☐
2. a) Simone et Sylvie vont au bureau de tabac, acheter des cigarettes. ☐
- b) Simone et Sylvie vont à le bureau de tabac, acheter des cigarettes. ☐
- c) Simone et Sylvie vont en bureau de tabac, acheter des cigarettes. ☐
3. a) Nous allons à la épicerie, faire des courses. ☐
- b) Nous allons à l'épicerie, faire des courses. ☐
- c) Nous allons dans l'épicerie, faire des courses. ☐
4. a) Mme. Richaud est en Paris. ☐
- b) Mme. Richaud est à Paris. ☐
- c) Mme. Richaud est dans le Paris. ☐
5. a) La bière est au le frigo. ☐
- b) La bière est dans le frigo. ☐
- c) La bière est en le frigo. ☐
6. a) Mais le vin est sur la table. ☐
- b) Mais le vin est au dessus la table. ☐
- c) Mais le vin est au dessus de la table. ☐

IV — Verbes:

1. a) Il veut que vous veniez une heure plus tôt,
si c'est possible. ()
- b) Il veut que vous venassiez une heure plus tôt,
si c'est possible. ()
- c) Il veut que vous venez une heure plus tôt,
si c'est possible. ()
2. a) Comment voulez-vous que j'aille à Paris
sans voiture? ()
- b) Comment voulez-vous que j'aïlle à Paris
sans voiture? ()
- c) Comment voulez-vous que je vais à Paris
sans voiture? ()
3. a) J'exige que ce travail sois fait pour demain. ()
- b) J'exige que ce travail soit fait pour demain. ()
- c) J'exige que ce travail fut fait pour demain. ()
4. a) Je regrette que nous ne pouvions pas vous
donner satisfaction. ()
- b) Je regrette que nous ne pouvons pas vous
donner satisfaction. ()
- c) Je regrette que nous ne puissions pas vous
donner satisfaction. ()
5. a) Il n'est pas possible qu'il venne à Paris. ()
- b) Il n'est pas possible qu'il vienne à Paris. ()
- c) Il n'est pas possible qu'il viene à Paris. ()
6. a) Bien que je ne sais que quelques mots d'italien. ()
- b) Bien que je ne sait que quelques mots d'italien. ()
- c) Bien que je ne sache que quelques mots d'italien. ()
7. a) Je ne pense pas que ce livre vous plait. ()
- b) Je ne pense pas que ce livre vous plaise. ()
- c) Je ne pense pas que ce livre vous plais. ()

V — Comprehension Ecrite:

1. En général, quand on veut emprunter un livre, on va
 - a) dans une épicerie ()
 - b) dans une librairie ()
 - c) dans une bibliothèque ()
 - d) dans un grand magasin ()

2. Est-ce que ton grand-père porte des lunettes?
 - a) non, il entend bien. ()
 - b) non, il voit bien ()
 - c) non, il marche bien ()
 - d) non, il comprend bien ()
3. Voici mon billet, dit le voyageur, en le sortant
 - a) du train ()
 - b) de sa poche ()
 - c) de ses chaussettes ()
 - d) de la gare ()
4. J'ai acheté ma télévision
 - a) dans un magasin ()
 - b) dans un mois ()
 - c) dans un an ()
 - d) das 8 jours ()
5. Quand je suis malade, j'appelle
 - a) le docteur en droit ()
 - b) le facteur ()
 - c) le médecin ()
 - d) le pharmacien ()
6. Tous les matins, la concierge
 - a) prépare les étalages ()
 - b) nettoie les escaliers ()
 - c) apporte les menus ()
 - d) distribue le travail ()
7. Si vous habitez loin de votre bureau
 - a) Vous devez prendre l'autobus ()
 - b) Vous devez y aller à pied ()
 - c) Vous devez attendre le courrier ()
 - d) Vous devez téléphoner ()
8. Le médecin ne me permet pas de sortir
 - a) tant que je suis malade ()
 - b) dans une semaine ()
 - c) il y a une semaine ()
 - d) même si je ne suis pas malade ()
9. Après avoir bu trois tasses de café il a mal au coeurs parce
que

- a) il boit assez de café ()
 b) il boit trop de café ()
 c) il ne boit pas assez de café ()
 d) il boit peu de café ()
10. Ce sportif a remporté la victoire
 a) grâce à son énergie ()
 b) malgré sa valeur ()
 c) grâce à son manque d'entraînement ()
 d) en dépit de ses victoires précédentes ()
11. Avec ses freins, l'autobus peut
 a) rouler plus vite que le train ()
 b) passer au feu vert ()
 c) s'arrêter pour prendre les voyageurs ()
 d) brûler le feu rouge ()
12. Ces offres d'emploi sont proposées par
 a) les entreprises ()
 b) les travailleurs ()
 c) les consommateurs ()
 d) les chômeurs ()
13. Moi qui suis courageux ()
 a) j'achète des médicaments ()
 b) je n'ai pas peur de me battre ()
 c) je rêve toute la journée ()
 d) je recule devant un chien ()
14. Monsieur Jean va voler l'entrepreneur en bâtiment car
 a) il se construit une maison ()
 b) il lui construit une maison ()
 c) il se fait construire une maison ()
 d) il se fait des idées ()
15. Je ne sais pas d'où viennent ces touristes on me dit qu'ils viennent
 a) de Paris ()
 b) en France ()
 c) de rencontrer leurs amis ()
 d) en train ()

Prova de

ORGANIZAÇÃO, MÉTODOS DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO
 E CONTABILIDADE DO MINISTÉRIO DAS
 RELAÇÕES EXTERIORES

22 de Agosto de 1988

Duração: 2 horas

Não são permitidas consultas.

Valor de cada questão: 0,5 pontos.

- Quais são as prerrogativas asseguradas aos funcionários do Serviço Exterior, além das garantias decorrentes do exercício de seus cargos e funções?
- Aponte os deveres específicos do funcionário do Serviço Exterior, excluídos os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos da União.
- Excetuando-se as situações expressamente previstas em leis complementares, cite dois casos em que o funcionário do Serviço Exterior poderá ser aposentado.
- Questões relativas à conduta dos efetivos do Corpo Permanente do Serviço Exterior (Diplomatas e Oficiais de Chancelaria) serão, sem prejuízo das disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos da União, tratadas por:
 - () «Comissão Encarregada do Zelo e Observância das Normas Disciplinares»;
 - () «Coordenadoria de Assuntos Disciplinares»;
 - () «Inspetoria do Serviço Exterior»;
 - () «Corregedoria Interna»;
 - () «Câmara de Avaliação de Desempenho Funcional».
- Cite dois departamentos subordinados à Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais.
- Indique quatro Divisões do Departamento Consular e Jurídico (nomes por extenso).
- Cite quatro atribuições do Secretário-Geral das Relações Exteriores.
- Onde se situa a sede da Segunda Comissão Demarcadora de Limites e qual a sua jurisdição?
- A qual unidade administrativa compete o acompanhamento das atividades das Comissões de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados?

10. A presidência da Comissão de Comércio com a Europa Oriental cabe ao Chefe:
 - () do Departamento de Promoção Comercial;
 - () do Departamento da Europa;
 - () do Departamento Econômico;
 - () do Departamento de Temas Internacionais Especiais;
 - () nenhuma das respostas acima.
11. Indique quais as despesas que devem ser custeadas pela dotação Manutenção da Chancelaria — MC
12. Explique o que são as «Despesas miúdas de pronto pagamento»
13. Diferencie «material de consumo» de «material permanente».
14. Quais os documentos que necessariamente devem constar da prestação de contas de cada dotação?
15. O que são «Restos a pagar»?
16. Indique quais são e mostre a diferença entre os 2 tipos de «Recolhimentos» efetuados por um Posto no Exterior.
17. Explique o que são e mostre a diferença entre a «Variação patrimonial» e o «Inventário Histórico» de um Posto no Exterior.
18. Em caso de devolução de impostos ou taxas locais no mesmo exercício financeiro, o que deve ser feito com os recursos restituídos?
19. Qual é a finalidade do MAEOR?
20. Indique a dotação que deve custear as despesas relativas à ocupação do imóvel da Chancelaria e da Residência, como aluguéis, taxas, condomínios e seguros.

Prova de

TÉCNICAS DE PROMOÇÃO COMERCIAL

23 de Agosto de 1988

Duração: 2 horas

Não são permitidas consultas.

Valor de cada questão: o indicado.

- I — Identifique quatro projetos do Subprograma de Informação Comercial e descreva os objetivos de cada um deles. (Valor: 4 pontos).

- II — Identifique na coluna à direita a atividade relevante para um dos projetos do Subprograma de Mostras e Turismo listados na coluna à esquerda: (valor: 2 pontos)

- | | |
|---|--|
| (a) Feiras e exposições a cargo do Posto | () Remessa pelo Posto de Boletim de Informações |
| (b) Feiras e exposições a cargo da SERE | () sobre Feiras e Exposições (BEX) |
| (c) Informações sobre feiras e exposições | () Brasileira na loja «Bloom-Brasileira na loja «Bloof |
| (d) Eventos especiais | () ingdales». |
| (e) Promoções publicitárias | () Organização de Estande de de Informações |
| | () Arregimentação de expositores para a Feira Internacional de Santiago |

- III — Caracterize quatro dos seguintes instrumentos utilizados pelo Sistema de Promoção Comercial: (Valor: 2 pontos).

- (a) POP — Proposta de Orçamento-Programa;
- (b) DPL — Documento de Planejamento;
- (c) REB — Registro de Exportadores Brasileiros;
- (d) RIP — Registro de Importadores Estrangeiros;
- (e) Captação de Investimento Estrangeiro;
- (f) Estande Brasil;
- (g) Série Mercados para o Brasil;
- (h) CGA — Código Geral de Atividades.

- IV — Mencione quatro das diretrizes básicas do Sistema de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores. (Valor: 2 pontos).

Prova de

PRÁTICA CONSULAR

24 de Agosto de 1988

Duração: 2 horas

Não são permitidas consultas.

Valor de cada questão: 1 ponto.

Assinale claramente a resposta correta a cada questão:

1. Nacional brasileiro completou curso de mestrado no Exterior e, após quinze meses de ausência do Brasil, solicitou a legalização consular da lista de sua bagagem com a inclusão de microcomputador.

A repartição deve:

- a) informar o interessado de que é proibido o ingresso de equipamento de informática no Brasil; ou
 - b) esclarecer que o período de permanência no Exterior não qualifica o interessado para a isenção de tributos dos bens integrantes de sua bagagem; ou
 - c) legalizar, sem cobrança de emolumentos, a relação de bens com a inclusão do computador; ou
 - d) legalizar a relação de bens, com a inclusão do equipamento de informática, cobrar os emolumentos previstos no item 416 da tabela e informar o interessado de que deverá providenciar, no Brasil, autorização da Secretaria Especial de Informática para a liberação alfandegária do mencionado bem.
2. Nacional brasileiro, titular de passaporte comum válido até 31 de dezembro de 1988, solicitou a renovação do documento de que constam vistos para diferentes países, válidos até o final de 1990, que desejaria utilizar.
- A repartição deve:
- a) renovar o passaporte comum por seis anos; ou
 - b) expedir novo passaporte, pelo prazo regulamentar, e instruir o interessado a obter novos vistos para os países para que pretenda viajar; ou
 - c) expedir novo passaporte, pelo prazo regulamentar, adicionar a caderneta anterior à nova, na qual será anotado: «Caderneta adicionada pela (o) Embaixada/Consulado..... Faz parte do presente passaporte a caderneta de passaporte perempto ou esgotado número... que contém visto(s) válido(s).», e cobrar os emolumentos previstos na Tabela para a concessão de passaporte comum; ou
 - d) renovar o passaporte até 31 de dezembro de 1990.
3. Brasileiro residente no Brasil encaminhou, por correio, com pedido de legalização consular, original de documento escolar expedido na jurisdição da repartição.

A repartição deve:

- a) dar traço de arquivo à correspondência pela impossibilidade de processamento do pedido; ou
 - b) legalizar o documento e indicar que os emolumentos correspondentes (CZ\$ 5,00 ouro, item 414 da Tabela) deverão ser recolhidos no Brasil por DARF, para que a legalização produza efeito; ou
 - c) legalizar o documento com a posição das estampilhas no valor indicado no item 414 da Tabela e solicitar a remessa de cheque ou realização de transferência para pagamento dos emolumentos devidos; ou
 - d) orientar o interessado a solicitar pessoalmente, ou por procurador, a legalização do documento à Repartição consular brasileira mais próxima de sua atual residência no Brasil.
4. Estrangeiro deseja visitar o Brasil em viagem de turismo, com duração programada de 120 dias e solicita, para tanto, concessão de VITUR válido para permanência de quatro meses no país. Apresenta passagem de ida e volta e passaporte válido do país de que é nacional. O regime aplicável, segundo o quadro de vistos, é o da dispensa de consulta à Secretaria de Estado.
- A repartição deve:
- a) conceder o visto conforme solicitado e cobrar os emolumentos do item 210 da Tabela; ou
 - b) conceder VITUR para uma permanência de noventa dias, cobrar os emolumentos do item 210 da Tabela e orientar o interessado a solicitar sua renovação no Brasil aos serviços da DPMAF do local em que se encontre, ao final daquele prazo; ou
 - c) solicitar, por telex, autorização da Secretaria de Estado para concessão de VITUR com permanência autorizada de 120 dias e cobrar do interessado os emolumentos previstos no item 810 da Tabela, relativos à consulta telegráfica sobre pedidos de visto; ou
 - d) informar o interessado de que os postos no exterior não podem conceder visto de turista para uma permanência no Brasil superior a noventa dias e orientá-lo no sentido de viajar sem visto de entrada e solicitar, no Brasil, quando da chegada, a concessão de visto pelo prazo de permanência de seu interesse.

5. Filho de pai brasileiro e de mãe estrangeira que não se encontravam no Exterior a serviço do Brasil quando de seu nascimento, o Senhor XYZ teve seu nascimento registrado em repartição consular brasileira quando contava dez anos de idade. Aos dezoito anos solicita à repartição com jurisdição sobre o local de sua atual residência a concessão de passaporte comum brasileiro e apresenta certidão de seu registro consular de nascimento.

A repartição deve:

- a) informar o interessado de que, nos termos da Constituição em vigor, está sujeito à opção pela nacionalidade brasileira, a ser feita nos termos da Lei, e expedir-lhe o passaporte solicitado com a anotação correspondente; ou
 - b) informar o interessado de que, conquanto seja brasileiro nato nos termos da Constituição em vigor e não esteja sujeito à opção pela nacionalidade brasileira, deverá apresentar para a obtenção de passaporte brasileiro prova de que regularizou, no Brasil, sua situação com o serviço militar; ou
 - c) condicionar a expedição do passaporte à apresentação da certidão do registro consular de nascimento do interessado, devidamente legalizado pela repartição que efetuou o registro; ou
 - d) promover o alistamento militar do interessado, expedir o documento de viagem requerido com a anotação de que se trata de «brasileiro nato de acordo com o artigo 145, inciso I, letra c, primeira parte, da Constituição Federal, registrado à folha..... do livro de Atos de Registro Civil da Embaixada/Consulado em.....» e cobrar os emolumentos indicados no item iii da Tabela.
6. Diplomata estrangeiro removido para o Brasil apresenta nota de sua Chancelaria em que é solicitada a concessão do visto correspondente para o funcionário e seus dependentes. O regime aplicável, segundo o quadro de vistos, é o da concessão sem consulta à Secretaria de Estado. Os dependentes do interessado, esposa e filho menor, estão incluídos no passaporte de que é titular.

A repartição deve:

- a) conceder visto diplomático para o titular do documento de viagem, válido para uma permanência no Brasil de noventa dias; ou

- b) conceder, no documento apresentado, vistos diplomáticos individuais para o interessado, sua esposa e filho menor, válidos para uma permanência no Brasil de noventa dias, e orientar o interessado a solicitar oportunamente, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, vistos válidos para uma permanência de dois anos, prorrogáveis em função da duração da missão; ou
 - c) conceder, no passaporte apresentado, vistos diplomáticos individuais para o titular do documento e demais pessoas nele incluídas, com validade para a duração da missão do interessado no Brasil; ou
 - d) conceder, no documento apresentado, vistos diplomáticos individuais para o interessado, esposa e filho, com prazo de permanência inicial de noventa dias, prorrogável pela Secretaria de Estado, e cobrar os emolumentos consulares devidos pela concessão de VIDIP.
7. Portador de documento de viagem expedido por Formosa (Taiwan) teve autorizado pela Secretaria de Estado, para concessão pela repartição, visto temporário de negócios (VITEM-II) para permanência de vinte dias no país.
- A repartição deve:
- a) conceder o VITEM-II no documento de viagem apresentado pelo interessado e cobrar os emolumentos do item 232 da Tabela; ou
 - b) solicitar à Secretaria de Estado confirmação da autorização recebida; ou
 - c) expedir em favor do interessado «laissez-passer», apor nesse último o VITEM-II autorizado, e cobrar os emolumentos dos itens 121 (concessão de «laissez-passer») e 232 (concessão de VITEM-II) indicados na Tabela; ou
 - d) informar o interessado de que a repartição não está autorizada a conceder visto de entrada para o Brasil em documentos de viagem expedidos por Formosa (Taiwan).
8. Brasileiro nato nos termos do artigo 145, inciso I, letra c, primeira parte, da Constituição Federal tem, igualmente, a nacionalidade norte-americana, nos termos das leis dos Estados Unidos da América, por haver nascido naquele país. Detido pela polícia no aeroporto Kennedy, em Nova Iorque, quando embarcava para o Brasil e acusado de infração às leis daquele país, solicita, por intermédio de amigos, assistência da repartição consular brasileira.

A repartição deve:

- a) solicitar às autoridades locais, nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, o direito de prestar assistência ao detido; ou
- b) protestar formalmente pela detenção de nacional brasileiro que a repartição haja sido comunicada oficialmente; ou
- c) informar a Secretaria de Estado do ocorrido, com pedido de instruções; ou
- d) esclarecer os interessados de que não cabe a prestação de assistência por tratar-se de pessoa que é também nacional do país em que se encontra, e informar a Secretaria de Estado do ocorrido para conhecimento de familiares eventualmente existentes no Brasil.

9. Nacional brasileiro casou-se e divorciou-se de estrangeira no Exterior, pela lei local. Deseja casar-se em segundas núpcias, na repartição consular, com nacional brasileira que comprova ser solteira. A lei local não proíbe o casamento consular, sempre que os cônjuges tenham a nacionalidade do estado que mantém a repartição.

A repartição deve:

- a) orientar os interessados a casarem-se pela lei local, para que o casamento produza efeito no Estado receptor, e, posteriormente, procederem ao registro do ato na repartição, para que produza efeitos também no Brasil; ou
- b) realizar o casamento na forma prevista na lei brasileira; ou
- c) informar os interessados de que as repartições consulares brasileiras não têm competência para realizar casamentos; ou
- d) esclarecer o interessado de que, nos termos da lei brasileira, somente estará habilitado a casar-se em segundas núpcias uma vez homologada, pelo Supremo Tribunal Federal no Brasil, a sentença estrangeira de divórcio de seu casamento anterior.

10. Estrangeiro a quem foi concedido visto oficial para uma permanência de três meses no Brasil, em missão de cooperação técnica, solicita a legalização de sua bagagem.

A repartição deve:

- a) esclarecer ao interessado que os titulares de visto oficial estão dispensados de legalização consular para entrada de sua bagagem no Brasil; ou

- b) informar o interessado de que, nos termos do item 72 da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal, será aplicado a sua bagagem o regime de admissão temporária no país, dispensada a legalização por ser a permanência inferior a seis meses; ou
- c) legalizar a lista de bens, cobrar os emolumentos indicados no item 416 da Tabela e comunicar à Secretaria de Estado; ou
- d) orientar o interessado a procurar as repartições consulares de seu país no Brasil e delas obter as informações necessárias.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO (IRBr)

DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS (DRH)

GABARITO DA PROVA DE PRÁTICA CONSULAR DO II CAOC

1- D	6- B
2- C	7- C
3- B	8- D
4- B	9- D
5- D	10- B

Prova de

INGLÊS

25 de agosto de 1988

Duração: 2 horas

Não são permitidas consultas.

Valor de cada questão: 0,2 pontos.

Sublinhe claramente a opção correta:

- 1 — When you want fruit you go to the chemist's.
butcher's.
greengrocer's.
baker's.
- 2 — These oranges are very good.
That
This
Them
- 3 — It has a dog in the garden.
It is
There is
It's

- 4 — You ought stay at home.
to stay
staying
have stay
- 5 — He knows speak english.
knows to
can
know
- 6 — Do you want see the film?
to see
seeing
saw
- 7 — He should write a letter to his mother.
to write
wrote
writing
- 8 — I hope John's got a money
any
some
none
- 9 — He is engineer.
one engineer.
an engineer.
none engineer.
- 10 — Is she get up early every day?
Does
Has
Do
- 11 — She 'll here next Tuesday.
won't
want to be
won't be
- 12 — He'll be there for six hours.
before
until
since
- 13 — My father wanted of me to be a teacher.
I
for
me

- 14 — This question is too difficult for me to answer.
to
enough
two
- 15 — I couldn't come because I had go to work.
had to
have
've got
- 16 — How long have you will be able to drive?
be
been
was
- 17 — I'd like to buy one, but I haven't got many money.
some
no
enough
- 18 — He speaks English bad than her
worst
badly
worse
- 19 — «How age is she?» «Twenty three».
many years
much time
old
- 20 — Could you say me the code for Oxford?
speak
talk to
tell
- 21 — Don't come to work while you feel better.
for
until
still
- 22 — The plane's engines were in fire
of
on
with
- 23 — «Did you enjoy you?» «Yes, we did.»
yourself
yourselves
ourselves

- 24 — Cats don't eat as much than dogs.
as
more
then
- 25 — He doesn't speak very best.
good.
better.
well.
- 26 — I spoke to her. She spoke to me. We spoke to ourselves.
each other.
us.
themselves.
- 27 — «I don't like tea.» «No, neither don't I».
do
'd
like
- 28 — Don't worry about the money.
for
from
after
- 29 — Tell Miss Davis mustn't to ring her boyfriend.
don't
shouldn't
not
- 30 — I'm exciting in the news.
interesting
interested
interest
- 31 — It's the restaurant who serves Indian food.
what
that
it
- 32 — He's been waited for an hour.
waiting
waits
wait
- 33 — He retired last year. He used to be a policeman.
was
did
use

- 34 — She doesn't like watches television.
watch
watching
see
- 35 — I'm tired to do the same thing every day.
of doing
doing
do
- 36 — «Did she go out last night?» «I don't know. Ask her
if she went out last night.»
did go
goes
gone
- 37 — I've got no idea where it is.
is it.
it has.
is.
- 38 — What'll happen when the train stop?
'll stop?
stops?
will stop?
- 39 — If it will raining, we'll stay at home.
'll
's
has
- 40 — Dear Sir, thank you of your letter...
from
to
for
- 41 — Car prices have just gone down. He now regrets
to buy a new car.
buying
buy
bought
- 42 — The sun is very bright. I wish I
would bring my sunglasses.
brought
will bring
had brought

- 43 — Why are you talking to yourself. If you don't mind
me question.
ask.
asking.
to ask.
- 44 — If he had worked harder, he would have passed
would have
would
had have
the exams.
- 45 — If you could make a wish, what will you wish for?
would
do
did
- 46 — He's buying a bicycle in order he won't have to walk.
so as to
that
so that
- 47 — It was very a beautiful garden that they took
so
too
such
a photograph.
- 48 — The football match was such exciting that nobody
too
so
very
wanted it to end.
- 49 — He spoke not only French but also Russian.
not
too
neither
- 50 — The homework was very difficult. In spite she
Because
Although
Nevertheless
managed to do it.

FORMANDOS DE 1988

Alessandro Warley Candear

Direito — Universidade Federal de Pernambuco/Faculdade de Direito do Recife, (4º ano).

Alexandre Guido Lopes Parola

Ciências Econômicas — Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Economia e Administração; Nancy III, Certificat d'Études Supérieures de Français;

Breno de Souza Brasil Dias da Costa

Ciências Econômicas — Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Economia e Administração.

George Torquato Firmeza

Direito — Universidade Federal do Ceará.

Humberto Benzaquem da Silva Gomes

Direito — Faculdade Nacional de Direito (UFRJ); Didática da Língua Inglesa — Faculdade de Educação da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Ivanise de Melo Maciel

Filosofia — 9º semestre, Universidade Federal do Rio de Janeiro — Nancy III — Certificat d'Études Supérieures de Français.

Leonardo Sotero Caio

Administração de Empresas — Universidade de Brasília (UnB), 2º ano; Ciências Políticas e Relações Internacionais (ULB-Bélgica).

Maria Dolores Penna de Almeida Cunha

Economia — Universidade Federal de Minas Gerais — Faculdade de Ciências Econômicas; Jornalismo — Departamento de Comunicação Social — Universidade Federal de Minas Gerais.

Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio

Escola Superior de Desenho Industrial, Rio de Janeiro; Webster College; Viena/Relações Internacionais/Mestrado.

Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva

Arquitetura Santa Úrsula, Rio de Janeiro; London University — Bartlett School of Environmental Studies. Instituto Brasil-Estados Unidos.

Nedilson Ricardo Jorge

Direito — Faculdade de Direito Cândido Mendes — Ipanema/RJ; Economia (2º ano) — Faculdade de Ciências Jurídicas e Econômicas Cândido Mendes — Ipanema/RJ.

Paulo de Tarso Leite de Moraes Jardim

Letras — Universidade de Brasília (UnB); Mestrado em Teoria da Literatura — UNICAMP (1981/1985).

Paulo Roberto Soares Pacheco

Direito — 9º semestre, Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Curso Oxford — Inglês; Aliança Francesa — Francês.

Roberto Teixeira de Avellar

Física — Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Física.

Roland Stille

Jornalismo — Universidade de Brasília.

SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE ANÁLISE E FORMULAÇÃO DE POLÍTICA EXTERIOR

Juntamente com o Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI), vinculado à Fundação Alexandre de Gusmão, e em Coordenação com o Projeto PNUD/CEPAL de Apoio aos Serviços Exteriores da América Latina (Projeto RLA/86/002), o Instituto Rio Branco promoveu a realização, em Brasília, de 29 de novembro a 1º de dezembro de 1988, do segundo Seminário Regional sobre Análise e Formulação de Política Exterior.

Foi a seguinte a programação do Seminário:

Terça-feira, 29 de novembro

I — O Contexto Internacional da Política Exterior

Manhã

10:00

Abertura do Seminário.

10:30 às 11:15

O contexto político e econômico global: tendências recentes da política mundial e da economia internacional. Sua incidência sobre a política exterior dos países latino-americanos.
Expositor: Luciano Tomassini.

11:15 às 12:00

Debate.

Tarde

15:00 às 15:45

O contexto regional: principais tendências no plano político; evolução recente das economias latino-americanas; perspectivas da cooperação regional.

Expositor: Armando Di Filippo.

- 16:00 às 16:45 Os fatores externos e sua influência sobre a política exterior: principais áreas geográficas em que se concentram as vinculações externas da América Latina; os organismos internacionais e as perspectivas do multilateralismo.
Expositor: Alberto Van Klaveren.

16:45 às 18:00 Debate.

Quarta-feira, 30 de novembro

II — Métodos de Análise em Política Exterior

Manhã

- 9:30 às 10:15 Métodos de análise em política exterior. Uma introdução.
Expositor: Luciano Tomassini.

- 10:15 às 11:00 A estruturação dos sistemas de informação como base dos processos de análise e de adoção de decisões.
Expositor: Pierre Vigier.

11:15 às 12:00 Debate.

Tarde

- 15:00 às 15:45 Os métodos de análise:
— os métodos de análise e formulação de políticas públicas (conceitos básicos e exame da possibilidade de sua aplicação às relações internacionais);
— os métodos de análise próprios das relações internacionais: limites e possibilidades de aplicação à formulação da política exterior;
— técnicas de previsão e prognóstico em política exterior: capacidade de construção e análise de cenários alternativos.
Expositor: Prof. I. Mac Destler.

- 16:00 às 16:45 Teoria da decisão: modelos e estilos de decisão (racional, burocráticos e tentativos); o papel das organizações na tomada de decisão (modelos formais, colegiados, competitivos).
Expositores: Prof. I. Mac Destler e Jane Barber Thery.

16:45 às 18:00 Debate.

Quinta-feira, 1 de dezembro

III — Processos de Adoção de Decisões e Seus Principais Atores

Manhã

- 9:30 às 11:00 Concepção do serviço exterior como sistema de apoio aos processos nacionais de desenvolvimento; outras concepções da ação diplomática. As questões conceituais básicas: organização interna, relação com atores internos e com o sistema internacional (constrangimentos e possibilidades).
Expositores: Jane Barber Thery e Gelson Fonseca.

- 11:15 às 12:00 Análise e a substância da política exterior:
— complexidade dos problemas atuais da política exterior;
— fixação de objetivos e formulação de prioridades;
— fins e meios: a alocação de recursos;
— desenho e seleção de cursos de ação alternativos.

Expositor: Manfred Wilhelmy.

12:00 às 13:00 Debate.

Tarde

- 15:00 às 15:45 A organização interna de uma Chancelaria. As funções de coordenação e planejamento.
Expositor: Sergio Guarishi Bath.

- 16:00 às 16:45 A Chancelaria e suas relações com os atores internos interessados na formulação de política exterior: coordenação interministerial e interagencial (as interações entre os agentes diplomáticos e outros agentes, públicos ou privados).
Expositor: Mônica Hirst.

16:45 às 18:00 Debate.

Sexta-feira, 2 de dezembro

IV — Avaliação

Manhã

- 9:30 às 11:30 Avaliação do Seminário: compreensão acadêmica do processo de decisão e seu interesse para a formulação da política exterior.

FORMATURA DA TURMA DE 1987

Durante as comemorações do Dia do Diplomata, celebradas no dia 20 de abril de 1988, realizou-se a formatura dos alunos que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1987, em cerimônia presidida pelo Senhor Presidente da República, Dr. José Sarney, na presença do Ministro das Relações Exteriores, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, e da Diretora do Instituto Rio Branco, Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella.

Fizeram uso da palavra o Senhor Presidente da República, Dr. José Sarney, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, o paraninfo da turma, Conselheiro Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares, e o orador dos formandos, Terceiro-Secretário Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz.

Os formandos escolheram para seu patrono o saudoso Embaixador João Guimarães Rosa.

A Diretora do Instituto Rio Branco precedeu à chamada dos três primeiros colocados, que receberam das mãos do Senhor Presidente da República os diplomas e prêmios a que fizeram jus (Rio Branco e Lafayette de Carvalho e Silva); logo após foi feita a leitura, por ordem de classificação, dos nomes dos novos diplomatas brasileiros e estrangeiros. Foram os seguintes os formandos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1987, por ordem de classificação:

- 1º Márcia Donner Abreu.
- 2º Benedito Fonseca Filho.
- 3º Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz.

- 4º Ricardo André Vieira Diniz.
- 5º Flávio Soares Damico.
- 6º Reinaldo José de Almeida Salgado.
- 7º Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra.
- 8º Ronaldo Costa Filho.
- 9º Rubens Gama Dias Filho.
- 10º Pedro Fernando Saraiva Etchebarne.
- 11º Ricardo José Lustosa Leal.
- 12º Sônia Regina Guimarães Gomes
- 13º Renata Prata Saint-Clair Pimentel.
- 14º Maria Cristina Pereira da Silva.
- 15º Gilberto Gonçalves de Siqueira.
- 16º Antonio Carlos de Salles Menezes.
- 17º Sílvio José Albuquerque e Silva.
- 18º Fernando Luiz Lemos Igreja.
- 19º Rodrigo de Lima Baena Soares.
- 20º Julio César Fontes Laranjeira.
- 21º Francisco Chaves do Nascimento Filho.

Bolsistas Estrangeiros:

Carlos Antonio Moreno (Guiné-Bissau).
 Carole Préval Ombagho (Haiti).
 Marcel Mambana (Gabão).
 Maritza Mata Morúa (Costa Rica).
 Marlon Faisal Mohamed Hoesein (Suriname).
 Natasha Eugenie Maria Halfhuid (Suriname).
 Robby Dewanarain Ramlakhan (Suriname).
 Roland François (Haiti).
 Sergio Fernando Olmos Uriona (Bolívia).

Foram os seguintes os alunos premiados na ocasião:

Marcia Donner Abreu.

- Prêmio Rio Branco, Medalha de Vermeil, pela primeira colocação no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.
- Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Prata, pela primeira colocação no Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Benedito Fonseca Filho.

- Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, pela segunda colocação no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

- Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Bronze, pela segunda colocação no Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

A seguir, os discursos pronunciados durante a cerimônia de formatura da Turma Embaixador João Guimarães Rosa:

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
DR. JOSÉ SARNEY

Senhor Ministro das Relações Exteriores, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré,

Senhores Embaixadores acreditados junto ao meu Governo,

Senhores Ministros de Estado,

Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima,

Senhor Embaixador João Clemente Baena Soares, hoje aqui presente na qualidade de pai de formando,

Senhora Diretora do Instituto Rio Branco, Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella,

Senhores Embaixadores,

Senhor Conselheiro Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares,

Diplomata Manuel Adalberto Carlos Montenegro da Cruz, orador da turma,

Senhores alunos de países amigos,

Jovens formandos,

Minhas senhoras e meus senhores,

Retorno hoje com muito prazer a esta Casa no dia dedicado à celebração de seu grande patrono, o Barão do Rio Branco. Homem do seu tempo e para o seu tempo, a seu gênio nós devemos a consolidação da base física da soberania nacional.

Num mundo em acelerada transformação, a diplomacia tem de ser capaz de lidar com as complexas exigências do cotidiano, à luz dos valores do passado e com uma visão sempre voltada para o futuro. Stendhal concebia o romance como um espelho que

o autor passeia ao longo de um caminho. Assim também se pode conceber a política externa, porque é um espelho e uma trajetória.

Política externa pressupõe esforço permanente de reflexão e de análise crítica. Os fenômenos com que lidamos neste campo são extremamente complexos. Resistem às certezas categóricas e aos rigores das ideologias. Raramente admitem respostas peremptórias. Requerem de cada um de nós constante aprimoramento intelectual e um espírito aberto à inovação e à mudança.

Compete ao diplomata, como profissional de política externa, captar este universo em fluxo com grande sentido de permanência.

Vivemos época de grandes transformações. A plenitude democrática dá-nos as condições adequadas para que a presença do Brasil se fortaleça sobre alicerces de autenticidade e legitimidade. A futura Constituição consagrará os princípios fundamentais que informam a política externa do Brasil: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a solução pacífica dos conflitos, a defesa da paz, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, e a busca da cooperação e do progresso da humanidade.

Este princípios respondem ao que há de essencial e permanente na política externa, que é, sem dúvida, a nossa vocação política. Não temos qualquer sorte de litígio internacional, não abrigamos pretensões de hegemonia, não ameaçamos ninguém e não somos ameaçados.

O fortalecimento da paz e da segurança internacional é, assim, objetivo central de nossa atuação externa, devendo ser perseguido com determinação.

Moveu-nos igualmente o objetivo de ampliar e tornar mais transparentes os processos decisórios em matéria de economia e finanças internacionais. A luta pela criação de condições externas que viabilizem nosso processo de desenvolvimento tem sido uma constante na diplomacia brasileira. Deve continuar. Nosso País necessita crescer, garantir o bem-estar de sua população e aliviar as enormes carências econômicas e sociais que temos de enfrentar. Devemos persistir na busca de soluções adequadas para problemas como a dívida externa, o protecionismo e a desvalorização dos produtos primários.

O Brasil participa com espírito construtivo na economia internacional. Somos uma Nação aberta à cooperação e ao intercâmbio com todos os povos. Não temos qualquer vocação para o isolamento. Não pretendemos fugir aos desafios da competição no âmbito do mercado mundial; temos ampla confiança em nossa capacidade para enfrentá-los.

Meu Governo está consciente de que, neste momento crucial de sua trajetória histórica, o Brasil precisa ir ao encontro do futuro. Precisa preparar-se para ingressar com confiança no Século XXI. O domínio das escalas mais avançadas do conhecimento científico, das tecnologias que ditam as novas formas da economia mundial, é uma conquista que não podemos adiar, sob pena de mergulharmos na dependência e na frustração.

Temos um compromisso assumido com a modernidade. É tempo de nos livrarmos de concepções e práticas anacrônicas. O Estado é capaz de muito — e deve fazer tudo em benefício da sociedade. Ao longo das últimas décadas, porém, o Estado agigantou-se de tal maneira no Brasil que acabou por inibir, em lugar de estimular. Estou firmemente empenhado em reverter esta tendência.

O Brasil não pode permanecer na contra-corrente da História. Hoje, o que se observa no mundo é o crescimento notável de novas tendências de abertura. Não como uma ideologia; mas como uma necessidade de afastar os entraves do progresso. O sucesso está ao lado daqueles que têm sabido incorporar-se às grandes correntes internacionais de comércio, de investimentos e de inovação tecnológica; aos que têm sabido somar, em lugar de dividir; abrir-se e integrar-se, em lugar de isolar; adquirir, em suma, condições de competir adequadamente de participar plenamente da grande aventura do desenvolvimento, que conduz a níveis crescentes de prosperidade e bem-estar.

Nós temos recursos humanos e recursos naturais para esse desafio.

San Thiago Dantas dizia que nada é mais difícil do que ser independente; nada é mais difícil do que tomar nas próprias mãos as próprias responsabilidades.

Enfrentaremos este desafio. O Brasil precisa integrar-se decididamente no mundo da modernidade. Somos grandes demais para que nos deixemos seduzir pelo conforto ilusório das atitudes conformistas; para que nos privemos do desafio enriquecedor da

competição. Para perder-nos nas águas do populismo inconsequente.

A tarefa não é fácil, não será fácil.

Muito necessitaremos do concurso do Ministério das Relações Exteriores. Traço de união do Brasil com o mundo, o Itamarati está preparado para assumir nestes momentos de transformação um papel de vanguarda.

Nossa diplomacia é cada vez mais a diplomacia do futuro, a diplomacia das oportunidades, a diplomacia da renovação.

Essa ação de transformar e de criar já vem rendendo frutos notáveis na América Latina. A integração econômica, obra tão adiada na História do Continente é agora buscada com vigor e determinação. Queremos crescer junto com nossos vizinhos e irmãos latino-americanos. Mas ela não seria possível mesmo que tivesse uma decisão política, uma vontade política do Governo, se não tivesse o respaldo dos recursos humanos extraordinários que dispõe a Casa de Rio Branco.

Estamos convencidos de que o crescimento e a afirmação de nossos povos são uma tarefa comum, a ser levada adiante em comum. O mundo do futuro, não perco a ocasião de repetir, será o mundo das economias de conjunto.

Nossas sociedades estão hoje plenamente imbuídas de uma mentalidade de colaboração e confiança mútua. Sepultamos um tipo de visão distorcida que, no passado, alimentou discórdias e rivalidades e só fez retardar nossa conjugação de esforços e recursos em prol dos interesses que nos aproximam.

A participação do Brasil no mecanismo permanente de consulta e concertação política reflete nosso comprometimento com as causas e aspirações da América Latina. Na reunião presidencial de Acapulco, comprovei quanto o Brasil tem a contribuir para o debate e a reflexão sobre os grandes problemas políticos e econômicos que afetam a nossa região.

Idêntico propósito anima o Governo brasileiro na construção de relações mais estreitas e produtivas com nossos irmãos africanos. Relações que espelham autenticamente nosso apoio e solidariedade às nações do Continente vizinho, nascidas em lutas heróicas de libertação e que continuam, sobretudo na África Austral, a enfrentar adversidades ao seu desenvolvimento e ao exercício de sua soberania. O Brasil seguirá levantando com firmeza sua voz de protesto contra o regime do *apartheid*, instru-

mento de iniquidade e violência, resquício de um passado de opressão, incompatível com os princípios básicos que norteiam a nossa política exterior.

O encaminhamento das crises políticas internacionais não pode deixar de contar com a contribuição diplomática brasileira.

Foi com essa motivação que voltamos ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, renovando nosso compromisso e responsabilidades com a causa da paz.

O ânimo de cooperação pelo qual nos pautamos no sistema internacional leva meu Governo a buscar intensificar também nossos laços com as regiões mais diversas do globo. Em seu espírito universalista, a diplomacia brasileira marcha para um convívio com o mundo, fundamentado no respeito mútuo e na crença de que todos os povos têm algo a ganhar uns com os outros.

Estendemos nosso raio de ação diplomática a todos os quadrantes. As relações com a Ásia, com o leste europeu, com o Oriente Médio, áreas onde crescem os interesses comerciais do Brasil, continuarão a merecer nossa prioridade.

Tudo isso sem abnegar nem subestimar nossas relações com os países desenvolvidos, aos quais estamos ligados com raízes de ideais comuns. Nossa opção pela modernidade determina crescente participação no mundo da inovação tecnológica, do comércio e dos investimentos. Saberemos aproveitar as oportunidades que nos são abertas nestes tempos de mudança e de transformação.

Jovens diplomatas,

Este é o Brasil que lhes caberá representar. Um Brasil moderno; mais e mais envolvido nas grandes correntes da vida internacional; mais e mais confrontado com desafios e com oportunidades. Ser diplomata, afirmei aqui no ano passado, é ter no sangue a terra e, acrescento, carregar na consciência o sentido permanente da busca de novos caminhos.

A turma que hoje se forma, como as que a precederam e as que as sucederão, constitui elo vital na trajetória de continuidade da diplomacia brasileira. Seu aporte de juventude, idealismo e inteligência não desmerecerá, estou certo, a tradição desta Casa.

Quero também agradecer, em nome do Governo, ao senhor Ministro das Relações Exteriores, Dr. Roberto de Abreu Sodré, a maneira leal e competente com que vem desempenhando as suas

funções. Apoiado em figuras excepcionais da diplomacia brasileira, que nesta Casa, dentro e fora, defendem e constróem os interesses do Brasil com o mundo.

Foi feliz e significativa nesse particular a escolha do nome de João Guimarães Rosa para patrono desta turma. A criatividade, o talento original e as dimensões extraordinárias da obra de Guimarães Rosa fazem dele patrimônio inestimável da cultura brasileira. Grande diplomata e notável escritor, Rosa foi, acima de tudo, homem dotado de um sentido profundo de Brasil. Em sua personalidade, reuniam-se harmoniosamente os elementos essenciais ao diplomata: o saber, o amor pelo País, a capacidade de criar e de servir.

Trago-lhes minhas congratulações pelo sucesso com que concluíram sua preparação para a vida profissional, minha palavra de incentivo e meus votos de pleno êxito e felicidade em suas vidas.

Quero, para finalizar, buscar um pouco de inspiração, uma inspiração mais nobre nas palavras aqui proferidas pelo paraninfo da turma, o professor Valadares, quando ele falou que o sertão de Guimarães Rosa era, sem dúvida, um cenário mundial. Um cenário em que existia a permanente ameaça da guerra e a constante e permanente angústia da luta pela paz. Mas o sertão de Guimarães Rosa era também um sertão de ternura. E esse sertão de ternura era um sertão que falava, sobretudo, de suas origens. E é justamente a origem, essas origens que foram tão bem descritas pelo patrono desta turma, que deve estar permanentemente na função de todo diplomata. A origem da sua Pátria, a origem da sua terra. Repito, quanto mais regional, mais universal.

Muito obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DR. ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Ao dar-lhes minhas boas-vindas, Senhores formandos, na presença honrosa de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, José Sarney, posso afirmar-lhes que desde o instante em que ingressaram no curso de preparação do Itamaraty, até a colação de grau, a História transportou os diplomatas para um mundo novo.

Quero fazê-los refletir, como Chefe da Casa de Rio-Branco, sobre a magnitude das implicações que essa realidade terá para o exercício de suas funções. O Itamaraty, que não se deixa improvisar, há de perceber com antevisão e clareza as exigências do momento histórico. Deve estar à altura das responsabilidades da hora presente e corresponder aos desafios que o mundo lhe reserva. E o instante para essa reflexão, meus jovens formandos, é a solenidade do Dia do Diplomata.

A vida internacional vem sendo dominada por graves apreensões e presságios diante do perigo de aniquilação da humanidade. No decorrer do aprendizado dos novos diplomatas, a linguagem da confrontação entre as superpotências exacerbava-se com o emprego de avançadas tecnologias militares capazes de levar para o espaço exterior os riscos de uma guerra nuclear. Hoje, anunciam-se mensagens de esperança, que acalentam a paz e afluem a destruição global. Renascem as práticas da distensão que pareciam condenadas ao esquecimento. Pela via do diálogo, chega-se finalmente a um acordo concreto sobre desarmamento.

Esses fatos recentes parecem mesmo indicar que o mundo esteja vivendo uma nova era, com a emergência de fenômenos significativos. Dogmas começam a se romper. O ímpeto da transfor-

mação varre as sociedades. Há um sinal que aponta para atitudes e convicções reformuladas.

Nem a pureza doutrinária dos sistemas sociais resiste a tendências de maior flexibilidade e pragmatismo, cujo principal exemplo constitui a «perestroika». Nações que atravessaram décadas de experiência centrada na rigidez de princípios redescobrem caminhos inventivos e corajosos.

Por outro lado, as ideologias já não separam os povos como antigamente. Cresce a consciência de que o mundo é fortemente plural e rico em diversidade.

O Brasil acompanha com interesse essas importantes mudanças na cena mundial. Com a nova distensão nas relações leste-oeste, cujas conseqüências é dever da nossa diplomacia avaliar e influenciar em toda sua extensão cabe-nos procurar participar dos desdobramentos desse processo nos foros internacionais. Este é um grande desafio que doravante irão enfrentar os atuais diplomatas e os que hoje iniciam essa nobre e árdua missão.

Mesmo diante da diminuição dos riscos de um conflito mundial, outros desafios nos aguardam. A humanidade ainda se mostra tímida em sua escalada de progresso e acomodada diante de injustiças e violências. Temos de enfrentar e combater os desequilíbrios econômicos entre as nações. O domínio do saber científico e tecnológico deve ser aberto aos Estados em desenvolvimento. Não pode ser privilégio das grandes potências, pois esse avanço é que dá aos países um reforço crucial para atingir plenamente sua independência e autonomia. Isto constitui matéria de trabalho para os diplomatas brasileiros, quer na ação bilateral, quer nos foros multilaterais.

No processo de formação de grandes espaços econômicos, a Europa está deixando para trás uma história secular de guerras e antagonismos, procurando construir nas últimas décadas para assombro e felicidade das novas gerações, uma poderosa unidade econômica integrada, que é o Mercado Comum. Na mesma tendência, os Estados Unidos e o Canadá procuram eliminar barreiras ao seu comércio e lançam as bases de um forte esquema associativo.

Marchando também para a economia dos conjuntos, a América Latina começa a edificar os pilares da sua integração. Hoje, a região é para o Brasil um cenário em que nosso engajamento diplomático representa modificação sensível em nossa ação externa. O Brasil desvenda um horizonte novo na América Latina com

a decisão de contribuir para o fortalecimento da democracia e da estabilidade do Continente. Decisão que é do Presidente Sarney, empenhado pessoalmente no aprofundamento de nossos laços com a América Latina e o Caribe. À sua visão de estadista, devemos o início de um processo sem precedentes de liquidação de suspeitas e desconfianças na região.

A retórica da amizade entre os povos latino-americanos e caribenhos em muitos casos não se completava por fatos. Hoje há vontade, ação e concretização de iniciativas em nosso relacionamento político, econômico, cultural, científico e tecnológico. Esses passos, Senhor Presidente, conduzem ao futuro de modernidade que nosso Continente se propõe construir. E irá fazê-lo com a mesma convicção com que Vossa Excelência, dois dias atrás, ao inaugurar um encontro de escritores da América Latina e do Caribe, afirmou desta mesma tribuna que hoje, mais do que nunca, «governar é modernizar».

A diplomacia de hoje tem, portanto, novas preocupações e estímulos. Municia-se de instrumentos mais aperfeiçoados e se orienta por concepções transformadoras. Tendo-se destacado sempre em sua ação de abrir canais de comunicação com todos os povos e de ampliar oportunidades de negócio que ajudem nosso desenvolvimento, esta Casa vai ao encontro de uma nova etapa de sua História. Para ela, seus funcionários devem estar preparados.

Nesse percurso, o Itamaraty estará também voltado para dentro da sociedade brasileira, e não apenas para o mundo. Sensível ao pulsar do corpo social, intensifica e fortalece suas ligações com todos os setores da Nação e, para tanto, um passo importante foi a criação do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Dedicado ao entrosamento desta Casa com a sociedade e a inteligência brasileira, o Instituto ajudará a enriquecer o processo de concepção da política externa, incentivando a participação de crescentes segmentos no debate das questões afetas à diplomacia do País.

Tudo isto, Senhor Presidente, mostra como o Itamaraty se atualiza e se adapta às situações que vão surgindo. Talvez em reconhecimento a essa capacidade, os serviços do diplomata brasileiro, não enclausurado em sua própria instituição, têm sido, para nossa satisfação, freqüentemente solicitados por outros órgãos da administração pública, o que lhe permite colaborar na solução dos problemas mais complexos e diversificados do País.

Agradeço mais este testemunho da atenção e do apoio do Presidente José Sarney a nossa Casa. A lembrança de Rio Branco ressoa todos os anos em nossa festa maior, esta cerimônia rica de significado para a Instituição, e nela a participação de Vossa Excelência é para nós motivo de orgulho.

O mundo, que nossos formandos recebem em processo de transformação acelerada, e o Brasil, que Vossa Excelência preside em clima de plena liberdade e marcado progresso, virão oferecer aos novos diplomatas grandes oportunidades de servir ao País. O Ministério das Relações Exteriores, que tenho a honra de comandar por delegação de confiança de Vossa Excelência, não faltará jamais com seu empenho — posso assegurá-lo, Senhor Presidente — para fazer desta Casa da diplomacia brasileira, com a ajuda de todos seus funcionários, um lugar de trabalho sempre fecundo em benefício do Brasil.

Sob a orientação de Vossa Excelência, aqui seguiremos lutando pela grandeza de nosso País. Da trincheira dessa luta, que é pela paz e pela justiça, pelo desenvolvimento e pela modernidade, antecipamos com toda certeza o merecido reconhecimento da História pela contribuição determinante de Vossa Excelência para nossa política externa e suas inegáveis conquistas.

Muito obrigado.

DISCURSO DO CONSELHEIRO HILDEBRANDO TADEU
NASCIMENTO VALADARES, PARANINHO DA TURMA
GUIMARÃES ROSA

Brasília, em 20 de abril de 1988.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores,
Excelentíssima Senhora Diretora do Instituto Rio Branco,
Meus alunos,
Senhoras e Senhores,

Na data em que o Itamaraty celebra o Dia do Diplomata, a presença de Vossa Excelência nesta cerimônia, Senhor Presidente da República, é-nos sobremaneira honrosa. A partir de hoje, 17 Terceiros-Secretários e 4 Terceiras-Secretárias iniciam a carreira diplomática. Deixam de ser estudantes, passam a desempenhar novos papéis profissionais. Ao iniciar este discurso posso, pela última vez, chamá-los meus alunos. Ao seu término, e por toda a vida, seremos colegas.

2. A cerimônia de formatura indica, para além da realização dos projetos pessoais dos formandos, que a Chancelaria se renova e, nesse processo, o Itamaraty assegura sua continuidade. O ingresso desses jovens enriquece o conjunto dos funcionários que se dedicam a administrar o complexo universo das relações externas da República.

3. Sutileza própria à contradição: necessariamente o que surge como renovação no interior da continuidade é promessa de mudança. A vocês, meus alunos e futuros colegas, competirá, ao

atuarem em níveis progressivamente mais altos de decisão e responsabilidade, o difícil e delicado esforço de harmonizar a tradição que remonta a Rio Branco com as exigências emanadas do processo de mudança social que vive o país. A vocês o desafio de compor as demandas, por vezes conflitantes, que emergem da sociedade civil com as perspectivas, nem sempre generosas, engendradas pelo sistema internacional envolvente.

4. É esta a matriz totalizante com que trabalha a diplomacia brasileira contemporânea, herdeira consciente de uma tradição e defensora desassombrada de urgentes reformas. Em sua simplicidade aparente, ela integra três elementos indissoluvelmente ligados. Em primeiro lugar, o solo em que deitamos raízes, o fundamento último que orienta nossos atos profissionais: a tensão criadora entre a idéia e a realidade histórica da Nação. Em segundo, a sociedade civil, que mediante sua movimentação particular sinaliza, de maneira espontânea e assistemática, as metas de nosso agir estratégico. E, por fim, o próprio Estado, que alcança seu objetivo quando atende aos reclamos da sociedade e defende os interesses gerais do País na arena externa.

5. Enfatizar continuidade e mudança, privilegiar a Nação, dialogar com a sociedade e favorecer o lado racional da atividade do Estado é reafirmar, de imediato, os valores que orientam o Itamaraty. É também lembrar um de seus mais distinguidos servidores, o Embaixador João Guimarães Rosa, patrono desta turma.

6. Brasileiro e cosmopolita, atento às exigências incisivas do agora e fascinado pela presença subjacente do eterno, o imortal Cordisburgo realizou feito extraordinário: articulou a cultura brasileira ao pensamento universal e recolocou literariamente a questão ontológica a partir do incessante interrogar do ser no mundo.

7. Diplomata excelente, deixou-nos em «Grande Sertão: Veredas» referências políticas fundamentais. Efetuar, na leitura de sua obra-prima, deslocamento da metafísica à política, conduz ao pronto reconhecer de alguns traços distintivos do sistema internacional. «O sertão está em toda a parte.» (p.9). Neste espaço sem limites, a violência domina, onipresente. Por isso mesmo, a questão é descobrir como superar o conflito, como reconhecer, na mistura sem sentido do real, aquilo que detém a possibilidade de gestar um mundo novo.

8. «O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias, Deus mesmo, quando vier que venha armado» (pp. 17/18).

«Tudo, naquele tempo, e de cada banda que eu fosse, eram pessoas matando e morrendo, vivendo numa fúria firme, numa certeza, e eu não pertencia a razão nenhuma, não guardava fé e nem fazia parte» (p. 110).

«Ser ruim, sempre, às vezes é custoso, carece de perversos exercícios de experiência» (p. 131).

9. Três frases esparsas, recolhidas do «Grande Sertão». No entanto, que descrição mais contundente se poderia fazer do universo «hobbesiano»? Que melhor desenho de um sistema de poder no qual operam destravadas as lógicas funestas das hegemonias?

10. No sertão, a paisagem política é desoladora. Diante deste panorama, o que resta fazer? Se bem lido o real, a catástrofe espreita a cada momento. A espécie está condenada a viver sob a ameaça do caos originado pela guerra. Como assegurar a vida humana em meio à violência desmedida? De Hobbes a Hegel, no pensamento ocidental, a saída lógica para esta situação dilemática foi perseguida. As soluções propostas resultam na meia-vida, momento decisivo da dialética do Senhor e do Escravo. Mas a submissão aos mais fortes ou mesmo a servidão voluntária, serão elas, meus alunos, o destino fatal dos homens no sertão? Onde buscar a contramola que nos resgate da tragédia criada no evol- ver da história?

11. Interpretada com olhos de diplomata brasileiro, esta indagação pode ser vista como a motivação latente à odisséia de Riobaldo. Ao final da narrativa, enriquecido pelas metamorfoses que o transformaram de dominado em dominante, de jagunço em chefe de jagunços, mudanças ineficazes no interior da estrutura, Riobaldo alcança a sabedoria: «Sempre sei, realmente. Só o que eu quis, todo o tempo, o que eu pejejei para achar, era uma só coisa — a inteira — cujo significado vislumbrado dela eu vejo que sempre tive. A que era: que existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver — e essa pauta cada um tem — mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar, como é que, sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber?» (p. 366).

12. Substitua-se «cada uma pessoa» por «todo Estado-Nação» e a solução do Embaixador Guimarães Rosa ao problema da desordem do mundo é, na essência, a resposta da diplomacia

brasileira à assimetria imperante no sistema internacional. Em lugar da violência, o direito, a norma. Ao invés das injunções do realismo político decifrado como idolatria do poder, o esforço da absoluta maioria dos Estados para elaborar princípios de justiça e modelos de comportamento que civilizem o campo das relações internacionais. Em vez da confrontação estéril, a negociação de boa-fé. Em substituição ao universo inseguro que deriva da ameaça ou do uso da força, a vigência das regras elaboradas por todos. Em lugar da desigualdade que leva ao plano inclinado da tirania, a construção coletiva e transparente da vontade geral. «Como é que, sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber?»

13. Vocês, meus alunos, que analisaram os limites do realismo e as ilusões da normatividade idealista, sabem que só no espaço intermédio, em vias de criação, há lugar para a política externa de um país em desenvolvimento, pertencente ao Ocidente e ao Terceiro Mundo, desprovido de nocivos poderes mas dispondo de inerradicável dimensão de projeto e sonho. Conhecidos os impasses a que conduzem antigos modelos é que podemos trilhar novos caminhos, cultivar nossa singularidade, defender nossa soberania e atuar de maneira solidária com os parceiros que buscam as mesmas metas. Não nos olvidemos: «o real não está nem da saída nem da chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia» (p. 52).

14. O Brasil, hoje, está em plena travessia. Do autoritarismo para a consolidação democrática temos caminhado juntos. Todas as veredas confluem para o grande ponto de encontro. Todas as águas correm para o mesmo rio. A esperança é ver o Estado e a sociedade renovados.

15. A agenda é clara. Subdesenvolvimento e dívida social são em grande parte sinônimos. Romper com um é possível apenas mediante o resgate da outra. E como não agimos no vazio dos desertos, fiéis a nosso impulso de abertura queremos atuar no «redemunho» do mundo, na encruzilhada onde dependência e interdependência se entrelaçam, no espaço onde as grandes correntes do pensamento político mundial interagem, na arena onde a crítica viva da história anula dualismo maniqueístas. Impossível a democracia, irresgatável a dívida social, invencível o subdesenvolvimento se não aprofundarmos nosso esforço de modernização econômica. Entretanto, para que a modernização seja autêntica, imprescindível a consciência de que todas as cópias surgem como armadilhas. Nós mesmos devemos, sob pena de fra-

casso irreparável, projetar as formas definitórias de nossa autenticidade. Impensável, ademais, que o Brasil alcance a inserção que lhe convém no sistema mundial sem que, integrado num conjunto maior, continue a implementar sua política de reforma da ordem internacional. Não esqueçamos, o sertão está em toda a parte. Em contrapartida, nas «costas do mundo», desafiando o medo, há um vislumbre. Ainda que de maneira frágil, delineia-se a norma da verdadeira convivência, do «que pode haver sempre e ainda não há» (p. 118).

16. Meus alunos, vocês se transformam em meus colegas em momento decisivo. O signo da mudança comanda o Brasil e preside o futuro do sistema político e econômico internacional. As crises estruturais, interna e externa, aparecem somadas. Da crueza de seu abraço surgem, para os que sabem ver, múltiplas oportunidades, exceptativas inaugurais e o inusitado das surpresas cotidianas.

17. Desafios, riscos e ameaças também se fazem presentes. Sem desconhecê-los, prefiro enfatizar a sobrecoisa, a dimensão da promessa. As crises, em sua severidade, clamam por nós, para que sejamos os agentes conscientes de sua necessária superação. Nesse longo processo, a todos vocês, estou seguro, caberão papéis relevantes.

18. O tempo passará, cada qual realizará sua travessia, todos nós empenhados na travessia maior do País. Eu, no futuro, lembrarei tantas vezes deste momento, desses ensaios de análise, desse pensar em voz alta, dessa esperança por princípio. Para mim, tê-los como alunos foi mais que privilégio: foi oportunidade rara de mútuo encantamento, pretexto para a emoção de tê-los como amigos. Embora viver seja muito perigoso, ter amigos, nós o sabemos, é poder conversar «do igual o igual, desarmado» (p. 139).

Colegas, sejam bem-vindos.

DISCURSO DO TERCEIRO-SECRETÁRIO MANUEL
ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ,
ORADOR DA TURMA GUIMARÃES ROSA

Os escassos anos que nos separam do início de um novo século realçam a urgência das tarefas que o Brasil confia à sua diplomacia e o signo de reflexão que se impõe a quem assume o serviço exterior como profissão.

2. Com efeito, se é possível afirmar que o advento do presente século teve de esperar o abalo convulsivo de 1914, pode-se também dizer, de nossos dias, que o século XX já se esvai, prefigurando o que virá, na rápida mudança das realidades político-econômicas e ao impacto da revolução tecnológica.

3. Tradicional e acurado observador da História, o Itamaraty soube antever, na aceleração dos tempos que caracterizou as últimas décadas, a complexidade crescente que veio assumir a ação externa do País como condição necessária e consequência inescapável do desenvolvimento nacional.

4. A diplomacia brasileira enfrentou esse desafio com a capacidade de renovação que lhe conferem a natureza da sua missão, que se projeta no tempo por vir, e o admirável sentido de continuidade que alicerça suas tradições.

5. Desde sempre fiel ao serviço dos interesses da sociedade brasileira e atento às mudanças verificadas no seu seio, o Itamaraty incorporou novos temas à sua agenda e ampliou o alcance de sua atuação, hoje verdadeiramente ecumênica. Ao mesmo tempo, cuidou de prestigiar e de manter, inalterados, os princípios da igualdade entre os Estados, solução pacífica das controvérsias, não-ingerência e autodeterminação dos povos, bem como o diálogo permanente e a cooperação que presidem à presença do País no sistema internacional. Pode orgulhar-se, portanto, esta Casa

de refletir, no campo externo, o ideal democrático em cuja construção nos empenhamos os brasileiros de hoje.

6. Ao começarmos nossa vida funcional, vemos com satisfação que a preocupação permanente de Vossa Excelência, em ver asseguradas a competência e a dignidade no exercício da função pública, está-se materializando na implantação de critérios de competência, desde a formação de quadros, por parte da recém-criada Escola Nacional de Administração, até a progressão funcional, por meio da reforma administrativa ora em implantação.

7. Jovens diplomatas, encontramos alento, além disso, na reforma da estrutura salarial da nossa carreira com que se viu coroado o empenho do Senhor Ministro de Estado, Roberto de Abreu Sodré, e do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Vem essa decisão de Vossa Excelência, respaldada pela aprovação dos representantes da sociedade brasileira no Congresso, complementar o aperfeiçoamento da estrutura profissional da função diplomática — que tem significativo exemplo no regulamento do serviço exterior —, fazendo recair em critérios exclusivamente de mérito o acesso à nossa carreira.

8. A atividade quotidiana dos diplomatas e a vida internacional do País se espraíam, atualmente, por um largo espectro, contando, entre seus trunfos, o grau sem precedentes de aproximação, confiança e atuação concertada que marca o Governo de Vossa Excelência em nossas relações no âmbito latino-americano, bem como a cada vez mais árdua e vital defesa dos interesses brasileiros, nos planos comercial, financeiro e tecnológico, em uma quadra especialmente dramática na história dos países em desenvolvimento.

9. O esforço inovador que visa a dotar o Brasil de novos e mais largos horizontes no mundo é, contudo, um processo permanente, de cujo aspecto institucional temos o exemplo recente do estabelecimento, no âmbito da Fundação Alexandre de Gusmão, da Agência Brasileira de Cooperação e do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

10. Esses dois órgãos, de vocações aparentemente díspares, na verdade somam-se ao Itamaraty incorporando em si a articulação essencial entre a reflexão e a ação assinalada em uma oração célebre por Pericles, há mais de vinte séculos. A convicção de que o debate não entrava a ação — antes, assegura-lhe o êxito — é, felizmente, outra das valiosas tradições da nossa diplomacia.

11. Com o concurso da nova Agência, em que o Ministro Luiz Jorge Rangel de Castro comanda uma competente e motivada equipe, poderão ser fortalecidos ainda mais os vínculos da cooperação, sobretudo no eixo sul-sul, tornando campo fértil em oportunidades para a aproximação entre os povos em desenvolvimento. Não menos essencial, para enveredar pelos difíceis caminhos que aguardam a Nação nos próximos anos, será a contribuição da rica experiência da diplomacia brasileira que o Instituto de Pesquisa trará ao paciente trabalho de desenvolver novas concepções sobre as relações internacionais, mais adequadas à inserção efetiva do Brasil, que se realiza diuturnamente nos centros de pesquisa do País.

12. Dar-se-á assim, em um quadro mais amplo e sistemático, com o rigor analítico que caracteriza o Diretor do Instituto, Ministro Gélson Fonseca, a conjunção entre a execução da política externa e o refinamento dos instrumentos de análise da situação internacional, processo tanto mais importante, para o diplomata de um país em desenvolvimento, porquanto as concepções oriundas do centro do sistema internacional sóem referir-se a outras realidades e a outros interesses, como assinalou de forma pioneira o Embaixador Araújo Castro, em sua vigorosa crítica às visões que implicam o congelamento da estrutura do poder mundial.

Senhor Presidente,

13. A presença de Vossa Excelência nesta Casa, por ocasião da inauguração dos organismos recém-referidos, atesta a relevância que seu Governo lhes atribui para o futuro da política externa do Brasil.

14. A presença com que nos honra hoje, por outro lado, assinala que é sobretudo na renovação, na aprendizagem e nos padrões de excelência de sucessivas gerações de diplomatas, que o Brasil e o Itamaraty encontram os elementos de continuidade e de evolução indispensáveis à política externa.

15. Assumimos nossas funções no Ministério com a experiência pessoal de uma fecunda etapa de aprendizagem, no Instituto Rio Branco, a que virão suceder-se outras, na construção de nossas trajetórias pessoais, graças aos ensinamentos do dia-a-dia e ao conselho generoso dos nossos Chefes e colegas.

16. Tivemos o privilégio de, ainda alunos, conhecermos elevados exemplos de dedicação, desprendimento e competência da parte da direção, do corpo docente e dos funcionários do Instituto Rio Branco.

17. Do Embaixador Lauro Escorel, Diretor do Instituto, ao iniciarmos nosso curso, recebemos lições de cavalheirismo, competência e espírito público, forjadas em uma vida de serviços relevantes para o País.

18. Liderança, energia, talento organizativo e um elevadíssimo sentido profissional se combinam com o encanto pessoal na Embaixadora Thereza Quintella, que nos transmitiu o sentido do cumprimento do dever, a seriedade e a busca da excelência como elementos vitais na carreira que estamos começando.

19. Com o nosso paraninfo, Conselheiro Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares, tivemos a fascinante experiência de, guiados por um mestre e amigo, rastrear idéias «por um fundo de todos os matos», à maneira de Riobaldo Tatarana, para recolher o sentido da palavra posta a serviço dos interesses nacionais no discurso diplomático brasileiro.

20. Da mesma forma que as Turmas que nos precederam, tivemos o privilégio de ver, no Ministro José Francisco Rezek, alta inteligência aliada à profunda compreensão do fenômeno humano. Com o Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, notável talento jurídico incorporado a esta Casa, conhecemos o desafio de um Direito Internacional cada vez mais voltado para a cooperação e o desenvolvimento. Por outro lado, assistimos ao início de um hiato na inestimável colaboração prestada à formação dos novos diplomatas pelo exemplo e pelo profundo conhecimento dos homens e das coisas do Brasil do Embaixador Rubens Ricúpero.

21. Nossa homenagem e nossa gratidão a esses professores, que simbolizam as virtudes que encontramos em todo o corpo docente do Instituto, fazem-se extensivas aos seus funcionários, pelo apoio que nos brindaram com sua competência, sintetizados na simpatia, no profissionalismo e na energia sem limites que cabem na figura quase etérea de Sebastiana Azevedo.

Senhor Presidente,

22. Disse Guimarães Rosa, certa vez, ter exercido bem a Diplomacia por ser esta uma profissão de sonhadores. Restituída, pelo profundo e pioneiro estudo da Ministra Heloísa Vilhena, ao contexto de rigoroso cumprimento do dever que marcou a trajetória diplomática do genial autor do «Grande Sertão», essa observação retoma sua verdadeira dimensão.

23. Na verdade, ao Diplomata não é dado em nenhum momento abstrair-se da análise objetiva dos fatos e das situações.

24. Contudo, sua função se projeta na construção de uma nova realidade, pois, como no idioma gaélico, os verbos da Diplomacia, mesmo quando flexionados no modo presente, assumem significado futuro, vinculando homens e nações.

25. A atividade diplomática tem, portanto, uma dimensão necessariamente utópica, solidamente alicerçada no campo do real e na busca do possível. Essa característica é especialmente marcada, no caso do Brasil, pelo papel que desempenha o Itamaraty na defesa de uma nova inserção para o Brasil no sistema internacional.

26. Transitamos, de fato, por um tempo decisivo para as aspirações do Brasil como País em desenvolvimento. A acelerada criação de novas e revolucionárias tecnologias constitui um desafio permanente para nosso País, que se projeta no século XXI ainda marcado pelos graves problemas econômicos e sociais que constituem seu legado histórico.

27. No plano político, o desanuviamento das tensões, em que ciframos nossas esperanças de paz, parece apenas parcial e é por toda a parte solapado pelo reaparecimento constante de atritos que cruelmente coartam as aspirações dos povos a uma vida digna e pacífica.

28. Jovens Diplomatas, acreditamos que a avaliação realista do mundo atual não nos autoriza, todavia, a sermos pessimistas. Ao contrário, sabemos que, projetada no futuro, nossa atividade pode e deve contribuir para a superação das atuais dificuldades por que passa o País e a Humanidade.

29. Amanhã, levados pela nossa profissão a afastar-nos do Brasil e das memórias de nossa formação, esperamos ser dignos do exemplo de nosso Patrono, que embora homem de sertões e fronteiras, preferiu sempre as veredas que unem os destinos dos homens e dos povos e que, afastado por longo tempo do País, constitui, todavia, uma das expressões mais nobres e perfeitas de brasilidade.

30. Utópicos na esperança, concretos e realistas na ação, passamos a formar parte hoje de forma plena de uma Casa que se destaca pelos serviços prestados ao Brasil e lhe asseguramos, Senhor Presidente, que nossos melhores esforços serão dedicados a contribuir, em nossas modestas atribuições, para a construção de uma realidade mais justa e mais humana, objetivo último, enfim, de toda atividade diplomática.

Muito obrigado.

CURRÍCULO DOS PROFESSORES
DO INSTITUTO RIO BRANCO

1988

AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO

Rio de Janeiro/RJ, 8 de abril de 1947. Filho de David Martins Cardoso e Alice de Jesus Sena Cardoso. Bacharel em Letras, CEUB. Curso de Preparação à carreira de Diplomata, IRBr. «Certificate of Proficiency in English», University of Cambridge. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr. Terceiro-Secretário, 9 de novembro de 1976. Segundo-Secretário, merecimento, 20 de julho de 1979. Primeiro-Secretário, merecimento, 28 de junho de 1984. Assistente do Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação, 1976. Assistente do Chefe da Divisão de Transmissões Internacionais, 1977/78. Assessor do Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação, 1978/80. Chefe, substituto, da Divisão Consular, 16 fevereiro de 1987. Washington, Segundo-Secretário, 1980/83. Montevidéu, Segundo-Secretário, 1983/84. Embaixada em Montevidéu, Primeiro-Secretário, 1984/87. Grupo de Trabalho Especial para Informática, Conselho de Segurança Nacional, 1979 (assessor). V Reunião do Grupo do Caribe para a Cooperação no Desenvolvimento Econômico, BIRD, Washington, 1982 (membro). Seminário sobre Temas Atuais do Desenvolvimento Internacional, Economic Development Institute, BIRD, Washington, 1982. XXVI Reunião Preparatória do Grupo dos 24, a nível de Suplentes, FMI, Washington, 1983 (membro). XXXVII Reunião Preparatória do Grupo dos 24, a nível de Ministros, FMI, Washington, 1983 (membro). XX Reunião, a nível ministerial, do Comitê de Desenvolvimento do FMI/BIRD, Washington, 1983 (membro). VII Conferência das Autoridades Latino-Americanas de Informática, Montevidéu, 1983 (delegado). LXXXVIII Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia, para Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, Montevidéu, 1985 (delegado). Representante do MRE na Comissão de Planejamento e Coordenação de Combate do Contrabando

— COPLANC, 4 de junho de 1987. III Reunião de Consulta Regional Brasil-França, 1987. IV Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, 1987. Reunião Extraordinária do Grupo de Cooperação Consular, Brasil-Paraguai, 1988. V Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, 1988. Prêmio Barão do Rio Branco, Medalha de Ouro.

ANNA MARIA VILLELA

Professora Titular na Universidade de Brasília e no Instituto Rio Branco. Assessora Parlamentar no Senado Federal, por concurso público, na área de Relações Exteriores. Bacharel em Direito, UFMG, 1960, Docteur d'Etat (Droit privé), Faculté de droit et sciences économiques de l'Université de Paris, 1970; ainda na Universidade de Paris: D.E.S. de Droit privé, 1963; D.E.S. de sciences criminelles, 1969; certificado de habilitação ao Doctorat de l'Université (droit civil), 1962; e curso de Direito Comparado e terminologia jurídica francês-alemão, 1962; cursos de especialização em Direito Comparado em Strasbourg, Helsinki, Ljubljana, Trieste, Pescara, Teerã e Istambul, 1962/73; LL.M., King's College, Universidade de Londres, 1979. Na Academia de Direito Internacional de Haia: diploma do Centre de Recherches de Droit International et Relations Internationales, 1977 (tema: Rios Internacionais); cursos de Direito Internacional Público e Privado, 1972, 1974; curso e treinamento em Direito Internacional, UNITAR/ONU, 1974; estágio patrocinado pela OEA sobre Aspectos Jurídicos e Econômicos da Integração Européia, Université Libre de Bruxelles, 1972; curso sobre Influência da Comunidade Econômica Européia sobre o Direito Internacional Privado dos Países-Membros, Institut Universitaire International de Luxembourg, 1979; cursos e pesquisas no Instituto de Direito Romano, Universidade de Roma, 1981; pesquisas no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), Itália, 1981.

ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE

I — *Formação Acadêmica* — Grau Ph.D. pela Universidade de Cambridge, Grã-Bretanha, com a tese «Developments in the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law» (em 2 vols. 1.728 págs.): tese agraciada com o Prêmio Yorke, outorgado pela Faculdade de Direito da Universidade de Cambridge (1978). Mestrado em Direito Internacional (Cambridge, 1973). Bacharel em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais (1º Prê-

mio em Direito Civil, 1971), e Licenciado em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (1969). Diploma do Instituto Internacional de Direitos Humanos, Universidade de Estrasburgo (1974). Certificados do Centro de Pesquisas da Academia de Direito Internacional de Haia (1974) e do Seminário da Comissão de Direito Internacional da ONU (Genebra, 1975).

II — *Obras de Direito Internacional* — 1. Livros: — «The Application of the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law», Cambridge, Cambridge University Press, 1983 (livro baseado na tese de Ph.D. do autor); «Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público» (em seis volumes), Brasília, FUNAG/MRE, 1984-1988; «Princípios do Direito Internacional Contemporâneo», Brasília, Editora da UnB, 1981; «O Esgotamento de Recursos Internos no Direito Internacional», Brasília, Editora da UnB, 1984; «Co-existence and Co-ordination of Mechanisms of International Protection of Human Rights» (volume 202 do «Recueil des Cours de l'Académie de Droit International», Haia, 1987); «A Proteção Internacional dos Direitos Humanos», Rio de Janeiro, SBERJ, 1988; «A Solução Pacífica das Controvérsias Internacionais», Rio de Janeiro, SBERJ, 1987; dentre outros. 2. Monografias e Artigos: — mais de cento e setenta estudos (dentre artigos, contribuições a livros e coletâneas, monografias, relatórios, prefácios) publicados até o presente nos principais periódicos de Direito Internacional de dezoito países, dentre os quais: «Archiv des Völkerrechts» (Tubingen, 1977), «International and Comparative Law Quarterly» (Londres, 1976 e 1979), «Revue belge de droit international» (Bruxelas, 1976), «Jahrbuch fur internationale Recht» (Kiel, 1979 e 1982), «Ruvue de droit international de sciences diplomatiques et politiques» (Genebra, 1977 a 1984), «Nederlands Tijdschrift voor internationaal Recht» (Leiden, 1977), «Rivista di Diritto Internazionale» (Milão, 1978), «Revue des droits de l'homme» (Paris, 1976 e 1977), «Cahiers de droit européen» (Bruxelas, 1978), «Cambridge Law Journal» (Cambridge, 1977), «Osterreichische Zeitschrift fur offentliches Recht» (Viena, 1978), «Annuaire français de Droit international» (Paris, 1987), «Indian Journal of International Law» (Nova Delhi, 1976 e 1978), «Philippine Law Journal» (Filipinas, 1978), «Malaya law Review» (Cingapura, 1976), «Anuário Jurídico Interamericano» da OEA (1982), «Revista Brasileira de Estudos Políticos» (1981, 1982, 1985 e 1987), «Revista Brasileira de Política Internacional» (1985), «Revista de Informação Legislativa do Senado Federal» (1979 a 1988), «Estudios Internacionales» (Santiago,

1981 a 1983), «Mundo Nuevo» (Caracas, 1982-83) «Anuário del Departamento de Derecho de la Universidad Iberoamericana de México» (1984), dentre inúmeros outros. Capítulos do VIII e IX «Cursos de Derecho Internacional» da Comissão Jurídica Interamericana da OEA (1981 e 1982); capítulos dos livros «Crisi Falkland-Malvinas e Organizzazione Internazionale» (Padova, Cedam, 1985), «Derechos Humanos en las Americas — Homenaje a la Memoria de C. A. Dunshee de Abranches» (Washington, OEA, 1984), dentre vários outros.

III — *Experiência Docente* — Professor de Direito Internacional Público no Instituto Rio Branco (desde 1979). Professor Titular na Universidade de Brasília, área de Direito Internacional. Professor Titular Visitante nas Universidades de Los Andes, Mérida, Venezuela (1981 e 1982) e de Ferrara, Itália (1983 e 1986). Professor Visitante na Universidade de Londres (1982). Professor Visitante na Universidade de Paris-II (Panthéon-Sorbonne, 1988). Entre 1982 e 1988, Conferencista nas Universidades de Milão, Salerno, Turim, Quito, Simón Bolívar em Caracas, Montevideu, Varsóvia, Segóvia, Toronto, Federal de Minas Gerais (Curso de Doutorado), Federal de Pernambuco, Católica do Rio de Janeiro, dentre outras. Em 1987-1988, Conferencista na Academia de Direito Internacional da Haia (Holanda), no Instituto de Direito Internacional Público de Salônica (Grécia), no Instituto Internacional de Direitos Humanos, de Estrasburgo (França). Entre 1982 e 1986, Conferencista no Instituto Diplomático Italiano (Florença), Instituto Universitário Iberoamericano de Estudios Internacionales (Madrid), Instituto Real de Relaciones Internacionales (Chatham House, Londres), Instituto Britânico de Direito Internacional e Comparado (Londres), VIII, IX e XII Cursos de Direito Internacional da Comissão Jurídica Interamericana da OEA, Instituto Polonês de Relaciones Internacionales (Ottawa), Instituto Interamericano de Derechos Humanos (Costa Rica), Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, Cursos de Extensão (Aperfeiçoamento de Diplomatas) do Instituto Rio Branco no Suriname, em Cabo Verde e no Gabão. Chefe do Departamento de Ciência Política e Relaciones Internacionales da Universidade de Brasília (1979-1983), Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Relaciones Internacionales da Universidade de Brasília (1985-1986). Examinador dos concursos vestibulares do Instituto Rio Branco (Direito, 1979 e 1983-1988) e do Mestrado em Relaciones Internacionales da Universidade de Brasília (1984-1988). Orientador e examinador de teses de Mestrado da Universidade de Brasília. Participante, a convite,

como relator de temas, em inúmeros congressos internacionais de Direito Internacional no Brasil e no Exterior (deste 1975).

IV — *Experiência Profissional* — Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (a partir de agosto de 1985). Subchefe da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais (Viena, 1986). Delegado do Brasil às Conferências de Cartagena e de Lima sobre Institucionalização do Parlamento Latino-Americano (1987). Delegado do Brasil à XIV Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA, 1984). Delegado do Brasil à Reunião Conjunta do Grupo de Contadora e Grupo de Apoio (Cartagena, 1985), Chefe da Delegação do Brasil à III Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (La Paz, 1984). Membro do Grupo de Trabalho do MRE sobre a Reforma da Carta da OEA (1985). Assessor Jurídico da Delegação do Brasil à conferência das Nações Unidas sobre o Código de Conduta para Transferência de Tecnologia (Genebra, 1983). Assessor Jurídico da Delegação do Brasil à VI Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites (1981). Membro do Comitê Consultivo de Peritos em Direito Internacional Público da Universidade das Nações Unidas — (U.N.U.-I Conferência, Haia, 1984; II Conferência, Rio de Janeiro, 1985; III Conferência, Estrasburgo, 1986; IV Conferência, Goa, Índia, 1987). Assessor Jurídico do Escritório da Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra (1978-1979). Membro do Gabinete da Vice-Presidência da República incorporado à Presidência da República (março/julho de 1985). Representante Correspondente do Brasil junto à UNESCO para seu Programa de Direitos Humanos. Editor Correspondente do Brasil dos «International Legal Materials» de Washington (desde 1981). Diretor do «Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional» (desde 1985).

V — *Associações Científicas e Profissionais* — Membro convidado de diversas associações científicas no campo do Direito Internacional, dentre as quais: International Law Association (seção britânica), Société Française pour le Droit International, Britih Institute of International and Comparative Law, American Society of International Law, Indian Society of International Law, Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional, Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Asociación Argentina de Derecho Internacional, Instituto Internacional de Direito Humanitário (San Remo), dentre outras. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção de Minas Gerais).

ANTONIO OTÁVIO SÁ RICARTE

Fortaleza/CE, 24 de março de 1961. Filho de Lamberto Ricarte Serra e Francisca Sá Ricarte. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Terceiro-Secretário, 16 de dezembro de 1986. Assistente do Chefe da Divisão do Oriente Próximo-I, 1987/88.

ARTHUR VIVACQUA CORRÊA MEYER

Rio de Janeiro/RJ, 12 de junho de 1948. Filho de Arthur Maiciel Corrêa Meyer e Heloísa Vivacqua Corrêa. Curso de Preparação à carreira de Diplomata, IRBr. Bacharel em Ciências Econômicas, UEG. Curso Especial sobre a ONU. Curso sobre Mercado de Capitais, Industrialização e Urbanização da América Latina e Processo de Integração Latino-Americana, UEG. Curso 1º Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento. ADESG. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. «Master of Arts» em Economia, Universidade de Chicago. I Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr. «Certificates of Proficiency in English» das Universidades de Michigan e Cambridge. Doutor em Ciências Econômicas, Universidade Católica Andrés Bello, Caracas. II Tenente da Reserva do Exército. Terceiro-Secretário, 12 de março de 1971. Segundo-Secretário, antigüidade, 29 de maio de 1975. Primeiro-Secretário, antigüidade, 17 de dezembro de 1980. Assistente do Chefe da Divisão da Europa Ocidental, 1971. Assistente do Chefe da Divisão da Europa-I, 1973/74. Assistente do Chefe da Divisão da Europa-II, 1974. Subchefe da Divisão da Europa-II, 1974. Assistente do Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, 1981/83. Assessor do Chefe do Departamento da Ásia e Oceania, 1983. Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania-II, 1983. Chicago, Vice-Cônsul, 1975. Chicago, Cônsul-Adjunto, 1975/78. Chicago, Encarregado, 1978. Caracas. Segundo-Secretário. 1978/79. Caracas, Primeiro-Secretário, 1981. Caracas, Cônsul, 1978/81. III Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, Brasília, 1974 (secretário). À disposição do Cerimonial durante as solenidades de posse do Presidente da República, 1974. II Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasil-Hungria, Brasília, 1975 (secretário). IV Reunião da Comissão Mista Brasil-URSS, Brasília, 1975 (secretário). Feira de Iguarias de Chicago, 1975 (diretor-geral do «Stand» do Brasil). Feira Internacional de Comércio de Chicago, 1976 (diretor do «Stand» do Brasil). VI Conferência de Autoridades Latino-Americanas de Informática, Rio de

Janeiro, 1982 (delegado). IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Canadá, Brasília, 1982 (delegado). I Reunião da Comissão Mista Brasil-Angola, Brasília, 1982 (delegado). VIII Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS para Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Técnica, Brasília, 1982 (delegado). II Reunião das Comissões Nacionais para o Programa Hidrológico Internacional (PHI) dos Países da América do Sul, Brasília, 1983 (delegado). IX Reunião da comissão Intergovernamental Brasília-URSS para Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Técnica, Moscou, 1983 (delegado). I Reunião da Comissão Mista Brasil-Japão de Cooperação Científica e Tecnológica, Brasília, 1985 (delegado). Assessor do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais (SGAP), 1985-86. Medalha e Prêmio Corrêa Lima, Ministério do Exército, Brasil. Prêmio Rio Branco e Medalha de Prata, IRBr, Brasil. Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios na Embaixada em Trípoli (1988). Membro da delegação brasileira às 15ª e 16ª reuniões da Comissão Mista Econômica Brasil-RFA em 1987 e 1988.

CAIO MARCIO RANIERI COLOMBO

Bauru/SP, 19 de novembro de 1955. Filho de Carlos Colombo e Rosa Ranieri. Bacharel em Direito, Instituição Toledo de Ensino, Bauru, São Paulo, 1975. Curso de Aperfeiçoamento em Língua Inglesa, Angloschool, Londres, 1975. Curso de Civilisation Française, Université de La Sorbonne, Paris, 1976. Doctorat D'Université en Sciences Politiques, Mention Droit International Public, Université des Sciences Sociales de Toulouse, 1979. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, 1984. Mestre em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 1987. Professor Assistente de Direito Internacional Público e Organismos Internacionais na Universidade de Brasília e no Instituto Rio Branco. Terceiro-Secretário, 11 de dezembro de 1984. Segundo-Secretário, antigüidade, 16 de dezembro de 1988. Assistente do Chefe da Divisão de Pagamentos, 1985. Assistente do Chefe do Departamento de Pessoal, 1985. Assessor do Consultor Jurídico, 1986/87. Libreville, Encarregado de Negócios, 1987. Paris, Delegação Permanente junto à UNESCO, 1988. Missão eventual na Embaixada no México, 1985. Vogal de Comissão de Inquérito nos Consulares de Trieste e Gênova, 1986 (representante do MRE). Programa Externo da Academia de Direito Internacional da Haia, realizado em Buenos Aires, 1986 (representante do MRE). XXIII Sessão da Comissão de Direito Internacional da Organização das Nações

Unidas, Genebra, 1987 (representante do MRE). LVI Sessão do Curso de Direito Internacional Público da Academia de Direito Internacional da Haia, 1987. XVII Aniversário da Independência da Guiné-Equatorial, 1987 (representante). II Sessão do Comitê Intergovernamental do Programa Intergovernamental de Informática, PII, Paris, 1988. X Sessão do Conselho Internacional de Coordenação do Programa «O Homem e a Biosfera» (MAB), Paris, 1988. conferência do World Oceans Circulation Experiment (WOCE), 1988.

CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES

Milão/Itália (brasileiro, de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946), 21 de setembro de 1950. Filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercília Fava Simas Magalhães. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Curso de Língua Francesa, Nancy II. Terceiro-Secretário, 11 de setembro de 1975. Segundo-Secretário, merecimento, 12 de junho de 1978. Primeiro-Secretário, merecimento, 23 de junho de 1981. Conselheiro, merecimento, 17 de dezembro de 1987. Assistente do Chefe da Divisão das Nações Unidas, 1975/79. Chefe do Centro de Documentação, 1987/88. Washington. Segundo-Secretário, 1982/83. La Paz, Primeiro-Secretário, 1982/83. Paris, Primeiro-Secretário, 1984/87. IV Sessão do Conselho de Administração do Programa da ONU para o Meio Ambiente, Nairóbi, 1976 (delegado). XXXI Assembleia Geral da ONU, Nova York, 1976 (assessor). Sessão da CEPAL, Guatemala, 1977 (assessor). Sessão Ordinária do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (OPANAL), Caracas, 1977 (assessor). II e V Sessões do Comitê Preparatório da Sessão Especial da Assembleia Geral sobre Desarmamento, Nova York, 1978 (assessor). Conferência Preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre a Proibição ou Restrição do Uso de Armas Convencionais, Genebra, 1978/79.

CECÍLIA DA SILVA GUERRA VICENTE

1960 — Bacharel em Letras Neolatinas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara; 1961 — Licenciada em Letras Neolatinas pela mesma Universidade.

Outros Cursos — 1962 — Diplomada pela Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, atual Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na classe de Piano; 1964

Curso de Aperfeiçoamento para professores de Português na Faculdade de Filosofia, Ciências da UEG; 1965 — Bolsa de Estudos em Madri (Espanha), concedida pelo Instituto de Cultura Hispânica; 1965/1966 — Estudos Feitos em Madri: a) na Faculdade de Letras: 1 — aulas do Curso de Estrangeiros: Língua e Literatura espanhola; Comentário estilístico de textos; 2 — aulas do curso regular: Filologia Românica (Prof. Dámaso Alonso); História do Espanhol (Prof. Rafael Lapesa); 3 — aulas do Curso Monográfico: Literatura Brasileira Contemporânea; b) no Instituto de Cultura Hispânica: 1 — X Curso «Lo español en la creación artística»; 2 — «Tercer Curso Hispano-Brasileño» para professores de Espanhol na especialidade de Língua e Literatura — tenho obtido o título de «Profesor de Filologia Hispanoamericana»; 1980 (julho) — XXVII «Curso de Verano para Extrajeros», Na Escola Diplomática de Madri (Espanha) — Curso de Língua e Civilização Espanhola — prestou exame de Língua Espanhola, Literatura Clássica, Romance contemporâneo espanhol, obtendo menção «Sobresaliente» (nota máxima); 1973 a 1986 — Professora de Português no CEUB — Centro de Ensino Unificado de Brasília; 1975 a 1983 — Professora de Língua e Literatura Espanhola no Instituto de Cultura Hispânica de Brasília; 1979 a 1981 — Professora de Espanhol do Instituto Rio Branco no Curso de Preparação à Carreira Diplomática; 1981 — Contratada pela Presidência da República como Professora de Idiomas; 1986 — Empossada no cargo de Professor Classe «C» da Fundação Educacional do DF, através de concurso de títulos e prova, no qual obteve o primeiro lugar. Matéria: Espanhol.

CHRISTIAN DEFONTAINE

D.U.E.L. *Français* (Diplome Universitaire d'Études Littéraires); *Anglais*: Université PARIS X (1-70-1974); Licence d'Anglais: Université PARIS VII (1975); Centre de Formation des professeurs de Collèges; Certificat de didactique des Moyens audiovisuels: Université PARIS III (1982); Diplome de Didactique des Langues: Université PARIS III (1983-1985); Maîtrise Français Langue Etrangère (en cours): Université PARIS III, (1985-1986).

CLARICE ARAUJO PEREIRA

Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, março a dezembro de 1972 (Letras). Universidade de Brasília — UnB, 1973/1981 — curso ainda não concluído (Letras); Curso de Inglês

na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa — Filial Meier — Rio de Janeiro — 1966/1972; *Lower Certificate in English* da Universidade de Cambridge — dezembro de 1969; *Certificate of Proficiency in English* da Universidade de Cambridge — dezembro de 1972; Curso de Especialização na Universidade de Reading, Inglaterra de 2 a 20 de julho de 1979; Curso de Treinamento de Professores da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa — fevereiro de 1986; Curso de Treinamento — «Desenvolvimento Gerencial — Chefia e Liderança» — Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa — fevereiro de 1986; Curso de Treinamento de Professores da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, com 72 horas-aula de duração — fevereiro de 1988.

Experiência Profissional: Professora Parcial da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Filial Brasília, de março de 1973 a junho de 1980; Professora-Chefe da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Filial Brasília — Asa Norte, de julho de 1980 a dezembro de 1987; Professora-Chefe Adjunta da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Filial Brasília, a partir de janeiro de 1988.

DAD ABI CHAHINE SQUARISI

Bacharelato e Licenciatura em Letras, Universidade de Brasília, 1971; Especialização em Lingüística, PUC/RS, 1978; Mestrado em Teoria da Literatura, PUC/RS, 1979; Especialização em Lógica Matemática, PUC/RS, 1979; Curso de Especialização sobre América Latina, UnB, 1980; Curso de Especialização em Direito Autoral, Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Suíça, 1982; Treinamento em ensino audiovisual para professores de Português dos Centros de Estudos Brasileiros no Exterior, UnB, 1972; Membro da equipe de pesquisadores encarregada dos trabalhos de coleta de material, análise e redação relativos ao Projeto de Modernização de Estruturas e Métodos de Ensino do Português para Aloglotos, programado pelo Ministério das Relações Exteriores, sob a responsabilidade do Instituto de Letras da UnB, 1972.

Professora de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Coordenadora da Seção Didática do Instituto de Cultura Uruguai-Brasileiro, Montevideu, 1974/76.

Obras publicadas: *Sintaxe — «Instrução Programada»*, Editora Marco, Brasília, 1971; *Cronograma — «Programa de Português para os Centros de Estudos Brasileiros da América Latina»* (co-autora), 1972; *«Comunicação em Prosa e Verso»* (co-autora),

Editora do Brasil, São Paulo, 1973; *«Leitura para Conversação»*, Instituto de Cultura Uruguai-Brasileiro (revisão, ampliação e atualização), Montevideu, 1975; *«Viagem pelo Brasil em Imagens»* (coordenadora e co-autora), Instituto de Cultura Uruguai-Brasileiro, Montevideu, 1975; *«Módulos de Ensino Personalizado de Português para o 1º Grau»*, CETEB/MEC, Brasília, 1976/77; *«Lições de Português para Hispano-Americanos»* (coordenação, revisão, atualização e ampliação), Editora Globo, Porto Alegre, 1977; *«Módulos de Ensino Personalizado; Literatura Brasileira, 2º Grau; Educação Artística, 1º Grau»* (co-autora); *«Educação Artística, 2º Grau»*, CETEB, Brasília 1978; *«Unidades Instrucionais Planejadas; Documentação e Arquivo; Organização e Métodos de Introdução à Administração Geral»*, IDR/GDF, Brasília, 1979; *«Unidades de Ensino Personalizado; SUCAM — Natureza de sua Organização»* (co-autora); *«Português»* (co-autora); *«Atos Administrativos»* (co-autora), FUBRAS — Fundação Franco-Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento, Brasília, 1979; *«Módulos de Língua Portuguesa»*, CETEB, Brasília, 1980; *«Curso de Língua Portuguesa»*, MEC, 1981; *«Instrumentos de Ensino Personalizado de Língua Portuguesa»*, FUNCEP/DASP, Brasília, 1981; *«Curso de Língua Portuguesa à Distância»*, Banco Central, Brasília, 1986.

Conferências proferidas na Fundação Educacional do Distrito Federal, Instituto de Cultura Uruguai-Brasileiro, Montevideu. Clube Brasileiro, em Montevideu, Universidade de Brasília. Crítica Literária nos jornais «José» e «Jornal de Brasília», Assessora Parlamentar do Senado Federal.

ENILDE LEITE DE JESUS FAULSTICH

1 — Formação Acadêmica: a) Em nível de pós-graduação: Doutora em Filologia e Língua Portuguesa, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, desde maio de 1988; Mestre em Lingüística pela Universidade de Brasília, desde 1979; b) Em nível de graduação: Licenciada em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa; curso iniciado na Universidade Federal do Rio de Janeiro e concluído na Universidade de Brasília. 2 — Atividades Profissionais: Professora de Língua Portuguesa da Universidade de Brasília, desde abril de 1976.

Trabalhos Publicados — a) Livros: FAULSTICH, Enilde L. de J. «Como ler, entender e redigir um texto». Petrópolis, RJ, Vo-

zes/Ibase, 1988 (Coleção FAZER/27). «Ler — entender — redigir». Brasília, Ed. Gráf. Ideal, 2ª tir., 1986. «Ler — entender — redigir». Brasília, Prod. Indep., 1985. «Lexicologia: a linguagem do noticiário policial». Brasília, Horizonte, 1980. 2ª ed., 1989. b) Ensaio: Baltar, A; Chiarini, C; Faulstich, E; Magalhães, E; Morhy, L; Patzlaff, L. A. «O sistema de vestibular UnB-80». Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1980. Baltar, A; Faulstich, E; Magalhães, E; Mello, E; Morhy, L; Patzlaff, L.A. «A pré-opção múltipla no vestibular da Universidade de Brasília». Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1984. c) Artigos: Faulstich, Enilde L. de J. Faulstich. *Estruturas simbólicas específicas e redundância no discurso*. In «Letras e Letras» Rev. da Univ. de Uberlândia, MG, 1985. *Ensino de vocabulário e interpretação de textos*. Idem. Ibidem — 1987.

Participação em reuniões de caráter científico-cultural — como conferencista: Faulstich, Enilde L. de J. *O sistema de vestibular UnB/80*. In: «Seminário Reflexivo sobre a Sistemática do Vestibular», promovido pela Associação Catarinense das Fundações Educacionais — ACAFE, em Florianópolis, 1982. *Organização do sistema semântico da linguagem diplomática*. Conferência pronunciada aos alunos do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, 1983. *Análise lexical de 'Alocução proferida pelo representante especial do Presidente da República Federativa do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores, na Reunião Internacional sobre Cooperação e Desenvolvimento, em Cancún, México, em 22-10-81'.* Conferência pronunciada aos alunos do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, 1983. *Lexicologia e Lexicografia — estudos de vocabulário*. In: «I Seminário Aberto de Língua Portuguesa», promovido pelo Departamento de Letras do Centro de Ensino Unificado de Brasília — CEUB, em Brasília, 1983. *Matemática: grau zero de leitura*. In: «III Exposição do Laboratório de Matemática», promovida pelo Departamento de Ciências Exatas do CEUB, em Brasília, 1983. *Redação como processo e produto de gramática aplicada*, como participante do Painel «O ensino da língua portuguesa». In: «I Simpósio de Letras e Tradução da UnB», em Brasília, out/1985. *O ensino do vocabulário sob a ótica lexicológica*, em Sessão Plenária. In: «Seminário de Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas», promovido pela Universidade de Brasília.

Fundação Educacional do Distrito Federal, Sindicato dos Professores do Distrito Federal, em Brasília, out/1985. *Redação:*

erros e acertos, um ensaio para o texto. In: «I Seminário sobre o Vestibular da Universidade de Brasília (Sev/UnB)», promovido pela Diretoria de Acesso ao Ensino Superior — DAES, em dez/1985. *Alguns conceitos 'convincentes', mas não evidentes da gramática tradicional*. In: «Encontros de Linguística», UnB, Brasília, 1986. *Manipulação ideológica subentendida no vocabulário da AIDS; organização deste em campos semânticos e lexicais*. In: «Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística — ANPOLL», Rio de Janeiro, maio/1987. *A criação neológica e estrangeirismos na Língua Portuguesa*. Rotary Club de Brasília, Brasília, junho/1987. *O ensino da gramática e o ensino de redação*. FEDF/Complexo Educacional do Cruzeiro, Brasília, outubro/1987. *Recepção e produção de textos*. In: «3º Curso de Aprimoramento da Linguagem Forense». OAB/DF, novembro/1987. *Os conceitos de relação paradigmática e sintagmática aplicados ao ensino da coordenação e da subordinação, no período sintático*. FEDF/Complexo Educacional do Cruzeiro, março/1988. *Gramática contextualizada*. FEDF/Complexo Educacional do Cruzeiro, março/1988.

EVERTON VIEIRA VARGAS

Santo Ângelo/RS, 23 de janeiro de 1955. Filho de João Domingos da Luz Vargas e Iná Vieira Vargas. Bacharel em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF). Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD). IRBr. «Master of Arts in International Relations», «Boston University». Terceiro-Secretário, 17 de outubro de 1977. Segundo-Secretário, antiguidade, 12 de dezembro de 1979. Primeiro-Secretário, merecimento, 24 de dezembro de 1985. Assistente do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos; 1977/81. Assistente do Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, 1985/87. Assessor do Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, 1987. Chefe, substituto, da Divisão de Ciência e Tecnologia, 1987/88. Bonn, Segundo Secretário, 1981/85. Nova York, Missão junto às Nações Unidas, Primeiro Secretário, 1988. VIII Período de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Washington, 1978 (assessor). IX Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, La Paz, 1979 (assessor). VI Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano (SELA), Caracas, 1980 (delegado). X Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA,

Washington, 1980 (assessor). XIV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, Brasília, 1984 (assessor). Reunião da UNIDO para criação da Rede Latino-Americano de Microeletrônica Caracas, 1985 (delegado). XIV Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, Brasília, 1985 (delegado). I Reunião da Comissão Mista Brasil-Japão de Cooperação Científica e Tecnológica, Brasília, 1985 (delegado). Encontro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia, Foz do Iguaçu, 1985 (subchefe da delegação). X Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS de Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica, Brasília, 1986 (delegado). II Reunião da Comissão Mista Brasil-China de Cooperação Científica e Tecnológica, Brasília, 1986 (delegado). Reunião de Peritos dos Estados Membros do SELA sobre Cooperação em Informática e Eletrônica, Lima, 1986 (Chefe da Delegação). VI Reunião da Comissão Mista Cultural Luso-Brasileira, Lisboa, 1986 (delegado). I Reunião da Comissão Mista Brasil-Japão de Ciência e Tecnologia, Brasília, 1986 (delegado). XV Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, Berlim (Oeste), 1986 (delegado). IX Reunião da Comissão Mista Brasil-Bélgica de Acompanhamento do Acordo Cultural, Brasília, 1987 (delegado). Missão do Governo Brasileiro à Índia e à República Popular da China, 1987 (integrante). Reunião do Painel Bilateral de Cientistas do Brasil e dos Estados Unidos, Washington, D.C., 1987 (assessor). IX Sessão do Comitê Intergovernamental de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, Nova York, 1987 (delegado). XVI Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, Brasília, 1987 (delegado). Reunião dos Chanceleres dos Países Integrantes do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, Punta del Este, 1987 (assessor). I Reunião de Presidentes do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, Acapulco, 1987 (assessor). I Reunião do Conselho Binacional do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia, Brasília, 1987 (delegado). II Reunião do Conselho Binacional do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia, Buenos Aires, 1987 (delegado). Reunião de Chanceleres do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, Cartagena de Índias, 1988 (assessor). III Reunião Ordinária do Conselho de Cooperação Amazônica, Brasília, 1988 (delegado). II Reunião da Comissão Mista Brasil — CEE, Brasília, 1988 (delegado). Reunião da Comissão *ad hoc* da Ciência e Tecnologia do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, Caracas, 1988 (chefe da delegação). Reunião da Comissão Mista

Brasil-Iugoslávia de Cooperação Econômica e Comercial, Brasília, 1988 (delegado). VIII Sessão do Grupo de Trabalho do Comitê Plenário do Conselho de Administração do PNUD, Nova York, 1988 (chefe da delegação). XLIII Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1988 (assessor). Professor da Cadeira de Estudos Brasileiros do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, 1988. Ordem do Mérito, Cavaleiro, República Federal da Alemanha.

FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA

Rio de Janeiro/RJ, 2 de junho de 1952. filho de Jacques da Costa Pimenta e Malvina Magalhães Pimenta. «Lower Certificate in English», University of Cambridge. «Certificat Pratique de Langue, Française», Université de Nancy. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco. Bacharel em Direito, UFRJ. Mestrado em Ciência Política, George Washington University. Tese de mestrado: *The Treaty for Amazonian Cooperation: an Analysis of the Brazilian Initiative in the light of Brazil's Regional and International Constraints*. Professor-Assistente de História das Relações Diplomáticas do Brasil, Instituto Rio Branco, 1988/89. Terceiro-Secretário, 21 de novembro de 1974. Segundo-Secretário, merecimento, 12 de junho de 1978. Primeiro-Secretário, merecimento 16 de outubro de 1981. Conselheiro, merecimento, 15 de junho de 1988. Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-II, 1974/78. Assistente do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1982/84. Assessor do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos, 1985. Assessor, subchefia do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares, Presidência da República, 1985/86. Assessor, Subchefia do Gabinete Civil para Assuntos Institucionais, Presidência da República, 1986/88. Assessor, Assessoria Especial do Presidente da República, 1988/89. Luanda, Terceiro Secretário, 1976/77. Luanda, Encarregado de Negócios, 1976/77. Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1981. III Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, 1975 (assistente). II Reunião de Negociação do Tratado de Cooperação Amazônica, 1978 (delegado). Reunião de Técnicos Governamentais da Comissão Especial de Consulta e Negociação (CECON) sobre o Sistema-Geral de Preferência dos EUA, 1978 (delegado). VI e VII Assembléia-Gerais, Extraordinárias da OEA, 1978/79. XVII, XIX e XX Reuniões de Consulta de Ministros das Relações Exterio-

res, OEA, 1978/82. Washington, OEA, Terceiro-Secretário, 1978. Washington, OEA, Segundo-Secretário, 1978/81. Washington, OEA, Primeiro-Secretário, 1981/82. XIII, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX Reuniões Ordinárias do Conselho Interamericano Econômico e Social, 1978/84. Reunião Especial de Alto Nível da CECON sobre Comercialização do Açúcar, Washington, 1979 (delegado). IX, X e XI Reuniões Ordinárias da CECON, 1979/81. Grupo Especial de Trabalho para Avaliação da CECON, 1981. VI Reunião Extraordinária da CECON, 1981. Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano Econômico e Social e Junto ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), 1978/82. (representante alterno). VIII, X, XIII e XIV Assembléias-Gerais Ordinárias da OEA, 1978/84. XIII e XV Reuniões Ordinárias do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura, 1982/84. III Reunião Extraordinária do Conselho Latino-Americano do Sistema Econômico Latino-Americano, 1983. Reunião de Representantes Pessoais de chefes de Estado da América Latina e Caribe, 1983. Conferência Especializada Extraordinária sobre Financiamento Externo, 1983. «A Organização dos Estados Americanos», Escola de Guerra Naval, 1984. «O Papel dos Organismos Interamericanos na Política Continental», Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, 1984.

GASTÃO FELIPE COIMBRA BANDEIRA DE MELLO

Rio de Janeiro/RJ, 8 de janeiro de 1942. Filho de Henrique Bandeira de Mello e Maria Thereza Bandeira de Mello. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Curso Especial de Aperfeiçoamento em Promoção Comercial, Turim. Bacharel em Ciências Econômicas, Faculdade de Economia e Finanças, Rio de Janeiro. II Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial, Brasília. Curso de Altos Estudos, CAE, I IRBr. Terceiro-Secretário, 17 de novembro de 1967. Segundo-Secretário, merecimento, 19 de maio de 1971. Primeiro-Secretário, merecimento, 18 de agosto de 1976. Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1979. Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, 1968/69. Auxiliar do Secretário-Geral da Política Exterior, 1969/71. Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-I, 1975/76. Assessor do Chefe da Divisão do Departamento da Europa; 1976/78. Coordenador Técnico do Departamento Geral de Administração, 1978/79. Coordenador de Planejamento Administrativo e Progra-

mação Financeira, 1979/81. Roma, Terceiro-Secretário, 1971. Roma, Segundo-Secretário, 1971/75. Belgrado, Encarregado de Negócios, 1971. Belgrado, Segundo Secretário, 1972. Washington, Conselheiro, 1981/83. III Bienal Internacional da Gráfica de Florença, 1972 (comissário brasileiro). XXXVI Bienal de Veneza, 1972 (comissário-adjunto). IV Sessão do Subcomitê de Estatísticas de Óleos Vegetais, FAO, Roma, 1973 (delegado). VII Sessão do Grupo Intergovernamental de Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, FAO, Roma, 1973 (delegado). Delegação Permanente do Brasil junto a FAO, Roma, 1974 (chefe). II Sessão do Comitê de Agricultura, FAO, Roma, 1974 (delegado). XXXV Sessão do Subgrupo de Estatística de Cacau, FAO, Roma, 1974 (delegado). Grupo de Trabalho Consultivo de Pesquisas sobre Fibras Duras, FAO, Roma, 1974 (chefe). VII Sessão de Grupo Intergovernamental de Fibras Duras, FAO, Roma, 1974 (chefe). Consultas Intensivas sobre Fibras Duras, UNCTAD/FAO, Roma, 1974 (chefe). Consultas Intergovernamentais Intensivas sobre Chá, UNCTAD/FAO, Roma, 1974 (observador). XX Sessão do Comitê Executivo da Comissão do «Codex Alimentarius» (FAO/OMS, Roma 1974 (representante da América Latina). II Sessão do Subgrupo de Países Exportadores de Bananas, FAO/Roma, 1974 (chefe). VII Sessão do Subgrupo de Estatísticas do Grupo Intergovernamental de Bananas, FAO, Roma, 1974 (chefe). Sessão Especial do Grupo Intergovernamental de Bananas, Consultas Intensivas, FAO/UNCTAD; Roma, 1974 (chefe). X Sessão da Comissão do «Codex Alimentarius», FAO/OMS, Roma, 1974 (delegado). I Sessão da Comissão de Fertilizantes, FAO, Roma, 1974 (delegado). Reunião Extraordinária do Conselho da FAO, 1974 (delegado-suplente). XVIII Sessão do Grupo Intergovernamental de Cereais, FAO, Roma, 1974 (observador). Reunião do Grupo de Trabalho Preparatório da Conferência Mundial de Alimentos, Roma, 1974 (delegado). Sessão Especial do Grupo Intergovernamental sobre Cereais para a realização de consultas intensivas, UNCTAD/FAO, Roma, 1974 (observador). III Sessão do Comitê Preparatório da Conferência Mundial de Alimentos, Roma, 1974 (delegado). IV Sessão do Grupo Intergovernamental de Carne, FAO, Roma, 1974 (chefe). XLIX Sessão do Comitê de Produtos de Base, FAO, Roma, 1974 (delegado). IX Sessão do Comitê de Pesca, FAO, Roma, 1974 (delegado). XXXVI Sessão do Subgrupo de Estatística de cacau, FAO, Roma, 1974 (delegado). XXVI Sessão do Comitê Intergovernamental do Programa Mundial de Alimentos, Roma, 1974 (observador). Conferência Mundial de Alimentos, Roma, 1974 (delegado). LXIV Sessão do Conselho da

FAO, Roma, 1974 (delegado). Consultas Intergovernamentais sobre Cereais, Roma, 1974 (delegado). XVIII Sessão do Grupo Intergovernamental de Arroz, FAO, Roma, 1975 (observador). IX Sessão do Comitê Técnico Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional, FAO, Roma, 1975 (observador). Encontro Internacional *ad hoc* sobre Sistema Internacional de Reserva de Cereais, Londres, 1975 (representante). VI Sessão do Comitê Executivo do Conselho Internacional do Trigo, Londres, 1975 (delegado). LXXII Sessão Especial do Conselho Internacional do Trigo, Londres, 1975 (delegado). Consulta de Peritos sobre Estoques de Cereais, FAO, Roma, 1975 (observador). Sessão extraordinária do Conselho da FAO, Roma, 1975 (delegado). Reunião do Subgrupo Diretivo do Grupo Intergovernamental de Frutas Cítricas, FAO, Roma, 1975 (delegado). XXVII Sessão do Comitê Intergovernamental do Programa Mundial de Alimentos, Roma, 1975 (observador). III Sessão do Grupo Intergovernamental de Frutas Cítricas, FAO, Roma, 1975 (delegado). XVII Sessão do Comitê sobre Código de Princípios Referentes a Leite e Produtos Lácteos, FAO/OMS, Roma, 1975 (delegado). III Sessão do Comitê da Agricultura, FAO, Roma, 1975 (delegado). Reunião dos «Bankers Programme», FAO, Roma, 1975 (delegado). Consulta *ad hoc* sobre Segurança Alimentar Mundial, FAO, Roma, 1975 (observador). Reunião *ad hoc* sobre Reajuste Agrícola Internacional, FAO, Roma, 1975 (observador). LXVI Sessão do Conselho da FAO, Roma, 1975 (delegado). I Sessão do Conselho Mundial de Alimentação, ONU, Roma, 1975 (observador). IX Sessão do Grupo Intergovernamental de Fibras Duras, FAO, Roma, 1975 (chefe. Comitativa do Senhor Presidente da República, visita a Assunção, 1975 (integrante). Missão Brasileira ao Chile, para negociações sobre suprimento de cobre ao Brasil, 1976 (membro). Reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia, Belgrado, 1976 (integrante). Reunião da Comissão Mista Brasil-Tchecoslováquia, Praga, 1976 (integrante). Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, Budapeste, 1976 (integrante). Reunião da Comissão Mista Brasil-República Democrática Alemã, Berlim, 1976 (integrante). XXXIII Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1978.

GELSON FONSECA JÚNIOR

Rio de Janeiro/RJ, 6 de setembro de 1946. Filho de Gelson Fonseca e Cecília Baker Fonseca. Bacharel em Direito, Faculda-

de de Direito, UEG, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Mestrado em Assuntos Latino-Americano, Georgetown University. Professor de Relações Internacionais do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, 1979 a 1987. Examinador do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, 1980 a 1987. Membro da Banca do Curso de Altos Estudos, 1984 a 1988. Membro da Banca da Prova de Questões Internacionais ao Concurso Vestibular para o CPCD, 1987. Professor nos Cursos IRBr-UNITAR em Cabo Verde e Guiné-Bissau, 1983. Professor convidado do RIAL na área de planejamento político, 1986 a 1988. Diretor do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais, 1987-1988. Terceiro-Secretário, 3 de fevereiro de 1970. Segundo-Secretário, merecimento, 1 de janeiro de 1973. Primeiro-Secretário, merecimento, 30 de outubro de 1977. Conselheiro, merecimento, 23 de janeiro de 1980. Auxiliar do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1970/73. Assistente do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1973. Assistente do Chefe da Divisão da África-II, 1976/77. Membro da Equipe de Planejamento Político do Itamaraty, 1979/84. Assessor do Ministro de Estado, 1977/84. Ministro de Segunda Classe, merecimento, junho de 1984. Coordenador de Assuntos Bilaterais da Secretaria-Geral, 1985/87. Washington, Segundo-Secretário, 1973/76. I Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Washington, 1970 (membro). III Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Washington, 1971 (assessor). I Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, San José, 1971 (assessor). II Período de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Washington, 1972 (assessor). XV Reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana, México, 1973 (assessor). VIII Reunião Anual dos CIES, da OEA, Bogotá, 1973 (assessor). Comitativa do Ministro de Estado das Relações Exteriores à Assembleia-Geral da ONU 1977 (assessor). Comitativa da visita presidencial ao México, 1978 (assessor). Comitativa do Ministro de Estado das Relações Exteriores à Assembleia-Geral da ONU 1978 (assessor). Comitativa da visita Presidencial à Venezuela, 1979 (assessor). Comitativa da visita do Ministro de Estado a Cuba, 1987 (assessor). Comitativa da visita do Secretário-Geral das Relações Exteriores a Argentina, 1987 (membro). Publicações: «Studies on International Relations in Brazil: Recent Times 1950/80» in *Millenium: Journal of International Studies*, vol. 16, n. 2 «Notas sobre a questão da ordem internacional» in *contexto internacional*, jul./dez. 87.

GERALDINE HARRISON

ELT Consultant (Brazil), Heinemann Educational Books, 22 Bedford Square, London, 1986/87; Teacher of English as a Second Language American School of Warsaw, Warsaw, Poland, 1983/85; Teacher of English as a Foreign Language German Embassy School, Warsaw, Poland, 1982/83; Freelance EFL teacher: Zacheta Gallery, Warsaw Institute of Agriculture Embassy of France, (1980-82); EFL Course Director International Atomic Energy Agency, Vienna, Austria (parttime position), (1978/80); EFL Teacher, Regent School of English, Oxford Street, London, (1976/78); Teacher Training: Gave series of lectures and workshops to various groups of English teachers in Warsaw and São Paulo; Broadcasting: Presenter of English Language Teaching Programme for Polish Radio; Other: Taught and lectured (Modern English Literature) on British Council residential courses in Austria and Poland.

ISSA ANTÔNIO BONDUKI

Licenciado em Ciências Econômicas e Políticas, Faculdade de Direito, Universidade Líbanesa de Beirute. Professor de Língua Árabe, História e Geografia, Homs, Síria, 1948/54; Diretor do Colégio Diddi-Tripoli, Líbano, 1955/56; Diretor do Colégio de Dhour-el-Choueir, Líbano, 1956/57; Redator de assuntos econômicos do jornal *Sada-Luban*, Líbano, 1956/59. Professor de Língua Árabe no Instituto de Cultura Árabe-Brasileira (ICAB). Tradutor de árabe.

JORGE LUÍS FONTOURA

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná, é Doutor em Direito Internacional pela Università degli Studi de Parma e pela Faculdade de Direito do São Francisco, da USP. Possui os cursos de especialização em Direito Internacional da Comissão Jurídica Interamericana (OEA), da Academia de Direito Internacional da Haia e da SIOI — Società Italiana per l'Organizzazione Internazionale, sede de Milão. Como bolsista da ONU participou do UNITAR International Programme, junto à Corte Internacional de Justiça e como aluno do Curso de Preparação às Funções Internacionais da SIOI/Ministero degli Affari Esteri, da

Itália, realizou viagem de estudos ao Parlamento Europeu, sede de Luxemburgo, Comissão das Comunidades Europeias e OTAN, em Bruxelas, e OCDE, em Paris. Como títulos universitários possui a 1ª colocação no concurso vestibular à Faculdade de Direito da UFP, 1972, e a menção de Summa cum Laude em sua tese de doutorado «Evoluzione Storica e Recenti Sviluppi del Diritto Nucleare», defendida na Universidade de Parma, em 24 de julho de 1981. Professor titular de Direito Internacional Público I, do Instituto Rio Branco, desde 1986, exerce o cargo de Assessor Legislativo de Relações Exteriores do Senado Federal, após ter sido aprovado em concurso nacional de provas e títulos, em 1985, à disposição da Assembléia Nacional Constituinte, no biênio 87/88. Possui as seguintes publicações: «Evoluzione Storica e Recenti Sviluppi del Diritto Nucleare», tese de doutoramento, Universidade de Parma, 1981; «O Legislativo e a Política Externa», Edições Técnicas do Senado Federal, 1986; «Derecho Antartico», nos «Anais da Conferência da Interamerican Bar Association», Buenos Aires, 1986; *Lesões do Nascituro e Danos Genéticos de Origem Nuclear*, na «Revista do Tribunal de Justiça do DF», nº 14; *Responsabilidade Civil Nuclear*, «Revista do Instituto dos Advogados do DF», nº 8/84; *El Derecho Internacional y el Narcotráfico*, texto de conferência proferida como professor visitante da Universidade Nacional de Assunção, 1984; *Crise de credibilidade do Direito Internacional*, texto de conferência publicada pelo IBRAPE/Brasília, 1984; *Uma nova metodologia para o Ensino do Direito Internacional*, trabalho realizado para o XI Curso da Comissão Jurídica Interamericana, Rio de Janeiro, 1985; *Examen de las cláusulas sobre solución pacífica de conflictos en los tratados vigentes sobre cooperación e integración latinoamericanos*, parecer jurídico para o IAEAL, Instituto de Altos Estudios de America Latina, Caracas, 1988. Indicado como representante da OAB na Comissão Examinadora do Concurso de Procurador da República, 1988, é membro efetivo do Instituto dos Advogados do Distrito Federal e da Interamerican Bar Association, Washington, D.C., na qual compõe os comitês permanentes de Direito Internacional e Ensino Jurídico.

JOSÉ FRANCISCO REZEK

I — Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1966. Diploma de Estudos Superiores de Doutorado em Direito Público pela Faculdade de Direito da

UFMG, 1967. Bolsista da Interamerican University Foundation para viagem aos Estados Unidos da América, 1965. Diploma da Universidade Harvard em curso de extensão: Instituições Americanas; Problemas do Desenvolvimento Econômico. Bolsista do Governo francês em nível de pós-graduação, 1967/1968, 1970. Integrante do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Internacional e Relações Internacionais da Academia de Direito Internacional de Haia, 1968. Doutor em Direito Internacional Público pela Universidade de Paris, 1970. Pesquisador-visitante na Universidade de Paris, a convite do Governo francês, 1973. Pesquisador de nível pós-doutoral na Universidade de Oxford, em Direito Público Comparado, com o patrocínio do Conselho Britânico, 1978/1979. «Diploma in Law» pela Universidade de Oxford, 1979.

II — Professor-Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais mediante concurso público, 1970; Professor de Direito Internacional Público, no curso de Bacharelado, e de Relações Internacionais, no curso de Doutorado, da Faculdade de Direito da UFMG, 1970. Professor Titular na UnB; Professor de Direito Internacional Público nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, e de Direito Constitucional no curso de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, desde abril de 1971. Chefe do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, 1974/1976. Membro da comissão de implantação e primeiro Coordenador do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília, 1974/1975. Professor de Direito Internacional dos Ciclos de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial do CENDEC, 1977/1980. Conferencista, examinador de teses de doutoramento e de concursos para a cátedra nas principais universidades do País. Professor na Academia da Haia, em 1986. Diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1978/1979.

III — Procurador da República mediante concurso nacional, 1972; promovido por merecimento, 1973 e 1974. Subprocurador-Geral da República com exercício junto ao Supremo Tribunal Federal, 1979/1983. Ministro do Supremo Tribunal Federal, 1983.

IV — Delegado do Brasil às três sessões da Conferência Diplomática para a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário Aplicável aos Conflitos Armados, Genebra, 1974, 1975, 1976. Membro da Comissão designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores para a instrução dos processos decorrentes da Lei de Anistia nos quadros do Itamaraty. Examinador das teses apresentadas por diplomatas inscritos no Curso de Altos Estudos, desde 1982.

V — Principais obras publicadas: «Droit des Traités: Particularités des Actes Constitutifs d'Organisations Internationales», Academia de Direito Internacional de Haia, 1968. «La Conduite des Relations Internationales dans le Droit Constitutionnel Latino-Américain», tese de doutoramento, edição subvencionada pela Universidade de Paris, Dactylo-Sorbonne, Paris, 1970. *Comunicações de Massa na Constituição Brasileira*, in «Notícia do Direito Brasileiro», n° 2, Universidade de Brasília, 1972. *As Relações Internacionais na Constituição da Primeira República*, in «Arquivos do Ministério da Justiça», n° 126, Imprensa Nacional, Brasília, 1973. *O Princípio da Nacionalidade e a Aplicação da Lei Penal Brasileira*, in «Boletim do Departamento de Polícia Federal», Brasília, maio, 1973. *Perspectiva do Tratado Institucional*, in «Notícia do Direito Brasileiro», n° 3, Universidade de Brasília, 1975. *A Questão da Nacionalidade após a Lei n° 6.092/74*, in «Notícia do Direito Brasileiro», n° 4, Universidade de Brasília, 1976. *Perspectiva do Regime Jurídico da Extradicação*, in «Estudos de Direito Público em Homenagem a Aliomar Baleeiro», Universidade de Brasília, 1976 (segunda edição in «Relações Internacionais», n° 1, Câmara dos Deputados, Brasília, 1978). *O Juscolonialismo na Teoria da Responsabilidade Internacional*, in «Notícia do Direito Brasileiro», n° 5, Universidade de Brasília, 1976. *Organização Política do Brasil*, Universidade de Brasília, Unidade I da série Estudos de Problemas Brasileiros, 1981. *A Disciplina Internacional da Nacionalidade*, in «Letras Jurídicas — Revista do Instituto dos Advogados do Distrito Federal», n° 1, Brasília, 1977. *Aspectos Elementares do Estatuto da Igualdade*, in «Atualidades da Revista Forense», n° 3, Rio de Janeiro, 1977; 2ª edição in «Boletim do Ministério da Justiça» n° 277, Lisboa, 1978; 3ª edição in «Revista Jurídica» n° 88, Porto Alegre, 1978. *Conselho de Estado. Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros* (direção geral, introdução e notas), edição da Câmara dos Deputados e do Ministério das Relações Exteriores, 1º vol. (1842/1845), 1978; 2º vol. (1846/1848), 1979; 3º vol. (1849/1853), 1981; 4º vol. (1854/1857); Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília. *A Nacionalidade à Luz da Obra de Pontes de Miranda*, in «Revista Forense», n° 263, Rio de Janeiro, 1979. *Variantes da Extradicação e Direitos Humanos*, in «Arquivos do Ministério da Justiça», n° 151, Imprensa Nacional, Brasília, 1979. *Constitucionalidade do Empréstimo Compulsório de 1980*, in «Revista Forense», n° 277, Rio de Janeiro, 1982. *Limites Constitucionais da Liberdade de Trabalho*, in «Revista do Serviço Público», vol. 110-2, Dasp-Funcep, Brasília, 1982. *Reciprocity as a Basis of Extra-*

dition, in «British Yearbook of International Law», n.º 52, Oxford, 1982. *Alcance do Veto Fundado em Contrariedade ao Interesse Público*, in «Revista Forense», n.º 278, Rio de Janeiro, 1982. *Direito dos Tratados*, Forense, Rio de Janeiro, XXIV + 628 pp. *Les dimensions internationales du droit humanitaire* (capítulo X, «Protection des victimes des conflits armés»), obra coletiva patrocinada pela Unesco e pelo Institut Henry Dunant, Paris, Pedone, 1986. *Le droit international de la nationalité*, Recueil des cours de l'Académie de Droit International de la Haye, tomo 189, 1987.

KORI YAANE BOLÍVIA CARRASCO COSTA

Bacharela em Humanidades, Universidade Mayor de San Andrés, La Paz. Curso de Idiomas, Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, Departamento de Lingüística e Idiomas, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz. Licenciatura e Mestrado em letras, Universidade de Brasília. Cursos de Arte Espanhola, Gramática em grau superior, Literatura Espanhola em grau superior, História da Espanha, Escuela de Verano Española, Madri. Curso de Teatro, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz. Cursos de Poesia Brasileira do Período Modernista, Surrealismo na Literatura Francesa, Teatro Brasileiro e Dramaturgia, Universidade de Brasília. Professora de Lógica para vestibulandos, Universidade de La Paz, 1969. Monitora de Língua Portuguesa, UnB, 1978/79. Professora de Português para Estrangeiros, UnB, 1979. Professora de Língua e Literatura Espanhola, Instituto de Cultura Hispânica, desde 1978. IV Reunião Nacional de Poetas, La Paz, 1975. I Congresso de Escritores e Poetas, La Paz, 1975. IX, X, XI, XII, XIII, XV e XVII Simpósios de Literatura, Brasília, 1977/85. XXVIII Assembléia de Delegados da Confederação Mundial das Organizações dos Profissionais de Ensino, Brasília, 1980. Membro do Teatro Universitário de «San Andrés», Universidad do Teatro Universitário de «San Andrés», Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, 1969/71. Membro do «Teatro Alianza Francesa», La Paz, 1971/84. Secretária de Difusão e Promoção da Nova Literatura, do Primeiro Diretório da União Boliviana de Escritores, La Paz. Membro fundador da União Boliviana de Escritores, La Paz. Autora de livros de poesia e artigos diversos, publicados em La Paz. I Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, outubro/1985, RJ.

LUCÍLIA HELENA DO CARMO GARCEZ

Licenciada em Letras, Língua e Literatura Portuguesa (1972); Mestra em Teoria da Literatura (UnB-1980); Cursos de atualização: Técnica e cultura jornalística (1966); Literatura de Cordel (1970); Comunicação e Expressão Através da Imagem e do Som (1976); Cinema e Literatura (1977); Romance Brasileiro Moderno (1977); Produção Editorial e Gráfico-Industrial (1981); Capacitação de Técnicos de Editoras Universitárias Brasileiras (1983); Análise do Discurso: contribuições para o ensino de línguas (1986); Entendendo o Processo de Leitura (1987). Atividades profissionais: Professora do Curso de Letras da Universidade Federal de Sergipe (1975 a 1977); Professora do Curso de Pós-Graduação em Letras do CEUB (1985). Coordenadora de Apoio ao Desenvolvimento Social e Cultural do Ensino Superior, SESU-MEC (1985); Professora colaboradora da Fundação Getúlio Vargas (1987); Professora Colaboradora da Escola Nacional de Aperfeiçoamento do Serviço Público — ENAP (1988); Consultora do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, CEDATE-MEC; Consultora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, INEP-MEC; Consultora do MEC para reconhecimento de cursos superiores de Letras; Coordenadora do Programa de Integração da Universidade com o 1.º grau, Projeto Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem de Português. Professora Assistente IV, do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula da Universidade de Brasília (a partir de 1986).

LUIZ CLÁUDIO ETCHEBERT MARINHO

A. *Estudos Superiores*: Faculdade de Direito da Universidade Católica do Rio de Janeiro, de 1960 a 1964: Advogado; Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 1963 a 1966: Economista; Programa de estudos Latino-Americanos para Graduados — Escolatina, Universidade do Chile, de 1969 a 1970: M.Sc. em Economia.

B. *Cargos Desempenhados*: Secretário Privado do Jurista Embaixador Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, de 1960 a 1964; Investigador do Centro de Desenvolvimento Econômico, CEPAL/BNDE, Rio de Janeiro, 1965-1966; Economista investigador e professor do Centro de Desenvolvimento Econômico, CEPAL/BNDE, Rio de Janeiro, 1967; Consultor do Instituto

Latino-americano de Planificación Económica y Social ILPES/Naciones Unidas — Coordinador do Programa de Capacitação do Instituto no Brasil, Rio de Janeiro, 1968; Economista da Comisión Económica para América Latina — CEPAL/Naciones Unidas; Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento Econômico, Santiago do Chile, 1970-1971; Professor do Programa de Capacitação do Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social — ILPES/Naciones Unidas, Santiago do Chile, 1971-1975; Economista da Comisión Económica para América Latina — CEPAL/Naciones Unidas, Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento Econômico, 1976-1980; Economista da Unidade Conjunta CEPAL/CET (Centro sobre Empresas Transnacionais das Nações Unidas), 1981-1983; Diretor da Unidade Conjunta CEPAL/CET, 1984-1985; Diretor do Escritório da CEPAL no Brasil: de 1986 até a presente data.

C. Experiência Docente: Professor titular da cátedra de Macroeconomia, na Faculdade de Economia e Política do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1967-1968; Professor titular (por concurso), da cátedra de Contabilidade Social, da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1968; Professor titular das cátedras de Análise Econômica, Teoria do Desenvolvimento Econômico e Economia Brasileira, dos cursos intensivos de treinamento em problemas de desenvolvimento econômico, ILPES: Brasil, 1966-1969 (Professor em 12 cursos); Professor titular da cátedra de Introdução à Economia II, Escuela de Economía, Universidad de Chile, Santiago do Chile, 1970; Professor titular da cátedra de Introdução à Economia I, Escuela de Economía, Universidad de Chile, Santiago do Chile, 1971, Professor da cátedra de Análise Econômica, Centro Interdisciplinario de Desarrollo Urbano y Regional, Universidad Católica de Chile, Santiago do Chile, 1971; Professor titular das cátedras de Estrutura e Funcionamento do Sistema Econômico, Teoria do desenvolvimento econômico e Política Econômica, no Programa de Capacitación del Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, ILPES/Naciones Unidas — Um total de 20 cursos em Santiago do Chile e vários países da América Latina, 1971 a 1975; Professor da cátedra de Desenvolvimento Econômico dos cursos de Planificación y Desarrollo, Programa Nacional de Capacitación Tecnológica de la Secretaría de la Presidencia, México, de 1973 a 1975; Professor da cátedra de Desenvolvimento Econômico, no Curso de Impacto Ambiental, realizado pelo Centro Internacional de Formación en Ciencias Ambientales — CIFCA/PNUMA, Governo Espanhol, Madrid, 1976; Professor ti-

tular da cátedra de Desenvolvimento Econômico, nos cursos de Planificación y Política Económica, do Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, ILPES, em Santiago do Chile, 1976 a 1989 — 15 cursos; Professor da cátedra de Desenvolvimento Econômico, no Curso de Desarrollo Rural Integral, Centro de Estudios Regionais, Rehovot, Israel, 1978; Professor da cátedra de Desenvolvimento Econômico, nos Cursos do Centro de Treinamento para Desenvolvimento Econômico (CENDEC), Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Brasília, 1975 — 5 cursos — 1986. Professor da cátedra de Experiência e Pensamento sobre o Desenvolvimento da América Latina, no Curso sobre Processo e Problemas do Desenvolvimento na América Latina, Instituto de Cooperação Iberoamericana, Madrid, 1980 a 1989 — 10 cursos. Professor da cátedra de Economia e Comércio Latino-Americano do V. Curso de Especialização sobre América Latina — Faculdade de Estudos Sociais Aplicados — Universidade de Brasília — 1988; Professor titular da cátedra de Economia — Instituto Rio Branco — Ministério das Relações Exteriores — Brasília — 1988, 1989.

D. Trabalhos Publicados: Colaborador nas seguintes pesquisas publicadas pelo Escritório CEPAL/ILPES no Brasil: 1) «15 Años de Política Económica en Brasil», 1965; 2) «Brasil, 1966: Un Estudio sobre la Economía Brasileña», 1966; 3) «Planificación Estatal en Brasil», 1967. Co-autoria: 1) «Tendencias y Estructuras de la Economía Latinoamericana» — CEPAL, Estudio Económico para América Latina, 1970; 2) «O Pensamento da CEPAL», Ed. Ianamá, Salvador, 1988. Autor de: 1) «Los Clásicos, Keynes y la desocupación», Universidade de Campinas, São Paulo, 1970; 2) «Consideraciones sobre la Teoría Keynesiana del Ingreso» — ILPES, Santiago do Chile, 1971; 3) «La Inflación Reciente en seis Países Latinoamericanos — El caso de Brasil» — CEPAL, Estudio Económico da América Latina, 1974; 3) «A Inflação Recente no Brasil e na América Latina», juntamente com Aníbal Pinto, Héctor Assael e Arturo Nuñez del Prado. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1978; 4) «Tendencias en la Economía de América Latina». América Latina: Economía y Cooperativismo, Intercoop Ed., Buenos Aires, 1978; 5) «Curso de Economía», juntamente com Aníbal Pinto e Carlos Fredes. Entrelivros Editora, Rio de Janeiro, 1979; 6) «Las Empresas Transnacionales y la Modalidad Actual de Crecimiento Económico de América Latina: Algunas Consideraciones». Revista n.º 14 da CEPAL, agosto de 1981; 7) «Las Relaciones de América Latina con los Estados Unidos — Empresas Transnacionales», juntamente com Eugenio Lahera.

SELA, Caracas, agosto de 1981; 8) «La CEPAL y las Concepciones del Desarrollo en América Latina». Brasília, mimeo — 1988.

LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA

Rio de Janeiro/RJ, 16 de julho de 1945. Filho de João Luís de Seixas Corrêa e Maria Celina Leão Teixeira de Seixas Corrêa. Bacharel em Direito, Faculdade de Direito Cândido Mendes, RJ; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, 1969; Curso de Altos Estudos, 1981;

Terceiro-Secretário, 3 de março de 1967; Segundo-Secretário, merecimento, 30 de junho de 1969; Primeiro-Secretário, merecimento, 18 de maio de 1975; Conselheiro, merecimento, 2 de março de 1979; Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de junho de 1983; Ministro de Primeira Classe, merecimento, 16 de dezembro de 1987; Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional-I, 1967/68; Assistente do Chefe da Divisão da Amazônia, 1969; Assessor do Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, 1977/78; Assessor do Chefe do Departamento da Ásia, África e Oceania, 1978/79; Assessor do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, 1983/1985; Assessor do Presidente da República, 1987/1988; Bonn, Segundo-Secretário, 1970/71; Nova York, ONU, Segundo-Secretário, 1971/73; Buenos Aires, Segundo-Secretário, 1974; Buenos Aires, Primeiro-Secretário, 1975/76; Washington, Conselheiro, 1979/83; Paris (Delegação junto à UNESCO), Ministro-Conselheiro, 1985/87.

Reunião do Subcomitê da Rodovia Bolivariana Marginal da Selva, La Paz, 1967 (membro); Comitativa do Ministro do Interior em visita ao Uruguai, 1967 (membro); IV Reunião da CEBAC, Buenos Aires, 1967 e 1968 (membro); Missão Especial à solenidade de posse do Presidente do Equador, 1968 (membro); Grupo de Trabalho de Preparação da II Conferência dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Santa Cruz de la Sierra, 1968 (membro); V Reunião do Grupo de Peritos do Projeto A-4 (navegação), Buenos Aires; 1974 (delegado); Delegação do Brasil às XXVI, XXVII, XXVIII e XXXIII Sessões da Assembléia Geral da ONU, 1971, 1972, 1973 e 1978 (membro); Delegação do Brasil à XX Sessão da Conferência Geral da UNESCO 1985 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial ao Peru, 1987 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à Venezuela, 1987 (membro); Comitativa do Senhor

Presidente da República à I Reunião Presidencial de Mecanismo Permanente de Concertação e Consulta (Grupo dos 8), México, 1987 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à Colômbia, 1988 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República à Assembléia-Geral Especial da ONU dedicada ao Desarmamento, 1988 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à República Popular da China, 1988 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à Bolívia, 1988 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à União Soviética, 1988 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República à II Reunião Presidencial do Mecanismo Permanente de Concertação e Consulta (Grupo dos 8), Uruguai, 1988 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à Argentina, 1988 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à República Popular de Angola, 1989 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial à Guiana, 1989 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em visita oficial ao Suriname, 1989 (membro); Comitativa do Senhor Presidente da República em missão às exéquias do Imperador Hiroito, Japão, 1989 (membro).

Prêmio Rio Branco, Medalha de Vermeil, CPCD, IRBr; Prêmio Lafayette Carvalho e Silva, CPCD, IRBr.

LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE

Rio de Janeiro/RJ, 21 de outubro de 1950. Filho de Carlos Auto de Andrade e Maria Dulce Seixas de Andrade.

Escola de Formação da Reserva da Marinha (EFORM). Curso de Economia, Faculdade Cândido Mendes. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. Terceiro-Secretário, 9 de novembro de 1976. Segundo-Secretário, antiguidade, 21 de junho de 1979. Primeiro-Secretário, merecimento, 30 de junho de 1986. Assistente do Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1976/80. Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional I, 1987. Assessor do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores; 1987. Nova York, Cônsul-Adjunto, SECOM, 1980/83. Buenos Aires, Segundo-Secretário, 1983/86. Buenos Aires, Primeiro-Secretário, 1986/87.

MARIE HÉLENE GROSSELLE DE MELO DE FERREIRA

Professeur détaché par le gouvernement français à l'Alliance Française de Brasília; Baccalauréat: juin 1966; Licence d'espag-

nol: juin 1969; Licence de portugais: octobre 1972; septembre 1969 à juin 1971: Professeur d'espagnol dans l'Académie de Poitiers; septembre 1971 à juin 1976: Professeur d'espagnol dans l'Académie de Bordeaux; octobre 1976 à juin 1985: Professeur de français langue étrangère à l'Institut Français do Porto; september 1985 à mars 1988: Professeur d'espagnol (et de portugais, 86/87) dans l'Académie de Bordeaux.

MICHIO YAMAGUCHI

Bacharel em Direito, Keio University, Tóquio, 1932. Professor de Japonês em São Paulo, Goiás e Brasília, 22 de novembro de 1980, julho de 1983. Fundador da Associação de Intercâmbio Cultural Brasil-Japão, (AICBJ); Eleito para Conselho Fiscal efetivo, julho de 1983 — julho de 1985. Reeito para o mesmo cargo da AICBJ. Julho de 1985: Reeito para o mesmo cargo da AICBJ. Março de 1983: Fundador do Instituto Midori, escola da língua japonesa em Brasília, DF. Diretor e professor do Instituto Midori.

JEAN-FRANÇOIS CLEAVER

Licenciatura em Português e Espanhol na Université de Provence-1973. Mestrado em Civilização Espanhola na Universidade supracitada, 1974. Estágio de ensino audiovisual de francês na Aliança Francesa de Paris, 1973. Funções de Tradutor-Intérprete e Técnico em Assuntos Educacionais, MEC/SEPS, MEC/INEP, MEC/SG/SEAI, de 1980 a 1986. Presta serviços de Tradutor-Intérprete à Fundação Cabo Frio e outros órgãos públicos. Professor de língua francesa em: CEUB, 1976; Escola Francesa de Brasília, 1976; Aliança Francesa de Bogotá, 1977-1978; Eletronorte, 1979; Escola Americana de Brasília, 1980; Ministério da Saúde, 1980; MEC, 1980-1985; Rio Branco, 1985-1986; IBRAF, 1986. Professor de língua espanhola em: Education Nationale, da França (1975-1976); Centro de Cultura Hispânica do Brasil (1976 e 1979); Escola Americana de Brasília (1980).

PATRICK KEVIN REDMOND

Bacharelato em Letras, Universidade de Cluain Mhuire, Institute of Higher Studies, Galwey, Irlanda, 1954, Licenciatura em Teologia, Alfonsianum, Roma, 1959. Atividades profissionais: Di-

retor do Colégio Agrícola, Pedro Afonso, GO. Professor de Inglês, Colégio São Clemente, Fortaleza, CE. Tradutor e intérprete, Teresina, PI. Professor de inglês e coordenador do treinamento de professores. Curso Brasas, 1977/79. Cursos ministrados no Ministério do Interior, 1977/78; no Ministério da Agricultura, 1979; na Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, 1979; no Ministério das Comunicações, 1980/81. Cursos de inglês no Braço do Brasil e Banco Lar Brasileiro, Professor do Instituto Britânico Independente.

PATRICK SIGNUDI

Professeur de Français, Associação de Cultura Franco-Brasileira, Aliança Francesa; *Diplôme d'Etudes Universitaires Générales en Espagnol* (1984); *Licence Spécialisation espagnol* (1985); *Diplôme d'espagnol Commercial et touristique, Chambre de Commerce d'Espagne à Paris* (1985); *Maitrise espagnol et CAPES théorique* (1986); *CAPES pratique (Certificat d'aptitude au professorat de l'enseignement secondaire)*, (1987).

RAPHAEL VALENTINO SOBRINHO

São Paulo/SP, 18 de abril de 1936. Filho de Virgínio Maria Rosário Valentino e Maria Fanuele Valentino.

Formação e Atividades Universitárias: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — São Paulo. Prêmio Rodrigues Alves Filho (1958), Prêmio Vicente Ráo (1956 e 1957).

Prêmio Theodureto de Camargo Filho (1957), Prêmio Walde-mar Ferreira (1956 e 1957), Prêmio Francisco Emíldio da Fonseca Pacheco (1958), Prêmio Philadelpho de Azevedo (1956, 1957 e 1958), Prêmio Basileu Garcia (1956 e 1957), Prêmio Livreiro Sarai-va (1958), Prêmio João Arruda (1959); Prêmio da Associação dos Advogados de São Paulo (1958), Prêmio da Editora Lex (1958), todos da Universidade de São Paulo. Membro Associado da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (1969). Curso de Doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas. Universidade de Paris (1959-1960). Doutor em Economia Política, aprovado com distinção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974. Livre-Docente, por concurso, aprovado com distinção, da cadeira de Economia Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974. Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, 1978. Mes-

tre em Economia e História Econômica («Area Studies»), pelo University College, da Universidade de Londres (1979). Curso de Doutorado em Economia e História Econômica, na London School of Economics, da Universidade de Londres (1980/1982). Professor de Direito Internacional Público, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1968. Professor de Política Internacional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1968. Professor de Relações Internacionais, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1969. Professor de Problemas Internacionais Contemporâneos, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1969. Professor de Direito Constitucional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1969/1970 e 1972. Professor de Problemas Econômicos Contemporâneos, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1970/74. Professor de Política Internacional, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco, 1974. Livre-Docente de Economia Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conferencista da Escola Naval, Cursos de Direito Internacional, 1968/1972, e de Economia Internacional, 1969/74. Professor de Relações Internacionais e de Economia do Desenvolvimento, Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Fundação Getúlio Vargas, 1972/74. Professor de Relações Econômicas Internacionais e de Economia do Desenvolvimento, Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Fundação Getúlio Vargas, 1972/74. Professor de Política Internacional, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972/74. Professor de Economia Política, Universidade do Estado da Guanabara, 1973/74. Professor de Economia do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, 1983/86. Examinador de Economia do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, 1983/1986. Pesquisador do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1984).

Publicações: A Plataforma Continental. «Revista do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais», 1964. *O Estado Comerciante nas Relações Internacionais*, «Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional», 1964. *A Denegação de Justiça e o Acordo de Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos da América*, «Revista Brasileira de Direito Processual Civil», Saraiva, 1966. *A Irrigação e a Revolução Agrícola no Brasil*, «Estudos APEC», 1969. *O Nordeste Brasileiro na Perspectiva Internacional*, «Estudos APEC», 1969. *O Nordeste e as Três Ver-*

dades do Desenvolvimento, «Estudos APEC», 1971. *O Brasil ante a Alternativa Comercial Européia*, «Estudos APEC», 1971. *Ajuda Internacional e Desenvolvimento*, in «As Nações Unidas e os Problemas Internacionais», Fundação Getúlio Vargas, 1974. *Política e Comércio Internacional*, «Estudos APEC», 1974. *O Macrodesafio das Exportações*, «Estudos APEC», 1974. *A Função-Empresa na Integração Latino-Americana* (tese de livre-docência, APEC, 1975). *Direito Internacional Público* (em co-autoria), Escola de Guerra Naval, 1974. *A Estratégia Atual da Política Externa Brasileira*, Livraria José Olímpio Editora, 1975. *Growth With Inflation in Brazil (1968-1973): its causes, origins and consequences* (Londres, Universidade de Londres, Institute of Latin American Studies, tese de mestrado, 1979; edição pública no prelo, com prefácio do Professor Gilberto Freyre). *Theories of diffusion and dependency e Brazil, a country study*, in Christopher Saunders (ed.), «The Political Economy of New and Old Industrial Countries» (Londres, Butterworthy, 1981). *O Charme Discreto da Destruição Criadora*, «Caderno Especial do Jornal do Brasil», 10.02.85, p. 5. *O Suicídio dos Méritos do Capitalismo*, «Caderno Especial do Jornal do Brasil», 14.04.85, p. 2. *A Política Exterior do Brasil*, «Digesto Econômico», 310 (janeiro-fevereiro 1985, pp. 44-66). «An Evolutionary Approach to Inflation» («Paper» apresentado à 1ª Conferência da Sociedade Internacional Joseph Schumpeter, Augsburg, setembro de 1986).

Atividades Profissionais: Promoções Diplomáticas — Terceiro-Secretário, concurso, 20.01.1964. Segundo-Secretário, merecimento, 31.12.1967. Primeiro-Secretário, merecimento, 1º.1.1973. Conselheiro, merecimento, 29.6.1979. Ministro de Segunda Classe, merecimento, 21.12.1983.

Postos e Missões: Membro da Comissão de Estudos do Direito do Mar, 1963 (representante do Ministério das Relações Exteriores). Assistente do Secretário-Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, 1964. À disposição do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1965/66 (Subchefe da Assessoria Internacional). À disposição do Ministério do Interior, 1967/72 (Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional). À Disposição da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica, Lima, 1971 (membro). I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica, Caracas, 1971 (delegado). I Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana de Cooperação Econômica e Técnica, Bogotá, 1972 (delegado). Conferência da ONU sobre

Meio Ambiente, Estocolmo, 1972 (assessor). Coordenador de Ensino do Instituto Rio Branco, 1973/1974. Primeiro-Secretário da Embaixada do Brasil em Londres, 1974/1979. Conselheiro da Embaixada do Brasil em Londres, 1979/1982. XXVI Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe). Conferência Internacional da IMCO para o estabelecimento de um Sistema Internacional de Satélite Marítimo, Londres, 1975 (delegado). XI Sessão do Comitê de Cooperação Técnica e da XXXIV Sessão do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (chefe). Grupo de Trabalho Orçamentário da International Maritime Consultative Organization (IMCO), 1975 (representante). XXXIV Sessão do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (delegado). XXVII Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe). Reunião do Comitê Executivo do Conselho Internacional do Trigo, 1975 (chefe). Reunião do Grupo Preparatório do Conselho Internacional do Trigo, 1975 (chefe). Reunião do Subgrupo de Peritos do Grupo de Trabalho Internacional da IMCO para o estabelecimento de um Sistema Internacional de Satélite Marítimo, Oslo, 1975 (chefe). Negociações sobre transporte aéreo com o Department of Trade, Reino Unido, 1975 (membro da delegação). XXVIII Sessão do Comitê Jurídico da IMCO, Londres, 1975 (chefe). IX Assembléia da IMCO, Londres, 1975 (membro). Reunião do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (membro). Reunião do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho, Londres, 1975 (chefe). Participante do Seminário sobre Reforma Monetária Internacional, patrocinado pelo Institut Atlantique de Paris, em Jouy-en-Josas, 1975. II Sessão da II Conferência Intergovernamental sobre a Implantação de um Sistema Global de Comunicações Marítimas via Satélite, IMCO, Londres, 1976 (delegado). Chefe do Setor Econômico-Financeiro da Embaixada em Londres (1976/1982). À disposição do Gabinete do Ministro da Fazenda para exercer a função de Consultor Especial do Presidente do Banco Central do Brasil, a partir de setembro de 1982. Representante da Embaixada em Londres nas Reuniões de Coordenação dos Chefes de Setores Econômicos das Embaixadas junto aos países da Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas (1976-1982). Representante da Embaixada em Londres no Seminário do Financial Times, preparatório da Reunião de Chefe de Estado em Cancún (1981). Representante da Embaixada em Londres no Royal Institute of International Affairs (Chatham House), Londres, de 1976 a 1982. Integrante das Delegações brasileiras para conversações informais com o Department of Trade sobre concessão de garantias do Export Credit Guarantee Department, do Reino Unido (1976-1982).

À disposição da Delegação Interparlamentar Brasileira que visitou o Reino Unido a convite da Seção Britânica da União Interparlamentar (1978). À disposição do Vice-Presidente eleito do Brasil, em visita oficial ao Reino Unido, em 1979. À disposição do Ministro da Indústria e do Comércio do Brasil em visitas oficiais a Londres (1980 e 1982). À disposição do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Ministro da Fazenda, em sucessivas visitas a Londres, para conversações financeiras (de 1982 a 1986). Conferencista e representante da Embaixada em Londres no «Overseas Development Institute», de Londres. Participante do Seminário «The Political Economy of New and Old Industrial Countries», promovido pela Universidade de Sussex, 1980. Negociador do «Projeto IV» de endividamento externo brasileiro, em Londres e Paris, 1983. Consultor da Presidência do Banco Central do Brasil (1983-1985). Consultor da Diretoria da Área Externa do Banco Central do Brasil (1985-1986). Membro-Fundador e Participante da 1ª Conferência da Sociedade Internacional Joseph Schumpeter (Augsburgo — setembro de 1986).

ROBERTO FURIAN ARDENGHY

Cruz Alta/RS, 26 de novembro de 1961. Filho de Decio Westphalen Ardenghy e Nadyr Carmen Furian Ardenghy. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Santa Maria. «Certificat d'Etudes Pratiques de l'Alliance Française», CEPAL. Curso de Extensão «Relações Internacionais», Universidade de Brasília. Secretário da Faculdade de Estudos Sociais aplicados da Universidade de Brasília, 1984/85.

Terceiro-Secretário, 16 de dezembro de 1986. Divisão de Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, 1987.

Município Brasileiro: «Histórico e Atual Autonomia Legislativa», in «Estudos Jurídicos» n. 1, 1983, «Revista do Diretório Livre do Direito», da Universidade Federal de Santa Maria.

ROBERTO WANDERLEY DE SOUZA FERREIRA

Bacharel em Direito, Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal; formação em língua estrangeira (russo); participação no Seminário de Introdução à Metodologia Audiovisual para Aplicação do Método Micha (russo), Rio de Janeiro, fevereiro/1981; Estágio de Atualização Pedagógica sobre Ensino da

Língua Russa como Estrangeira, Centre International d'Etudes Pédagogiques (CIEP), Sèvres, França, setembro/1982. Tradutor de russo, São Paulo; intérprete na VI Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasileiro-Soviética, outubro/1979; intérprete do Presidente da Câmara dos Deputados por ocasião da visita da Delegação Parlamentar Soviética a Brasília, abril/1980; intérprete na VIII Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-URSS para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, Brasília, julho/1982; intérprete na Exposição Comercial Brasileira, Moscou, setembro-outubro/1982.

SARA BURKITT WALKER

Bachelor of Arts. Línguas Modernas (Francês e Espanhol), Universidade de Oxford, 1960-63. *Master of Arts* (estudos latino-americanos), Universidade de Londres, 1966/67. *Royal Society of Arts Certificate in the Teaching of English as a Foreign Language*, 1972. Professora de Inglês, C.E.G. Emile Dupont, Alençon — Orne, França, 1963/64. Professora de Línguas Modernas, Sutton High School, Surrey, Inglaterra, 1964/66. Conferencista em Técnicas de Versão, British Council London Overseas Student Centre, 1965/1967. Professora no British Council, curso de Verão, Universidade de Poznan, Polônia, 1967. Conferencista na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Rio de Janeiro, 1967/69. Professora-Chefe, Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Brasília, 1969/1972. Orientadora do Curso Institucionalizado para professores de inglês do 1º e 2º graus da Fundação Educacional do DF, 1986; membro da comissão coordenadora do curso de extensão «Inglês no 1º e 2º graus», Decanato de Extensão, UnB, 1986; nomeada «Special Educational Consultant» do Study Skills Centre do Conselho Britânico, Recife, PE, 1987; Diretora de Ensino do Instituto Britânico Independente (IBI) desde 1973. Oficial da Ordem de Rio Branco, Brasil.

STELLA MARIS BORTONI

Licenciatura em Letras Modernas, Português-Inglês, Universidade Católica de Goiás, 1965/68. Mestrado em Lingüística, Universidade de Brasília, 1977. Doutorado em Lingüística, Universidade de Lancaster, Inglaterra, 1983. Cursos de especialização em Lingüística: Análise Sociolingüística, UnB, 1978; Tópicos de Filosofia da Linguagem, UnB, 1979; Variação Lingüística no Léxico

do Português, UnB 1981. Cursos de pós-graduação: «Summer Linguistics Program», Universidade do Texas em Austin, 1979; Atualização em Sociolingüística, Universidade do Texas em Austin (bolsa de estudos), 1978/79; Programa Regional de Especialização em Educação — FREPES. Universidade Católica de Minas Gerais, 1974/75. Subchefe do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás, 1969. Orientadora técnico-pedagógica do Instituto de Idiomas Yázigi, Rio Verde, GO, 1971/72. Diretora do Curso de Letras Modernas de Rio Verde, Extensão da Universidade Católica de Goiás, 1971. Diretora da Faculdade de Filosofia de Rio Verde, 1972/74. Professora de Língua Portuguesa, Lingüística e Didática Especial do Inglês, Faculdade de Filosofia de Rio Verde, 1972/75. Professora de Língua Inglesa e Didática Especial do Inglês, Curso de Letras Modernas de Rio Verde, Extensão da Universidade Católica de Goiás, 1971. Professora de Filosofia Portuguesa, Universidade Católica de Goiás, 1969. Professora de Língua Portuguesa, Lingüística e Sociolingüística, UnB, 1975/84. Apresentação de trabalhos nos seguintes encontros: Second Symposium on Portuguese Traditions, University of California, 1979. 8th LACUS (Linguistic Association of Canada and the United States) Forum, Toronto, 1981. IV, V e VI Encontro Nacional de Lingüística, PUC/RJ, 1979, 1980 e 1981. Conferencista na Universidade Católica de Goiás, Faculdade de Filosofia de Rio Verde, UnB, Casa Thomas Jefferson, 1972/81. Trabalhos publicados: *A Odisséia* (adaptação em prosa), Rio, Mattos Peixoto, 1964. *What could it be*, in «Nota Bene», Lake Eric College Literary Annual, 8, 1965. *Curso Prático de Língua Portuguesa: I — a coordenação; II — a subordinação, 2 vols; III — concordância verbal e nominal; IV — a variabilidade lingüística*, Brasília, MEC/DSU, 1977/78. *Projetos Logos II: Língua Portuguesa* (participação). MEC/DSU/CETEB, 1978. *A Língua Portuguesa no Brasil*; in «Letras de Hoje», 34, 1978. *O pronome 'se' apassivador?*, in «Meridiano», Universidade do Texas, 7/8, 1978. *Adequação das máximas de conversação de Grice; brevidade*, in «Anais do IV Encontro Nacional de Lingüística», PUC/RJ, 1979. *O fator cultural na compreensão da leitura* (co-autora), id. ib. *Linguagem masculina e feminina: o emprego da gíria*, in «Anais do V Encontro Nacional de Lingüística, PUC/RJ, 1980. *A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social*, id. ib. (também in «Ensaios de Lingüística Aplicada ao Português», Brasília, Thesaurus, 1981). *Por que a tradutologia precisa do sociolingüista*, in «Estudos de Tradutologia», Brasília, Kontact, 1981. *Diversidade lingüística: uma*

nova abordagem do processo educacional, in «Revista Brasileira de Tecnologia», Brasília, CNPq (12(4), 1981). *Análise e diagnose de erros no ensino da língua materna*, in «Anais do VI Encontro Nacional de Lingüística», PUC/RJ, 1981. *O fator cultural na compreensão da leitura* (co-autora), in «Ensaio de Lingüística Aplicada ao Português», Brasília, Thesaurus, 1981. *O nonstandard subject-verb agreement in Portuguese*, in Gutwinski, W. and Jolly, G. (eds). The Eighth LACUS Forum 1981, Columbia, Hornbeam Press, 1982. *Language change and social networks: an exploratory study of rural migrants in Brasília*, X World Congress of Sociology. Mexico City, August 16-21, Sociological Abstracts suppl., 1982. *Congresso Mundial de Sociologia*, in «Revista Brasileira de Tecnologia», Brasília, CNPq, 13 (5), 1982. *Review of Language and social networks*, Milroy, L. Oxford, Basil Blackwell, 1980, in «Linguagem», 1, 1983. *The sociolinguistic situation in Brazil*, in «Sociolinguistics (newsletter)», 14 (1), 1983. *Aprendizagem da língua materna: abordagem interdisciplinar do tema*, in «Anais do Seminário sobre Aprendizagem da Língua Materna», MEC/INEP, Brasília, 1984. *Problemas de comunicação interdialeto*, in «Tempo Brasileiro», 78/79, 1984. *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistics study in Brazil*, in «Cambridge Studies in Linguistics: supplementary volume». Cambridge University Press (no prelo). *Leitura e cultura: a contribuição da sociolingüística* in «Anais do I Encontro Interdisciplinar de Leitura», Universidade Estadual de Londrina, Londrina (no prelo).

RELAÇÃO DOS ALUNOS DO INSTITUTO RIO BRANCO DE 1946 A 1986 (*)

(*) Listagem por ordem de classificação final no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata ou Concurso para Ingresso Direto na Carreira Diplomática.

TURMA DE 1946/1947

Eberaldo Abílio Telles Machado
João Luiz Areias Netto
Paulo Amélio Nascimento Silva
Gilberto Francisco Renato Amard Chateaubriand Bandeira
de Melo
Hélio Fonseca e Silva Bittencourt
Paulo Cabral de Melo
Otávio Luiz de Berenguer Cesar
Oscar Soto Lorenzo Fernandez
Alcindo Carlos Guanabara
Otávio do Nascimento Brito Filho
Othon do Amaral Henrique Filho
Ângelo João Regattieri Ferrari
Luiz Garrido Cavadas
Sérgio Mauricio Correia do Lago
Antônio Fantinato Neto
Paulus da Silva Castro
Osvaldo Barreto da Silva
Rodolfo Godoy de Souza Dantas
Celso Antônio de Souza e Silva
Anibal Alberto de Albuquerque Maranhão
Hélio Antônio Scarabotolo
Alfredo Rainho da Silva Neves
Marcos Magalhães de Sousa Dantas Romero
Paulo Padilha Vidal
João Desiderati Monetti
Édipo Santos Maia

TURMA DE 1947/1948

Heitor Pinto de Moura
Vitor José Silveira

Nestor Luiz Fernandes Barros dos Santos Lima
 Lylo Amauri Tarrise da Fontoura
 Artur Bernardes Alves de Sousa
 Eurico Nazaré Nogueira Ribeiro
 Lauro Soutello Alves
 Raul José de Sá Barbosa
 Mário Loureiro Dias Costa
 Nísio Medeiros Batista Martins
 Faust Cardona
 Daniel Joseph Corbatt Júnior

TURMA DE 1948/1949

Murillo Gurgel Valente
 Luís Augusto Pereira Souto Maior
 Cláudio Garcia de Sousa
 David Silveira de Mota Júnior
 Ovídio de Andrade Melo
 Luiz Benjamin de Almeida Cunha
 Frederico Carlos Carnaúba
 Fernando Augusto Buarque Franco Neto
 José Leal Ferreira Júnior
 Wilson Sidney Lobato
 Joaquim de Almeida Serra
 Arnaldo Rigueira
 Roberto Chalu Pacheco

TURMA DE 1949/1950

Sérgio Luiz Portela de Aguiar
 Celso Diniz
 Sizinio Pontes Nogueira
 Dário Moreira de Castro Alves
 Eduardo Moreira Hosannah
 João Hermes Pereira de Araújo
 Carlos Alberto Pereira Pinto
 Paulo Frassinetti Pinto
 Oswaldo Castro Lobo
 Marcos Antônio de Salvo Coimbra
 Geraldo de Heráclito Lima
 Renato Bayma Denys
 Luiz de Moura Barbosa

TURMA DE 1951/1952

João Frank da Costa
 José Maria Vilar de Queiroz
 Affonso Arinos de Mello Franco
 Augusto Graeff
 Ronaldo Costa
 Sergio de Champerbaud Weguelin Vieira
 Henrique Augusto de Araújo Mesquita
 Paulo Nogueira Batista
 Othon Guimarães
 Ítalo Zappa
 Aloysio Marés Dias Gomide

TURMA DE 1952/1953

Fernando Abbot Galvão
 João Clemente Baena Soares
 Marcelo Raffaelli
 Marcio Rego Monteiro
 Mauro da Costa Lobo
 Ney Moraes de Mello Mattos
 Marcel Maria Tarrisse da Fontoura
 Felix Baptista de Faria
 Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho

TURMA DE 1953/1954

Marcílio Marques Moreira
 Ronald Leslie de Moraes Small
 Alcides da Costa Guimarães Filho
 Pedro Emílio Penner da Cunha
 Paulo Monteiro Lima
 Guy Marie de Castro Brandão
 Octávio Rainho da Silva Neves
 José Olímpio Rache de Almeida
 Maria Sandra Cordeiro de Mello
 Lindolfo Leopoldo Collor
 Sérgio Fernando Guarischi Bath
 Carlos Augusto de Proença Rosa
 Luiz Loureiro Dias Costa
 Augusto Estellita Lins

Renato Madasi
Fernando de Salvo Souza
Lael Simões Barbosa Soares

CONCURSO DIRETO DE 1954

Geraldo Egidio da Costa Holanda Cavalcanti
Luiz Paulo Lindenberg Sette
Agenor Soares dos Santos
Oswaldo Biato
Ayrton Gonzales Gil Dieguez
Joaquim Ignácio Amazonas Mac-Dowell
Marcel Dezon Costa Hasslocher
Adhamar Soares de Carvalho
Antônio Patriota
Antônio Carlos de Souza Tavares
Antônio Conceição

TURMA DE 1954/55

Pedro Hugo Fabrício Belloc
José Bonifácio Lourenço de Andrada
Victor Augusto Nunes Vasseur
João Tabajara de Oliveira
Jorge Pires do Rio
Michael Joseph Corbett
Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro
Jorge Ronaldo Lemos Barbosa
Gil Roberto Fernando de Ouro Preto
Odilon de Camargo Penteado
Luiz Carlos Barreto Thedim
Marco Aurélio dos Santos Chaudon
Antonio Arruda Câmara Filho

CONCURSO DIRETO DE 1955

Marina de Barros e Vasconcellos
Edmundo Radwanski
Marina de Moraes Leme
Rodrigo Amaro de Azeredo Coutinho
Regina Vitória Castello Branco
José Murilo de Carvalho

Isócrates de Oliveira
Guilherme Winschenck
Mozart Janot Junior
André Guimarães
Antônio Carlos Diniz de Andrada
Paulo Tarso Flecha de Lima
Rogério Corção Braga
Luiz Horácio de Oliveira Lacerda
Mário Wilson Fernandes
Jorge Alberto Nogueira Ribeiro
Mário Andrade Correia
Hélcio Tavares Pires
Francisco Hermógenes de Paula
Hersyl Castello Branco de Pereira Franco

TURMA DE 1955/56

Sérgio Paulo Rouanet
Amaury Bier
Eduardo Portella Netto
Antônio Amaral de Sampaio
Pedro Carlos Neves da Rocha
Sérgio da Veiga Watson
Luiz Cláudio Pereira Cardoso
Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio
Ivonne Magno Pantoja
Asdrubal Pinto de Ulyssea
Luiz Emery Trindade
Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto
Murilo de Miranda Basto Júnior
Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza
Cláudio Cabussu Tourinho
Enaldo Camaz de Magalhães
Octávio Eduardo Llambi Campbell Guinle

TURMA DE 1956/57

Ivan Velloso da Silveira Batalha
Alberto Vasconcellos da Costa e Silva
Luiz Orlando Carone Gélio
Sérgio Martins Thompson Flores
Alvaro Bastos do Valle

Sérgio de Queiroz Duarte
 Marcos Castrioto de Azambuja
 René Luiz Cavé Rainho
 José Maria Diniz Ruiz de Gambôa
 Bernardo de Azevedo Brito
 René Haguenauer
 Joayrtin Martins Cahu
 Laura Maria Malcher de Macedo
 Leonardo Marques de Albuquerque Cavalcanti
 Carlos Antônio Bettencout Bueno
 Cecília Maria do Amaral Prada
 Moacyr Moreira Martins Ferreira

TURMA DE 1957/1958

Narto Lanza
 Marcos Henrique Camilio Côrtes
 Bernardino Raimundo da Silva
 Alvaro da Costa Franco Filho
 João Carlos Pessoa Fragoso
 Luiz Fernando do Couto Nazareth
 Lavínia Augusta Machado
 Heitor Soares de Moura Filho
 Miguel Pedro de Vasconcellos Souza
 João Augusto de Médicis
 Jorge Carlos Ribeiro
 Luiz Villarinho Pedroso
 Laudulpho Victoriano Borges da Fonseca
 Aderbal Costa
 Adriano Benayon do Amaral
 Celeste Dezon Costa Hasslocher
 José Constancio Austregésilo de Athayde
 Francisco Thompson Flôres Netto
 Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso
 Livieto Justino de Souza
 Cláudio Luiz dos Santos Rocha
 Mário Augusto Santos
 Walter Wehrs
 Isaura Maria de Morin Parente de Mello
 Sérgio Augusto Ferreira Vivacqua
 Carlos Henrique Paulino Prates
 Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos
 Maud Polly Góes
 Sérgio Seabra de Noronha

TURMA de 1958/1959

Mauro Mendes de Azeredo
 Italo Miguel Alexandre Mastrogiovanni
 Antônio Ferreira da Rocha
 Maria da Natividade Duarte Ribeiro
 Sérgio Henrique Nabuco de Castro
 Paulo Sérgio Nery
 José Botafogo Gonçalves
 Annuciata Padula
 Adólpho Corrêa de Sá e Benevides
 José Dácio Afonso Miranda
 Carlos Norberto de Oliveira Pares
 Júlio Gonçalves Sanchez
 Roberto de Salvo Coimbra
 Paulo Guilherme Vilas Boas Castro
 Arrhenius Fábio Machado de Freitas
 Carlos Alberto Leite Barbosa
 Aloysio Ribeiro Vieira
 Mário Cesar de Moraes Pitão
 Carlos Luiz Coutinho Perez

TURMA DE 1959/1960

Rubens Ricúpero
 Orlando Soares Carbonar
 Tarcício Marciano da Rocha
 Jayme Villa-Lobos
 Sérgio Damasceno Vieira
 • Thereza Maria Mendes Machado
 Sérgio Rezende Carneiro de Lacerda
 Fernando Antônio de Oliveira Santos Fontoura
 Maria Rosita Gulikers de Aguiar
 Nuno Álvaro Guilherme d'Oliveira
 Guilherme Luiz Belford Roxo Leite Ribeiro
 José Ferreira Lopes

TURMA DE 1960/1961

Luiz Jorge Rangel de Castro
 Jório Dauster Magalhães e Silva
 Agildo Séllos Moura

Carlos Átila Álvares da Silva
 Antônio Sabino Cantuária Guimarães
 Regis Novaes de Oliveira
 Fernando Silva Alves
 Carlos José Prazeres Campello
 Christovam de Oliveira Araújo Filho
 Fernando Rodolpho de Souza
 Antônio Octaviano de Alvarenga Filho
 José Coelho Monteiro
 Francisco de Lima e Silva
 Carlos Luzilde Hildebrandt
 Flávio Moreira Sapha
 Gilberto Ferreira Martins

TURMA DE 1961/1962

Gilberto Coutinho Paranhos Velloso
 Jayro Coelho
 Evaldo José Cabral de Mello
 Paulo Dyrceu Pinheiro
 Luiz Dilermando de Castello Cruz
 Rubens Antônio Barbosa
 Álvaro Gurgel de Alencar Netto
 Ruth Maria Baião
 Luiz Brun de Almeida e Sousa
 Vera Regina Behring Delayti
 Henrique Rodrigues Valle Júnior
 Octávio José de Almeida Goulart
 Ginette Emilienne Scholte
 Lineu Medina Martins
 Ney Lemos de Oliveira
 Pedro Paulo Pinto Assumpção
 Arnaldo Carrilho

TURMA DE 1962/1963

Márcio Fortes de Almeida
 Marco Cesar Meira Naslauski
 Luiz Felipe Palmeira Lampreia
 Heloísa Vilhena de Araújo
 Fernando Guimarães Reis
 Bassul Athuil Netto

Igor Torres-Carrilho
 Maria do Carmo Camillo de Oliveira
 Carlos Alberto de Azevedo Pimentel
 Luiz Mattoso Maia Amado
 Virgílio Moretzsohn de Andrade
 Guido Fernando Silva Soares
 Marcelo José Moretzdohn de Andrade
 Romeo Zero
 Luiz Antônio Jardim Gagliardi
 Luciano Ozorio Rosa
 Samuel Pinheiro Guimarães Neto
 Affonso Celso de Ouro-Preto
 Danilo Adão Mayr
 José Guilherme Alves Merquior
 José Jerônimo Moscardo de Souza
 Márcio Paulo de Oliveira Dias
 João Carlos Gouvêa Pontes de Carvalho
 Márcio de Alencar Ramalho
 Luiz Felipe de Macedo Soares Guimarães
 Clovis Corrêa Palmeiro da Fontoura
 Luiz Felipe de La Torre Benitez Teixeira Soares
 Rubens de Souza Sarmento
 Dinah Flüsser
 Genaro Mucciolo
 Luiz Cesar Vinhaes da Costa
 Helder Martins de Moraes
 Sérgio Eduardo Dias Lemgruber
 Caio Mário Caffé Nascimento
 Carlos Felipe Alves Saldanha
 Jádriel Ferreira de Oliveira
 Sebastião do Rego Barros Netto
 Maurício Carneiro Magnavita
 Paulo Renato Costa Rodrigues Rocha Santos
 Décio Mendes
 William Agel de Mello

CONCURSO DIRETO DE 1963

Celso de Almeida Miguel Relvas
 Paulo Roberto Barthel Rosa
 Raphael Valentino Sobrinho
 Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur
 Renato Prado Guimarães

Marcelo Didier
 José Nogueira Filho
 Bernardo Pericás Neto
 Ronaldo Mota Sardemberg
 Ruy Nunes Pinto Nogueira
 Augusto Cesar de Vasconcellos Gonçalves
 Celso Ortega Terra
 Rubem Amaral Júnior
 Cláudio Sotero Caio
 Roberto Soares de Oliveira
 Brian Michael Fraser Neele
 Guilherme Parreiras Horta
 Paulo Dias Pereira
 Jacques Claude François Michel Guilbaud

TURMA DE 1963/1964

Celso Luiz Nunes Amorim
 José Artur Denot Medeiros
 Sérgio de Souza Fontes Arruda
 Carlos Alberto Pessoa Pardellas
 Cecília Bidart Carneiro de Novaes
 José Renato Monteiro Vieira Braga
 Lauro Barbosa da Silva Moreira
 Francisco Soares Alvim Neto
 Gilda Maria Ramos Guimarães
 Ricardo Joppert
 Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra
 Ivan Oliveira Cannabrava
 Sérgio Luiz Gomes
 Guilherme Raymundo Barbedo Arroio

TURMA DE 1964/1965

Adolf Libert Westphalen
 Carlos Augusto Rego Santos Neves
 Eurico de Freitas
 Paulo Fernando Telles Ribeiro
 João Godinho Barros
 Gilberto Vergne Saboia
 Ruy Antônio Neves Pinheiro de Vasconcellos
 Aída Rodrigues Gomes

José Viegas Filho
 Sérgio Barbosa Serra
 Sérgio Caldas Mercador Abi-sad
 Clodoaldo Hugueney Filho
 Rodrigo Menezes Amado
 Jório Salgado Gama Filho
 Paulo Dionísio de Vasconcelos
 Jorge Saltarelli Júnior
 Eduardo Hermann
 Milton Torres da Silva
 Antônio Carlos Lima de Noronha
 Joaquim Luiz Cardoso Palmeiro
 João Gualberto Marques Pôrto Júnior
 Sérgio Barcellos Telles
 Jorge Clement Duvernoy
 Reginaldo Andrade de Brito
 Wilma Vilela Guerra
 João Paulo de Pimentel Brandão Sanchez

TURMA DE 1965/1966

Luiz Felipe de Seixas Corrêa
 Miguel Darcy de Oliveira
 Antônio Augusto Dayrell de Lima
 Cláudio César de Avellar
 Stélio Marcos Amarante
 Carlos Eduardo Paes de Carvalho
 Carlos Alfredo Pinto da Silva
 Armando Sérgio Frazão
 Roberto Gaspary Tôrres
 Ruy Alejandro Távora
 João Carlos de Aguiar Gay
 Christiano Whitaker
 Oto Agripino Maia
 Affonso Emílio Massot
 Sérgio Luiz de Souza Tapajós
 Wamberto Hudson Ferreira
 Orlando Galvêas de Oliveira
 Adhemar Gabriel Bahadian

TURMA DE 1966/1967

Ednildo Gomes de Soárez
 Osmar Vladimir Chohfi

Mário da Graça Roiter
 Volker Pölsler
 José Marcus Vinícius de Sousa
 Mara Weston
 José Maurício de Figueiredo Bustani
 Flávio Eduardo Macedo Soares Regis do Nascimento
 Antônio Carlos Coelho da Rocha
 Carlos Moreira Garcia
 Jom Tob de Azulay
 Janine-Monique Lazaro
 Gastão Felipe Coimbra Bandeira de Mello
 Frederizo Cezar de Araújo
 Eduardo Monteiro de Barros Roxo
 Antônio Guedes Barbosa
 Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira
 Luiz Carlos de Oliveira Feldman
 Fausto Orlando Campello Coelho
 Sergio Tutikian
 Gilda Pereira dos Santos-Jacinto
 Fernando José Moura Fagundes
 Victor Manzolillo de Moraes
 Alfredo Grieco
 Paulo Afonso Souza dos Santos
 Marcus Camacho de Vincenzi

TURMA DE 1967/1968

Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro
 Flávio Miragaia Perri
 Mário Grieco
 Fernando Cacciatore de Garcia
 Mair Ione Vilhena de Vasconcellos
 Luiz Henrique Pereira da Fonseca
 Roberto Rodrigues Krause
 Vera Pedroza Martins de Almeida
 Abelardo da Costa Arantes Júnior
 Luiz Fernando Gouvêa de Athayde
 Antônio Carlos Austregésilo de Athayde
 Eduardo da Costa Farias
 Celso Marcos Vieira de Souza
 Arnaldo Abílio Godoy Barreira Cravo
 Synesio Sampaio Goes Filho

Edgard Telles Ribeiro
 Clemente Rodrigues Mourão Neto
 Sérgio Luiz Pereira Cavalcanti
 Fernando José de Carvalho Lopes
 Ney do Prado Diegues
 Maurício Eduardo Côrtes Costa
 Roberto de Abreu Cruz
 Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado
 Júlio César Gomes dos Santos
 Sonia Maria de Castro
 Renato Xavier
 Luiz Augusto de Castro Neves

TURMA DE 1968/1969

Gelson Fonseca Júnior
 Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Beneditini
 Lucio Pires de Amorim
 José Vicente de Sá Pimentel
 José Antonio de Castello Branco de Macedo Soares
 Margarida Zobaran
 José Augusto Lindgren Alves
 Cesar de Faria Domingues Moreira
 Pedro Luiz Carneiro de Mendonça
 Haroldo Teixeira Valladão Filho
 Maria Celina de Azevedo Rodrigues
 Godofredo Rayol Almeida Santos
 Guilherme Fausto da Cunha Bastos
 Clovis Abuhamad
 Oswaldo Eurico Balthazar Portella
 Tomas Maurício Guggenheim
 Antonio Lisboa Mena Gonçalves
 Joaquim Arnaldo de Paiva Oliveira
 Antonio Carlos Vereza Coutinho
 Antonio José Telles Bueno
 Fausto Fernando Rocha Cardona
 Joaquim Augusto Whitaker Salles
 Marcos Borges Duprat Ribeiro
 Luiz Sergio Gama Figueira
 José Alfredo Graça Lima
 Renato Luiz Rodrigues Marques
 Elim Saturnino Ferreira Sutra

Affonso José Santos
 Wilmary Dias Maciel
 Carlos Alberto Ferreira Guimarães
 Annamaria Angela Mosella Pereira da Silva
 Luiz Fernando de Freitas Ligiéro
 Washington Luís Pereira de Souza Neto
 Sergio Ney Medeiros de Carvalho
 Paulo Alberto da Silveira Soares
 André Mattoso Maia Amado
 Ronaldo Edgar Dunlop
 Maria Helena de Mattos Pimenta
 Almir Franco de Sá Barbuda
 Luiz Tupy Caldas de Moura
 Ricardo Luiz Viana de Carvalho
 Armando Vítor Boisson Cardoso
 Ronaldo de Campos Vêras
 Marcio Botelho Serra do Valle Pereira
 Raul Euclides Aranha d'Escragnolle Taunay
 Júlio Celso Ramos
 Antonio Humberto dos Cavalcanti de Albuquerque e Fontes Braga
 Abílio Machado Cantuária
 Raul Campos e Castro
 Roberto Pessoa da Costa

TURMA DE 1969/1970

Vitória Alice Cleaver
 Artur Vivacqua Corrêa Meyer
 Isis Martins Ribeiro de Andrade
 Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos
 Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares
 Sérgio Silva do Amaral
 Gerson Machado Pires Filho
 Renate Stille
 Isnard Penha Brasil Júnior
 Luiz Antonio Fachini Gomes
 Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho
 Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra
 Gilda Nunes Abuhamad
 Ana Maria Penha Brasil
 Geraldo Affonso Muzzi
 Alexandre Rubem Milito Gueiros

Julio Cezar Zelner Gonçalves
 Antonio José Rezende de Castro
 Luiz Alves da Fonseca Costa
 Ricardo Drummond de Mello
 Luiz Guilherme de Moraes

TURMA DE 1970/1971

Valdemar Carneiro Leão Neto
 Elisabeth Helena Pereira Erdos
 Maria Elisa de Bittencourt Berenguer
 Marília Mota Sardenberg
 Pedro Mario Lavenère Wanderley Mariani
 Cesario Melantonio Neto
 Valter Pecly Moreira
 Carlos José Middeldorf
 Mario Ernani Saade
 João Alfredo Pinheiro Monteiro
 Irene Pessoa de Lima Câmara
 Vital Fernando Lopes de Souza
 Celso Lemos da Costa Bello
 Sebastião Neves

TURMA DE 1971/1972

Carlos Antonio da Rocha Paranhos
 Kywal de Oliveira
 Jorge d'Escragnolle Taunay Filho
 Pedro Motta Pinto Coelho
 Antonino Marques Porto e Santos
 Flávio Roberto Bonzanini
 Ricardo Carvalho do Nascimento Borges
 Ruy de Lima Casaes e Silva
 Paulo Américo Veiga Wolowski
 Hélio Magalhães de Mendonça
 René Loncan
 Sergio Eduardo Moreira Lima
 Ilka Maria Lehmkuhl Trindade Cruz
 Francisco Campos de Oliveira Pena

TURMA DE 1972/1973

João Almino de Souza Filho
 Antônio Herculano Lopes
 Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira
 Sarkis Karmirian
 Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil
 Luiz Felipe Mendonça Filho
 Cláudia D'Angelo
 Maria Eduarda Santos Pompeu Brasil
 Bárbara Goraczko
 Luís Fernando de Andrade Serra
 Luiz Francisco Pandiá Braconnot
 Anna Maria Michelangela Vittoria Manzolillo
 Heraldo Póvoas de Arruda
 Marcelo Andrade de Moraes Jardim
 Marco Antonio Diniz Brandão
 Ivone Brandão Vieira Faria
 Maria Dulce Soares da Silva
 Raul de Taunay

TURMA DE 1973/1974

Roberto Pires Coutinho
 Edson Marinho Duarte Monteiro
 Fernando Jacques de Magalhães Pimenta
 João Carlos de Souza Gomes
 Carlos Eduardo Botelho da Silva
 Eduardo Prisco Paraíso Ramos
 João Zicardi Navajas
 Mauro Luiz Lecker Vieira
 Carlos Alberto Lopes Asfora
 José Maria de Carvalho Coelho
 Piragibe dos Santos Tarragô
 Antônio Fernando Cruz de Mello
 Carlos Augusto Loureiro de Carvalho
 Moira Aparecida Shouler
 José Eduardo Martins Felício
 Maria da Graça Nunes Carrion
 Francisco José Alonso Velloso Azevedo
 Vitor Cândido Paim Gobato
 Márcio Araújo Lage

CONCURSO DIRETO DE 1975

Marcio Florêncio Nunes Cambraia
 Edmundo Sussumu Fujita
 Fausto Martha Godoy
 Maria Lucy Gurgel Valente
 Genésio Silveira da Costa
 Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão
 Maria Ercilia Borges Alves
 Paulo Cesar de Oliveira Campos
 Miguel Gustavo de Paiva Torres
 Paulo Tarrise da Fontoura
 Maria Aparecida Lopes Nahu
 Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas
 Antonio José Maria de Souza e Silva
 Mario Vilalva
 Gustavo Mesquita de Siqueira
 Carlos Henrique Cardim
 Gilberto de Almeida Ferreira
 Paulo Antonio Pereira Pinto
 Carlos Augusto de Oliveira
 Alirio de Oliveira Ramos
 Michael Patricius de Almeida Goggin
 Josal Luiz Pellegrino
 Adalnio Senna Ganen
 João Batista Cruz
 René Pinto de Mesquita Júnior
 Carlos Alfredo Lazary Teixeira

TURMA DE 1974/1975

Carlos Alberto Simas Magalhães
 Antônio José Vallim Guerreiro
 Ruy Carlos Pereira
 Maria Stela Santos Pompeu Brasil
 Renan Leite Paes Barreto
 Marcos Caramurú de Paiva
 Cezar Augusto de Souza Lima Amaral
 Eduardo dos Santos
 Ernesto Otto Ruberth
 Régis Percy Arslanian
 Fernando Augusto Ferraz Muggiati

Gilberto Fonseca Guimarães de Moura
 Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa
 Maurício Roberto Oswald Vieira
 Roberto Teixeira de Mesquita
 Dante Coelho de Lima
 Américo Dyott Fontenelle
 Raymundo Santos Rocha Magno
 Marcelo Roberto Soares Novaes
 Sérgio Sanginito Novaes da Silva
 Ruben Antonio Corrêa Barbosa
 Romero Cabral da Costa Filho

TURMA DE 1975/76

Afonso José Sena Cardoso
 Marcus André Rouanet Machado de Mello
 Enio Cordeiro
 José Antonio Marcondes de Carvalho
 Maria Luiza Neves Ribeiro
 Luiz Gilberto Seixas de Andrade
 José Carlos de Araújo Leitão
 Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto
 Victor Manso de Mello Vianna
 Antonio Júlio Cesário de Mello Cirauda
 José Antonio Gomes Piras

TURMA DE 1976/1977

José Roberto de Almeida Pinto
 Paulo Joppert Crissiuma
 Katia Godinho Gilaberte
 Pedro Henrique Lopes Borio
 Leda Lúcia Martins Camargo
 Maria de Lourdes Vieira Nogueira
 João Batista da Costa
 Fernando Jablonski
 Pedro Scalisse Neto
 Flávio Helmond Macieira
 Paulo Cesar Meira de Vasconcellos
 Vera Lúcia dos Santos Caminha
 Alcides Gastão Rostand Prates
 Everton Vieira Vargas

Marcela Maria Nicodemos
 Maria Thereza Lázaro
 Vergniaud Elyseu Filho
 Cesar de Paula Cidade
 Renato Soares Menezes
 Ricardo Alonso Bastos
 Ana Elisa de Magalhães Padilha Pugo Netto
 Luiz Antonio Dubeux Fonseca
 Paulo Sérgio Traballi Bozzi
 Michael Francis de Maya Monteiro Gepp
 Milton de Freitas Almeida Neto
 Orlando Celso Timponi
 Eliana de Sampaio Ferraz
 Paulo Wangner de Miranda
 José Amir da Costa Dornelles
 Sidney Pinto Fernandes
 Antonio Carlos do Nascimento Pedro
 Rolemberg Estevão de Souza
 Gladys Ann Garry Facó

CONCURSO DIRETO DE 1977

Georges Lamazière
 Paulo Roberto de Almeida
 Eduardo Botelho Barbosa
 José Soares Júnior
 Ana Maria Sampaio Fernandes
 Alcir Carvalho Rebello
 Mônica Renata Salski
 Eduardo Lobo Botelho Gualazzi
 Fernando Paulo de Mello Barreto Filho
 Sérgio Frederico Dantas da Cunha
 Ana Lélia Benicá Beltrame
 João de Mendonça Lima Neto
 Sérgio Maurício da Costa Palazzo

TURMA DE 1977/1978

Pedro Fernando Brêtas Bastos
 Thaís Eleonora Guerra Rego
 Antenor Américo Mourão Bogéa Filho
 João Solano Carneiro da Cunha

Eduardo Gastal Affonso Penna
 Neith Maria de Almeida Prado Costa
 Francisco Chagas Catunda Resende
 Gláucia Silveira Gauch
 Almerinda Augusta de Freitas Carvalho
 Maria Laura da Rocha
 José Jorge Alcazar Almeida
 Lucia Maria Maierá
 Agemar de Mendonça Santos
 Pedro Luiz Rodrigues
 Antonio Carlos Lopes
 Frederico Salomão Duque Estrada Meyer

CONCURSO DIRETO DE 1978

João Frederico Abbott Galvão Junior
 Leonilda Beatriz Campos Gonçalves
 George Ney de Souza Fernandes
 Mitzi Gurgel Valente
 Maria Auxiliadora Figueiredo
 Oswaldo Henrique Teixeira de Macedo
 Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos
 Virgílio Raitzin Távora
 Maria Edileuza Silva Fontenele
 Appio Cláudio Muniz Acquarone Filho

TURMA DE 1978/1979

Antônio de Aguiar Patriota
 Eduardo Ricardo Gradilone Neto
 Fernando Said Sallum
 Carlos Roberto Bevilacqua Penna
 Lígia Maria Scherer
 Paulo César de Camargo
 Gastão Estellita Lins de Salvo Coimbra
 Carmelito de Melo
 Ana Lucy Gentil Cabral
 Ralph Peter Henderson
 Carlos Alberto Ribeiro Reis
 Hermano Telles Ribeiro
 Henrique Luiz Jenné
 Marcos Vinicius Pinta Gama

Paulo Cordeiro de Andrade Pinto
 Henrique da Silveira Sardinha Pinto
 João Inácio Oswald Padilha
 Maryani Bravo Leite
 Luiz Eduardo Caracciolo Maya Ferreira
 Aral Antunes Jara
 Silvana Dunley de Amorim
 Flávio Silva Rodrigues de Oliveira

TURMA DE 1979/1980

Marcos Bezerra Abbott Galvão
 Luís Fernando Panelli César
 Evandro de Sampaio Didonet
 Fernando Simas Magalhães
 Ana Cândida Perez
 Matias Antonio Senra de Vilhena
 Ricardo Neiva Tavares
 Luiz Alberto Figueiredo Machado
 Denis Fontes de Souza Pinto
 Sérgio Taam
 Douglas Wanderley de Vasconcellos
 George Monteiro Prata
 Cícero Martins Garcia
 Paulo Roberto Campos Tarrise de Fontoura
 Eduardo de Mattos Hosannah
 Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior
 Paulo Roberto da Costa Pacheco
 Hélio Póvoas Junior
 Paulo Roberto Palm
 Ana Maria Pinto Morales
 Paulo César Cappeli Nogueira
 José Wilson Moreira
 Manoel Carlos Lorenzo Gualda
 Luiza Maria Guerra Campelo
 Durval Carvalho de Barros
 Pedro Henrique Eduardo Magalhães
 Ellen Osthoff Ferreira de Barros
 Carlos Alberto de Oliveira Pessoa
 José Vicente da Silva Lessa
 José Fernando Valim
 Luiz Henrique Sobreira Lopes

Eduardo Carvalho
 Luiz Carlos Galindo de Medeiros
 Carmem Lúdia Richter Ribeiro Moura
 José Borges dos Santos Junior
 Arnaldo Caiche d'Oliveira
 Marisa Baranski Lamback
 Ana Cristina Campello Torres
 Sheila Maria de Oliveira
 Rujiza Mara Andreyevich
 José Fiuza Neto
 Miguel Júnior França Chaves de Magalhães
 Mônica de Menezes Campos
 Flávia Raquel Ribeiro da Luz Guimarães
 José Mauro da Fonseca Costa Couto
 Maria Juliana Dutra Martins

TURMA DE 1980/1981

Sergio França Danese
 Arthur Henrique Villanova Nogueira
 Débora Vainer Barembain
 Afonso Alvaro de Siqueira Carbonar
 Marcel Fortuna Biato
 Cláudio Frederico de Matos Arruda
 Alexandre Affonso da Motta Barboza
 Bruno de Risios Bath
 Samuel Hindemburgo Bueno dos Santos
 Francisco Mauro Brasil de Holanda
 Renato Sérgio de Assumpção Faria
 Hadil Fontes da Rocha Vianna
 Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas
 Sérgio Eugênio de Risios Bath
 Elza Moreira Marcelino
 Maria Teresa Mesquita Pessoa
 Maria Elisa Teófilo de Luna
 Oswaldo Biato Júnior
 Maria Silvia Barbin Laurindo
 Antônio Luís Espíndola Salgado
 João Batista Lanari Bó
 Paulo Roberto Caminha de Castilho França
 Marco Antônio Felix de Souza Neto
 Paulo de Mello Vidal
 Paulo Luiz Medeiros de Souza

Carmen Lucia Gillet Lomonaco
 José Roberto Procopiak
 Francisco Moacyr Fontenelle Filho
 Hélio Vitor Ramos Filho
 Alfredo Cesar Martinho Leoni
 Carlos Alberto Lamback
 Edelcio José Ansarah
 Elda Maria Alvarez Procopiak
 Marco Farani
 Jorge Karl de Sá Earp

TURMA DE 1981/1982

José Carlos da Fonseca Júnior
 Anuar Nahes
 Edgard Antonio Casciano
 Antonio José Ferreira Simões
 Fernando José Marroni de Abreu
 Silvana Polich
 Susan Kleebank
 Virginia Bernardes de Souza
 Vilmar Rogerio Coutinho Júnior
 Cecília de Meira Penna
 Zenik Krawttschuk
 Maria Nazareth Farani de Azevedo
 Reinaldo Storani
 João Carlos Parkinson de Castro
 Rudá Gonzáles Seferin
 Lineu Pupo de Paula
 Mariangela Rebuá de Andrade
 Cláudio José de Campos
 Igor Kipman
 Regina Maria Cordeiro
 Maria Clara Duclos Carisio
 Roberto Colin
 Júlio Victor do Espírito Santo
 Luiz Antonio Borda de Carvalho Silos
 Aparecida Carmen Tescarolo
 João Luiz de Barros Pereira Pinto
 José Luiz Machado e Costa
 Eliana Zugaib
 Maria de Lujan Caputo
 Andréia Cristina Nogueira Rigueira

Luís Ivaldo Villaifãe Gomes Santos
 César Paiva Leite Filho
 Jorge José Frantz Ramos
 Nilo Barroso Neto
 Júlio Boaventura Santos Matos

TURMA DE 1982/1983

Rodrigo do Amaral Souza
 Paulo Mendes de Carvalho
 Santiago Irazabal Mourão
 Carlos Sérgio Sobral Duarte
 Carlos Sérgio Michelsen den Hartog
 Sérgio Schiller Thompson Flôres
 Bruno Luiz dos Santos Cobuccio
 Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto
 Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo
 José Mario Ferreira Filho
 David Silveira da Mota Neto
 Aldemo Serafim Garcia Júnior
 André Aranha Corrêa do Lago
 André Nabarrete Neto
 João Pedro Corrêa Costa
 José Luiz Vieira
 João André Pinto Dias Lima
 Nei Futuro Bitencourt
 Fernando de Mello Vidal
 Sérgio Barreiros de Santana Azevedo
 Regina Celia de Oliveira Bittencourt
 Vera Cíntia Alvarez
 Santiago Luis Bento Fernández Alcázar
 Sílvio Rhomedes Bandeira Assumpção
 Milton Rondó Filho
 Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva
 Marcos Leal Raposo Lopes
 Leonardo Carvalho Monteiro
 Marcia Maria Coutinho Adorno
 Lys Amayo de Benedek Lopes
 Pedro Paulo d'Escragnolle Taunay
 Sílvio Menezes Garcia
 Norton de Andrade Mello Rapesta
 Clemente de Lima Baena Soares

Silas Leite da Silva
 Nelson Antonio Tabajara de Oliveira
 Elizabeth Sophie Mazzella Balsa

TURMA DE 1983/1984

José Estanislau do Amaral Souza Neto
 Tovar da Silva Nunes
 Virgílio Antonio Coutinho França
 Orlando Scalfo Júnior
 Sergio Luiz Canaes
 Carlos Ricardo Martins Ceglia
 Antonio Francisco da Costa e Silva Neto
 Tarcísio Lumack de Moura
 Lauro Eduardo Soutello Alves
 Cláudio César Rodrigues do Nascimento
 João Luiz de Medeiros
 Roberto Abdalla
 Roberto Carvalho de Azevêdo
 Caio Marcio Ranieri Colombo
 Eliana da Costa e Silva Puglia
 Francisco Carlos Soares Luz
 Alexandre de Azevedo Silveira
 Maria Celia Sette Câmara Calero Rodrigues
 Márcia Jabôr Canizio
 Maria Helena Pinheiro Penna
 Ricardo Luís Pires Ribeiro da Silva
 Mônica Maria Meirelles Nasser
 Wanja Campos da Nóbrega Bonfá
 Demétrio Bueno Carvalho
 Bárbara Briglia Távora
 Ricardo Guerra de Araújo
 Jorge Geraldo Kadri
 José Gilberto Jungblut
 Sylvia Ruschel de Leoni Ramos
 Eduardo Andrade de Moraes Jardim
 João Carlos Belloc
 Isabel Cristina Corrêa de Azevedo
 Eliane Gama e Abreu de Andrade
 Afonso Celso de Souza Marinho Nery
 Pedro Paulo Hamilton

TURMA DE 1984/85

José Humberto de Brito Cruz
 Paulo Estivallet de Mesquita
 Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa
 Antonio de Moraes Mesplé
 Antonio Alves Júnior
 Guilherme Vasconcellos Coimbra
 Aurélio Afrânio Garcia Avelino
 Carlos Vinicius Vizioli
 Carlos Alexandre Ferreira
 Hervelter de Mattos
 Geraldo Miniucci Ferreira Junior
 Guilherme de Aguiar Patriota
 Terezinha Bassani Campos
 Olyntho Vieira
 Carlos Eduardo de Ribas Guedes
 Maria Izabel Vieira
 Flavio Hugo Lima Rocha Junior
 Luciano Helmold Macieira
 Helena Maria Gasparian
 Sergio Luis Lebedeff Rocha
 Antonio Baptista Luz Filho
 Jairo Luiz Collier de Oliveira
 Maria Aparecida de Góis Fernandes Weiss
 Pery Machado
 Maria Cristina Martins dos Anjos
 Felix Valois Pires
 Cesário Marcos Lopes de Alexandria
 Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso
 Luís Fernando Abbott Galvão
 Dijalma Mariano da Silva
 Sérgio da Fonseca Costa Couto
 Márcio Catunda Ferreira Gomes
 Ana Suza Cartaxo de Sá

TURMA DE 1985/1986

Fernando Apparicio da Silva
 Carlos Marcio Bicalho Cozendey
 Claudio Raja Gabablia Lins
 Julio Glinternick Bitelli
 Maria Luísa Escorel de Moraes

Luís Antonio Balduino Carneiro
 Ronald Cardoso Mendes Junior
 Márcia Loureiro
 Carlos Alfonso Iglesias Puente
 Glivânia Maria de Oliveira
 Geraldo Veiga Rivello Junior
 Irene Vida Gala
 Sérgio Ricoy Pena
 Luís Claudio Villafañe Gomes Santos
 Ana Maria Mulser Parada
 Alexandre Campello de Siqueira
 Roberto Furian Ardenghy
 Paulo Marcos Almeida de Moraes
 José Augusto Silveira de Andrade Filho
 Evaldo Freire
 Claudia Fonseca Buzzi
 Paulo Roberto Amora Alvarenga
 Marco Cesar Moura Daniel
 Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes
 Antonio Carlos de Souza Leão Galvão França
 Flavio Marega
 Claudio Roberto Poles
 Ruy Pacheco de Azevedo Amaral
 João Marcelo de Aguiar Teixeira
 José Marcos Nogueira Viana
 Márcia Maro da Silva
 Maria Theresa Vieira Diniz
 Licinio Delgado Pahim
 Nestor José Forster Junior
 Antonio Otávio Sá Ricarte
 Paulino Franco de Carvalho Neto
 Paulo Fernando Dias Feres
 Ricardo de Souza Franco Peixoto
 Sabine Nadja Popoff
 João Alberto Dourado Quintaes
 João Tabajara de Oliveira Junior
 Jandira Gill Chalu Pacheco
 Alexandre da Silva Barbedo

**RELAÇÃO DOS PROFESSORES
DO INSTITUTO RIO BRANCO DE 1946 A 1988**

RELAÇÃO DOS PROFESSORES TITULARES DO
INSTITUTO RIO BRANCO DESDE SUA CRIAÇÃO
ATÉ 1988

- ABRANCHES, Carlos Alberto Dunshee de. (CPCD — Direito Internacional Público — 1965 a 1972, 1974 a 1976). (Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968).
- ACCIOLY, Hildebrando Pompeu Pinto. CPCD — Direito Internacional Público — 1947 a 1950, 1952/1953, 1956 a 1958).
- AGUIAR, Sérgio Portela de. (CAD — CP — Promoção Comercial — 1968/1969).
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. (CPCD — História Diplomática do Brasil — 1960 a 1964). (CPCD — História das Américas — 1965/1966).
- ALEIXO, José Carlos Brandi. (CPCD — Ciência Política — 1978 a 1985).
- ALEXANDRE, Peter. (CPCD — Inglês — 1958).
- ALMEIDA, Márcio Fortes de. (CPCD — Português — 1962).
- ALMEIDA, Miguel Alvaro Ozório de. (CPCD — Português — 1966 a 1974). (CPCD — Orientação Profissional — 1967 a 1970). Estágio de Formação Correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Orientação Profissional — 1968).
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. (CPCD — Sociologia Política — 1986).
- ALMEIDA, Renato Costa. (CPCD — Economia Política — 1953/1954, 1961, 1978, 79, 80) (CE — Análise Estatística — Análise Macroeconômica — Pesquisa Operacional e Teoria dos Jogos — Coordenador — 1969).

- ALVES, Dário Moreira de Castro. (CAD — CP — Comunicações — 1968). (CAD — CP — Organização e Administração de Chancelarias — 1969 a 1972).
- ALVIM, Clara de Andrade. (CPCD — Português — 1966).
- ANDRADE, Dyla Silvia Navarro de. (CE — Prática de Arquivo — 1947/1948).
- ANTERO, Pedro Henrique Chaves. (CPCD — Sociologia — 1978 a 1980).
- ARANTES, Tarcísio Barbosa. (CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1964, 1965).
- ARAÚJO, Heloisa Vilhena de. (CPCD — Português — 1984 a 1987).
- ARAÚJO, João Hermes Pereira de. (CPCD — Prática Diplomática — 1963).
- ARAÚJO, Roberto Luiz Assumpção de. (CPCD — História do Brasil — 1946).
- AUGER, Jacques. (CPCD — Francês — 1969 a 1972).
- AUSTEN, Mary Verônica. (CE — Inglês — 1964).
- ÁVILA, Fernando Bastos de. (CAD — Estudos Brasileiros — 1957/1958).
- BACKEUSER, Everardo. (CEX — Geografia Política do Brasil e da América Latina — 1945).
- BAER, Werner. (CPCD — Economia II — 1966).
- BAHADIAN, Adhemar Gabriel. (CPCD — Organização e Métodos de Trabalho do MRE — 1974 a 1976). (CPCD — Português e Comunicação Profissional — 1974 — segundo semestre, 1975).
- BALTHASAR, João da Silva. (CE — Taquigrafia — 1967).
- BANDEIRA, Pedro Paulo Rocha. (CPCD — Direito Internacional Privado — 1967/1968).
- BARAT, Josef. (CPCD — Economia I — 1966).
- BARROS, Júlio d'Assumpção. (CE — Direito Administrativo e Contabilidade Pública — 1967).
- BATALHA, Ivan Velloso da Silveira. (CPCD — Teorias de Política Internacional — 1969). (CPCD — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).
- BATH, Sérgio Fernando Guarischi. (CPCD — Coordenador do Departamento de Economia do IRBr — 1970; Prática Diplo-

- mática II — 1975; Organização e Métodos de Trabalho do MRE — 1976/1977 — 1981).
- BATISTA, Paulo Nogueira. (CPCD — Direito Internacional Público — 1959).
- BAUMGARTEN Júnior, Alfredo Luiz. (CPCD — Economia — 1968/1969, 1971 a 1975).
- BAUSS, Rudolph William. (CPCD — Inglês — 1973).
- BECKER, Bertha Koiffmann. (CPCD — Geografia — 1966 a 1975). (Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Geografia Política — 1968).
- BECKER, Gretchen. (CE — Alemão 1972 a 1974).
- BECKER, Martha Ellen. (CE — Alemão — 1952/1953).
- BENSON, Daniel Harold. (CPCD — Francês — 1973 a 1975).
- BENTES, João Ferreira. (CPCD — Economia — 1970).
- BERARDINELLI, Cleonice Serôa da Motta. (CPCD — Português — 1961 a 1963).
- BERTRAND, Alain. (CPCD — Francês — 1986).
- BIATO, Oswaldo. (CPCD — Prática Diplomática — 1978 a 1980).
- BIER, Amaury. (CPCD — Economia II — 1966). (CPCD — Política Internacional — 1966).
- BIRCHALL, Stephen. (CE — Inglês — 1966).
- BONDUKI, Issa Antonio. (CPCD — Árabe — 1984 a 1988).
- BONZANINI, Flávio Roberto. (CPCD — Administração — 1986).
- BORJA, Célio de Oliveira. (CPCD — Direito Constitucional e Administrativo — 1961 a 1963).
- BORTONI, Stella Maris. (CPCD — Português — Expressão e Redação Profissional — 1982 a 1988).
- BRAGA, Pedro de Souza Ferreira Gonçalves. (CPCD — Direito Internacional Público — 1949/1950, 1959).
- BRITO, Aldemar Hora Dantas de. (CPCD — Política Internacional — 1954).
- BRITO, Dante de. (CPCD — Inglês — 1951).
- BROWN, Gilberto Clark. (CPCD — Inglês — 1971/1972).
- BRYTYGIER, Guy. (CPCD — Francês — 1962).
- BUARQUE, Cristóvam Ricardo Cavalcanti. (CPCD — Economia — 1978 a 1981).

- BUESCU, Mircea. (CPCD — Economia II — 1967/1968). (Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Economia — 1968). (CPCD — Departamento de Economia — Coordenador de Seminários e Conferências — 1969).
- BURGOS, Frederico Luiz de. (CE — Estenografia — 1948, 1951/1952).
- BURNIER, Maria Cândida Penido. (CPCD — Francês — 1971). (CE — Francês — 1964 a 1967).
- CABAL, Hélio de Burgos. (CPCD — Direito Internacional Público — 1964).
- CÂMARA Júnior, Joaquim Mattoso. (CPCD — Português — 1958 a 1960).
- CAMPOS, Pedro de Souza. (CAD — Sociologia Política — 1950).
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. (CPCD — Geografia — 1962).
- CARBONAR, Orlando Soares. (CPCD — Política Internacional — 1967/1968. Estágio de Formação Correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Política Internacional — 1967/1968).
- CARNAÚBA, Frederico Carlos. (CPCD — Organização e Métodos de Trabalho do MRE — 1973).
- CARNEIRO Júnior, David Antônio da Silva. (CPCD — Economia I — 1967).
- CARNEIRO, Octávio Augusto Dias. (CPCD — Política Econômica — 1952 — Economia Política — 1952/1953). (CAD — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1951/1952).
- CARVALHO, Carlos Delgado de. (CPCD — História Diplomática do Brasil — 1955/1956). (CPCD — História Diplomática Mundial — 1956).
- CARVALHO, Carlos Eduardo Paes. (CPCD — Economia — 1978 a 1980).
- CASTRO, Antônio Barros de. (CPCD — Economia I — 1964, 1966). (CPCD — Economia II — 1965).
- CASTRO, Raymundo Nonnato Loyola de. (CAD — Prática Consular — 1970 a 1972).
- CAVAGNARI, Maria Eugênia Corrêa Lima. (CPCD — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).
- CHACEL, Julian Magalhães. (CPCD — Política Econômica — 1960).

- CHAMOUN, Ebert Vianna. (CPCD — Direito Civil — 1959 a 1969).
- CLEAVER, Jean François. (CPCD — Francês — 1985 a 1988).
- COLE, Desmond. (CPCD — Inglês — 1958 a 1960).
- COLES, David. (CPCD — Inglês — 1987).
- COLLOR, Lindolfo Leopoldo. (Curso Especial correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas — Política Internacional — 1963).
- CONNEL, Graham. (CPCD — Inglês — 1962).
- CONRADO, Raul. (CAD — Espanhol — 1946).
- CORRÊA Júnior, Manuel Pio. (CPCD — Orientação Profissional — 1951/1952 — Política Internacional 1959). (CAD — Prática Diplomática — 1951).
- CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. (CPCD — Relações Internacionais — 1978 a 1980; História das Relações Diplomáticas do Brasil 1987 e 1988).
- CORRÊA, Marlene de Castro. (CPCD — Português — 1963 a 1965).
- CORRÊA, Roberto Alvim. (CPCD — Francês — 1947/1948, 1950).
- CORTES, Marcos Henrique Camillo. (CAD — CP — Organização e Administração de Chancelaria — 1968).
- CORTESÃO, Jaime. (CAD — História da Formação Territorial do Brasil — 1946 a 1950) (CEX — História da Cartografia e Geografia das Fronteiras do Brasil — 1945).
- COSTA, Edilberto. (CPCD — Economia Política — Política Econômica — 1957). (CAD — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1957).
- COSTA, Frederico José Lustosa da. (CPCD — Fundamentos de Administração — 1987).
- COSTA, Kori Yanne Bolivia Carrasco. (CPCD — Espanhol — 1982 a 1988).
- COSTA, João Frank da. (CPCD — Política Internacional — 1961/1962).
- COUCHOUD, Jean Paul. (CPCD — Francês — 1963).
- COX, Melvyn Dennis. (CPCD — Inglês — 1962).
- CUNHA, Therezinha Lúcia Ferreira. (CPCD — Direito Constitucional — 1983 e 1984).
- CURY, Américo. (CPCD — Economia Política — 1948 a 1950).

- DAROS, Eduardo José. (CPCD — Economia I — 1965).
- DIAS, Márcio Paulo de Oliveira. (CPCD — Sistema de Informação — 1979 a 1980).
- DOURADO, Mecenas. (CPCD — História Diplomática do Brasil — 1954). (CPCD — História Diplomática Mundial — 1954/1955).
- DRUMOND, José Eduardo Pizarro. (CPCD — Direito Civil — 1958).
- DUARTE, Aluísio Capdeville. (CPCD — Geografia — 1961).
- DUARTE, Sérgio de Queiroz. (CAD — CP — Comunicações — 1969).
- DURAN, Túlio Hostílio Frederico Arvelo. (CPCD — Economia — 1970).
- ELIA, Hamilton. (CPCD — Português — 1951, 1958/1959).
- EMMERICH, Charlotte. (CE — Alemão — 1966).
- FADUL, Ilena Florica Ghiatza. (CPCD — Francês — 1984 a 1986).
- FALCON, Francisco José Calazans. (CPCD — História Diplomática Mundial — 1959).
- FARIA, Milton. (CAD — Prática Consular — 1950, 1957 a 1959).
- FARO Júnior, Luiz Pereira Ferreira de. (CPCD — Direito Internacional Público — 1960).
- FERREIRA, Wamberto Hudson. (CPCD — Expressão e Redação Profissional — 1983).
- FERGUSON, James Crawford. (CPCD — Inglês — 1983 a 1987).
- FERNANDES, Mário de Deus. (CAD — Prática Consular — 1948, 1951).
- FERRAZ, Sérgio. (CPCD — Direito civil — 1955).
- FINN, Patrick James David Gardner. (CPCD — Inglês — 1962).
- FIORAVANTE, Moacyr Antônio. (CPCD — Economia — 1968, 1971 a 1974).
- FLORENCIO Sobrinho, Sérgio Augusto de Abreu e Lima. (CPCD — Política Externa Brasileira Contemporânea — 1984).
- FLYNN, John Gerard. (CPCD — Inglês — 1963).
- FONSECA, Júnior, Gelson. (CPCD — Relações Internacionais — 1978 a 1988).

- FONSECA, Roberto Piragibe. (CPCD — Direito Internacional Público — 1952).
- FORRER, Robert L. C. (CPCD — Inglês — 1959/1960).
- FOX, William Thorton Rickert. (CPCD — Política Internacional — 1966).
- FOZ, Alberto dos Santos. (CPCD — Economia Política — 1951).
- FRANCO Filho, Álvaro da Costa. (CPCD — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).
- FRANCO, Alexandre. (CE — Alemão — 1964).
- FRAZÃO, Sérgio Armando. (CPCD — Direito Internacional Público — 1951).
- FREY, Alexander. (CPCD — Inglês — 1962).
- GABAGLIA, Fernando Antônio Raja. (CEX — Geografia Cultural do Brasil e da América Latina — 1945).
- GALVÃO, Ivan. (CAD — Italiano — 1946).
- GALVÃO, Jesus Bello. (CPCD — Português — 1952 a 1957, 1960).
- GIBBON, Virgílio Horácio Samuel. (CPCD — Economia — 1975).
- GOMES, Henrique de Carvalho. (CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1966). (CPCD — Economia II — 1967).
- GOMES, Jaime de Barros. (CPCD — História Social e Política do Brasil — 1952/1953).
- GONÇALVES, Roberto Mendes. (CPCD — Português — 1963).
- GRIECO, Donatelo. (CPCD — Português — 1951).
- GRIFFIN, William James. (CPCD — Inglês — 1947).
- GUERREIRO, Ramiro Elysio Saraiva. (CPCD — Direito Internacional Público — 1962). (Curso Especial correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1963). (CPCD — Relações Internacionais — 1969). (CPCD — Departamento de Política — Coordenador — 1969).
- GUILLOU, Yvonne. (CPCD — Francês — 1958/1959).
- GUIMARÃES Neto, Samuel Pinheiro. (CPCD — Comércio Internacional e Finanças Internacionais — 1978 a 1980).
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. (CPCD — Geografia — 1952 a 1954, 1957 a 1960). (Curso Especial correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas — Geografia — 1963).

- GUIMARÃES, José Nunes. (CPCD — Política Econômica — 1954).
- GUIMARÃES, Renato Prado. (CPCD — Promoção de Exportações — 1978 a 1980).
- HENFREY, Norman. (CPCD — Inglês — 1961).
- HERMES Júnior, João Severiano da Fonseca. (CAD — Prática Diplomática — 1948, 1950).
- HOLLANDA Ferreira, Aurélio Buarque de. (CPCD — Português — 1952, 1957).
- HOLLANDA, Guy de. (CPCD — História das Relações Exteriores do Brasil 1967/1968). (Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — História das Relações Exteriores do Brasil — 1968).
- HUGUENEY Filho, Clodoaldo. (CPCD — Técnicas de Negociação — 1984 a 1987/1988).
- JACQUES, Paulino Ignacio. (CPCD — Direito Constitucional e Administrativo — 1966 a 1968).
- JACQUIER, Louise. (CPCD — Francês — 1946 a 1960).
- JARDIM, Torquato Lorena. (CPCD — Direito — 1978 a 1980).
- JENNINGS, Ralph Edward. (CPCD — Inglês — 1970).
- KARIDAKIS, Savas. (CE — Francês — 1963/1964).
- KELLER, Elza Coelho de Souza. (CPCD — Geografia — 1957).
- KING, Bernard Noel. (CPCD — Inglês — 1969).
- KNOX, John. (CPCD — Inglês — 1946 a 1957). (CE — Inglês — 1952/1953). (CEX — Inglês — 1953).
- KRANC, Piotr Pawel. (CPCD — Inglês — 1963 a 1965).
- KURY, Adriano da Gama. (CPCD — Português — 1961).
- LACERDA, José Cândido Sampaio de. (CPCD — Direito Civil e Comercial — 1955 a 1959).
- LACOMBE, Américo Lourenço Jacobina. (CPCD — História Diplomática do Brasil — 1949, 1957/1958). (CPCD — História das Relações Exteriores do Brasil — Coordenador 1967 a 1970).
- LAGE, Alfredo Martins. (CE — Inglês — 1948).
- LAGO, Antônio Corrêa do. (CPCD — Orientação Profissional — 1954).
- LAMY Filho, Alfredo. (CPCD — Direito Comercial — 1960 a 1962).

- LANNA, Hélio José da Costa. (CPCD — Economia I — 1967).
- LANTELME, Paulo. (CPCD — Português — 1957).
- LATOUR, Jorge. (CAD — Prática Diplomática — 1956/1957).
- LAURE, Pierre Robert. (CPCD — Francês — 1986).
- LEAL, Hamilton. (CPCD — Direito Constitucional e Administrativo — 1946 a 1959).
- LÉCUYER, Jacques. (CPCD — Francês — 1961/1962).
- LEITE Filho, João Batista Barreto. (CPCD — Política Internacional 1955 a 1961).
- LELLIS, Raul Moreira. (CPCD — Português — 1956).
- LEME, Og Francisco. (CPCD — Economia I — 1967).
- LE MOS, Augusto Jefferson de Oliveira. (CPCD — Economia I — 1967).
- LIED, Helmut. (CE — Alemão — 1964).
- LIGIÊRO, Luiz Fernando Freitas. (CPCD — Política Externa Brasileira Contemporânea — 1987/1988).
- LIMA Sobrinho, Antônio Estevam de. (CPCD — Pensamento Político Contemporâneo (Cibernética) — 1971 a 1975).
- LIMA Alceu Amoroso. (CPCD — Economia Política — 1947). (CAD — Sociologia Política — 1948).
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. (CPCD — Português — 1947 a 1950, 1953 a 1957).
- LIMA, Paulo Tarso Flecha de. (CAD — CP — Promoção Comercial — 1971/1972).
- LINHARES, Bruno Mattos. (CPCD — Economia I — 1965). (CPCD — Economia II — 1965). (CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1965).
- LINHARES, Maria Yedda Leite. (CPCD — História Diplomática Mundial — 1957).
- LINS, Augusto Estellita. (CPCD — Expressão e Redação Profissional — 1978 a 1982).
- LOBO, Hélio. (CAD — História Diplomática do Brasil — Prática Diplomática, 1946).
- LODGE, Ian Dennis. (CPCD — Inglês — 1967).
- LOPES, Helga de Godoy. (CE — Alemão — 1972/73).
- LOPES, José Ferreira. (CAD — CP — Promoção Comercial — 1970, Economia — 1981).

- LOPES, Miguel Maria de Serpa. (CPCD — Direito Civil — 1960).
- MACHADO, Luiz Alberto Figueiredo. (CPCD — Direito Constitucional — 1983).
- MADEIRA, Marcos Almir. (CAD — Estudos Brasileiros — 1952).
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. (CPCD — Política Econômica — 1958). (CAD — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1958).
- MANGABEIRA, Francisco. (CPCD — Direito Internacional Público — 1953). (CAD — Estudos Brasileiros — 1956).
- MANTOVANELLI Neto, Obertal. (CE — Análise Macroeconômica — 1969/1970).
- MARINHO, Armando de Oliveira. (CPCD — Direito Constitucional e Instituições Políticas — 1974/1975).
- MARINHO, Ilmar Penna. (CPCD — Direito Internacional Privado — 1946).
- MARTINS, Gilberto Ferreira. (CPCD — Serviço Diplomático, 1981).
- MARTINS, Marco Antônio Campos. (CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1969). (CPCD — Desenvolvimento Econômico — 1969).
- MELLO Franco, Afonso Arinos de. (CPCD — História do Brasil — 1946).
- MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. (CPCD — Direito Internacional Público — 1974 a 1976).
- MELLO, Gastão Felipe Coimbra Bandeira. (CPCD — Administração — 1986).
- MELLO, José de Campos. (CPCD — Economia Política — 1949).
- MELLO, Ricardo Drummond de. (CPCD — Relações Econômicas Internacionais 1985 a 1987).
- MELLO, Rubens Ferreira de. (CAD — Prática Diplomática — 1958).
- MELO, Oswaldo José de Campos. (CPCD — História das Relações Exteriores do Brasil — 1975/1976).
- MENDONÇA, Mário Alexandre Campos. (CPCD — Direito Civil — 1969).
- MÉRIGOUX, Pierre. (CPCD — Francês — 1967).

- MESQUITA, André Teixeira de. (CAD — CP — Prática Diplomática I — 1970 a 1972).
- MEYER, Arthur Vivacqua Corrêa. (CPCD — Economia Brasileira — 1986 — 1988).
- MIRANDA, José Luiz Silveira. (CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1966).
- MONTEIRO, Clóvis do Rêgo. (CPCD — Português — 1947 a 1949).
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. (CPCD — Estudos Brasileiros — 1982).
- MONTEIRO, Márcio Rêgo. (CPCD — Economia I — 1963). (Curso Especial Correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas — Economia — 1963 — Política Internacional — 1963).
- MORAES, Lauro Escorel Rodrigues de. (CPCD — Introdução a Diplomacia — 1986).
- MOREIRA, Laura de Barros. (CEX — Praxes Sociais e Diplomáticas — 1951).
- MOREIRA, Marcílio Marques. (CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1965). (CPCD — Economia II — 1966). (CPCD — Política Internacional — 1966 a 1968). (Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Política Internacional I — 1968). (CPCD — Pensamento Político Contemporâneo — 1969 a 1975).
- MORTARA, Marcella. (CAD — Italiano — 1948, 1950).
- MOTA, Benedito Rocque da. (CAD — Prática Diplomática — 1955).
- MOTTA, Petrônio. (CPCD — Português — 1946).
- MOURA, Heitor Pinto de. (CPCD — Português — 1962/1963).
- MULHOLLAND, John. (CPCD — Inglês — 1952, 1954 a 1957, 1974 a 1976).
- MURPHY, Alan James. (CPCD — Inglês — 1970).
- NABUCO, Gustavo Schmidt. (CE — Leitura Dinâmica — 1968).
- NASCENTES, Antenor. (CPCD — Português — 1946).
- NASCIMENTO e Silva, Geraldo Eulálio do. (CPCD — Direito Internacional Público — 1946 a 1948, 1956 a 1958, 1961). (CPCD — Política Internacional — 1970 a 1975 — 1º semestre).
- NASCIMENTO e Silva, Joaquim Eulálio do. (CAD — História Diplomática do Brasil — 1948).

- NASCIMENTO, Vamireh Chacon de Albuquerque. (CPCD — Sociologia 1981).
- NEVES, Adolpho de Camargo. (CEX — Prática Consular — 1945).
- NEVES, Luiz Augusto de Castro. (CPCD — CPCD — Economia — 1978, 1979, 1980, 1985, 1986).
- NOGUEIRA, Jorge Luiz Fontoura. (CPCD — Direito Internacional Público I — 1986/88).
- NOGUEIRA, Júlio. (CE — Português — 1947/1948).
- NORONHA, Sérgio Seabra de. (CAD — CP — Comunicações — 1970).
- NOVELLI, Flávio Bauer. (CPCD — Direito Constitucional e Administrativo — 1964/1965).
- NUNES, Amaro Ventura. (CE — Português — 1967).
- OLIVEIRA, Jádriel Ferreira de. (CPCD — Prática Consular — 1985/86).
- OLIVEIRA, Marília Luísa Peluso de. (CPCD — Geografia do Brasil — 1983 a 1985).
- OLIVEIRA, Regis Novaes de. (CPCD — Prática Diplomática — 1985).
- ONIGA, Teodoro. (CE — Análise Estatística — 1969/1970). (CE — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — 1969/70).
- OUCHKOFF, Oleg. (CE — Russo — 1964 a 1966).
- PACHA, Sérgio de Carvalho. (CE — Português — 1964).
- PAIVA Netto, Jacintho Francisco. (CPCD — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).
- PARAÍSO, Hamilton Prisco. (CPCD — Direito Constitucional e Administrativo — 1960).
- PAULA, Tacariju Tomé de. (CPCD — Geografia — 1962).
- PAYNE, Kenneth James. (CPCD — Inglês — 1961, 1964 a 1968, 1971 a 1975).
- PEARSON, Christopher. (CPCD — Inglês — 1961/1962).
- PEDROSA, Mário. (CPCD — Política Internacional — 1955).
- PEDROSO, Luiz Villarinho. (CPCD — Promoção Comercial — 1985).
- PELEGRINO, Carlos Roberto Mota. (CPCD — Direito Constitucional 1985).

- PEREIRA, Antonio Celso Alves. (CPCD — Política Internacional — 1975).
- PEREZ, David José. (CAD — Espanhol — 1948, 1950).
- PESQUERO, Encarnación Ponce Lopes de. (CPCD — Espanhol — 1983 a 1987).
- PIMENTEL, Maria de Lourdes. (CE — Criptografia — 1947).
- PINHEIRO, João Baptista. (CPCD — Economia Política — 1953 — Política Econômica — 1952 a 1954). (CEX — Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional — 1952).
- PINHO, José Wanderley de Araújo. (CPCD — História Diplomática do Brasil — 1957).
- PINTO, Luiz Fernando da Silva. (CPCD — Economia I — 1967).
- PIQUET, Rosélia Périssé da Silva. (CPCD — Economia — 1975/1976).
- PIRES filho, Gerson Machado. (CPCD — História das Idéias Políticas — 1986/1987).
- POLZIN, Alfredo. (CAD — Prática Consular — 1954 a 1957).
- PÓRTO, Luiz de Almeida Nogueira. (CPCD — Direito Internacional Público — 1953). (CAD — Prática Diplomática — 1954).
- PÓVOAS, Sílvia Ribeiro. (CD — Datilografia — 1948).
- PRADO, Eugênia Damasceno Vieira. (CPCD — História Diplomática Mundial — 1958).
- QUEIROZ, José Maria Vilar de. (CPCD — Português — 1964).
- RAILLARD, Georges Léopold. (CPCD — Francês — 1960).
- REDMOND, Patrick Kevin. (CPCD — Inglês — 1983 a 1988).
- RENAULT, Adrien. (CPCD — Francês — 1963 a 1969).
- REZEK, José Francisco. (CPCD — Direito Internacional Público 1978; Direito 1979; Direito II — 1980; Direito Internacional Público I — 1981 e 1982; Direito Constitucional — 1983; Direito dos Tratados — 1984 a 1988).
- REZENDE, Omar Vieira de. (CE — Prática de Correspondência e Comunicação — 1947).
- RIBEIRO, Darcy Rodrigues Lopes. (CPCD — Direito Internacional Privado — 1958).
- RIBEIRO, Jorge Carlos. (CAD — CP — Comunicações — 1971/1972).

- RIBEIRO, Pedro Freire. (CPCD — Política Mundial Contemporânea — 1947 a 1953).
- RICÚPERO, Rubens. (CPCD — História das Relações Diplomáticas do Brasil — 1978 a 1987).
- RIOS, Hilton Carlos da Silva. (CPCD — Direito Internacional Privado — 1969 a 1976).
- RIOS, José Arthur. (CAD — Estudos Brasileiros — 1951).
- RODRIGUES, Jaime Azevedo. (CPCD — Direito Internacional Público — 1961). (CPCD — Política Internacional — 1961). (CPCD — Orientação Profissional — 1953). (CAD — Prática Diplomática — 1960).
- RODRIGUES, José Antônio Gonçalves Amaral de Figueiredo. (CPCD — Economia I — 1967).
- RODRIGUES, José Honório. (CPCD — História do Brasil — 1946 a 1949. 1956).
- RODRIGUEZ, Carlos Calero. (CPCD — Direito Internacional Público — 1954/1955, 1963/1964).
- ROUANET, Sérgio Paulo. (CPCD — Política Internacional — 1967).
- RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa. (CPCD — Direito Internacional Público 1983 a 1985).
- SÁ, Hernane Tavares de. (CAD — Estudos Brasileiros — 1951).
- SÁ, Jayme Magrassi de. (CPCD — Economia Política — 1955 a 1957 — Política Econômica — 1954 a 1957).
- SAMPAIO, Flávio Penteado. (CPCD — Problemas Econômicos Contemporâneos — 1975/1976).
- SANTIAGO, Ricardo Luiz. (CPCD — Economia 1982/1983).
- SANTOS Júnior, Carlos. (CPCD — Economia II — 1963).
- SANTOS, Ezio Távora dos. (CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1964/1965).
- SANTOS, Theophilo de Azeredo. (CPCD — Direito Comercial — 1963 a 1975).
- SAPHA, Flávio Moreira. (CPCD — Relações Consulares — 1978 a 1980).
- SCHLIEPER, Ernesto Oto Carlos. (CE — Alemão — 1972/1973).
- SELON, André. (CPCD — Francês — 1961 a 1976).
- SETTE, Luiz Paulo Lindenberg. (CPCD — Economia Política — 1961).

- SILVA, Alberto Vasconcellos da Costa e. (CAD — CP — Prática Diplomática II — 1968 a 1972).
- SILVA, Bernardino Raimundo da. (CPCD — Organização e Métodos de Trabalho do MRE — 1971).
- SILVA, Clarisse Jeanne France Filiatre Ferreira da. (CPCD — Francês — 1986).
- SILVA, Fernando Antônio Rezende da. (CPCD — Desenvolvimento Econômico — 1969).
- SILVA, Hélio Schlitter. (CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1958 a 1964).
- SILVA, Jacyr Heronville da. (CPCD — Relações Econômicas Internacionais — 1969).
- SILVA, José Luiz Werneck da. (CPCD — História Diplomática do Brasil — 1965/1966).
- SILVA, Paulo César Machado da. (CPCD — Inglês — 1948/1949).
- SILVA, Rinaldo de Carvalho e. (CAD — CP — Prática Consular — 1968/1969).
- SILVA, Roberto Barbosa da. (CPCD — Português — 1953).
- SILVA, Ruy Barbosa de Miranda e. (CPCD — Prática Consular — 1963 a 1966).
- SIMONSEN, Mário Henrique. (CPCD — Economia Política — 1961). (CPCD — Política Econômica — 1962). (CPCD — Departamento de Economia — Coordenador — 1967 a 1969).
- SOARES, João Clemente Baena. (CPCD — Português — 1964/1965).
- SOARES, Pedro Paulo Martins. (CPCD — Economia I — 1967).
- SOUZA Filho, João Almino de. (CPCD — História das Idéias Políticas 1986/1987).
- SOUZA, Alberto Mello e. (CE — Análise Macroeconômica — 1969/1970). (CE — Análise Estatística — 1969/1970).
- SOUZA, José Ferreira de. (CPCD — Direito Civil e Comercial — 1951).
- SOUZA, Roberto Wanderley de. (CPCD — Russo — 1978 a 1988).
- SQUARISI, Dad Abi Chahine. (CPCD — Português para estrangeiros — (1981, 1985, 1986, 1987).
- STERNBERG, Hilgard O'Reilly. (CPCD — Geografia — 1946 a 1958).

- TAPAJÓS, Vicente Costa Santos. (CPCD — História das Relações Exteriores do Brasil — 1969 a 1973).
- TEIXEIRA Filho, Henrique Carneiro Leão. (CPCD — História Diplomática do Brasil — 1959).
- TENÓRIO, Oscar Accioly. (CPCD — Direito Internacional Privado — 1946 a 1958).
- THIELEN, Maila Karen. (CE — Alemão — 1966).
- TOSCANO, Yvonne de Cristofaco. (CPCD — Italiano — 1978 a 1980).
- TRIGUEIRO, Oswaldo. (CPCD — Política Internacional — 1960).
- TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. (CPCD — Direito Internacional Público — 1978 a 1988).
- TRZECIAK, John Stanley. (CPCD — Inglês — 1983 a 1986).
- TURTUR, Hermann. (CD — Alemão — 1963/1964).
- VALE, José Rosa Abreu. (CPCD — Sociologia — 1978 a 1980).
- VALENTINO Sobrinho, Raphael. (CPCD — Direito Internacional Público — 1968). (Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968). (CPCD — Direito Constitucional — 1969 a 1973). (CPCD — Relações Internacionais — 1969). (CPCD — Problemas Econômicos Contemporâneos — 1969 a 1974). (CPCD — Política Internacional — 1974). (CPCD — Economia 1983 a 1988).
- VALLADÃO, Haroldo Teixeira. (CPCD — Direito Internacional Privado — 1959 a 1976). (Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Privado — 1968). (CPCD — Coordenador de Direito — 1967 a 1970).
- VALLADARES, Hildebrando Tadeu Nascimento. (CPCD — Política Externa Contemporânea Brasileira 1985/1986).
- VÁRZEA, Afonso. (CE — Geografia Econômica do Brasil e da América Latina — 1945).
- VASCONCELLOS, Dora Alencar de. (CAD — Prática Consular — 1952).
- VASCONCELLOS, Marina de Barros e. (CPCD — Francês — 1951 a 1954). (CE — Francês — 1948).
- VASCONCELOS, Ruy Antonio Neves Pinheiro. (CPCD — Administração do MRE — 1978, 1979, 1980, 1986, 1987).

- VENANCIO Filho, Alberto. (CPCD — Pensamento Político Contemporâneo — 1971 a 1975).
- VIANA, Hélio. (CAD — História Diplomática — 1950).
- VIEGAS Filho, José. (CPCD — Português (Expressão oral e escrita — 1982, 1983).
- VIEIRA, José Maria Gouveia. (CPCD — Economia I — 1963). Curso Especial correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas — Economia — 1963).
- VILLA-LOBOS, Jaime. (CPCD — Português (Expressão Oral e escrita — 1982).
- VILLELA, Ana Maria. (CPCD — Direito Internacional Privado (1978 a 1988).
- WALKER, Sara Burkitt. (CPCD — Inglês — 1982 a 1988).
- WEINERT, Duna Evangelina. (CPCD — Direito Constitucional — 1982).
- WEINSCHENCK, Guilherme. (CAD — CP — Prática Diplomática I — 1968/1969).
- WEISS, Arthur Bernardes. (CPCD — Geografia — 1963 a 1965).
- WERNECK, Dorothea Fonseca Furquim. (CPCD — Economia — 1983 a 1985).
- WESTPHALEN, Adolf Libert. (CPCD — Organização e Métodos de Trabalho do MRE — 1983).
- WHITFIELD, Margaret Ann. (CPCD — Inglês — 1970).
- WOOD, F. G. (CPCD — Inglês — 1961 a 1963).
- YAMAGUCHI, Michio. (CPCD — Japonês — 1978 a 1980, 1984 a 1988).
- CPCD — Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.
 CAD — Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.
 CAE — Curso de Altos Estudos.
 CP — Curso de Prática Diplomática e Consular.
 CE — Cursos Especiais e de Extensão.

LEGISLAÇÃO

EDITAL DE 13 DE JANEIRO DE 1988

(Publicado no *DO* de 18 de janeiro de 1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que estarão abertas, de 22 de fevereiro a 22 de março de 1988, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 589, de 13 de janeiro de 1988, que acompanham o presente Edital.

As inscrições poderão ser feitas: a) na sede do Instituto Rio Branco, no Ministério das Relações Exteriores; b) nos Centros Regionais de Inscrições do Instituto Rio Branco em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre; e c) no exterior, nas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras.

É fixado em 20 o número de vagas no primeiro ano letivo de 1989, a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos no Exame Vestibular.

Thereza Maria Machado Quintella

INSTRUÇÕES

1. O exame Vestibular ao primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata para o ano letivo de 1989 compreenderá provas escritas e orais, eliminatórias e classificatórias, além de exames eliminatórios de sanidade e capacidade física e psíquica.

DA INSCRIÇÃO

2. As inscrições serão feitas entre 22 de fevereiro e 22 de março de 1988, nos seguintes locais:

a) Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília-DF — Telefone: (061) 211-6184;

b) Centros Regionais de Inscrição do Instituto Rio Branco:

- I — *Em Manaus*: Coordenador: Dr. Garcitylzo do Lago Silva. Faculdade de Educação da Universidade do Amazonas. Rua Monsenhor Coutinho 724 — Tel.: (092) 232.7208 e 234.9131.
- II — *Em Belém*: Coordenador: Coronel Ivonillo Dias Rocha. Sede da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (MRE). Avenida Governador Malcher, 349 — Tel.: (091) 222.7709 e 223.5552.
- III — *Em Fortaleza*: Coordenador: Professor Francisco Assis Garcia. Departamento de Letras da Universidade Federal do Ceará. Av. da Universidade, 2.853. Fortaleza — Ceará. Tel.: (085) 243.4733.
- IV — *No Recife*: Coordenador: Professor Miguel Otávio de Melo Júnior. Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, sala 358. Avenida Professor Moraes Rego s/nº, Cidade Universitária, Engenho do Meio — Tel.: (081) 271.2211.
- V — *Em Salvador*: Coordenadora: Professora Therezinha M. da Conceição Nunes Corrêa. Coordenação de Extensão da Universidade Federal da Bahia. Avenida Araújo Pinho, 32, Canela — Tel.: (071) 237.1429 R. 33.
- VI — *No Rio de Janeiro*: Coordenadora: Secretária Cecília de Biase Bidart, Palácio do Itamaraty. Av. Marechal Floriano 196 — Tel.: (021) 253.7955.
- VII — *Em Belo Horizonte*: Coordenador: Professor Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo. Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 6º andar. Rua Carangola 288 — Santo Antônio. Tel.: (031) 223.2133 R. 45 a 48.
- VIII — *Em São Paulo*: Coordenadora: Professora Maria Teresa Braga. Avenida Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374 — antigo edifício da Reitoria, 2º andar, Cidade Universitária «Armando Salles de Oliveira» — Tel.: (011) 813.6944 R. 118.

IX — *Em Curitiba*: Coordenador: Professor Marcos Eduardo Kruppel. Departamento de Métodos e Técnicas de Educação da Universidade Federal do Paraná — UFPR. Rua General Carneiro, 460 — Tel.: (041) 264.2522 R. 133.

X — *Em Porto Alegre*: Coordenador: Professor Fernando Antonio Macedo Pinto. Av. Oswaldo Aranha, 522, Bl. «A» ap. 101 — Tel.: (051) 25.8348.

XI — *No Exterior*: Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras, para candidatos residentes fora do país.

3. Será cobrada taxa de inscrição no valor de Cz\$ 260,00 (duzentos e sessenta cruzados) e o Centro fornecerá recibo com probatório ao candidato.

4. Para sua inscrição, os candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- a) ser brasileiro nato (artigo 145, parágrafo único, da Constituição Federal);
- b) contar mais de vinte anos e menos de trinta e dois anos, na data da primeira prova (logo, poderão inscrever-se os nascidos entre 7 de maio de 1956 e 5 de maio de 1968);
- c) estar em dia com o serviço militar;
- d) possuir título de eleitor, em dia;
- e) ter bons antecedentes;
- f) apresentar diploma ou certificado de conclusão de Curso Superior ou, na falta deste, certificado que comprove já ter terminado, no mínimo, a 3ª série ou o 6º período de semestre ou 60% (sessenta por cento) da carga horária ou dos créditos do Curso de Graduação de nível superior, reconhecido. Desse certificado, devem constar o número e a data do decreto de reconhecimento do Curso, o total de créditos exigidos ou o número de períodos ou semestres necessários para a conclusão do Curso. O Instituto Rio Branco poderá exigir, igualmente, a apresentação do histórico escolar. Caso se trate de documento expedido por Universidade estrangeira, deverá o candidato demonstrar junto à direção do IRBr que os estudos realizados no Exterior satisfazem as exigências legais.

5. O candidato, para inscrever-se, apresentará apenas documento oficial de identidade e uma declaração, firmada de próprio

punho, sob as penas da lei, de que satisfaz todas as condições exigidas por este edital. Essa documentação pode ser apresentada, e a inscrição feita, por procurador, que se identificará.

6. No dia 21 de julho de 1988, isto é, após a divulgação dos resultados das provas escritas e orais, os candidatos aprovados apresentarão à Secretaria do Instituto Rio Branco os seguintes documentos, dos quais, se necessário, serão tiradas cópias:

- a) carteira de identidade, emitida por repartição pública federal ou estadual competente;
- b) prova de quitação com o serviço militar;
- c) título de eleitor;
- d) formulário de dados pessoais, fornecido pelo Instituto Rio Branco;
- e) declaração de antecedentes, em formulário fornecido pelo Instituto;
- f) três retratos 3x4; e
- g) diploma universitário ou certificado da Universidade, como prova de que satisfaz o determinado no item f do parágrafo 4 acima.

7. Se for casado, o candidato aprovado deverá apresentar também certidão de casamento, bem como, relativamente ao cônjuge: o formulário de dados pessoais, um retrato 3x4 e a carteira de identidade. Se casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente e só será matriculado caso obtenha a autorização ministerial de que trata o artigo 48 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma indicada na legislação em vigor.

8. O candidato cuja separação judicial não esteja ainda julgada por sentença deverá apresentar a mesma documentação sobre o cônjuge exigida no parágrafo anterior. O candidato divorciado e o candidato separado judicialmente apresentarão apenas cópia autenticada da sentença do divórcio ou da separação judicial.

9. A inscrição implica a aceitação, pelo candidato, de todas as normas constantes das presentes instruções.

10. O candidato que fizer qualquer declaração falsa ou inexacta, ao se inscrever, ou que não satisfizer as condições enumeradas no parágrafo 4, terá cancelada sua inscrição e anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que tenha sido aprovado no Exame Vestibular.

DAS PROVAS E DOS EXAMES

11. A todas as provas serão atribuídas notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem). A nota 0 (zero) em qualquer prova elimina o candidato.

12. A identificação e a divulgação dos resultados de todas as provas serão feitas publicamente, em Brasília. O candidato terá direito à vista de sua própria prova e poderá requerer a revisão, observando o seguinte:

- a) os requerimentos, *devidamente fundamentados*, deverão ser dirigidos à Diretora do Instituto Rio Branco e indicar precisamente as questões e os pontos nos quais o candidato se julga prejudicado; e,
- b) os requerimentos deverão ser apresentados dentro do prazo fixado neste edital; o candidato não terá direito a recorrer do resultado do recurso.

1ª fase: Provas Vestibulares Iniciais

13. As provas vestibulares iniciais realizar-se-ão simultaneamente em Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, das 9:00 às 13:30 horas (hora de Brasília), nos locais a serem indicados ao candidato no momento das inscrições.

14. As provas vestibulares iniciais serão escritas e realizar-se-ão nas seguintes datas:

- a) *sexta-feira*, 6 de maio de 1988 — *Português*;
- b) *sábado*, 7 de maio de 1988 — *Francês*;
- c) *domingo*, 8 de maio de 1988 — *Inglês*.

15. Para ser considerado aprovado, nesta fase, o candidato deverá obter pelo menos 60 (sessenta) pontos em Português, pelo menos 50 (cinquenta) pontos numa das línguas estrangeiras e perfazer no conjunto das três línguas o total mínimo de 150 pontos.

16. A correção das provas de Português, Francês e Inglês será efetuada no Instituto Rio Branco e os resultados divulgados no dia 15 de junho de 1988. O prazo para vista das provas e eventual interposição de recurso, na forma do parágrafo 12, terminará às 18:00 horas do dia 20 de junho de 1988 e os resultados serão divulgados até as 18:00 horas de 24 de junho de 1988.

2ª, 3ª e 4ª fases: Provas Vestibulares Finais

17. As provas vestibulares finais terão acesso apenas os candidatos aprovados na 1ª fase. Elas serão realizadas no Instituto Rio Branco, em Brasília, e obedecerão às características e aos programas constantes dos anexos I e II.

18. Os candidatos residentes nos Estados serão chamados à Brasília pelo Instituto Rio Branco, que lhes fornecerá transporte (ida e volta) a partir da cidade onde houverem efetuado as provas vestibulares iniciais, bem como alojamento e alimentação até um dia depois da última prova ou, no caso de eliminação, até um dia depois da data da divulgação do resultado final da prova que houver eliminado o candidato.

19. A nota mínima para aprovação nas provas eliminatórias da 2ª e 3ª fases será 50 (cinquenta) pontos.

20. A 2ª fase constará de provas orais, sendo uma eliminatória — Questões Internacionais Contemporâneas — e duas classificatórias — Francês e Inglês; serão realizadas nos dias 1º, 2 e 3 de julho de 1988, no Ministério das Relações Exteriores. Os resultados serão divulgados até as 12:00 horas do dia 4 de julho de 1988, no Ministério das Relações Exteriores. Os exames orais serão gravados, a fim de permitir aos candidatos a eventual interposição de recursos, cujo prazo expirará às 12:00 horas do dia 5 de julho de 1988. Os resultados finais serão divulgados naquele mesmo dia, até as 18:00 horas.

21. As provas vestibulares da 3ª fase serão escritas e eliminatórias e obedecerão ao seguinte calendário:

História do Brasil

prova: quarta-feira, dia 6 de julho de 1988;

resultado: dia 7 de julho de 1988, às 15:00 horas;

prazo para recurso: até as 12:00 horas do dia 8 de julho de 1988;

resultado final: às 18:00 horas do dia 8 de julho de 1988.

História Mundial

prova: sábado, dia 9 de julho de 1988;

resultado: dia 11 de julho de 1988, às 12:00 horas;

prazo para recurso: até as 18:00 horas de 11 de julho de 1988;

resultado final: às 12:00 horas do dia 12 de julho de 1988.

22. As provas vestibulares da 4ª fase serão escritas e classificatórias e realizar-se-ão nas seguintes datas:

a) *sábado*, 16 de julho de 1988 — *Geografia Geral*;

b) *domingo*, 17 de julho de 1988 — *Noções Básicas de Direito*;

c) *segunda-feira*, 18 de julho de 1988 — *Noções Básicas de Economia*.

Geografia do Brasil

prova: quarta-feira, *dia 13* de julho de 1988;

resultado: dia 14 de julho de 1988, às 12:00 horas;

prazo para recurso: até as 18:00 horas de 14 de julho de 1988;

resultado final: às 12:00 horas do dia 15 de julho de 1988.

23. Os resultados das três provas da 4ª fase serão divulgados às 12:00 horas do dia 19 de julho de 1988. O prazo para vista de qualquer uma dessas provas e eventual pedido de revisão expirará às 18:00 horas do mesmo dia.

24. A divulgação dos resultados finais das provas da 4ª fase, bem como das médias globais, será feita às 18:00 horas do dia 20 de julho de 1988. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média global igual ou superior a 60 (sessenta) no total das provas.

5ª fase: Exame de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica

25. Os candidatos habilitados nas quatro fases das provas vestibulares serão submetidos, ainda em Brasília, a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, de caráter eliminatório, a cargo de médicos e psicólogos especializados em seleção de pessoal para o serviço público.

26. A finalidade dos referidos exames é a de verificar objetivamente, mediante testes científicos e entrevistas pessoais, se o candidato possui as condições físicas e psíquicas, bem como as qualidades e características de personalidade, exigidas pela profissão diplomática, em termos de equilíbrio, capacidade e comportamento social. Isto significa que o candidato, embora aprovado nos exames acadêmicos, poderá ainda ser inabilitado para ingressar no curso de Preparação à Carreira de Diplomata nos casos em que o laudo médico ou psicológico indicar nele a exis-

tência de enfermidade ou defeito físico graves, bem como de condições ou características psicológicas de personalidade que, a juízo da equipe de seleção, sejam de molde a indicar que o candidato não possui aptidão para o exercício da função diplomática.

27. O Instituto Rio Branco estenderá as facilidades de alojamento e alimentação previstas no parágrafo 18 pelo tempo necessário à realização dos exames de que trata o parágrafo 25.

28. O candidato deverá exhibir sua Carteira de Identidade sempre que exigida.

29. O não comparecimento na hora aprazada a qualquer das provas implicará a eliminação do candidato. Não haverá segunda chamada para prova alguma. O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta preta, sem o que não poderá realizar a prova. O candidato só poderá ausentar-se do recinto da prova quando autorizado.

30. Nas provas orais da 2ª fase, os candidatos deverão apresentar-se em traje de passeio.

31. Será eliminado, por ato da Diretora do Instituto Rio Branco, o candidato que agir com incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores, funcionários do Instituto, fiscais ou autoridades presentes. Idêntica medida será aplicada ao candidato que, durante a realização de qualquer prova, se comunicar com outros candidatos ou pessoas estranhas, verbalmente, por escrito ou de qualquer outra forma, bem assim que utilizar livros, impressos ou notas que não sejam expressamente permitidos.

32. Após o término das provas, serão imediatamente destacados os talões de identificação, que permanecerão em invólucro lacrado até a divulgação dos resultados.

33. Será atribuída nota zero à prova que apresentar sinal ou contiver expressão que possibilite a identificação.

34. Em caso de empate na classificação final, o desempate se fará em favor do candidato que tiver sucessivamente:

- a) obtido nota mais alta na prova eliminatória de Português; e
- b) mais idade.

35. Os candidatos aprovados no Exame Vestibular ficarão habilitados a matricular-se no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, de acordo com a classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo Edital de abertura das

inscrições para o referido exame. Os residentes nos Estados, bem como seus dependentes legais, receberão passagem, por via aérea ou rodoviária, para seu deslocamento da capital estadual até Brasília.

36. O Exame Vestibular só será válido para a matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano letivo de 1989. O curso é gratuito, realizado em regime de tempo integral e de frequência obrigatória. Os alunos do CPCD têm direito a bolsa de estudo e a alojamento.

37. A nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos.

38. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas por via postal, ou pessoalmente, nos dias úteis, das 9:00 às 18:00 horas, na Secretaria do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, e nos Centros Regionais de Inscrição.

Obs.: Os programas constantes do anexo II, referidos no item 17 do presente Edital, serão entregues aos candidatos no ato da inscrição.

ANEXO 1

Características das Provas

I — A prova escrita de Português constará das seguintes Partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 450 palavras e máximas de 600 palavras (valor: 60 pontos); e
- b) resumo de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

A prova procurará avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (ortografia, sintaxe, pontuação, estilo, léxico), mas também a estruturação, a relevância e a adequação das idéias em relação ao tema.

II — As provas escritas de Francês e Inglês constarão de duas partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 400 palavras e máxima de 500 palavras (valor: 60 pontos); e
- b) versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

III — A prova oral e eliminatória de Questões Internacionais Contemporâneas terá por objetivo apurar:

- a) O conhecimento do candidato sobre temas internacionais correntes, aí entendidos:
 - a).1. antecedentes do tema;
 - a).2. situação atual do tema;
 - a).3. posição brasileira em relação ao tema.
- b) Capacidade de análise e compreensão do tema.
- c) Capacidade de organização da apresentação; além dos aspectos substantivos acima indicados, o candidato será julgado pela forma de sua apresentação.

Para a prova será, portanto, necessário que o candidato tenha alguma familiaridade com as questões internacionais correntes, familiaridade que adquirirá com o hábito de acompanhar os acontecimentos internacionais mediante leitura atenta de livros, jornais e revistas que dediquem atenção a tais assuntos. O conhecimento jornalístico do tema é, porém, insuficiente e deve ser suprido com: (i) — a leitura de textos de nível superior, história diplomática contemporânea; (ii) — a leitura de, pelo menos, um manual sobre teoria das relações internacionais; (iii) — a leitura de livros sobre política externa brasileira contemporânea; (iv) — a leitura de textos oficiais de política externa (ex.: discursos do Ministro de Estado nas Nações Unidas, conferências do Ministro de Estado na Escola Superior de Guerra; etc.).

Quanto à realização da prova:

- (i) — O candidato sorteará três temas internacionais;
- (ii) — O candidato escolherá um dos temas sorteados para apresentação perante a banca; terá, então, dez minutos para preparar a sua exposição;
- (iii) — Fará, em seguida, a sua exposição que, em princípio, constará de uma apresentação de cerca de dez minutos e de uma sessão de perguntas, conduzida pelos membros da banca.

É especialmente recomendado que o candidato procure compor a sua apresentação com coerência, lógica e, sobretudo, com referência aos aspectos relevantes do tema. O enfoque do tema pelo ângulo dos interesses do Brasil deve ser buscado e será avaliado positivamente.

As perguntas da banca podem ser de variado escopo. Assim, o candidato deve estar preparado tanto para indagações que visem a ampliar informações dadas durante a exposição quanto para perguntas de cunho analítico.

IV — As provas orais de Francês e Inglês serão realizadas simultaneamente com a de Questões Internacionais Contemporâneas, de acordo com a tabela de chamada a ser fixada pela Secretaria do Instituto Rio Branco. As provas orais de idiomas visam a avaliar a capacidade de expressão dos candidatos.

Nas provas de Francês e Inglês, o candidato deverá ler um texto sorteado na ocasião e responder às questões formuladas pelos examinadores. O candidato disporá de cerca de quinze minutos para preparar sua prova, podendo recorrer ao auxílio de um dicionário unilíngüe que o Instituto Rio Branco colocará à disposição.

V — As provas de conhecimento das 3ª e 4ª fases serão compostas de:

- a) dissertação, no valor de 40 pontos;
- b) três pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.

VI — As provas terão a duração de quatro horas e meia.

VII — Na prova de Noções Básicas de Direito, só será admitida a consulta a textos legais se o examinador considerar tal consulta necessária e eles serão fornecidos pelo Instituto Rio Branco.

Obs.: As provas orais referidas nos itens III e IV estarão a cargo de bancos compostas de três examinadores.

EDITAL DE 4 DE MARÇO DE 1988

(Publicado no *Boletim de Serviço* do MRE nº 18, de 14-3-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que, de acordo com o estipulado pelo artigo 52, inciso IV, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977 e da Portaria nº 450 da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pelas Portarias nº 483, de 17 de abril de 1979 e nº 579, de 29 de abril de 1987, estarão abertas, no período de 28 de março a 29 de abril de 1988, as matrículas para o Décimo Oitavo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XVIII CAD).

2. O pedido de matrícula deverá ser feito mediante o preenchimento e apresentação ao Instituto Rio Branco de formulário apropriado, cujo modelo acompanha o presente Edital. A Direto-

ra do Instituto poderá limitar o número de inscrições, resguardado o direito de inscrição aos Segundos-Secretários que à época prevista para divulgação do resultado do curso devam contar tempo de classe e de serviço no exterior que os habilite à promoção a Primeiros-Secretários.

3. É a seguinte a relação das disciplinas no XVIII CAD:

- i) — Relações Internacionais
- ii) — Organismos Internacionais
- iii) — Relações Econômicas Internacionais (abrangendo a Situação Econômica Internacional e a Integração da Economia Brasileira com a Economia Internacional)
- iv) — Organismos Econômicos Internacionais
- v) — Prática Diplomática
- vi) — Prática Consular.

4. O Instituto poderá fornecer aos alunos, a título de subsídio, textos básicos e material informativo, o que não exclui que os alunos efetuem leituras por conta própria a respeito das disciplinas mencionadas, já que se parte do pressuposto de que os temas das disciplinas do CAD deverão ser regularmente estudados pelos Segundos-Secretários.

5. Haverá provas, das matérias acima mencionadas; em março de 1989, de acordo com o seguinte cronograma:

- dia 27 — Relações Internacionais e Organismos Internacionais;
- dia 28 — Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais;
- dia 29 — Prática Diplomática;
- dia 30 — Prática Consular.

6. As provas serão escritas e não conhecerão os Examinadores a identidade dos autores. Serão aplicadas, em princípio, na Secretaria de Estado e nos postos em que estiverem lotados os alunos inscritos no Curso.

7. A Direção do Instituto poderá promover, no período imediatamente anterior aos exames, a realização na Secretaria de Estado de palestras e aulas sobre temas de interesse para o Curso. Nesse caso, os alunos que não se encontrem em Brasília serão chamados a serviço para participar dessas atividades didáticas e aqui prestarão os exames, salvo aqueles que já tenham sido cha-

mados a serviço para cursar CAD anterior, que não o serão uma segunda vez.

8. A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito *Suficiente* ou *Insuficiente*. Serão considerados aprovados os alunos que obtiverem conceito suficiente nas quatro provas.

9. Concluída a avaliação, os alunos aprovados receberão automaticamente cópia de suas provas, a fim de que, se assim o desejarem, requeiram sua revisão, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento das cópias.

10. Os requerimentos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos à Diretora do IRBr e indicar precisamente as questões em que o aluno se considere prejudicado, bem como as alegações do candidato a respeito. Não serão aceitos recursos que não contenham fundamentação adequada.

11. A Diretora do Instituto submeterá aos Examinadores os pedidos de revisão recebidos dentro do prazo acima, e, após ouvido o Senhor Ministro de Estado, divulgará, até o dia 31 de maio de 1989, a decisão final sobre a matéria, que terá caráter irrecorrível.

12. Os alunos reprovados poderão requerer inscrição em CAD posterior, no prazo de quinze dias a partir do recebimento do resultado final, por correspondência dirigida à Diretora do Instituto Rio Branco.

13. Os alunos aprovados no Curso terão igualmente direito à vista de suas provas, mediante solicitação nesse sentido encaminhada à Diretora do Instituto.

14. Está prevista, em princípio, para agosto de 1989 a abertura de inscrição para o XIX CAD, com provas a serem realizadas, em princípio, em agosto de 1990.

Disposições Gerais

15. Os alunos matriculados no XVIII CAD deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que o compõem, mantendo-se atualizados a respeito, independentemente do eventual recebimento de textos do Instituto Rio Branco.

16. A conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas é um dos requisitos específicos para a promoção por merecimento a Primeiro-Secretário nos termos do inciso IV do artigo 6º do Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata do Ser-

viço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.326, de 1º de outubro de 1986.

17. Do mesmo modo, apenas podem ser comissionados Conselheiros em postos do grupo «C», nos termos do artigo 67, Seção IV do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, os Primeiros e Segundos-Secretários aprovados no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

18. O diploma do CAD assegura, ademais, aos funcionários lotados na Secretaria de Estado, a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso estipulada pelos artigos 3º, item V, e 5º, § único, item 1, do Decreto-lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 4 DE MARÇO DE 1988

(Publicado no *Boletim de Serviço* do MRE nº 018 de 14-3-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que, de acordo com o estipulado pelo artigo 52, inciso II, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como da Portaria nº 451, da mesma data, do Ministério de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas, no período compreendido entre 28 de março e 29 de abril de 1988, as matrículas para o Décimo Oitavo Curso de Altos Estudos (XVIII CAE).

2. O XVIII CAE consistirá nas seguintes atividades:

- a) apresentação, ao Instituto Rio Branco, de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira;
- b) defesa oral dos trabalhos que hajam sido aceitos por Banca Examinadora *ad hoc*; e
- c) estágio de atualização

3. A matrícula no XVIII CAE se fará mediante o envio ao IRBr do formulário de inscrição em anexo ao presente Edital, dentro do prazo estipulado acima. Para os candidatos residindo fora de Brasília, ou licenciados, a data do expediente ou da guia de mala que o remeta, ou do carimbo postal, será levada em conta para a observância daquele prazo.

4. Não serão aceitos os pedidos de matrícula que não contiverem o esquema estrutural do trabalho proposto suficientemente

desenvolvido, de forma a permitir o julgamento de sua relevância funcional ou utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira.

5. A Diretora do Instituto Rio Branco poderá recusar temas que não se enquadrem nas finalidades do Curso. Em tais casos, os candidatos poderão propor novo tema, em tempo hábil, a ser fixada pela Diretora do Instituto em sua comunicação aos candidatos.

6. A Diretora do Instituto Rio Branco poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares, bem como adverti-lo da necessidade de ampliação ou maior precisão no tratamento do tema, com vistas a sua apreciação pela Banca Examinadora na primeira fase (avaliação).

7. Uma vez efetivada a matrícula, o candidato não poderá alterar o tema do seu trabalho. Admitem-se, contudo, modificações em seu esquema estrutural, desde que submetidas previamente à aprovação da Diretora do Instituto.

8. Dependendo do número de candidatos à matrícula, no Instituto Rio Branco poderá estabelecer limite de vagas no Curso. Em tal caso, será observada a ordem de antigüidade dos candidatos inscritos.

9. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio Branco, impreterivelmente, até o dia 3 de março de 1989, em cinco exemplares, acompanhados de extrato, cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas. O candidato que, não podendo concluir seu trabalho até aquela data, desejar pedir transferência de matrícula para o Curso imediatamente seguinte, deverá fazê-lo impreterivelmente dentro do prazo acima referido para entrega do trabalho. De outra maneira, terá de reinscrever-se em CAE futuro, dentro dos prazos fixados em Edital.

10. No que diz respeito à apresentação do trabalho, cabem as seguintes observações:

- a) embora inexistam limites rígidos para sua extensão, aconselha-se que o texto propriamente dito (exclusão feita de índice e bibliografia) se situe entre 80 (oitenta) e um máximo de 160 (cento e sessenta) páginas datilografadas com espaço duplo de entrelinhas em papel de formato ofício;
- b) recomenda-se que inclua índice, introdução, desenvolvimento do tema, conclusões e referências bibliográficas precisas e sistematicamente indicadas;

c) o grau de sigilo é dado pelo autor, podendo, todavia, ser alterado, a critério da Banca Examinadora, em princípio, todos os trabalhos são sigilosos.

11. A Banca Examinadora, a ser designada pelo Ministro de Estado, na forma estabelecida pelo artigo 6º da Portaria nº 451, de 20 de abril de 1977, alterada pela Portaria s/nº, publicada no *Boletim de Serviço* nº 65, de 27 de abril de 1982, efetuará seus trabalhos em duas fases. Na primeira fase, procederá à avaliação dos trabalhos escritos, tendo a faculdade de rejeitar aqueles que julgue não atenderem satisfatoriamente aos critérios estipulados no item 12. Caso o número de trabalhos o justifique, a Banca Examinadora será dividida em Câmaras, integradas, cada uma, por dois diplomatas e um examinador externo, sempre sob a mesma presidência. Cada Câmara examinará os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Banca.

12. Para julgamento dos trabalhos escritos, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) relevância funcional ou utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira;
- b) aproveitamento do tema versado;
- c) maturidade intelectual e nível cultural;
- d) originalidade;
- e) metodologia adequada;
- f) correção e nível dos conceitos e pertinência das conclusões;
- g) precisão factual;
- h) qualidade de linguagem;
- i) relevância, riqueza e assimilação das fontes bibliográficas; e
- j) apresentação.

13. Até 28 de abril de 1989, a Banca Examinadora comunicará o resultado da primeira fase (avaliação) ao Instituto Rio Branco, que dele dará conhecimento aos interessados. Dos trabalhos recusados na avaliação, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá um em seus arquivos.

14. O candidato que tiver seu trabalho recusado nessa primeira fase poderá apresentar, no curso imediatamente posterior ou em outro, versão revista e aperfeiçoada do mesmo, desde que

desta intenção faça ciência, no máximo até trinta dias após a notificação da recusa, a Diretora do Instituto Rio Branco, e desde que a Banca Examinadora, ao recusar o trabalho, não tenha também desaconselhado sua reapresentação. Em caso de nova recusa pela Banca Examinadora na primeira fase (avaliação), o candidato deverá propor novo tema à Diretora do Instituto Rio Branco, podendo fazê-lo para o Curso imediatamente posterior, dentro de prazo idêntico ao fixado acima.

15. O candidato cujo trabalho for aceito na primeira fase será convocado, para a fase final do XVIII CAE, que se realizará em Brasília, entre 22 de maio a 2 de junho de 1989, e compreenderá a defesa oral dos trabalhos escritos e o estágio de atualização, nos termos do artigo 2º deste Edital. Tal data poderá ser modificada pela Banca Examinadora, dando-se ciência prévia aos candidatos.

16. No julgamento da defesa oral, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) conhecimento e domínio do tema versado;
- b) segurança na defesa dos pontos objeto de arguição;
- c) coerência, correção e propriedade de argumentação;
- d) fluência e qualidade da linguagem; e
- e) demonstração de conhecimento em matérias correlatas ao tema versado.

17. O estágio de atualização consistirá essencialmente na assistência a conferências e na participação em debates sobre política externa e sobre a atualidade brasileira, podendo vir a ser organizadas visitas ou excursões relacionadas com essas matérias.

18. A Banca Examinadora aprovará ou reprovará o candidato e emitirá conceito levando em conta o trabalho escrito, a defesa oral e, ouvida a Diretora do IRBr, a participação no estágio de atualização. Dos trabalhos reprovados na defesa oral, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá um em seus arquivos. Dos trabalhos aprovados na defesa oral o Instituto Rio Branco guardará os cinco exemplares em seus arquivos para fins de consulta.

19. O candidato não aprovado na fase final do presente CAE poderá requerer matrícula, no prazo máximo de trinta dias a contar da notificação do resultado, no XX CAE ou em CAE

posterior, sendo-lhe entretanto vedada a reapresentação do mesmo tema.

20. O Instituto Rio Branco recorda que a conclusão do Curso de Altos Estudos é um dos requisitos específicos para a promoção a Ministro de Segunda Classe nos termos do inciso II do artigo 52 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e do parágrafo 5º do artigo 55 da mesma Lei.

21. O Instituto Rio Branco recorda ainda que, nos termos do artigo 73 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, ao diplomata inscrito no Curso de Altos Estudos será concedido, para preparação do estudo, afastamento do serviço por 30 (trinta) dias, sem prejuízo do gozo de férias a que faça jus e de vencimento, remuneração ou retribuição.

22. O diploma do CAE assegura, ademais, aos funcionários lotados na Secretaria de Estado, a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso estipulada pelos artigos 3º, item V, e artigo 5º, parágrafo único, inciso II, do Decreto-Lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 11 DE MAIO DE 1988

(Publicado no *Boletim de Serviço* nº 33, de 12-5-88)

Edital da Diretora do Instituto Rio Branco que modifica o Edital de abertura de inscrições para o XVII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata (XVII CAD):

Os parágrafos cinco e oito do Edital de abertura de inscrições para o XVII Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, publicado no *Boletim de Serviço* nº 052, de 1º de setembro de 1987, passam a ter a seguinte redação:

§ 15. «Haverá provas, das matérias acima mencionadas, em agosto e setembro de 1988, de acordo com o seguinte cronograma:

dia 29 — Relações Internacionais e Organismos Internacionais;

dia 30 — Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais;

dia 31 — Prática Diplomática;

dia 1º — Prática Consular».

§ 8º «A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito *Suficiente* ou *Insuficiente*. Serão considerados aprovados os alunos que obtiverem conceitos suficientes nas quatro provas».

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 21 DE JUNHO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 043, de 21-6-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, com base no disposto no artigo 63, inciso II, da Lei nº 7.501, de 27 de julho de 1986, no artigo 85, inciso II, do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e na Portaria nº 45, de 10 de dezembro de 1987, faz saber que estarão abertas, de 27 de junho a 8 de julho de 1988, as inscrições para o Segundo Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria.

2. A aprovação no Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria é requisito para a progressão funcional à classe «C» dos integrantes da categoria funcional de Oficial de Chancelaria.

3. Para o Segundo Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria poderão inscrever-se os Oficiais de Chancelaria que se encontrem posicionados nas três últimas referências funcionais da classe «B» (referência 14, 15 e 16).

4. As inscrições poderão ser feitas em Brasília na Secretaria do Instituto Rio Branco ou através de telegrama com a distribuição IRBr/DRH. No ato de inscrição os candidatos deverão indicar a língua estrangeira de que pretendem prestar a prova do dia 25 de agosto, bem como o local onde prestarão as provas e o Posto para onde deverá ser enviada comunicações sobre material de estudo.

5. As provas serão aplicadas na SERE, no ERERIO, na Primeira Comissão Demarcadora de Limites e nos postos em que haja funcionários inscritos.

As provas serão realizadas nas seguintes datas.

— dia 22 de agosto de 1988 — Organização, métodos de trabalho, administração e contabilidade do Ministério das Relações Exteriores

— dia 23 de agosto de 1988 — Técnica de Promoção Comercial

— dia 24 de agosto de 1988 — Prática Consular

— dia 25 de agosto de 1988 — Língua estrangeira (Espanhol, Francês ou Inglês).

6. As provas terão duração máxima de duas horas e não será permitida qualquer espécie de consulta durante a sua realização.

7. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem pelo menos cinquenta por cento (50%) dos pontos em cada uma das provas.

8. As provas serão numeradas e desidentificadas no Instituto Rio Branco antes da correção, devendo, para tanto, o formulário que as encapar ser devidamente preenchido pelo candidato e pelo aplicador designado.

9. A identificação das provas e a proclamação dos resultados finais serão feitas publicamente no Instituto Rio Branco, às 11:00 horas do dia 21 de setembro de 1988, salvo impedimento ocasionado pelo atraso no recebimento de provas aplicadas no exterior, eventualidade em que nova data será anunciada pelo IRBr.

10. O resultado, do qual não cabe revisão, uma vez proclamado será comunicado oficialmente pelo IRBr ao Departamento do Serviço Exterior, para os fins de direito, e aos candidatos aprovados.

11. O IRBr fará publicar no Boletim de Serviço a lista dos candidatos aprovados.

12. Qualquer caso omissio será resolvido pela Diretora do Instituto Rio Branco.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 20 DE JULHO DE 1988

(Publicado no *Boletim de Serviço* do MRE nº 056, de 25-7-88)

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — 1988.

Nas provas de 3ª e 4ª fases do Exame Vestibular para Carreira de Diplomata, realizada nos dias 6, 9, 13, 16, 17 e 18 de julho de 1988, foram aprovados os seguintes candidatos, que ficam habilitados a prestar os exames da 5ª fase em Brasília:

Nome	Total de Pontos	Média
Alexandre José Vidal Porto	792,33	66,02
Antônio Justino Silva de Souza	730,00	60,88
Arnaldo Claret Salabert	751,83	62,65
Ary Norton de Murat Quintella	795,33	66,27
Colbert Soares Pinto Júnior	847,50	70,62
Davino Ribeiro de Sena	820,66	68,38
Eduardo Paes Saboia	907,83	75,65
Eugênia Barthelmess	779,66	64,97
Fábio Mendes Marzano	901,16	75,09
Fábio Vaz Pitaluga	835,83	69,65
Luís Felipe Magioli e Mello	756,66	63,05
Luís Felipe Silvério Fortuna	843,00	70,25
Luís Cesar Gasser	776,66	64,72

Fernando Paulo Simas Magalhães

EDITAL DE 23 DE AGOSTO DE 1988

(Publicado no *Boletim de Serviço* do MRE nº 063, de 23-8-1988)

Edital da Diretora do Instituto Rio Branco que modifica o Edital de abertura de inscrições para o XVII curso de Altos Estudos (XVII CAE):

O parágrafo treze do Edital de abertura de inscrições para o XVII Curso de Altos Estudos, publicado no *Boletim de Serviço* nº 053, de 4 de setembro de 1987, passa a ter a seguinte redação:

§ 13. «Até 15 de outubro de 1988, a Banca Examinadora comunicará o resultado da primeira fase (avaliação) ao Instituto Rio Branco, que dele dará conhecimento aos interessados. Dos trabalhos recusados na avaliação, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá um em seus arquivos».

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 28 DE SETEMBRO DE 1988

(Publicado no *Boletim de Serviço* do MRE nº 71, de 29-9-1988)

Edital de 20 de julho de 1988 — BS 56 de 25-7-1988

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — 1988.

Nas provas de 3ª e 4ª fases do Exame Vestibular para Carreira de Diplomata, realizada nos dias 6, 9, 13, 16, 17 e 18 de julho de 1988, foram aprovados os seguintes candidatos, que ficam Habilitados a prestar os exames da 5ª fase em Brasília:

Nome	Total de Pontos	Média
Alexandre José Vidal Porto	792,33	66,02
Antônio Justino Silva de Souza	730,00	60,88
Arnaldo Clarete Salabert	751,83	62,65
Ary Norton de Murat Quintella	795,33	66,27
Colbert Soares Pinto Júnior	847,50	70,62
Davino Ribeiro de Sena	820,66	68,38
Eduardo Paes Saboia	907,83	75,65
Eugênia Barthelmess	779,66	64,97
Fábio Mendes Marzano	901,16	75,09
Fábio Vaz Pitaluga	835,83	69,65
Luís Felipe Magioli e Mello	756,66	63,05
Luís Felipe Silvério Fortuna	843,00	70,25
Luís César Gasser	776,66	64,72

Fernando Paulo Simas Magalhães

EDITAL DE 28 DE SETEMBRO DE 1988

(Publicado no *Boletim de Serviço* do MRE nº 71, de 29-9-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que, de acordo com o estipulado pelo artigo 52, inciso IV, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977 e da Portaria nº 450 da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pelas Portarias nº 483, de 17 de abril de 1979 e nº 579, de 29 de abril de 1987, estarão abertas no período de 17 de outubro a 18 de novembro de 1988 as matrículas para o Décimo Nono curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XIX CAD).

2. O pedido de matrícula deverá ser feito mediante o preenchimento e apresentação ao Instituto Rio Branco de formulário apropriado, cujo modelo acompanha o presente Edital. A Diretora do Instituto poderá limitar o número de inscrições, resguardado o direito de inscrição aos Segundos-Secretários que à época prevista para divulgação do resultado do curso devam contar tempo de classe e de serviço no exterior que os habilite à promoção a Primeiros-Secretários.

3. Poderão se inscrever no XIX CAD, excepcionalmente e pela última vez, em virtude de Portaria ministerial, os ocupantes de cargos da Carreira de Diplomata promovidos a Primeiro-Secretário, por antigüidade, entre 15 de agosto de 1982 e 4 de maio de 1988.

4. O Instituto fornecerá aos alunos, a título de subsídio, textos básicos e material informativo, o que não exclui que os alunos efetuem leituras por conta própria a respeito das disciplinas mencionadas, já que se parte do pressuposto de que os temas das disciplinas do CAD deverão ser regularmente estudados pelos Segundos-Secretários.

5. As provas serão realizadas de acordo com o seguinte cronograma:

dia 25 de agosto de 1989 — Prática Consular;

dia 28 de agosto de 1989 — Relações Políticas Internacionais e Organismos Internacionais;

dia 30 de agosto de 1989 — Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais;

dia 1º de setembro de 1989 — Prática Diplomática.

6. As provas serão escritas e não conhecerão os Examinadores a identidade dos autores. Serão aplicadas, em princípio, na Secretaria de Estado e nos postos em que estiverem lotados os alunos inscritos no Curso.

7. A Direção do Instituto poderá promover, no período imediatamente anterior aos exames, a realização na Secretaria de Estado de palestras e aulas sobre temas de interesse para o Curso. Nesse caso, os alunos que não se encontrem lotados em Brasília serão chamados a serviço para participar dessas atividades didáticas e aqui prestarão os exames, salvo aqueles que já tenham sido chamados a serviço para cursar CAD anterior, que não o serão uma segunda vez.

8. A aprovação no CAD será por conceito, não havendo notas ou classificação. A cada prova será atribuído o conceito Suficiente ou Insuficiente. Serão considerados aprovados os alunos que obtiverem conceito Suficiente nas quatro provas.

9. Concluída a avaliação, os alunos reprovados receberão automaticamente cópia de suas provas, a fim de que, se assim o desejarem, requeiram sua revisão, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento das cópias.

10. Os requerimentos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos à Diretora do IRBr e indicar precisamente as questões em que o aluno se considere prejudicado, bem como as alegações do candidato a respeito. Não serão aceitos recursos que não contenham fundamentação adequada.

11. A Diretora do Instituto submeterá aos Examinadores os pedidos de revisão recebidos dentro do prazo acima, e, após ouvido o Senhor Ministro de Estado, divulgará, até o dia 6 de novembro de 1989, a decisão final sobre a matéria, que terá caráter irreversível.

12. Os alunos reprovados poderão requerer inscrição em CAD posterior, no prazo de quinze dias a partir do recebimento do resultado final, por correspondência dirigida à Diretora do Instituto Rio Branco.

13. Os alunos aprovados no Curso terão igualmente direito à vista de suas provas, mediante solicitação nesse sentido encaminhada à Diretora do Instituto.

14. Está prevista, em princípio, para abril de 1989 a abertura de inscrição para o XX CAD, com provas a serem realizadas, em princípio, em março de 1990.

Disposições Gerais

15. Os alunos matriculados no XIX CAD deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que o compõem, mantendo-se atualizados a respeito, independentemente de eventual recebimento de textos do Instituto Rio Branco.

16. A conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas é um dos requisitos específicos para a promoção por merecimento a Primeiro-Secretário nos termos do inciso IV do artigo 6º do Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.326, de 1º de outubro de 1986.

17. Do mesmo modo, apenas podem ser comissionados Conselheiros em postos do grupo «C», nos termos do artigo 67, Seção IV do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, os Primeiros e Segundos-Secretários aprovados no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

18. O diploma do CAD assegura, ademais, aos funcionários lotados na Secretaria de Estado, a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso estipulada pelos artigos 3º,

item V, e 5º, § único, item 1, do Decreto-Lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 28 DE SETEMBRO DE 1988

(Publicado no *Boletim de Serviço* do MRE nº 71, de 29-9-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que, de acordo com o estipulado pelo Artigo 52, inciso II, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como da Portaria nº 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alterada pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas, no período compreendido entre 17 de outubro a 18 de novembro de 1988, as matrículas para o Décimo Nono Curso de Altos Estudos (XIX CAE).

2. O XIX CAE consistirá nas seguintes atividades:

- a) apresentação, ao Instituto Rio Branco, de trabalho escrito sobre assunto de relevância para a diplomacia brasileira;
- b) defesa oral dos trabalhos que hajam sido aceitos por Banca Examinadora *ad hoc*; e
- c) estágio de atualização.

3. A matrícula no XIX se fará mediante o envio ao IRBr do formulário de inscrição em anexo ao presente Edital, dentro do prazo estipulado acima. Para os candidatos residindo fora de Brasília, ou licenciados, a data do expediente ou da guia de mala que o remeta, ou do carimbo postal, será levada em conta para a observância daquele prazo.

4. Não serão aceitos os pedidos de matrícula que não contiverem o esquema estrutural do trabalho proposto suficientemente desenvolvido, de forma a permitir o julgamento de sua relevância funcional ou utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira.

5. A Diretora do Instituto Rio Branco poderá recusar temas que não se enquadrem nas finalidades do Curso. Em tais casos, os candidatos poderão propor novo tema, em tempo hábil, a ser fixado pela Diretora do Instituto em sua comunicação aos candidatos.

6. A Diretora do Instituto Rio Branco poderá, igualmente, solicitar ao candidato o envio de dados complementares, bem como adverti-lo da necessidade de ampliação ou maior precisão no tratamento do tema, com vistas a sua apreciação pela Banca Examinadora na primeira fase (avaliação).

7. Uma vez efetivada a matrícula, o candidato não poderá alterar o tema de seu trabalho. Admitem-se, contudo, modificações em seu esquema estrutural, desde que submetidas previamente à aprovação da Diretora do Instituto.

8. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto Rio Branco poderá estabelecer limite de vagas no curso. Em tal caso, será observada a ordem de antiguidade dos candidatos inscritos.

9. Os trabalhos deverão ser entregues ao Instituto Rio Branco, impreterivelmente, até o dia 7 de agosto de 1989, em cinco exemplares, acompanhados de extrato, cuja extensão não deve ultrapassar duas páginas datilografadas. O candidato que, não podendo concluir seu trabalho até aquela data, desejar pedir transferência de matrícula para o Curso imediatamente seguinte, deverá fazê-lo impreterivelmente dentro do prazo acima referido para entrega do trabalho. De outra maneira, terá de reinscrever-se em CAE futuro, dentro dos prazos fixados em Edital.

10. No que diz respeito à apresentação do trabalho, cabem as seguintes observações:

- a) embora inexistam limites rígidos para sua extensão aconselha-se que o texto propriamente dito (exclusão feita de índice e bibliografia) se situe entre 80 (oitenta) e um máximo de 160 (cento e sessenta) páginas datilografadas com espaço duplo de entrelinhas em papel de formato ofício.
- b) recomenda-se que inclua índice, introdução, desenvolvimento do tema, conclusões e referências bibliográficas precisas e sistematicamente indicadas;
- c) o grau de sigilo é dado pelo autor, podendo, todavia ser alterado, a critério da Banca Examinadora, em princípio, todos os trabalhos são sigilosos.

11. A Banca Examinadora, a ser designada pelo Ministro de Estado, na forma estabelecida pelo artigo 6º da Portaria nº 451, de 20 de abril de 1977, alterada pela Portaria s/nº, publicada no *Boletim de Serviço* nº 65, de 27 de abril de 1982, efetuará seus trabalhos em duas fases. Na primeira fase, procederá à ava-

liação dos trabalhos escritos tendo a faculdade de rejeitar aqueles que julgue não atenderem satisfatoriamente aos critérios estipulados no item 12. Caso o número de trabalhos o justifique, a Banca Examinadora será dividida em Câmaras, integradas, cada uma, por dois diplomatas e um examinador externo, sempre sob a mesma presidência. Cada Câmara examinará os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Banca.

12. Para julgamento dos trabalhos escritos, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) relevância funcional ou utilidade como subsídio para a diplomacia brasileira;
- b) aproveitamento do tema versado;
- c) maturidade intelectual e nível cultural;
- d) originalidade;
- e) metodologia adequada;
- f) correção e nível dos conceitos e pertinência das conclusões;
- g) precisão factual;
- h) qualidade de linguagem;
- i) relevância, riqueza e assimilação das fontes bibliográficas; e
- j) apresentação.

13. Até 6 de outubro de 1989, a Banca Examinadora comunicará o resultado da primeira fase (avaliação) ao Instituto Rio Branco, que dele dará conhecimento aos interessados. Dos trabalhos recusados na avaliação, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá um em seus arquivos.

14. O candidato que tiver seu trabalho recusado nessa primeira fase poderá apresentar, no Curso imediatamente posterior ou em outro, versão revista e aperfeiçoada do mesmo, desde que desta intenção faça ciência, no máximo até trinta dias após a notificação da recusa, a Diretora do Instituto Rio Branco; e desde que a Banca Examinadora, ao recusar o trabalho, não tenha desaconselhado sua reapresentação. Em caso de nova recusa pela Banca Examinadora na primeira fase (avaliação), o candidato deverá propor novo tema à Diretora do Instituto Rio Branco, podendo fazê-lo para o Curso imediatamente posterior, dentro de prazo idêntico ao fixado acima.

15. O candidato cujo trabalho for aceito na primeira fase será convocado para a fase final do XIX CAE, que se realizará em Brasília, entre 23 de outubro a 11 de novembro de 1989, e compreenderá a defesa oral dos trabalhos escritos e o estágio de atualização, nos termos do artigo 2º deste Edital. Tal data poderá ser modificada pela Banca Examinadora, dando-se ciência prévia aos candidatos.

16. No julgamento da defesa oral, a Banca Examinadora se orientará pelos seguintes critérios:

- a) conhecimento e domínio do tema versado;
- b) segurança na defesa dos pontos objeto de arguição;
- c) coerência, correção e propriedade de argumentação;
- d) fluência e qualidade da linguagem; e
- e) demonstração de conhecimento em matérias correlatas ao tema versado.

17. O estágio de atualização consistirá essencialmente na assistência a conferências e na participação em debates sobre política externa e sobre a atualidade brasileira, podendo vir a ser organizadas visitas ou excursões relacionadas com essas matérias.

18. A Banca Examinadora aprovará ou reprovará o candidato e emitirá conceito levando em conta o trabalho escrito, a defesa oral e, ouvida a Diretora do IRBr, a participação no estágio de atualização. Dos trabalhos reprovados na defesa oral, o Instituto Rio Branco devolverá quatro exemplares a seus autores e manterá um em seus arquivos. Dos trabalhos aprovados na defesa oral o Instituto Rio Branco guardará os cinco exemplares em seus arquivos para fins de consulta.

19. O candidato não aprovado na fase final do presente CAE poderá requerer matrícula, no prazo máximo de trinta dias a contar da notificação do resultado, no XXI CAE ou em CAE posterior, sendo-lhe entretanto vedada a reapresentação do mesmo tema.

20. O Instituto Rio Branco recorda que a conclusão do Curso de Altos Estudos é um dos requisitos específicos para a promoção a Ministro de Segunda Classe nos termos do inciso II do artigo 52 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e do parágrafo 5º do artigo 55 da mesma Lei.

21. O Instituto Rio Branco recorda ainda que, nos termos do artigo 73 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, ao di-

plomata inscrito no Curso de Altos Estudos será concedido, para preparação do estudo, afastamento do serviço por 30 (trinta) dias, sem prejuízo do gozo de férias a que faça jus e de vencimento, remuneração ou retribuição.

22. O diplomata do CAE assegura, ademais, aos funcionários lotados na Secretaria de Estado, a vantagem da Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso estipulada pelos artigos 3º, item V, e artigo 5º, § único, inciso II, do Decreto-Lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987.

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 19 DE DEZEMBRO DE 1988

(Publicado no DO de 23-12-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco faz público que estarão abertas, de 15 de fevereiro a 15 de março de 1989, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 595 de 19 de dezembro de 1988 que acompanham o presente Edital.

As Inscrições poderão ser feitas: a) na sede do Instituto Rio Branco, no Ministério das Relações Exteriores, b) nos Centros Regionais de Inscrições do Instituto Rio Branco em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, e c) no exterior, nas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras.

É fixado em 25 o número de vagas no primeiro ano letivo de 1990, a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos no Exame Vestibular.

Thereza Maria Machado Quintella

INSTRUÇÕES

1. O Exame Vestibular ao primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata para o ano letivo de 1990 compreenderá provas escritas e orais, eliminatórias e classificatórias, além de exame de sanidade e capacidade física e psíquica.

Da inscrição

2. As inscrições serão feitas entre 15 de fevereiro e 15 de março de 1989, nos seguintes locais:

- a) Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília-DF-Telefone: (061) 211.6184;
- b) Centros Regionais de Inscrição do Instituto Rio Branco;
 - I — *Em Manaus*: Coordenador: Dr. Garcitylzo do Lago Silva. Faculdade de Educação, sala 511, Universidade do Amazonas. Estrada do Contorno, s/nº, Telefones: (092) 237.1259, 237.7164 e 244.1679.
 - II — *Em Belém*: Coordenador: Coronel Ivonilo Dias Rocha. Sede da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (MRE). Avenida Governador Malcher, 349 — Tels: (091) 222.7709 e 223.5552.
 - III — *Em Fortaleza*: Coordenador: Professor Francisco Assis Garcia. Centro de Humanidade, Departamento de Letras, Universidade Federal do Ceará. Av. da Universidade, 2853. Tel: (085) 243.4733.
 - IV — *No Recife*: Coordenador: Professor Miguel Otávio de Melo Júnior. Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, sala 358. Avenida Professor Moraes Rego 1235, Cidade Universitária, Engenho do Meio — Tel: (081) 271.2211.
 - V — *Em Salvador*: Coordenadora: Professora Terezinha M. da Conceição Nunes Correia. Coordenação de Extensão da Universidade Federal da Bahia. Avenida Araújo Pinho, 32, Canela — Tel: (071) 237.1429.
 - VI — *No Rio de Janeiro*: Coordenadora: Secretária Cecília de Biase Bidart, Palácio do Itamaraty. Av. Marechal Floriano 196 — Tel: (021) 253.7955.
 - VII — *Em Belo Horizonte*: Coordenador: Professor Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo. Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 6º andar. Rua Carangola 288, Santo Antônio. Tel: (031) 223.2133 r. 45 a 48.
 - VIII — *Em São Paulo*: Coordenadora: Professora Maria Teresa Braga. Avenida Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374 — antigo edifício da Reitoria, 2º andar, Cidade Universitária «Armando Salles de Oliveira» — Tel: (011) 813.6944 r. 118.

IX — *Em Curitiba*: Coordenador: Professor Marcos Eduardo Klüppel. Tel: (041) 254.6469 — Informação e inscrição: Secretaria de Órgãos Colegiados da Universidade Federal do Paraná. Rua XV de Novembro 1299, 2º andar, Prédio da Reitoria. Tel: (041) 264.2522 ramal 133.

X — *Em Florianópolis*: Coordenadora: Professora Sidneya Gaspar de Oliveira, Centro de Documentação e Expressão, Departamento de Língua e Literatura Vernácula, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Trindade. Tel: (0482) 33.9293.

XI — *Em Porto Alegre*: Coordenador: Professor Fernando Antonio Macedo Pinto. Tel: (051) 25.8348. Inscrições: Secretaria da Faculdade de Direito, Av. João Pessoa s/nº. Tels: 21.4062/26.9570.

c) Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras, para candidatos residentes fora do país.

3. Será cobrada taxa de inscrição no valor de Cz\$ 4.000,00 (quatro mil cruzados) e o Centro fornecerá recibo comprobatório ao candidato.

4. No ato de inscrição, o candidato receberá um exemplar do «Guia de Estudo», publicação que contém informações úteis para sua preparação.

5. Para sua inscrição, os candidatos deverão satisfazer as seguintes condições:

- a) Ser brasileiro nato (artigo 12, parágrafo 3º, V, da Constituição Federal);
- b) contar mais de vinte anos e menos de trinta e dois anos, na data da primeira prova (logo, poderão inscrever-se os nascidos entre 22 de abril de 1957 e 20 de abril de 1969);
- c) estar em dia com o serviço militar;
- d) possuir título de eleitor, em dia;
- e) ter bons antecedentes;
- f) apresentar diploma ou certificado de conclusão de curso Superior ou, na falta deste, certificado que comprove já ter terminado, no mínimo, a 3ª série ou o 6º período de semestre ou 60% (sessenta por cento) da carga horária ou dos créditos de Curso de Graduação de Nível Superior, re-

conhecido. Desse certificado, devem constar o número e a data do decreto de reconhecimento do Curso, o total de créditos exigidos ou o número de períodos ou semestres necessários para a conclusão do Curso. O Instituto Rio Branco poderá exigir, igualmente, a apresentação do histórico escolar. Caso se trate de documento expedido por Universidade estrangeira, deverá o candidato demonstrar junto à direção do IRBr que os estudos realizados no Exterior satisfazem as exigências legais.

6. O candidato, para inscrever-se, apresentará apenas documento oficial de identidade e uma declaração, firmada de próprio punho, sob as penas da lei, de que satisfaz todas as condições exigidas por este edital. Essa documentação pode ser apresentada, e a inscrição feita, por procurador, que se identificará.

7. No dia 20 de julho de 1989, isto é, após a divulgação dos resultados das provas escritas e orais, os candidatos aprovados apresentarão à Secretaria do Instituto Rio Branco os seguintes documentos, dos quais, se necessário, serão tiradas cópias:

- a) carteira de identidade, emitida por repartição pública federal ou estadual competente;
- b) prova de quitação com o serviço militar;
- c) título de eleitor;
- d) formulário de dados pessoais fornecido pelo Instituto Rio Branco, devidamente preenchido;
- e) declaração de antecedentes, em formulário fornecido pelo Instituto;
- f) três retratos 3x4; e
- g) diploma universitário ou certificado da Universidade, como prova de que satisfaz o determinado no item f do parágrafo 5 acima.

8. Se for casado, o candidato aprovado deverá apresentar também certidão de casamento, bem como, relativamente ao cônjuge: o formulário de dados pessoais, um retrato 3x4 e a carteira de identidade. Se casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente e só será matriculado caso obtenha a autorização ministerial de que trata o artigo 48 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma indicada na legislação em vigor.

9. O candidato cuja separação judicial não esteja ainda, julgada por sentença deverá apresentar a mesma documentação so-

bre o cônjuge exigida no parágrafo anterior. O candidato divorciado e o candidato separado judicialmente apresentarão apenas cópia autenticada da sentença do divórcio ou da separação judicial.

10. A inscrição implica o conhecimento e a tácita aceitação, pelo candidato, de todas as normas constantes do presente Edital.

11. O candidato que fizer qualquer declaração falsa ou inexacta, ao se inscrever, ou que não satisfizer as condições enumeradas no parágrafo 5, terá cancelada sua inscrição e anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que tenha sido aprovado no Exame Vestibular.

Das provas e dos exames

12. A todas as provas serão atribuídas notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem). A nota 0 (zero) em qualquer prova elimina o candidato.

13. A identificação e a divulgação dos resultados de todas as provas serão feitas publicamente, em Brasília. O candidato terá direito à vista de sua própria prova e poderá requerer a revisão, observando o seguinte:

- a) Os requerimentos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos à Diretora do Instituto Rio Branco e indicar precisamente as questões e os pontos nos quais o candidato se julga prejudicado; e,
- b) os requerimentos deverão ser apresentados dentro do prazo fixado neste edital; o candidato não terá direito a recorrer do resultado da revisão de sua prova.

1ª fase: Provas Vestibulares Iniciais

14. As provas vestibulares iniciais realizar-se-ão simultaneamente em Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, das 9:00 às 14:00 horas (hora de Brasília), nos locais a serem indicados ao candidato no momento das inscrições.

15. As provas vestibulares iniciais serão escritas e realizar-se-ão nas seguintes datas:

- a) *sexta-feira*, 21 de abril de 1989 — *Português*;

b) *sábado*, 22 de abril de 1989 — *Francês*;

c) *domingo*, 23 de abril de 1989 — *Inglês*.

16. Para ser considerado aprovado nesta fase, o candidato deverá obter pelo menos 60 (sessenta) pontos em Português, pelo menos 50 (cinquenta) pontos numa das línguas estrangeiras e perfazer no conjunto das três provas o total mínimo de 150 pontos. Será eliminado e não terá suas provas corrigidas o candidato que faltar num desses dias.

17. A correção das provas de Português, Francês e Inglês será efetuada no Instituto Rio Branco e os resultados divulgados no dia 8 de junho de 1989. O prazo para vista das provas e eventual interposição de recursos, na forma do parágrafo 13, terminará às 18:00 horas do dia 12 de junho de 1989 e os resultados serão divulgados até às 18:00 horas de 20 de junho de 1989.

2ª fase: Provas Vestibulares Finais

18. As provas vestibulares finais terão acesso apenas os candidatos aprovados na 1ª fase. Elas serão realizadas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e obedecerão às características e aos programas constantes dos anexos I e II.

19. Os candidatos residentes nos Estados serão chamados a Brasília pelo Instituto Rio Branco, que lhes fornecerá transporte (ida e volta) a partir da cidade onde houverem efetuado as provas iniciais, bem como alojamento e alimentação até um dia depois da última prova ou, no caso de eliminação, até um dia depois da data da divulgação do resultado final da prova que houver eliminado o candidato.

20. A nota mínima para aprovação nas provas eliminatórias da 2ª fase será 50 (cinquenta) pontos.

21. A 2ª fase compreende provas orais, provas escritas eliminatórias e provas escritas classificatórias.

22. Haverá três provas orais, sendo uma eliminatória — Questões Internacionais Contemporâneas — e duas classificatórias — Francês e Inglês; elas serão realizadas nos dias 30 de junho, 1º e 2 de julho de 1989. Os resultados serão divulgados até às 12:00 horas do dia 3 de julho de 1989. Os exames orais serão gravados, a fim de permitir aos candidatos a eventual interposição de recursos, cujo prazo expirará às 12:00 horas do dia 4 de julho de 1989. Os resultados finais serão divulgados naquele mesmo dia, até às 18:00 horas.

23. As provas escritas eliminatórias obedecerão ao seguinte calendário:

História do Brasil

prova: quarta-feira, dia 5 de julho de 1989;

resultado: dia 6 de julho de 1989, às 15:00 horas;

prazo para recurso: até as 12:00 horas do dia 7 de julho de 1989;

resultado final: às 18:00 horas do dia 7 de julho de 1989.

História Mundial

prova: sábado, dia 8 de julho de 1989;

resultado dia 10 de julho de 1989, às 12:00 horas;

prazo para recurso: até as 18:00 horas de 10 de julho de 1989;

resultado final: às 12:00 horas do dia 11 de julho de 1989.

Geografia do Brasil

prova: quarta-feira, dia 12 de julho de 1989;

resultado: dia 13 de julho de 1989, às 12:00 horas;

prazo para recurso: até as 18:00 horas de 14 de julho de 1989;

resultado final: às 12:00 horas do dia 15 de julho de 1989.

24. As provas escritas classificatórias realizar-se-ão nas seguintes datas:

a) *domingo*, 16 de julho de 1989 — *Geografia Geral*;

b) *segunda-feira*, 17 de julho de 1989 — *Noções Básicas de Direito*;

c) *terça-feira*, 18 de julho de 1989 — *Noções Básicas de Economia*.

25. Os resultados das três provas classificatórias serão divulgados às 12:00 horas do dia 19 de julho de 1989. O prazo para vista de qualquer uma dessas provas e eventual pedido de revisão expirará às 18:00 horas do mesmo dia.

26. A divulgação dos resultados finais das três provas classificatórias, bem como das médias globais, será feita às 12:00 horas do dia 20 de julho de 1989. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média global igual ou superior a 60 (sessenta) no total das provas:

3.^a fase: Exame de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica

27. Os candidatos habilitados na segunda fase das provas vestibulares serão submetidos, ainda em Brasília, a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, de caráter eliminatório, a cargo de médicos e psicólogos especializados em seleção de pessoal para o serviço público.

28. A finalidade dos referidos exames é a de verificar objetivamente, mediante testes científicos e entrevistas pessoais, se o candidato possui as condições físicas e psíquicas, bem como as qualidades e características de personalidade exigidas pela profissão diplomática, em termos de equilíbrio, capacidade e comportamento social. Isto significa que o candidato, embora aprovado nos exames acadêmicos, poderá ainda ser inabilitado para ingressar no curso de Preparação à Carreira de Diplomata nos casos que o laudo médico ou psicológico indicar nele a existência de enfermidade ou defeito físico graves, bem como de condições ou características psicológicas de personalidade que, a juízo da equipe de seleção, sejam de molde, a indicar que o candidato não possui aptidão para o exercício da função diplomática.

29. O Instituto Rio Branco estenderá as facilidades de alojamento e alimentação previstas no parágrafo 19 pelo tempo necessário à realização dos exames de que trata o parágrafo 27.

Outras Instruções e Informações

30. O candidato deverá exibir sua Carteira de Identidade sempre que exigida.

31. O não comparecimento na hora aprazada a qualquer das provas implicará a eliminação do candidato. Não haverá segunda chamada para prova alguma. O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta preta, sem o que não poderá realizar a prova. O candidato só poderá ausentar-se do recinto da prova quando autorizado.

32. Nas provas orais da 2.^a fase, os candidatos deverão apresentar-se em traje de passeio.

33. Será eliminado, por ato da Diretora do Instituto Rio Branco, o candidato que agir com incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores, funcionários do Instituto, fiscais ou autoridades presentes. Idêntica medida será aplicada ao candidato que, durante a realização de qualquer prova, se comunicar com outros candidatos ou pessoas estranhas, verbalmente,

por escrito ou de qualquer outra forma, bem assim que utilizar livros, impressos ou notas que não sejam expressamente permitidos.

34. Após o término das provas, serão imediatamente destacados os talões de identificação, que permanecerão em invólucro lacrado até a divulgação dos resultados.

35. Será atribuída nota zero à prova que apresentar sinal ou contiver expressão que possibilite a identificação.

36. Em caso de empate na classificação final, o desempate se fará em favor do candidato que tiver sucessivamente:

- a) obtido nota mais alta na prova eliminatória de Português;
- b) obtido nota mais alta na prova eliminatória de Questões Internacionais Contemporâneas; e
- c) mais idade.

37. Os candidatos aprovados no Exame Vestibular ficarão habilitados a matricular-se no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, de acordo com a classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo Edital de abertura das inscrições para o referido exame.

38. O Exame Vestibular só será válido para a matrícula no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano letivo de 1990. Os residentes nos Estados, bem como seus dependentes legais, receberão passagem, por via aérea ou rodoviária, para deslocamento da capital estadual até Brasília, para o início do Curso. Esse é gratuito, realizado em regime de tempo integral e de frequência obrigatória. Os alunos do CPCD têm direito à bolsa de estudo e a alojamento.

39. A nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos.

40. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas por via postal, ou pessoalmente, nos dias úteis, das 09:00 às 18:00 horas, na Secretaria do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília; e nos Centros Regionais de Inscrição.

Obs: Os programas constantes do anexo II, referidos no item 18 do presente Edital, serão entregues aos candidatos no ato da inscrição.

ANEXO I

Características das Provas

I — A prova escrita de Português constará das seguintes partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 450 palavras e máxima de 600 palavras (valor: 60 pontos); e
- b) resumo de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

A prova procurará avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (ortografia, sintaxe, pontuação, estilo, léxico), mas também a estruturação, a relevância e a adequação das idéias em relação ao tema.

II — As provas escritas de Francês e Inglês constarão de duas partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 400 palavras e máxima de 500 palavras (valor: 60 pontos); e
- b) versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

III — A prova oral e eliminatória de Questões Internacionais Contemporâneas terá por objetivo apurar:

- a) O conhecimento do candidato sobre temas internacionais correntes, aí entendidos:
 - a.1.) antecedentes do tema;
 - a.2.) situação atual do tema;
 - a.3.) posição brasileira em relação ao tema.
- b) Capacidade de análise e compreensão do tema.
- c) Capacidade de organização da apresentação; além dos aspectos substantivos acima indicados, o candidato será julgado pela forma de sua apresentação.

Para a prova será, portanto, necessário que o candidato tenha alguma familiaridade com as questões internacionais correntes, familiaridade que adquirirá com o hábito de acompanhar os acontecimentos internacionais mediante leitura atenta de livros, jornais e revistas que dediquem atenção a tais assuntos. O conhecimento jornalístico do tema é, porém, insuficiente e deve ser suprido com: (i) — a leitura de textos, de nível superior, de história diplomática contemporânea; (ii) — a leitura de, pelo menos, um manual sobre teoria das relações internacionais; (iii) — a leitura de livros sobre política externa brasileira contemporânea; (iv) — a leitura de textos oficiais de política externa (ex.: discursos do Ministro de Estado nas Nações Unidas, conferências do Ministro de Estado na Escola Superior de Guerra; textos divulgados pelo periódico *Resenha de Política Exterior do Brasil* pu-

blicado pelo Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, etc.).

Quanto à realização da prova:

- (i) — o candidato sorteará três temas internacionais;
- (ii) — escolherá um dos temas sorteados e terá, então, dez minutos para preparar a sua exposição;
- (iii) — fará, em seguida, a sua apresentação perante a banca que, em princípio, constará de uma exposição de cerca de dez minutos e de uma sessão de perguntas e respostas conduzida pelos membros da Banca.

É especialmente recomendado que o candidato procure compor a sua apresentação com coerência, lógica e sobretudo com referência aos aspectos relevantes do tema. O enfoque do tema pelo ângulo dos interesses do Brasil deve ser buscado e será avaliado positivamente.

As perguntas da banca podem ser de variado escopo. Assim, o candidato deve estar preparado tanto para indagações que visem a ampliar informações dadas durante a exposição quanto para perguntas de cunho analítico.

IV — As provas orais de Francês e Inglês serão realizadas simultaneamente com a de Questões Internacionais Contemporâneas, de acordo com tabela de chamada que será fixada pela Secretaria do Instituto Rio Branco. As provas orais de idiomas visam a avaliar a capacidade de expressão dos candidatos.

Nas provas de Francês e Inglês, o candidato sorteará um texto e disporá de cerca de quinze minutos para preparar-se para a arguição pela Banca Examinadora. Para sua preparação, poderá recorrer ao auxílio de um dicionário unilingüe que o Instituto Rio Branco colocará à disposição.

A arguição poderá constar de:

- leitura em voz alta, total ou parcial, do texto sorteado;
- resumo oral desse texto;
- explicação de parágrafos, ou frases do texto;
- respostas a questões gramaticais relacionadas com o texto;
- respostas a questões suscitadas pelo texto.

V — As provas escritas da 2ª fase serão compostas de:

- a) dissertação, no valor de 40 pontos;

b) três pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.

VI — As provas referidas no item V terão a duração de quatro horas e meia.

VII — Na prova de noções Básicas de Direito só será admitida a consulta a textos legais se o examinador considerar tal consulta necessária e, nesse caso, eles serão fornecidos pelo Instituto Rio Branco.

Obs: As provas orais referidas nos itens III e IV estarão a cargo de bancas compostas de três examinadores.

EDITAL DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988

(Publicado no *DO* de 19-12-88 e no
Boletim de Serviço do MRE nº 88, de 23-12-1988)

Editais que divulga o resultado final do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de acordo com a Classificação. Biênio 1987/1988.

Clas.	Nome	Média
1º	Alessandro Warley Candeas	88,83
2º	Alexandre Guido Lopes Parola	87,55
3º	Maria Dolores Penna de Almeida Cunha	87,42
4º	Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva	83,03
5º	Paulo Roberto Soares Pacheco	82,78
6º	Paulo de Tarso Leite de Moraes Jardim	81,59
7º	Breno de Souza Brasil Dias da Costa	81,57
8º	Roberto Teixeira de Avellar	81,48
9º	Nedilson Ricardo Jorge	81,22
10º	George Torquato Firmeza	81,20
11º	Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio	80,89
12º	Leonardo Sotero Caio	78,94
13º	Ivanise de Melo Maciel	77,80
14º	Roland Stille	77,36
15º	Humberto Benzaquem da Silva Gomes	77,15

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988

(Publicado no *Boletim de Serviço* do MRE nº 88, de 23-12-1988)

Editais que divulga o resultado final, de acordo com a classificação no 1º ano — 1987, do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Clas.	Nome	Média
1º	Alessandro Warley Candeas	93,05
2º	Alexandre Guido Lopes Parola	91,66
3º	Maria Dolores Penna de Almeida Cunha	91,38
4º	Paulo de Tarso Leite de Moraes Jardim	89,36
5º	Breno de Souza Brasil Dias da Costa	89,20
6º	Paulo Roberto Soares Pacheco	89,12
7º	Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva	87,31
8º	Nedilson Ricardo Jorge	87,19
9º	Roberto Teixeira de Avellar	85,90
10º	Ivanise de Melo Maciel	84,98
11º	Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio	84,86
12º	Humberto Benzaquem da Silva Gomes	84,39
13º	Leonardo Sotero Caio	83,83
14º	George Torquato Firmeza	83,40
15º	Roland Stille	83,08

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988

(Publicado no *Boletim de Serviço* nº 88, de 23-12-1988)

Editais que divulga o resultado final, de acordo com a classificação no 2º ano — 1988, do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Clas.	Nome	Média
1º	Alexandre Guido Lopes Parola	88,94
2º	Maria Dolores Penna de Almeida Cunha	86,82
3º	Alessandro Warley Candeas	86,37
4º	Paulo Roberto Soares Pacheco	84,70
5º	Breno de Souza Brasil Dias da Costa	83,79
6º	Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva	83,59
7º	Nedilson Ricardo Jorge	83,08
8º	Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio	82,85
9º	George Torquato Firmeza	82,66
10º	Paulo de Tarso Leite de Moraes Jardim	81,20
11º	Roberto Teixeira de Avellar	79,49
12º	Leonardo Sotero Caio	78,92
13º	Roland Stille	77,47
14º	Ivanise de Melo Maciel	76,00
15º	Humberto Benzaquem da Silva Gomes	73,98

Thereza Maria Machado Quintella

EDITAL DE 20 DE DEZEMBRO DE 1988

(Publicado na *Circular Postal* do MRE nº 9.477, de 27-12-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe competem, resolve, por meio deste, modificar as datas das provas a serem prestadas pelos candidatos inscritos no Décimo Oitavo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XVIII CAD), dando nova redação ao artigo 5º do Edital de abertura de inscrições para aquele CAD, que passa a ser o seguinte:

«5. Haverá provas das matérias acima mencionadas em março de 1989, de acordo com o seguinte cronograma:

- dia 17 — Relações Internacionais e Organismos Internacionais;
- dia 20 — Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais;
- dia 21 — Prática Diplomática;
- dia 22 — Prática Consular.»

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 1, DE 12 DE JANEIRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 2, de 12-1-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudo dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de janeiro de 1988:

- 1 — Bolsa para alunos sem dependentes: Cz\$ 30.000,00.
- 2 — Bolsa para alunos com dependentes: Cz\$ 33.000,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 45-A, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 5, de 18-1-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, em coordenação com o Chefe do Departamento do Serviço Exterior, tendo em vista o es-

tabelecido pelo artigo 63, inciso II, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, pelo artigo 85, inciso II, do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, pelo artigo 17 e seu parágrafo único do Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987, e pelo artigo 214, inciso II do Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria Ministerial nº 580, de 13 de maio de 1987, institui, pela presente, o Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria — CAOC, destinado a habilitar os servidores daquela categoria funcional à promoção por merecimento à Classe C.

2. As normas específicas que regerão cada CAOC serão estipuladas pelos Editais de convocação pertinentes.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 2, DE 20 DE JANEIRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 6, de 22-1-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe competem para a realização do Primeiro Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria — I CAOC, baixa, pela presente, as seguintes normas:

1. As provas, que se realizarão nas datas estipuladas no Edital de abertura de inscrições, terão duração máxima de duas horas;

2. Não será permitida qualquer espécie de consulta durante a realização das provas;

3. Serão considerados aprovados em cada prova os candidatos que obtiverem 50% (cinquenta por cento) dos pontos;

4. Serão considerados aprovados no Curso os candidatos aprovados em todas as quatro provas;

5. As provas serão numeradas e desidentificadas no Instituto Rio Branco antes da correção, devendo, para tanto, o formulário que as encapa ser devidamente preenchido pelo candidato e pelo aplicador, sendo obrigação deste último velar para que o tenha sido feito corretamente;

6. A identificação das provas e proclamação dos resultados finais serão feitas publicamente no Instituto Rio Branco, às 11:00 horas do dia 30 de março de 1988, salvo impedimento ocasionado pelo atraso no recebimento de provas aplicadas no exterior, eventualidade em que nova data será anunciada pelo IRBr;

7. O resultado, do qual não cabe revisão, uma vez proclamado será comunicado oficialmente pelo IRBr ao Departamento de Serviço Exterior para os fins de direito;

8. O IRBr fará publicar no Boletim de Serviço a lista dos candidatos aprovados;

9. Qualquer caso omissos será resolvido pela Diretora do Instituto.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 3, DE 20 DE JANEIRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 6, de 22-1-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, considerando o disposto no artigo 63, inciso II, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no artigo 85, inciso II, do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, em cumprimento ao disposto pelo artigo 17 e seu parágrafo único do Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987, e ao disposto pelo artigo 214, inciso II do Regimento Interno da Secretaria de Estado, resolve:

Designar os seguintes encarregados de execução de tarefas na Secretaria de Estado no âmbito do Primeiro Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria (I-CAOC):

Banca Examinadora:

Organização e Métodos de Trabalho do MRE: Secretário Gilberto Fonseca Guimarães de Moura.

Prática Consular: Secretário Alírio de Oliveira Ramos.

Técnicas de Promoção Comercial: Secretário Edson Marinho Duarte Monteiro.

Técnica de Administração e Contabilidade: Economista Vera Flores.

Aplicadores das Provas:

Secretário Sérgio Ricoy Pena.

Secretário Antônio Octávio Sá Ricarte.

Secretário do CAOC:

Sebastiana Maria de Azevedo.

Serviços de Apoio:

Antônio Henrique Carvalho Pires.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 589, DE 13 DE JANEIRO DE 1988

(Publicada no *D.O.* de 18 de janeiro de 1988)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 17 do mesmo Decreto, resolve:

Aprovar as instruções e programas do Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco, a ser realizado em 1988.

A Diretora do Instituto Rio Branco divulgará, por Edital, as instruções e programas, bem como os atos complementares que se fizerem necessários.

Roberto de Abreu Sodré

PORTARIA Nº 4, DE 20 DE JANEIRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 6, de 22-1-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso IX, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 17 e seu parágrafo único do Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987, resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos encarregados de execução de tarefas na Secretaria de Estado no âmbito do Primeiro Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria (I CAOC):

Examinador: Cz\$ 15.000,00.

Aplicador de Provas: Cx\$ 2.000,00 por prova.

Secretária do CAOC: Cz\$ 8.000,00.

Serviços de Apoio: Cz\$ 2.000,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 5, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 11, de 18-2-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das

Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Designar os seguintes membros encarregados da execução das tarefas relativas ao Décimo Sexto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XVI CAD):

Banca Examinadora:

Relações Internacionais e Organismos Internacionais:

Ministro Gelson Fonseca Júnior.

Primeiro-Secretário Marcos Bezerra Abbott Galvão (Assistente).

Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais:

Ministro Adhemar Gabriel Bahadian.

Prática Diplomática:

Ministra Heloisa Vilhena de Araujo.

Prática Consular:

Primeiro-Secretário Afonso José Sena Cardoso.

Orientador:

Primeiro-Secretário Marcos Bezerra Abbott Galvão.

Secretária do CAD:

Vera Lúcia Rodrigues de Faria.

Serviços de Apoio:

Antonio Henrique de Carvalho Pires.

Luiz Paixão de Souza Costa.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 6, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 11, de 18-2-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para remuneração dos membros encarregados da execução das tarefas do Décimo Sexto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XVI CAD):

Examinador Titular: Cz\$ 20.000,00.

Examinador Assistente: Cz\$ 10.000,00.

Conferencista: Cz\$ 2.500,00.

Secretária do CAD: Cz\$ 10.000,00.

Serviços de Apoio: Cz\$ 2.500,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 7, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 12, de 19-2-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Alterar, a partir de fevereiro de 1988, os valores:

a) da hora/aula pagas aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta cruzados);

b) da hora/sessão paga aos orientadores dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzados);

c) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a Cz\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzados);

d) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, mas que tenham vínculo empregatício com o Ministério das Relações Exteriores, que passa a Cz\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzados);

e) da hora/aula paga aos professores assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 560,00 (quinhentos e sessenta cruzados);

f) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que passa a Cz\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzados).

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA DE 9 DE MARÇO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 17, de 9-3-1988)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como a Portaria s/nº publicada no *Boletim de Serviço* nº 65, de 27 de abril de 1982, resolve designar a seguinte Banca Examinadora do Décimo Sexto Curso de Altos Estudos:

Presidente: Embaixador Bernardo Pericás neto.

1ª Câmara: Ministro José Francisco Rezek.

Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa.

Embaixador Carlos Augusto Rego Santos Neves.

2ª Câmara: Embaixador Marco Cesar Meira Naslauský.

Ministro Gelson Fonseca Júnior.

Professor Vicente Marotta Rangel.

Roberto Abreu Sodré

PORTARIA Nº 8, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 12, de 19-2-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

1. Fixar em 30%, para o corrente ano letivo do CPCD, o montante de horas/aulas pagas aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) pela preparação de apostilas, provas e trabalhos escritos, bem como pela correção de exercícios de acompanhamento de aproveitamento; e

2. Determinar que o pagamento dessa remuneração seja efetuado com base no total de horas/aula ministradas por professor.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 9, DE 18 DE MARÇO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 21, de 22-3-88)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, para dar cumprimento às atribuições constantes dos artigos 214 a 219 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e usando das atribuições do disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no primeiro semestre de 1988, os seguintes professores e professores-assistentes:

Professores — 1º e 2º anos — 1988:

Dad Abi Chahine Squarisi — Português para Estrangeiros.

Everton Vieira Vargas — Estudos Brasileiros para Estrangeiros.

Luiz Felipe de Seixas Corrêa — História das Relações Diplomáticas do Brasil.

Professores — 1º ano — 1988:

Anna Maria Villela — Direito Internacional Privado.

Estevão Chaves de Rezende Martins — História das Idéias Políticas.

Jorge Luiz Fontoura Nogueira — Direito Internacional Público I.

Stella Maris Bortoni — Português — Expressão e Redação Profissional.

Luiz Claudio Etchebert Marinho — Economia.

Professores — 2º ano — 1988:

Afonso José Sena Cardoso — Prática Consular.

Arthur Vivacqua Corrêa Meyer — Economia Brasileira.

Carlos Alberto Simas Magalhães — Português: Redação Oficial.

Gelson Fonseca Júnior — Relações Internacionais.
 José Francisco Rezek — Direito dos Tratados.
 Raphael Valentino Sobrinho — Relações Econômicas Internacionais.

Professores-Assistentes — 1988:

1.º Ano:

Carlos Henrique Fialho Mussi — Economia.

1.ª e 2.º anos:

Fernando Jacques de Magalhães Pimenta — História das Relações Diplomáticas do Brasil.

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

PORTARIA Nº 10, DE 18 DE MARÇO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 21, de 22-3-88)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, para dar cumprimento às atribuições constantes dos artigos 214 a 219 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e usando das atribuições do disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no primeiro semestre de 1988, os seguintes professores de Línguas Estrangeiras:

Árabe

Issa Antonio Bonduki.

Espanhol

Kori Yanne Bolívia Carrasco Costa.

Francês

Christian Defontaine.

Jean François Cleaver.

Hélène de Melo Ferreira.

Patrick Signudi.

Inglês

Allan John Budson.

Geraldine Harrison.

Patrick Kevin Redmond.
 Sarah Burkitt Walker.
 David Coles.

Japonês

Michio Yamaguchi.

Russo

Roberto Wanderley de Souza Ferreira.

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

PORTARIA Nº 11, DE 18 DE MARÇO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 21, de 22-3-88)

O Diretor, substituto, do Instituto Rio Branco, para dar cumprimento às atribuições constantes dos artigos 214 a 219 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e usando das atribuições do disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Designar para Orientadores Profissionais dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no primeiro semestre de 1988, os seguintes diplomatas:

Sérgio Tutikian.

Lauro Barbosa da Silva Moreira.

Christiano Whitaker.

Dinah Flusser.

Luiz Henrique Pereira da Fonseca.

Carlos Antônio da Rocha Paranhos.

Pedro Motta Pinto Coelho.

Antônio José Vallim Guerreiro.

Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira.

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

PORTARIA Nº 12, DE MARÇO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 23, DE 4-4-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, itens XII e XIII do Regimento Interno

do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 5 de março de 1985, e na Portaria Ministerial de 9 de março de 1988, publicada no Boletim de Serviço nº 017, de 9 de março de 1988, resolve:

Fixar em Cz\$ 20.000,00 (vinte mil cruzados), por trabalho escrito apresentado, a remuneração dos Membros da Banca Examinadora do Décimo Sexto Curso de Altos Estudos (XVI CAE).

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 13, DE 4 DE ABRIL DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 23, de 4-4-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudos dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de abril de 1988:

- 1 — Bolsa para alunos sem dependentes: Cz\$ 40.000,00.
- 2 — Bolsa para alunos com dependentes: Cz\$ 44.000,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA DE 7 DE ABRIL DE 1988

(Publicada no *D.O.* de 8 de abril de 1988
e no *Boletim de Serviço* do MRE nº 25, de 12-4-1988)

O Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações do Ministério das Relações Exteriores, tendo em vista o disposto no artigo 194, item XVI, letra «a» do Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, resolve:

Conceder exoneração a Cecília de Biase Bidart, Primeira-Secretária, da Carreira de Diplomata, do cargo em comissão de Assessor do Diretor do Instituto Rio Branco, código DAS-102.1, a partir de 10 de junho de 1987.

PORTARIA DE 7 DE ABRIL DE 1988

(Publicada no *D.O.* de 8 de abril de 1988
e no *Boletim de Serviço* do MRE nº 25, de 12-4-1988)

O Chefe do Departamento do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores, tendo em vista o disposto no artigo 195, item XI do Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, resolve:

Designar Cecília de Biase Bidart, Primeira-Secretária, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Assistente do Diretor do Instituto Rio Branco, código DAI-112.3.

Sérgio Barbosa Serra

PORTARIA Nº 14, DE 7 DE ABRIL DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 24, de 8-4-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, no âmbito do estipulado pela Portaria nº 2, de 29 de janeiro de 1988, declara aprovados no Primeiro Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria — I CAOC, cujas provas se realizaram nos dias 22 a 25 de fevereiro último, os seguintes Oficiais de Chancelaria:

- 1 — Ademir da Silva.
- 2 — Adilson Simões de Oliveira.
- 3 — Akiê Matumato.
- 4 — Angela Maria de Azevedo Lima da Silva Prado.
- 5 — Arcy de Godoy Lopes.
- 6 — Corina Barra Soares.
- 7 — Dival Magela Lara.
- 8 — Elaine Maria Santos Cairo.
- 9 — Elgeni Lopes Strzeleski.
- 10 — Elizabeth Pires de Andrade Filho.
- 11 — Elza Maria Sapucaia.
- 12 — Gilka de Sa Roriz.
- 13 — Hamilton de Mattos Cardoso.
- 14 — Heloisa Aroeira Almeida.
- 15 — Hermínia Maranhão Azevedo dos Santos.
- 16 — Hugo Moreira Sapha.
- 17 — Ildeu Rodolfo Borges.
- 18 — Joanes Rosco Bernardes.

- 19 — João Neves de Araujo.
- 20 — João Rodrigues dos Santos.
- 21 — José Maria Varella Pereira.
- 22 — José Ribamar dos Reis Fernandes.
- 23 — José Severo Rocha.
- 24 — Josette Evelin Priest.
- 25 — Juliene Maria de Vasconcelos Seixas.
- 26 — Layse Mazoli Vidigal.
- 27 — Lucas Lage Brandão.
- 28 — Lucia Teixeira Lemme.
- 29 — Mara Silvia Ferreira Chies.
- 30 — Maria Cristina de Andrade Vieira.
- 31 — Maria da Conceição Alves.
- 32 — Maria das Graças Del Penha Catta Preta.
- 33 — Maria José Dias.
- 34 — Maria Terezinha da Fonseca Silveira.
- 35 — Mario Emildo Maia Lima.
- 36 — Mariuska de Los Angeles Bezerra de Menezes.
- 37 — Marizete Martina Zardo.
- 38 — Neila Magalhães Maciel Moraes.
- 39 — Norah Terezinha de Freitas Braga Aurélio.
- 40 — Oscar Ferreira da Silva Júnior.
- 41 — Paulo Roberto do Amaral Serra.
- 42 — Priscilla de Almeida e Castro.
- 43 — Rosa Violato.
- 44 — Salvia Cavalcante Muniz.
- 45 — Suzana Maria da Silva Maia.
- 46 — Sonia Maria Reis de Souza.
- 47 — Sonia Maria Ribeiro Baleotti.
- 48 — Valdori Geraldo de Abreu Pena.
- 49 — Vera Maria de La Roque Gonçalves de Oliveira.
- 50 — Waldir Rodrigues de Siqueira.
- 51 — Wall José Pinheiro.
- 52 — Wilma Maria Feitosa Sobral do Prado Amaral de Paula.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 15, DE 28 DE ABRIL DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 31, de 2-5-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, tendo em vista o disposto no artigo 17 do Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987, e na Portaria Ministerial de 22 de abril de 1988, resolve:

Fixar em Cz\$ 80.000,00 a remuneração do responsável pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no ano de 1988, primeira fase.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 16, DE 28 DE ABRIL DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 31, de 2-5-88)

Fernando Paulo Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, designado pela Portaria Ministerial de 22 de abril de 1988 para conduzir o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, resolve:

Designar as seguintes Bancas Examinadoras da 1ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano de 1988:

Português:

Ministra Heloisa Vilhena de Araujo.
Professora Enilda Leite de Jesus Faulstich.
Professora Stella Maris Bortoni.

Francês:

Secretária Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Correia.
Professora Christian Marcel Defontaine.

Inglês:

Ministro Henrique Rodrigues Valle Junior.
Professora Edite Faial Jacques.
Professor Bruce Le Roy Leininger.

Condutor do Exame Vestibular

PORTARIA Nº 17, DE 28 DE ABRIL DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 31, de 2-5-88)

Fernando Paulo Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, designado pela Portaria Ministerial de 22 de abril de 1988 para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Fixar os seguintes valores para remuneração dos membros dos grupos encarregados nas Cidades de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, das tarefas de execução da 1ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenador: Cz\$ 18.000,00.

Auxiliar: Cz\$ 9.000,00.

Aplicador de Prova: Cz\$ 10.000,00 (por prova).

Fiscais: Cz\$ 1.500,00 (por prova).

Condutor do Exame Vestibular

PORTARIA Nº 18, DE 29 DE ABRIL DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 31, de 2-5-88)

Fernando Paulo Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, designado pela Portaria Ministerial de 22 de abril de 1988 para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos membros do grupo encarregado, em Brasília, das tarefas de execução da 1ª fase do Exame Vestibular de 1988 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenador: Cz\$ 28.000,00.

Auxiliar: Cz\$ 14.000,00.

Aplicador de Prova: Cz\$ 4.000,00 (por prova).

Fiscais: Cz\$ 1.500,00 (por prova).

Serviço de Apoio: Cz\$ 7.000,00.

Condutor do Exame Vestibular

PORTARIA Nº 19, DE 29 DE ABRIL DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 31, de 2-5-88)

Fernando Paulo Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, designado pela Portaria Ministerial de 22 de abril de 1988 para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve.

Fixar em Cz\$ 400,00 por prova corrigida a remuneração dos membros da Banca Examinadora da 1ª fase do Exame Vestibular de 1988 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Condutor do Exame Vestibular

PORTARIA Nº 20, DE 29 DE ABRIL DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 31, de 2-5-88)

Fernando Paulo Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, designado pela Portaria Ministerial de 22 de abril de 1988 para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Designar como aplicadores de provas da primeira fase do Exame Vestibular de 1988 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, nos Centros Regionais de Inscrição, os seguintes diplomatas:

Belém: Primeiro-Secretário Vital Fernando Lopes de Souza.

Belo Horizonte: Primeiro-Secretário José Maria de Carvalho Coelho.

Curitiba: Conselheiro Fernando Augusto Ferraz Muggiatti.

Fortaleza: Conselheira Maria Stela Pompeu Brasil Frota:

Manaus: Segundo-Secretário Douglas Wanderley de Vasconcellos.

Porto Alegre: Primeira-Secretária Maria da Graça Nunes Carrion.

Recife: Conselheiro Sergio Simas Carriço.

Rio de Janeiro: Primeiro-Secretário Gilberto Fonseca Guimarães de Moura.

São Paulo: Primeiro-Secretário Edson Marinho Duarte Monteiro.

Salvador. Primeiro-Secretário Renan Leite Paes Barreto.

Condutor do Exame Vestibular

PORTARIA Nº 591, DE 4 DE MAIO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 33, de 12-5-1988)

O Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, considerando o regime jurídico instituído para a Carreira de Di-

plomata a partir da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Ficam autorizados, em caráter excepcional, a inscrever-se no Décimo Sétimo, Décimo Oitavo e Décimo Nono Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas os ocupantes de cargos da Carreira de Diplomata promovidos a Primeiro-Secretário, por antigüidade, entre 15 de agosto de 1982 e a presente data.

Paulo Tarso Flecha de Lima

PORTARIA Nº 21, DE 5 DE MAIO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 32, de 9-5-88)

Fernando Paulo Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, designado pela Portaria Ministerial de 22 de abril de 1988 para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Designar os seguintes membros do grupo encarregado, em Brasília, das tarefas relativas à execução da 1ª fase do Exame Vestibular de 1988 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Aplicador de Prova:

Secretário: Cesar de Paula Cidade.

Coordenador:

Sebastiana Maria de Azevedo.

Auxiliares de Coordenação:

Carlos Alberto de Souza Freitas.

Myrian Salles de Rezende Campos.

Fiscais:

Angela Ribeiro dos Santos (3 provas).

Dilson Rodrigues da Cunha (3 provas).

Elias Mariano da Silva (2 provas).

Jorge Luiz Ribeiro de Queiroz (2 provas).

Jureni Figueira de Azevedo (2 provas).

Margarida Maria Frade de Campos (2 provas).

Maria José Bernardino Vitor (2 provas).

Sigmund Sievers (3 provas).

Serviço de Apoio:

Antonio Henrique Carvalho Pires.

Esmeraldino Henrique da Silva.

Francisco Ferreira de Almeida.

Georgina Carlota da Silva Lessa.

Lauro da Silva Filho.

Luiz Paixão de Souza Costa.

Natalino Gonçalves Alves.

Condutor do Exame Vestibular

PORTARIA Nº 22, DE 11 DE MAIO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 34, de 18-5-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, à vista do estipulado pela Portaria Ministerial nº 591, de 4 de maio de 1988, publicada no *Diário Oficial* de 11 de maio de 1988, e no uso de suas atribuições, resolve:

1. Os ocupantes de cargos da Carreira de Diplomata, promovidos a Primeiro-Secretário, por antigüidade, entre 15 de agosto de 1982 e 4 de maio de 1988, que desejarem inscrever-se nos Décimo Sétimo, Décimo Oitavo ou Décimo Nono Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas, deverão para tanto, obedecer ao seguinte procedimento: a) para inscrição no XVII CAD, comunicar à Diretora do IRBr, por carta ou telegrama, até o dia 15 de junho do corrente ano, sua candidatura; b) para inscrição no XVIII CAD, comunicar à Diretora do IRBr, por carta ou telegrama, até o dia 15 de julho do corrente ano, sua candidatura; c) para inscrição no XIX CAD, obedecer ao que para tanto estipular o edital pertinente, a ser publicado no segundo semestre do corrente ano.

2. Os candidatos contemplados nesta Portaria que, tendo-se submetido ao XVII ou ao XVIII CAD, não obtiverem aprovação, poderão requerer, nos termos dos editais daqueles cursos, inscrição em curso imediatamente posterior. Os que não obtiverem aprovação na XIX CAD, nos termos do estipulado pela Portaria Ministerial supracitada, não mais poderão fazer o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 23, DE 12 DE MAIO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 34, de 18-5-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Alterar, a partir de 1º de maio de 1988, os valores:

a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 1.350,00 (hum mil, trezentos e cinquenta cruzados);

b) da hora/sessão paga aos orientadores dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos cruzados);

c) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a Cz\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos cruzados);

d) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, mas que tenham vínculo empregatício com o Ministério das Relações Exteriores, que passa a Cz\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos cruzados);

e) da hora/aula paga aos professores assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 900,00 (novecentos cruzados);

f) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 700,00 (setecentos cruzados).

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 24, DE 9 DE JUNHO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 40, de 13-6-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do o artigo 217, inciso X, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudos dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de junho de 1988:

- 1) Bolsa para alunos sem dependentes: Cz\$ 48.000,00.
- 2) Bolsa para alunos com dependentes: Cz\$ 52.800,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 25, DE 24 DE JUNHO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 46, DE 30-6-88)

Fernando Paulo Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, designado pela Portaria Ministerial de 22 de abril de 1988 para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Designar as seguintes Bancas Examinadoras da 2ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1988:

Questões Internacionais Contemporâneas:

Embaixador José Nogueira Filho.

Ministro Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro.

Conselheiro Antonio José Vallim Guerreiro.

Francês:

Secretária Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Corrêa.

Professor Christian Marcel Defontaine.

Professora Marie Helène Grosse de Melo Ferreira.

Inglês:

Conselheiro Sarkis Karmirian.

Professor Bruce Le Roy Leininger.

Professora Edite Faial Jacques.

Condutor do Exame Vestibular

PORTARIA Nº 26, DE 27 DE JUNHO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 46, de 30-6-88)

Fernando Paulo Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, designado pela Portaria Ministerial

de 22 de abril de 1988 para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), ao Instituto Rio Branco, resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos membros encarregados, em Brasília, das tarefas da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª fases do Exame Vestibular de 1983 ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

1. Coordenador: Cz\$ 40.000,00.
2. Coordenador Médico: Cz\$ 50.000,00.
3. Exames de Oftalmologia: Cz\$ 5.000,00 (por candidato).
4. Exames de Otorrinolaringologia: Cz\$ 5.000,00 (por candidato).
5. Examinador: Cz\$ 50.000,00.
6. Assistente do Examinador: Cz\$ 25.000,00.
7. Aplicador de Provas: Cz\$ 4.000,00 (por prova).
8. Auxiliar de Coordenador: Cz\$ 20.000,00.
9. Serviço Técnico de Gravação: Cz\$ 8.000,00.
10. Serviço de apoio: Cz\$ 1.500,00 (por prova).

Condutor do Exame Vestibular

PORTARIA Nº 29, DE 6 DE JULHO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 49, de 6-7-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudos dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 1º de julho de 1988:

- 1) Bolsa para alunos sem dependentes: Cz\$ 55.000,00.
- 2) Bolsa para alunos com dependentes: Cz\$ 60.500,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 27, DE 30 DE JUNHO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 49, de 6-7-88)

Fernando Paulo Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, designado pela Portaria Ministerial

de 22 de abril de 1988 para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Designar as seguintes Bancas Examinadoras das 3ª e 4ª fases do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano de 1988:

3ª Fase:

História do Brasil:

Professor José Flávio Sombra Saraiva.

História Mundial:

Professor Amado Luiz Cervo.

Geografia do Brasil:

Professora Márcia Regina de Andrade.

4ª Fase:

Geografia Geral:

Professora Márcia Regina de Andrade.

Noções Básicas de Direito:

Professor Walter Ramos da Costa Porto.

Noções Básicas de Economia:

Ministro Raphael Valentino Sobrinho (Titular).

Professora Ana Maria Amorim (Assistente).

Condutor do Exame Vestibular

PORTARIA Nº 28, DE 30 DE JUNHO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 49, de 6-7-88))

Fernando Paulo Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, designado pela Portaria Ministerial de 22 de abril de 1988 para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve:

Designar os seguintes membros do grupo encarregado das tarefas relativas à execução das 2ª, 3ª, 4ª e 5ª fases do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Coordenadora:

Sebastiana Maria de Azevedo.

Auxiliar de Coordenação:

Myrian Salles de Rezende Campos.

Serviço Técnico de Gravação:

Daniel Gomes Pereira.

Getúlio da Silva Ramos.

Serviço de Apoio:

Antonio Henrique de Carvalho Pires (6 provas).

Georgina Carlota da Silva (9 provas).

Lauro da Silva Filho (6 provas).

Luiz Paixão de Souza Costa (6 provas).

Condutor do Exame Vestibular

PORTARIA Nº 29, DE 19 DE JULHO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 55, de 19-7-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, considerando o disposto no artigo 63, inciso II, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no artigo 85, inciso II, do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, em cumprimento ao disposto pelo artigo 17 e seu parágrafo único do Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987, e ao disposto pelo artigo 214, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Estado, resolve:

Designar os seguintes encarregados de execução de tarefas na Secretaria de Estado no âmbito do Segundo Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria (II CAOC):

Banca Examinadora:

Organização Métodos de Trabalho Administração e Contabilidade do MRE:

Secretário Gilberto Fonseca Guimarães de Moura.

Secretária Maria Luiza Escorel de Moraes.

Técnica de Promoção Comercial:

Secretário Edson Marinho Duarte Monteiro.

Prática Consular:

Secretário Afonso José Sena Cardoso.

Espanhol:

Professora Kori Yaanne Bolívia Carrasco Costa.

Francês:

Professor Christian Defontaine.

Inglês:

Professor Patrick Kevin Redmond.

Aplicadores das Provas:

Secretaria Glivânia Maria de Oliveira.

Secretário José Augusto Silveira de Andrade Filho.

Secretária do CAOC:

Vera Lucia Rodrigues de Faria.

Serviço de Apoio:

Luís Paixão de Souza Costa.

Lauro da Silva Filho.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 30, DE 19 DE JULHO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 55, de 19-7-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso IX, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 17 e seu parágrafo único do Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987, resolve:

Fixar os seguintes valores para remuneração dos encarregados de execução de tarefas na Secretaria de Estado no âmbito do Segundo Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria (II CAOC).

Examinador: Cz\$ 30.000,00.

Aplicador de Provas: Cz\$ 10.000,00 por disciplina.

Secretária do CAOC: Cz\$ 20.000,00.

Serviços de Apoio: Cz\$ 2.000,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 31, DE 19 DE JULHO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 55, de 19-7-88)

Fernando Paulo Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial, designado pela Portaria Ministerial de 22 de abril de 1988 para responder pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, resolve designar:

- 1 — Para coordenador dos Exames de Sanidade e Capacidade Físico e Psíquica da 5ª fase do Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1988, o Doutor Antônio Teixeira de Souza, Chefe do Serviço de Assistência Médica e Social do Ministério das Relações Exteriores;
- 2 — Para Exames de Oftalmologia, a Doutora Vânia Ribeiro Martins Hummel;
- 3 — Para Exames Psíquicos, o Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha;
- 4 — Para os Exames Físicos, o Hospital do Comando Naval de Brasília;
- e
- 5 — Para os Exames de Otorrinolaringologia, o Doutor Aldo Carrilho Neves.

Condutor do Exame Vestibular

PORTARIA Nº 32, DE 25 DE JULHO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 58, de 28-7-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, tendo em vista o disposto no artigo 17 do Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987, e na Portaria Ministerial de 22 de abril de 1988, resolve:

Fixar em Cz\$ 80.000,00 a remuneração do responsável pela condução do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no ano de 1988, quinta fase.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 33, DE 27 DE JULHO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 58, de 28-7-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das

Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 38, parágrafo 2º, do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Designar os seguintes membros encarregados da execução das tarefas relativas ao Décimo Sétimo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XVII CAD):

Banca Examinadora:

Relações Internacionais e Organismos Internacionais:

Ministro Gelson Fonseca Júnior.

Relações Econômicas Internacionais e Organismos Econômicos Internacionais:

Ministro Adhemar Gabriel Bahadian.

Prática Diplomática:

Conselheiro José Vicente de Sá Pimentel.

Prática Consular:

Primeiro-Secretário Afonso José Sena Cardoso.

Coordenador:

Conselheiro Marcos Caramuru de Paiva.

Secretária do CAD:

Vera Lúcia Rodrigues de Faria.

Serviços de Apoio:

Luís Paixão de Souza Costa.

Lauro da Silva Filho.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 34, DE 27 DE JULHO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 58, de 28-7-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto do artigo 38, parágrafo 20, do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para a remuneração dos membros encarregados da execução das tarefas do Décimo Sétimo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (XVII CAD):

Examinador: Cz\$ 40.000,00.

Coordenador: Cz\$ 30.000,00.

Conferencista (por hora/conferência): Cz\$ 5.000,00.

Conferencista com vínculo empregatício com o Ministério das Relações Exteriores (por hora/conferência): Cz\$ 3.000,00.

Secretária do CAD: Cz\$ 20.000,00.

Serviços de Apoio: Cz\$ 2.500,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 35, DE 5 DE AGOSTO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 60, de 5-3-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Alterar, a partir de 1º de agosto de 1988, os valores:

a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos e vinte cruzados);

b) da hora/sessão paga aos orientadores dos alunos do curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzados);

c) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a Cz\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos cruzados);

d) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, mas que tenham vínculo empregatício com o Ministério das Relações Exteriores, que passa a Cz\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzados);

e) da hora/aula paga aos professores assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 1.530,00 (hum mil e quinhentos e trinta cruzados);

f) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que passa a Cz\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos cruzados).

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 36, DE 5 DE AGOSTO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 60, de 5-8-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudos dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 1º de agosto de 1988.

1 — Bolsa para alunos sem dependentes: Cz\$ 65.000,00.

2 — Bolsa para alunos com dependentes: Cz\$ 71.500,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 37, DE 5 DE AGOSTO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 60, de 5-8-88)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no segundo semestre de 1988, os seguintes professores e professores-assistentes:

Professores — 1º e 2º ano — 1988:

Luiz Felipe de Seixas Corrêa — História das Relações Diplomáticas do Brasil.

Luiz Gilberto Seixas de Andrade — Estudos Brasileiros para Estrangeiros.

Dad Abi Chahine Squarisi — Português para Estrangeiros.
 Lucília Helena do Carmo Garcez — Português para Estrangeiros.

Professores — 1º ano — 1988:

Clodoaldo Hugueney Filho — Técnica de Negociações.
 Antonio Augusto Cançado Trindade — Direito Internacional Público II.
 Luiz Cláudio Etchebert Marinho — Economia.
 Estevão Chaves de Rezende Martins — História das Idéias Políticas.
 Enilde Leite de Jesus Faulstich — Português-Expressão e Redação Profissional.

Professores — 2º ano — 1988:

Raphael Valentino Sobrinho — Relações Econômicas Internacionais.

Professores — 2º ano — 1988:

Gelson Fonseca Júnior — Relações Internacionais.
 Gastão Felipe Coimbra Bandeira de Mello — Administração do MRE.
 Carlos Alberto Simas Magalhães — Português: Redação Profissional.
 Arthur Vivacqua Correa Meyer — Economia Brasileira.
 Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão — Dissertação Final.

Professores-Assistentes — 1988:

1º Ano:

Antônio Otávio Sá Ricarte — Direito Internacional Público II.
 Carlos Henrique Fialho Mussi — Economia.

2º Ano:

Ana Maria Amorim — Relações Econômicas Internacionais.

1º e 2º Anos:

Fernando Jacques de Magalhães Pimenta — História das Relações Diplomáticas do Brasil.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 38, DE 5 DE AGOSTO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 61, de 12-8-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Designar para lecionar no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no segundo semestre de 1988, os seguintes professores de Línguas Estrangeiras:

Árabe

Issa Antonio Bonduki.

Espanhol

Kori Yaane Bolívia Carrasco Costa.
 Cecília da Silva Guerra Vicente.

Francês

Christian Defontaine.
 Jean François Cleaver.
 Hélène de Melo Ferreira.
 André Raymond René Souvestre.
 Patrick Signudi.
 Michel Pierre Raynaud.

Inglês

Allan John Hudson.
 Clarice Araújo Pereira.
 Patrick Kevin Redmond.
 Sarah Burkitt Walker.
 David Coles.

Japonês

Michio Yamaguchi.

Russo

Roberto Wanderley de Souza Ferreira.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA DE 10 DE AGOSTO DE 1988

(Publicada no *D.O.* de 12-8-1988 e no *Boletim de Serviço* nº 61, de 12-8-88)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o disposto no artigo 37, item II, letra «h» do Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987, resolve:

Nomear Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, Conselheiro, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Ensino do Instituto Rio Branco, código DAS-101.3.

Roberto de Abreu Sodré

PORTARIA Nº 39, DE 12 DE AGOSTO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 61, de 12-8-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

1 — Tornar insubsistente a Portaria nº 36, de 5 de agosto de 1988, publicada no *Boletim de Serviço* nº 60, de 5 de agosto de 1988.

2 — Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudos dos alunos ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 1º de agosto de 1988:

- 1) Bolsa para alunos sem dependentes: Cz\$ 75.000,00.
- 2) Bolsa para alunos com dependentes: Cz\$ 82.500,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA DE 15 DE AGOSTO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 62, de 18-8-1988)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, bem como a Portaria s/nº publicada no *boletim de Serviço* nº 65, de 27 de abril de 1982, resolve:

Designar a seguinte Banca Examinadora do Décimo Sétimo Curso de Altos Estudos:

Presidente: Embaixador Bernardo Pericás Neto.

1ª Câmara: Ministro José Francisco Rezek.
Embaixador Jório Dauster Magalhães e Silva.
Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa.

2ª Câmara: Embaixador Marco Cesar Meira Naslauský.
Ministro Gelson Fonseca Júnior.
Professor Vicente Marotta Rangel.

Roberto Abreu Sodré

PORTARIA DE 16 DE AGOSTO DE 1988

(Publicada no *D.O.* de 18-8-1988)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 85, item II da Constituição, e tendo em vista o artigo 17 do Decreto nº 94.327 de 13 de maio de 1987, resolve:

Art. 1º O artigo 26 da Portaria nº 558, de 5 de março de 1985 e seu parágrafo único passam a ter a seguinte redação:

Art. 26. Os alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata receberão auxílio equivalente ao montante de três bolsas-de-estudo a título de «auxílio-enxoval», sendo o mesmo benefício estendido aos candidatos aprovados nos Concursos de Provas para ingresso na Carreira de Diplomata.

Parágrafo único. Fica a critério da Direção do Instituto Rio Branco, levando em conta a disponibilidade de recursos, financeiros, determinar o momento do pagamento do «auxílio-enxoval».

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Roberto Abreu Sodré

PORTARIA DE 19 DE AGOSTO DE 1988

(Publicada no D.O. de 22-8-88 e no *Boletim de Serviço* do M.R.E. nº 63, de 23-8-1988)

O Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações do Ministério das Relações Exteriores, tendo em vista o disposto no artigo 194, item XVI, letra a do Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, aprovado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, resolve:

Conceder exoneração a Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, Conselheiro, da Carreira de Diplomata, da função de Coordenador de Ensino, substituto, do Instituto Rio Branco, código DAS-101.3, a partir de 12 de agosto de 1988.

Marco Cesar Meira Nasbauský

PORTARIA Nº 40, DE 8 DE SETEMBRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 66, de 9-9-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudos dos alunos do curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 1º de setembro de 1988:

- 1) Bolsa para alunos sem dependentes: Cz\$ 91.000,00.
- 2) Bolsa para alunos com dependentes: Cz\$ 100.000,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 41, DE 8 DE SETEMBRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 66, de 9-9-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº

580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Alterar, a partir de 1º de setembro de 1988, os valores:

a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos cruzados);

b) da hora/sessão paga aos orientadores dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos cruzados);

c) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, que passa a Cz\$ 7.000,00 (sete mil cruzados);

d) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco, mas que tenham vínculo empregatício com o Ministério das Relações Exteriores, que passa a Cz\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos cruzados);

e) da hora/aula paga aos professores assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 2.000,00 (dois mil cruzados);

f) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que passa a Cz\$ 1.500 (hum mil e quinhentos cruzados).

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 42, DE 28 DE SETEMBRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 71, de 29-9-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 36 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Designar professor-assistente do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, na disciplina «Administração do MRE», o Terceiro-Secretário Roberto Furian Ardenghy.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 43, DE 13 DE OUTUBRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 75, de 21-10-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, itens XII e XIII do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no parágrafo 2º do artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 5 de março de 1985, e na Portaria Ministerial de 15 de agosto de 1988, publicada no *Boletim de Serviço* nº 062, de 18 de agosto de 1988, resolve:

Fixar em Cz\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzados) por trabalho escrito apresentado a remuneração dos Membros da Banca Examinadora do Décimo Sétimo Curso de Altos Estudos (XVII CAE).

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 44, DE 18 DE OUTUBRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 75, de 21-10-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudo dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 1º de outubro de 1988:

- 1) Bolsa para alunos sem dependentes: Cz\$ 110.000,00.
- 2) Bolsa para alunos com dependentes: Cz\$ 122.000,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 45, DE 21 DE OUTUBRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 76, DE 25-10-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 217 do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, baixado pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 38 do

Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 588, de 5 de março de 1985, resolve:

Alterar, a partir de 1º de outubro de 1988, os valores:

a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 3.625,00 (três mil, seiscentos e vinte e cinco cruzados);

b) da hora/sessão paga aos orientadores dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 5.220,00 (cinco mil duzentos e vinte cruzados);

c) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco que passa a Cz\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzados);

d) da hora/conferência paga aos conferencistas visitantes convidados pelo Instituto Rio Branco que passa a Cz\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos cruzados);

e) da hora/aula paga aos professores assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 2.430,00 (Dois mil quatrocentos e trinta cruzados);

f) da hora/aula paga aos monitores de curso de Preparação à Carreira de Diplomata que passa a Cz\$ 1.850,00 (hum mil oitocentos e cinquenta cruzados).

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 46, DE 31 DE OUTUBRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 78, de 31-10-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, no âmbito do estipulado pela Portaria nº 45, de 10 de dezembro de 1987 e de acordo com o disposto no Edital de 21 de junho de 1988, declara aprovado no Segundo curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria — II CAOC, cujas provas se realizaram nos dias 29, 30 e 31 de agosto e 1º de setembro últimos, os seguintes Oficiais de Chancelaria:

- 1 — Alaide de Souza Campos
- 2 — Ana Lúcia Magalhães buruiana.
- 3 — Antonio Divino Junqueira.
- 4 — Astrid Cabral Félix de Souza.
- 5 — Aurora Maria Bastos Novarino.
- 6 — Carlindo Izidoro Teixeira.
- 7 — Cecília Maria Rodrigues de Oliveira Santos.

- 8 — Eliane Mary da Cunha Mattos
- 9 — Givaldo Vieira da Motta.
- 10 — Helio de Araujo Lobo.
- 11 — José Correia da Silva.
- 12 — Maria Antonieta Benvenuto da Silva.
- 13 — Maria Auriceli Lopes de Vasconcelos.
- 14 — Maria de Fátima Ferreira Glielmo.
- 15 — Maria Olivia Oliveira Lawinsky.
- 16 — Marília Mercês Machado Augusto Azevedo.
- 17 — Mário Borges Gomes.
- 18 — Mauro Feigenbaum.
- 19 — Noema Francinete de Medeiros.
- 20 — Neusa Silveira da Costa Romero.
- 21 — Sergio Antonio Ribeiro dos Santos.
- 22 — Sonia Maria Ferreira Pinto.
- 23 — Zélia Daher.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 47, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 79, de 11-11-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudos dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 1º de novembro de 1988:

- 1) Bolsa para alunos sem dependentes: Cz\$ 133.000,00.
- 2) Bolsa para alunos com dependentes: Cz\$ 148.000,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 48, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 83, de 2-12-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições que lhe confere o item IX do artigo 217 do Regimento Interno do

Ministério das Relações Exteriores, baixada pela Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no artigo 38 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Alterar, a partir de 1º de novembro de 1988, os valores:

a) da hora/aula paga aos professores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos cruzados);

b) da hora/sessão paga aos orientadores dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 6.336,00 (seis mil, trezentos e trinta e seis cruzados);

c) da hora/conferência paga aos conferencistas convidados pelo Instituto Rio Branco que passa a Cz\$ 6.676,00 (seis mil, seiscentos e setenta e seis cruzados);

d) da hora/conferência paga aos conferencistas visitantes convidados pelo Instituto Rio Branco que passa a Cz\$ 10.318,00 (dez mil, trezentos e dezoito cruzados);

e) da hora/aula paga aos professores assistentes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, que passa a Cz\$ 2.949,00 (dois mil, novecentos e quarenta e nove cruzados);

f) da hora/aula paga aos monitores do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata que passa a Cz\$ 2.245,00 (dois mil, duzentos e quarenta e cinco cruzados).

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 49, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1988

(Publicada no *Boletim de Serviço* do MRE nº 85, de 15-12-1988)

A Diretora do Instituto Rio Branco, usando das atribuições constantes do artigo 217, inciso X, do Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores e considerando o disposto no artigo 25 do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria Ministerial nº 558, de 5 de março de 1985, resolve:

Fixar os seguintes valores para as bolsas de estudos dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, a partir de 01 de dezembro de 1988:

- 1 — Bolsa para alunos sem dependentes: Cz\$ 196.256,00.
- 2 — Bolsa para alunos com dependentes: Cz\$ 215.881,00.

Thereza Maria Machado Quintella

PORTARIA Nº 595, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1988

(Publicada no *D.O.* de 23 de dezembro de 1988)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuições que lhe confere o Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987, e considerando o disposto no Artigo 17 do mesmo Decreto, resolve:

Aprovar as instruções e programas do Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco, a ser realizado em 1989.

A Diretora do Instituto Rio Branco divulgará, por Edital, as instruções e programas, bem como os atos complementares que se fizerem necessários.

Roberto Abreu Sodré